



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM SOCIEDADE,
CULTURA E FRONTEIRAS – NÍVEL DE DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, CULTURA E FRONTEIRAS**

MARIA CRISTINA LOBREGAT

**DAS SEVERINAS E SEVERINOS NO OESTE DO PARANÁ: O TEMPO
ATIVO NA ESPERA (D) “ESSAS COISAS, ASSIM DE ACAMPAMENTO”**

**FOZ DO IGUAÇU-PR
2021**

MARIA CRISTINA LOREGAT

**DAS SEVERINAS E SEVERINOS NO OESTE DO PARANÁ: O TEMPO
ATIVO NA ESPERA (D) “ESSAS COISAS, ASSIM DE ACAMPAMENTO”**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE para a obtenção do título de Doutora em Sociedade, Cultura e Fronteiras.

Linha de Pesquisa: Linguagem, Cultura e Identidade

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Regina Coeli Machado e Silva

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Ls Lobregat, Maria Cristina
Das Severinas e Severinos no oeste do Paraná: o tempo ativo na espera (d) "essas coisas assim de acampamento" / Maria Cristina Lobregat; orientadora Regina Coeli Machado e Silva. --Foz do Iguaçu, 2021. 203 p.

Tese (Campus de Foz do Iguaçu) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, 2021.

1. Tempo. 2. Etnografia. 3. Acampamento MST. I. Silva, Regina Coeli Machado e, orient. II. Título.

MARIA CRISTINA LOBREGAT

DAS SEVERINAS E SEVERINOS NO OESTE DO PARANÁ: O TEMPO ATIVO NA ESPERA (D) “ESSAS COISAS, ASSIM DE ACAMPAMENTO”

Esta tese foi julgada adequada para a obtenção do Título de Doutora em Sociedade, Cultura e Fronteiras e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em 15 de abril de 2021 – Nível de Doutorado, área de Concentração Linguagem, Cultura e Identidade, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Regina Coeli Machado e Silva
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)
Orientadora

Prof. Dr. Gerson Rodrigues de Albuquerque
Universidade Federal do Acre (UFAC)
(Membro Externo)

Prof. Dra. Marcia Anita Sprandel
Pesquisadora Associada do Centro de Estudo em Migrações Internacionais
(CEMI/Unicamp)
(Membro Externo)

Prof. Dr. Samuel Klauck
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)
(Membro Interno)

Prof. Dr. Valdir Gregory
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)
(Membro Interno)

Ao meu pai Mauro Lobregat (*in memoriam*).

A todos os “Severinos”, sem-terra, resistentes e conscientes da luta.

AGRADECIMENTOS

O momento de agradecer é importante e, ao mesmo tempo, pode ser complexo, pois, mesmo tendo apenas um nome de autoria, muitas mãos contribuíram de maneiras diferentes para que a pesquisa de campo fosse realizada, os dados analisados e a redação final fosse escrita. Os agradecimentos, portanto, não são classificados em ordem de importância, mas uma organização que foi surgindo de ordem aleatória.

Ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Acre – Ifac pela concessão de afastamento para estudo e aos colegas professores de Língua Portuguesa do Campus Rio Branco por cobrirem minha ausência.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras – UNIOESTE pelo acolhimento que oportunizou novas aprendizagens e discussões.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação Sociedade Cultura e Fronteiras – UNIOESTE pelas discussões durante as aulas as quais possibilitaram desenhar melhor a pesquisa.

Aos professores do Seminário de Tese Samuel Klauck e Fernando José Martins por indicarem caminhos e abordagens importantes durante a pesquisa de campo e a escrita do texto.

Aos professores da Banca de Qualificação Gerson Rodrigues Albuquerque, Marcia Anita Sprandel, Samuel Klauck e Valdir Gregory pelas sugestões e os questionamentos que ampliaram a discussão amadurecendo a conclusão da tese.

Aos estudantes e à professora Cecília Angileli, integrantes da Escola Popular – UNILA, pela parceria em ações vinculadas à luta pela permanência na terra durante o período de pesquisa de campo.

Ao jornalista Carlos Wagner por enviar um exemplar de seu livro sobre os brasiguaios, como também exemplares de jornais antigos os quais foram importantes no início da pesquisa.

Agradeço, especialmente, à professora Regina Machado Coeli e Silva pela orientação dedicada e incondicional, pelos questionamentos e reflexões necessários, pelo incentivo diante de minhas dúvidas e pelo apoio durante os momentos mais difíceis dessa trajetória. Por confiar em mim para a realização desta pesquisa.

Aos colegas do PPGSCF e, especialmente, a Sandra Marli da Rocha que possibilitou minha entrada nos Acampamentos do MST em um momento político delicado em 2018.

Aos trabalhadores sem-terra dos dois acampamentos por concederem as entrevistas, pelas conversas e informações, enfim, pela amizade e parceria que construímos, especialmente a Dilce e Vani, mulheres incríveis na forma de pensar a reforma agrária.

Ao meu filho Gabriel, a meu netinho Benjamin e a Gláucia, mãe do Benjamin, por entenderem minhas intensas ausências no convívio familiar e por me incentivarem e apoiarem.

À Mara, minha irmã, que sempre se mostrou disposta a ouvir a leitura da tese, e ao Fernando por fazer parte desta construção. À Mah, minha sobrinha, por me inscrever como aluna especial, enquanto ainda me encontrava em Rio Branco-AC, e por me acompanhar nas primeiras entrevistas no Brasil e no Paraguai para a composição do projeto.

À minha mãe por ter localizado a primeira família de brasiguaios na Vila Vitorassi e ter me acompanhado no primeiro contato.

Ao apoio e ao incentivo de Spartaco Avelar nos dois últimos anos, quando precisei de ajuda técnica que facilitou as transcrições das entrevistas, como também pela companhia durante a busca por hospedagem em Matelândia, na segunda etapa da pesquisa etnográfica.

Enfim, aos que, de maneira direta ou indireta, contribuíram para a construção e o desenvolvimento desta pesquisa, sendo ela o resultado de um esforço coletivo.

LOBREGAT, Maria Cristina. **Das Severinas e Severinos no oeste do Paraná: o tempo ativo na espera (d) “essas coisas, assim de acampamento”**. 2021. 203 p. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2021.

RESUMO

Esta tese interpreta a experiência de famílias de trabalhadores rurais que se deslocaram em um movimento de ida ao Paraguai, a partir de 1970, e retorno ao Brasil após os anos 2000, encontrando no MST a possibilidade de conquistar a terra desejada e, assim, inaugurando um tempo ativo na espera. O objetivo é analisar as diversas temporalidades experimentadas e vivenciadas por esses trabalhadores rurais retornados do Paraguai e que vivem, atualmente, nos Acampamentos do MST, Sebastião Camargo, em São Miguel do Iguaçu, e Chico Mendes, em Agro Cafeeira, localizados no oeste do Paraná. Por meio da pesquisa etnográfica realizada entre 2018 e 2019, dados foram obtidos da observação participante, de entrevistas nos acampamentos, bem como de narrativas referentes ao deslocamento na fronteira. Severinos Acampados é a denominação dada aos participantes da pesquisa, a fim de lhes preservar as identidades e de facilitar as conversas em um momento em que viviam sob constantes ameaças de despejo. O título foi inspirado na obra de João Cabral de Melo Neto para também traçar uma trajetória do trabalhador rural paranaense em busca de terra. O tempo, categoria central de análise e vivido por esses trabalhadores rurais, tem vários significados e é experimentado como: longo e extenso pelo período de existência de cada acampamento (respectivamente, 5 e 15 anos em 2019); provisório e permanente, ambiguidade visível nos barracos de lona e madeira onde moram, no “trabalhar fora” dos acampamentos, na cidade ou em indústrias próximas, como estratégia de subsistência e forma de manter a resistência; e, por fim, o tempo das intensidades da luta pela terra cujos enfrentamentos com sucessivos governos são um problema agrário na história nacional. Assim como o “tempo” e suas aporias, a tese não tem a pretensão de dar respostas acabadas, entretanto, ressalta o argumento principal da tese da experimentação de um tempo ativo e denso na espera desses trabalhadores, que encapsula as outras temporalidades existentes nos dois Acampamentos do MST.

PALAVRAS-CHAVE: Tempo. Etnografia. Acampamento MST.

LOBREGAT, Maria Cristina. **Senerinas and Severinos in the West of Paraná: the active time in waiting (for) “these things, such as camp”**. 203 p. Doctoral Dissertation – Western Paraná State University, Foz do Iguaçu, 2021.

ABSTRACT

This thesis interprets the experience of families of rural workers who took part in a movement to go to Paraguay, from 1970, and returned to Brazil after the 2000s, finding in the Landless Rural Worker's Movement (MST) the possibility of conquering the desired land and, thus, inaugurating an active waiting time. The objective is to analyze the different temporalities experienced and lived by these rural workers returning from Paraguay and currently living in the MST Settlements, Sebastião Camargo, in São Miguel do Iguaçu, and Chico Mendes, in Agro Cafeeira, located in the west region of the state of Paraná. Through ethnographic research carried out between 2018 and 2019, data were obtained from participant observation, interviews in the camps, as well as narratives referring to the displacement at the border. Severinos Acampados is the name given to the research participants, in order to preserve their identities and facilitate conversations at a time when they were living under constant threats of eviction. The title was inspired by the work of João Cabral de Melo Neto to also trace the trajectory of the rural worker from Paraná in search of land. Time, the central category of analysis and which is lived by these rural workers, has several meanings and is experienced as: long and extensive for the period of existence of each camp (respectively, 5 and 15 years in 2019); temporary and permanent, ambiguity visible in the canvas and wooden shacks where they live, in “working outside” the settlements, in the city or in nearby industries, as a subsistence strategy and a way of maintaining resistance; and, finally, the time of the intensities of the struggle for land whose confrontations with successive governments are an agrarian problem in national history. As well as "time" and its deadlocks, the thesis does not intend to give finished answers, however, it highlights the main argument of the thesis, which is the experimenting with an active and dense time in the waiting of these workers, which encapsulates the other temporalities existing in the two MST Camp.

KEYWORDS: Time. Ethnography. MST Camp.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAD/ PRO – Cadastro dos Produtores Rurais
CIDH – Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CDRU – Concessão de Direito Real de Uso
CNBB – Conferência dos Bispos do Brasil
CPT– Comissão Pastoral da Terra
DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf
EJA – Educação de Jovens e Adultos
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INRA – Instituto Nacional de Reforma Agrária
LOA – Lei Orçamentária Anual
MARIPÁ – Colonizadora Madeireira do Rio Paraná S.A.
MJT – Movimento Justiça e Terra
MP – Medida Provisória
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Mastro – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná
NPRs – Notas Promissórias Rurais
PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária
PPGSCF – Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras
PSL – Partido Social Liberal
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
Prónera – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEED – Secretaria Estadual de Educação
UFAC – Universidade Federal do Acre
UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UDR – União Democrática Ruralista

Sumário

INTRODUÇÃO	13
Escolhas e abandonos	13
Experiência etnográfica	17
Desenhando o texto	30
CAPÍTULO I	33
1 DO ESPAÇO/TEMPO EXPERIMENTADOS PELAS SEVERINAS E SEVERINOS ACAMPADOS	33
1.1 “SOMOS MUITOS SEVERINOS”, NEM POR ISSO, “IGUAIS EM TUDO NA VIDA”	35
1.2 SEVERINAS/SEVERINOS E ACAMPAMENTOS: DOS PRIMEIROS ENCONTROS, TEMPOS E ESPAÇOS	43
1.3 DA LUTA PELA TERRA: FRAGMENTOS DE UMA HISTÓRIA VIVIDA	62
CAPÍTULO II	83
2 TEMPO, EXPERIÊNCIA E VIDA COLETIVA	83
2.1 TEMPO COMO PROBLEMATIZAÇÃO SOCIAL E HISTÓRICA	84
2.2 O SENTIDO SOCIAL DO TEMPO EM EXPERIÊNCIAS DE ACAMPAMENTO	94
2.3 TEMPORALIDADES E PESQUISA ETNOGRÁFICA	100
CAPÍTULO III	111
3 AS DENSIDADES DO TEMPO EXPERIMENTADAS NA ESPERA	111
3.1 TEMPO DAS DENSIDADES POLÍTICAS	112
3.2 “UM LUGAR MUITO BONITO, BASTANTE TERRA. FALEI, AH! AGORA NÓS PODEMOS PLANTAR!”	120
3.3 O TEMPO (D) “ESSAS COISAS ASSIM DE ACAMPAMENTO”	131
3.4 “TRABALHANDO JÁ É DIFÍCIL, IMAGINA SE PARAR”	140
CAPÍTULO IV	149
4 O DESEJO PELA TERRA E A (RE) SIGNIFICAÇÃO DO TEMPO	149

4.1 TEMPO DE EXPERIÊNCIA CONTRA O DESPEJO NO PASSADO E NO PRESENTE	150
4.2 A HERANÇA DOS ACAMPADOS, O VALOR DA TERRA, DA LUTA E DO MEIO DE VIDA SEVERINA.....	160
4.3 NARRATIVAS DE ESPERA E SONHOS	167
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	185
REFERÊNCIAS.....	195

INTRODUÇÃO

Ah, eu por exemplo assim, meu lugar que eu morava está debaixo do Lago, se tiver lugar para mim me manda para lá. Não tem como eu prová que meu lugar tá lá debaixo d'água. Então eu, por direito, tenho que ganhar terra, que ter até porque eu não fui indenizada naquela época, então pode ser agora! Então sabe que eu nunca tinha parado para pensar nisso?

(Dorothy Severina – Acampada em São Miguel do Iguçu)

Escolhas e abandonos

O caminho que percorri foi longo para chegar ao momento “final” que envolve a escrita da tese. Ele iniciou com minha própria história de vida, quando, em 1975 e ainda criança, saí com minha família (pai, mãe, irmã e irmãos) da região norte do Paraná para abandonarmos a experiência de viver em um espaço rural de latifúndios cafeeiros, bem como nos distanciarmos do trabalho em plantação de mudas de café e colheita de algodão como família de boia-fria. Há em mim uma identificação como filha de trabalhadores rurais que se deslocaram em busca de uma vida distante do trabalho rural. A vinda para Foz do Iguçu, região de fronteira, parecia aos parentes paternos uma aventura que simbolizava enfrentamento com a violência e o perigo. Contudo, para meus pais, a alternativa de iniciar uma nova vida no meio urbano era uma possibilidade de sobrevivência e uma saída por não acreditarem no trabalho campesino como um futuro para os filhos. Não questiono a decisão deles; considero-os trabalhadores que sobreviveram muitas vezes “sem trabalho” no mundo urbano¹. É necessário destacar que não quero ressaltar o antagonismo entre “rural e urbano”, mas, no imaginário de meus pais, no início dos anos 1970, a ideia de que se encontraria

¹ Raymond Williams aborda o antagonismo imaginário entre “campo” e “cidade” como tendo sido delineado pelo capitalismo e pela Revolução Industrial. Críticas a esse imaginário têm sido cada vez mais frequente e, no decorrer dos capítulos, ficam visíveis as formas de relação entre o modo de vida que não é restrito ao campo porque imbricado no urbano, do mesmo modo que a agricultura familiar subsiste pela dependência do trabalho em agroindústrias. A presença da agroindústria no cotidiano de alguns acampados é um fato recorrente, justamente pelo crescimento da força de trabalho nesse setor e no desenvolvimento biotecnológico (GOODMAN; SORJ E WILKINSON (1990). Diante disso, separar rural e urbano, como acabo de fazer, é parte de uma idealização da vida no campo, que está presente na forma de pensar sobre os meus pais e também na forma que muitos Severinos exaltam o modo de viver o “rural”.

“prosperidade” apenas fora da realidade rural era uma forma deles de ver o mundo.

Por ter minha raiz familiar longe da cidade, vejo que o interesse pela temática sobre o deslocamento de famílias de trabalhadores rurais, hoje, sem-terra² na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, é também uma parte daquilo que conheci como história pessoal de vida. Ainda no Mestrado em Letras: Linguagem e Identidade na Universidade Federal do Acre – UFAC, estudei o deslocamento de famílias paranaenses para a Amazônia acreana na década de 1980 (após o alagamento da Usina Itaipu Binacional) com análises pautadas na História Oral, tendo como interesse as experiências no “tempo presente” que resultavam em relações culturais, renúncias e aprendizagens vivenciadas em solo amazônico. Naquela ocasião, abordei as experiências, as aprendizagens e o sentimento de pertencimento dos trabalhadores rurais que foram para o Norte do país em busca de terra para se manterem. A pesquisa de campo aconteceu em algumas propriedades rurais localizadas em ramais³ amazônicos no interior do Acre e passou por dificuldades durante o período de inverno da região com meses de intensas chuvas, fato que limitava meu acesso até as casas dos entrevistados. Usei as narrativas orais como documento e as contribuições analíticas de Alessandro Portelli em seu *Ensaio sobre história oral* e no artigo *A filosofia e os fatos*. Os referenciais teórico-metodológicos me indicaram caminhos interpretativos para entender as memórias e as experiências de deslocamento. Em 2012, durante a pesquisa de campo do Mestrado, a busca se concentrava em encontrar aqueles que vieram do “meu lugar” de origem e que, ao mesmo tempo, pudessem entender a experiência de deslocamento e os enfrentamentos para assimilar e manter os próprios significados e valores. Desse percurso, surgiram, pela primeira vez, algumas informações sobre famílias que migraram também para o Paraguai. Esse fato, posteriormente,

² Na tese, há a opção de utilizar a palavra sem-terra, com hífen. A palavra Sem Terra só será usada quando estiver relacionada à denominação do movimento social. Mesmo assim, não desconsideramos como inválida a discussão de Roseli Caldart quando defende a ideia de que “Sem Terra, com letras maiúsculas e sem hífen, é o nome próprio que identifica os sem-terra do MST. A expressão ‘sem-terra’ indica a categoria social de trabalhadores e trabalhadoras do campo que não têm terra e passam a requerê-la como direito. Trata-se de um vocábulo recente nos dicionários de língua portuguesa, uma das conquistas culturais da luta pela terra no Brasil. Mas em seu nome, os Sem Terra mantêm a grafia original de seu nascimento como sujeitos que criaram o MST” (CALDART, 2001).

³ É a denominação das estradas de caráter secundário e sem asfaltamento o que as torna intratáveis durante a época de chuva no estado do Acre.

resultou no projeto de pesquisa de Doutorado vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras – UNIOESTE.

Iniciei os estudos no PPGSCF⁴, em 2017, com as disciplinas obrigatórias e optativas e, em 2018, fiz os primeiros contatos com os interlocutores da pesquisa, finalizada em 2019, mas com idas ao campo algumas vezes em 2020. Minha trajetória pessoal e de pesquisa continuou orientando meu interesse, agora por trabalhadores rurais que se deslocaram para o Paraguai, retornaram ao Brasil e estão no MST⁵ – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – em espaços conhecidos por acampamentos, nos quais inauguram uma temporalidade de espera pela terra desejada. Inicialmente o MST nem foi cogitado como campo de pesquisa, como também a categoria de análise não era o “tempo”. Procurava pelas memórias sobre os deslocamentos forçados e, a partir delas, encontrei um grupo de trabalhadores sequer mencionados nas abordagens históricas sobre a região onde vivem.

O primeiro projeto de pesquisa interpretaria a experiência de brasileiros, trabalhadores do meio rural, que retornaram ao Brasil no século XXI, devido ao movimento camponês paraguaio caracterizado como um conflito pela terra entre brasileiros e paraguaios. Esse recorte foi feito em 2016 quando esboçava os primeiros rascunhos da pesquisa e investigava sobre essa questão. Em anos anteriores, os jornais impressos destacaram esse conflito e produziam leituras, discursos e interpretações sobre o retorno dos brasileiros. Intencionava discutir, novamente, o deslocamento forçado e os efeitos dele, de certa forma emocionais, naqueles que passaram por essa experiência no início dos anos 2000. A partir disso, delimito o campo de pesquisa, relacionando-o ao grupo de trabalhadores rurais que retornaram do Paraguai. As referências sobre o grupo foram encontradas em notícias de jornais locais, *Nosso Tempo e Gazeta do Iguazu*, e de circulação nacional, *Gazeta do Povo e Jornal do Brasil*⁶. Ao mesmo

⁴ PPGSCF – Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteira. Programa interdisciplinar de Mestrado e Doutorado ofertado pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *campus* de Foz do Iguazu.

⁵ “O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento socioterritorial que reúne em sua base diferentes categorias de camponeses pobres – como parceiros, meeiros, posseiros, minifundiários e trabalhadores assalariados chamados de sem-terra – e diversos lutadores sociais para desenvolver as lutas pela terra, pela Reforma Agrária e por mudanças na agricultura brasileira”. (CALDART, 2012, p.498)

⁶ Algumas manchetes e notícias encontradas nos jornais me conduziam à ideia de que os brasileiros retornavam devido ao conflito de terras no Paraguai : “Brasiguaios vão às estradas protestar contra invasão” (*Gazeta do Povo*, 13/07/2011); “Brasiguaios fecham rodovia no Paraguai em litígio por terras” (*Gazeta do Povo*, 08/08/2008); “Brasileiros voltam para casa e se abrigam no MST” (*Gazeta do Povo*, 19/07/2006); “Lugo promete segurança no conflito entre

tempo em que seguia os “retornados”⁷ em busca de respostas para minhas perguntas, os mesmos jornais indicavam que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra havia absorvido grande parte desses trabalhadores. O próximo passo para encontrá-los era procurar dados disponíveis em instituições municipal, estadual ou federal. Não obtive êxito. Em 2016 procurei, a princípio, a Casa do Migrante, localizada na Vila Portes, próxima à Ponte da Amizade em Foz do Iguaçu. Encontrei poucas informações registradas; todavia lá estavam alguns voluntários vinculados à Igreja Católica com os quais conversei. Uma voluntária confirmou-me a ausência de dados e de informações precisas sobre o paradeiro das “famílias” retornadas” do Paraguai, mas sinalizou a possibilidade de estarem elas em Acampamentos do MST. Foi a primeira percepção de “invisibilidade” dessas trabalhadoras e trabalhadores rurais envolvidos na pesquisa. Contudo, ainda se impunha a necessidade de saber o paradeiro de brasileiros conhecidos e reconhecidos como “brasiguaios”⁸. Percebi que usar o termo “brasiguai” já contextualizava aqueles a quem eu procurava. O Estado brasileiro não dispunha de políticas de acolhimento às famílias que viveram no Paraguai, pois as informações obtidas em órgãos institucionais diziam pouco a respeito delas. A partir de tal constatação, as famílias de “retornados” emergiram como um grupo social de importância a ser pesquisado, pois isso lhes daria o protagonismo merecido na história da fronteira.

Como mencionei acima, minha pergunta inicial não se vinculava ao tempo como categoria de análise, mas à memória como experiência. O objetivo era reconstruir a trajetória das famílias por meio de suas narrativas, todavia, após os primeiros encontros com esses trabalhadores nos Acampamentos MST, outros interesses foram despertados e fui reelaborando tanto o problema de

colonos e sem-terra” (*Jornal do Brasil*, 06/02/2012); “Paraguai se compromete a garantir segurança a brasiguaios” (*Jornal do Brasil*, 01/02/2012); “Lugo desapropriará 8 milhões de hectares: terra será repassada para 300 mil famílias pobres no Paraguai, todas sem-terra” (*Gazeta do Iguaçu*, 22/08/2008).

⁷ Uso a categoria “retornados” pensando em examinar o processo migratório dos trabalhadores do meio rural baseando-me na noção de fluxo e refluxo migratório. Ao ler *A Imigração ou os paradoxos da alteridade* de Abdelmalek Sayad refleti que o desejo de retorno é uma presença no processo migratório ou pode ser visto como “[...] **acidente de percurso**[...]” (SAYAD, 1998, p.109, grifo nosso), o que resulta no sentimento de derrota. Muitas vezes, de acordo com Sayad, a provisoriamente é uma forma de manter-se na condição de migrante.

⁸ A publicação intitulada *Brasiguaios: destino incerto*, José Luiz Alves, jornalista, faz o registro do conflito por terra entre brasileiros e paraguaios na fronteira de Mato Grosso do Sul. Foi, nessa ocasião, a primeira vez que se empregou a palavra “brasiguaios”, pelo deputado Sérgio Cruz do Partido dos Trabalhadores ao se referir àqueles que necessitavam de uma anistia para retorno ao Brasil (ALVEZ, 1990, p.19). A cartografia, uso e desuso do termo ao longo do tempo estão em discussão no Capítulo I.

pesquisa quanto meus objetivos. A busca pela memória das retornadas e retornados encontrados em acampamentos do MST me conduziu à reelaboração de todo o projeto. Foi necessário compreender melhor o trabalho de campo com Evans-Pritchard (2005) ao escrever que na “[...] ciência, como na vida, só se acha o que se procura. Não se pode ter as respostas quando não se sabe quais são as perguntas” (EVANS-PRITCHARD, 2005, p. 243). Inspirada nas orientações do antropólogo e nas suas experiências etnográficas com os Azande, compreendi que a imersão no campo sinaliza à pesquisadora os interesses do próprio campo. Isso significa dizer que, assim como Evans-Pritchard deixou-se guiar pelo interesse dos Azande em bruxaria, já que não era sua ideia inicial de pesquisa, eu me deixei guiar pelo “tempo de espera” dos acampados no MST e retornados do Paraguai. A experiência que tiveram nesse país pouco aparecia durante as conversas, interessava-lhes mais relatar os anos acampados, os sonhos e a luta pela terra. A partir daí, fiz uma delimitação focada nos modos de viver e sobreviver desse grupo em dois Acampamentos do MST, atenta às experiências de ida e retorno, passando pela fronteira entre Brasil e Paraguai, e nos tempos de permanência nos acampamentos.

Considero que a pesquisa etnográfica foi uma experiência significativa para afastar o apego aos propósitos iniciais e fazer surgir nova formulação do tema de pesquisa. A convivência com o grupo de trabalhadores no trabalho de campo rompeu minhas certezas iniciais e depois outras e outras. Defini que teria como categoria de análise o “tempo” construído socialmente, pois esse poderia me conduzir à compreensão da espera, uma constante na vida de trabalhadores que vão e retornam movidos pelo desejo pela terra.

Experiência etnográfica

Iniciei a experiência etnográfica em dois Acampamentos do MST, no ano de 2018, após aprovação do projeto pelo Conselho de Ética da UNIOESTE. O primeiro contato foi-me oferecido por uma colega de Mestrado do PPGSCF, Sandra Marli da Rocha Rodrigues. Tratava-se do Acampamento Chico Mendes, localizado em Agro Cafeeira, Distrito de Matelândia na região oeste do Paraná, a 73 km da fronteira entre Brasil e Paraguai. Marquei o primeiro encontro para agosto de 2018 com uma liderança do acampamento. Nessa primeira visita, consegui o contato do outro acampamento, o de Sebastião Camargo, mais

próximo de Foz do Iguaçu. A atividade de campo foi dividida em duas etapas: a primeira foi realizada no Acampamento Sebastião Camargo entre agosto e dezembro de 2018; a segunda foi feita no Acampamento Chico Mendes entre março e agosto de 2019.

O Acampamento Sebastião Camargo, localizado em São Miguel do Iguaçu – próximo ao posto de pedágio, a 43 km da fronteira entre Brasil e Paraguai, região oeste do Paraná – foi criado em março de 2015 em terras pertencentes ao ITEPA (Instituto Tecnológico e Educacional de Pesquisa da Reforma Agrária), instituição que funcionou até 2014, mas, na ausência de recursos federais, foi desativada. O contexto de ocupação do espaço tinha como características importantes a demanda de famílias sem-terra oriundas da região de Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu e São Miguel do Iguaçu, como também a retomada do espaço desativado do ITEPA que, como alguns diziam, estava sendo usado para atividades ilícitas.

Em 2015, quando surgiu o acampamento, havia uma procura expressiva por Acampamentos MST na região, e isso fez com que muitos fossem até Quedas do Iguaçu para se inscreverem no Acampamento Dom Tomás Balduino⁹, onde existia uma população de quase 3000 famílias as quais, na época, passavam por um conflito com a Madeireira Arupel (RELATÓRIO, 2020)¹⁰. Nesse contexto de demanda e conflito agrário, a direção estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ao verificar a gravidade da situação política em Quedas do Iguaçu, procurou como alternativa encontrar um espaço para as famílias oriundas de Santa Terezinha, São Miguel e Foz do Iguaçu, a fim de evitar o deslocamento delas para a área de conflito e cedendo o espaço do ITEPA (RELATÓRIO, 2020). Em 2020, quando colaborei, a pedido dos acampados, com a elaboração de um diagnóstico socioeconômico, em plena crise sanitária no país, o Acampamento Sebastião Camargo contava com uma população de 235 moradores entre idosos, adultos, jovens e crianças.

⁹ O acampamento Dom Tomás Balduino, desde 2015, concentrava cerca de 600 famílias, em uma área de, aproximadamente, 10.700 hectares de terras públicas griladas pela Madeireira Araupel. A denúncia sobre a grilagem das áreas ocupadas pela empresa começou na década de 1990. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) formalizou a criação de vários assentamentos rurais em Quedas do Iguaçu. Em 2015, a 1ª Vara Federal de Cascavel declarou nulo o título de propriedade da fazenda Rio das Cobras, uma das apropriadas pela madeireira, a partir de uma ação judicial movida pelo Incra em 2004. O Incra ajuizou uma Ação Civil Pública sobre os cerca de 12 mil hectares restantes.

¹⁰ A história da criação do Acampamento Sebastião Camargo foi ouvida durante conversas com moradores antigos e entrevista concedida em 01/08/2020. As informações estão no Relatório que é resultado do levantamento socioeconômico feito em 2020 no acampamento em questão.

Quanto ao nome Sebastião Camargo dado ao acampamento, foi uma homenagem a um trabalhador sem-terra, assassinado aos 65 anos, em 17 de fevereiro de 1998, por uma milícia privada ligada à UDR – União Democrática Ruralista–, durante uma ação de despejo ilegal em Marilena, noroeste do Paraná, na fazenda Boa Sorte. Segundo os relatos e as reportagens, pistoleiros encapuzados obrigaram os acampados, inclusive crianças e idosos, a deitarem-se no chão. Sebastião Camargo, por ter problemas na coluna, não conseguiu permanecer na posição e tentou apoiar a cabeça nas mãos. Por causa de um movimento dele com as mãos, foi assassinado a poucos metros de distância de forma violenta e covarde. O crime foi julgado apenas em 2013, apesar do amplo material coletado durante as investigações. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) julgou que o assassinato de Sebastião Camargo veio seguido de violação do direito à vida, às garantias judiciais e à proteção judicial. A CIDH, em 2011, tomou como providência responsabilizar o Estado brasileiro pelo assassinato do trabalhador rural. Em novembro de 2012, dois acusados de participação no crime foram condenados: o ex-proprietário da fazenda Boa Sorte, onde ocorreu o assassinato de Sebastião Camargo, foi condenado a seis anos de prisão; e Osnir Sanches, condenado a treze anos por homicídio qualificado e constituição de empresa de segurança privada, utilizada para recrutar capangas e executar despejos ilegais.

A violência contra Sebastião Camargo é uma expressão do padrão de repressão do trabalhador rural inserido no MST, um movimento social de resistência coletiva que objetiva o reconhecimento de direitos e expõe, no cenário sociopolítico, uma discussão sobre a propriedade privada/fundiária, ação que representa uma ameaça aos poderes estabelecidos. Com isso, os trabalhadores rurais sem-terra atuam também como protagonistas no processo de questionamento das forças de dominação e, diante da violência, registram fatos marcantes da luta pela reforma agrária.

A segunda etapa da pesquisa etnográfica foi no Acampamento Chico Mendes, para onde retornei com um cronograma de visitas diárias entre março e agosto de 2019. Na assiduidade dos encontros, envolvi-me em atividades de resistência contra o despejo anunciado, o que resultou em um relatório socioeconômico feito no acampamento, como acabei de mencionar, elaborado

com a Escola Popular de Planejamento da Cidade – EPPC¹¹. O levantamento de dados sociais solicitava informações sobre saúde, educação, infraestrutura e outros elementos culturais presentes no Acampamento. Mesmo tendo o meu recorte de pesquisa apenas em famílias de retornados do Paraguai, as visitas e a aplicação de questionários, em todas as casas, para elaborar o relatório, me aproximaram mais das famílias, propiciando mais receptividade à minha presença.

A história do Acampamento Chico Mendes iniciou em 31 de julho de 2004, em uma madrugada de inverno. Nesse mesmo dia, chegaram várias famílias vindas do Acampamento Roselito, situado no município de Diamante D'Oeste. Alguns homens, mulheres e crianças eram retornados do Paraguai após anos de experiência no país vizinho. O acampamento nasceu do ritual de ocupação praticado pelo MST. É com esse ritual que se institui para o Estado o interesse dos acampados por aquela terra. A área ocupada, conhecida na época como “Fazenda Boito”, possuía 380 (trezentos e oitenta) alqueires destinados à pecuária de corte; a senhora Maria Lourdes Locks Boito e Nilton Antônio Boito se apresentavam como proprietários (ANDRADE, 2008). Esse foi o início da luta para a permanência no local que, em 2019, completou 15 anos de espera pelo assentamento por meio de políticas públicas de reforma agrária com participação e execução efetuada pelo Incra.

O acampamento foi “batizado” de Chico Mendes e, como disse Jane Júlia Severina, uma das lideranças do grupo, “no início, quando a brigada fez a ocupação da área, por vários anos fizeram uma discussão de que ele seria totalmente orgânico (...)”, ou seja, produziram alimentos sem veneno. Como os acampados associavam a sustentabilidade ao nome do seringueiro, bem como à história de luta dele pelos direitos do trabalhador, foi decidido que o acampamento receberia o nome do seringueiro.

A história de Chico Mendes é marcada por uma trajetória de luta desde a juventude. Nascido em uma família de seringueiros, foi alfabetizado aos 19 anos e morava no Seringal Porto Rico, em Xapuri/AC. Participou como membro do primeiro Sindicato em Brasileia/AC, foi vereador e contribuiu com a

¹¹ A Escola Popular de Planejamento da Cidade – EPPC é um projeto de extensão universitária da Universidade Federal da Integração Latino Americana, UNILA. O objetivo está em associar atividades de ensino, pesquisa e extensão; é constituída por uma metodologia de construção de conhecimento colaborativo com base na pesquisa-ação e na educação popular, e tendo como objetivo interferir na produção desigual das cidades. (RELATÓRIO, 2019)

fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980. Com o assassinato de Wilson Pinheiro, houve a desarticulação sindical em Brasileia. Chico Mendes percebeu a necessidade de organizar uma base social que tivesse em pauta um movimento contra o desmatamento e para garantir a permanência dos seringueiros nas atividades extrativistas (ALLEGRETTI, 2008). A base da discussão estava em manter os seus modos de vida e em questionar a legitimidade dos seringalistas e dos pecuaristas que se declaravam “donos da terra”. A presença de Chico Mendes no cenário de conflito, com os “empates”¹², estimulava a luta pela garantia da reprodução simbólica do seringueiro dentro da floresta a partir do extrativismo e contrária ao desmatamento.

A escolha dos acampados em homenagear Chico Mendes talvez vá além do que Jane Júlia Severina tenha ressaltado durante a entrevista. É um processo de guardar a memória a partir de um agente simbólico e de indicar que a terra em disputa revela não só a posse de territorialidade, mas também a manutenção da forma de vida. Isso coincide com o propósito da ocupação e do acampamento por trazer em sua essência a manutenção do direito a terra para a manutenção da vida.

Com o objetivo de consolidar a posse pela terra ocupada, as famílias instalaram-se naquele mês de inverno com entusiasmo. Desembarcaram dos caminhões seus pertences e iniciaram os trabalhos de infraestrutura dos barracos de lona. Por ser a comunidade muito grande, imediatamente se iniciou a organização dos núcleos de base para facilitar a comunicação e a organização entre eles. Dessa forma, cada integrante assumiu uma tarefa nos diversos setores existentes: saúde, educação, comunicação, alimentação, segurança entre outros (ANDRADE, 2008, p.26).

O início do acampamento ficou registrado com a estruturação de uma escola itinerante, por existirem ali muitos adultos e adolescentes com baixa escolaridade ou analfabetos. Havia uma demanda expressiva de programas envolvendo a Educação de Jovens e Adultos (EJA); foram organizadas seis

¹² O “empate” foi o enfrentamento entre os moradores da floresta e os pecuaristas, entre 1970 e 1980 no Acre, contra o desmatamento de áreas de floresta em prol de áreas de pasto para a indústria agropecuária. O empate foi definido por Chico Mendes como uma forma “dos seringueiros se organizarem em mutirões e se deslocarem para os locais de desmatamento, se colocarem entre os peões e a floresta e desmobilizar seus acampamentos, dialogar com eles e forçá-los à retirada” (MESSINA, 2016, p. 103).

turmas e, em novembro de 2004, as atividades escolares foram iniciadas (ANDRADE, 2008).

Em abril de 2005, as atividades com o ensino regular também começaram, e a escola atendia filhas e filhos menores de acampados. Infelizmente, a escola, durante um temporal, desabou, mas foi reconstruída com materiais cedidos pela SEED (Secretaria Estadual de Educação) e inaugurada com o nome “Sementes do Amanhã”. Ela funcionou de 2005 a 2015, pois havia demanda suficiente para manter as turmas abertas. Com a falta de investimento público no projeto e com a diminuição do número de famílias acampadas, a escola foi fechada. Atualmente, crianças e jovens estudam no Distrito de Agro Cafeeira em escolas públicas e há o transporte escolar disponível para esses estudantes se deslocarem.

Em 2019, por razões que mostrarei à frente, o Acampamento Chico Mendes totalizava 148 moradores, incluindo idosos e idosas, homens e mulheres adultos, jovens, adolescentes e crianças (RELATÓRIO, 2019). É um acampamento onde os moradores vivem e sobrevivem circulando entre a realidade do acampamento e a realidade fora dele para a manutenção da permanência em um tempo ativo na espera. Quando pesquisei a história do acampamento e, ao analisar os dados coletados para o relatório socioeconômico, observei que as famílias de retornados do Paraguai estavam há quinze anos acampadas e morando de forma “provisória”. Foi essa provisoriedade que me inclinou a estudar o “tempo” como categoria de análise, pois ele mobiliza e aciona a espera pela terra. Da mesma forma, quando ia ao Acampamento Sebastião Camargo, mais novo em existência, considerei que seus moradores poderiam se instalar na provisoriedade tal qual verificara no Acampamento Chico Mendes. Com a experiência nos dois acampamentos, percebi que meu interesse estava ligado ao tempo de espera e às experimentações temporais possíveis para permanecerem engajados na luta pela terra.

As observações das temporalidades existentes só foram possíveis com a escolha da etnografia como caminho metodológico. A princípio, havia o receio de “entrar na vida” cotidiana dessas pessoas. O desconforto relacionava-se à minha inexperiência em pesquisa etnográfica, ao período em que deveria passar no campo e ao que deveria fazer enquanto observava os grupos. Preocupava-me em construir algo que fizesse sentido para mim e para todos os

envolvidos. A sensação de ser “apenas” uma “cientista” diante de um objeto me inquietava. Lembrei-me da leitura que fiz, antes de ir para o campo, da obra *O trabalho do antropólogo* (2006) escrita por Roberto Cardoso de Oliveira. A partir daí, na prática, compreendi que precisaria me despir de qualquer tipo de confronto entre minha forma de ver o mundo e a de meu entrevistado, pois cada um de nós possui um repertório de experiências diferentes.

Roberto Cardoso de Oliveira também destaca que é preciso “olhar, ouvir e escrever” (2006, p. 27) como atos cognitivos que parecem ser bastante familiares e comuns, mas assumem um sentido mais específico e particular nos dados, nas narrativas e nas experiências acontecidas na pesquisa. Oliveira alerta que “[...] a caminhada da pesquisa é sempre difícil, sujeita a muitas quedas [...]” (OLIVEIRA, 2006, p.21) e, exatamente por isso, é necessário buscar informações sobre o campo, para poder observar com o olhar, saber o que eliminar de ruídos diante daquilo que vai ouvir. Além disso, é necessário “se despir” de qualquer pré-julgamento entre as duas formas de ver o mundo e sentir o tempo: a do entrevistador e a do entrevistado, do observador e do observado. É um caminho para que a pesquisadora e seus participantes usufruam da interação e permitam surgir a possibilidade de caminhar em uma via de mão dupla. A posição que queria ocupar ao “estar lá” não era a da falsa impressão de “verdade” com tom testemunhal e autoral. Não bastava explicar por uma via única e metódica, mas compreender o lugar dos participantes na pesquisa. Ao compreender e interpretar a realidade pesquisada, conseguiria encontrar o tempo e o espaço nas falas de cada entrevistado e na convivência durante o período etnográfico.

O campo ofereceu informações que se transformaram em dados a partir do processo reflexivo realizado posteriormente à coleta. Registrei informações possíveis a partir dos atos de “ver” e “ouvir” como complementos um do outro, ou melhor, nas palavras de Roberto Cardoso de Oliveira, como “duas muletas – que não nos percamos com essa metáfora tão negativa – que lhe permitem caminhar, ainda que tropegamente, na estada do conhecimento” (OLIVEIRA, 2006, p.21), e que a caminhada da pesquisa é “sujeita a muitas quedas” (OLIVEIRA, p.21, 2006). Assim foi a pesquisa realizada nos Acampamentos MST, e a etnografia apontou a necessidade de um “ouvir” apurado, um ato de interlocução que significa ir além de “informantes ou entrevistados”, pois a palavra de cada acampado foi recebida não para ouvir o

que se queria, mas ouvir o que eles teriam a dizer. Nesse processo de interação com as famílias vindas do Paraguai, o fazer etnográfico possibilitou compreender o tempo da espera como ativo, sob muitas perspectivas. As cotidianidades e as vivências nos espaços de acampamento foram se (re) significando ao longo da experiência temporal dos acampados e, nesse contexto, as memórias de deslocamento foram tomando parte de um “tempo” maior, abrangente, que eu identifiquei como “denso” para expressá-lo.

Não tenho dúvidas de que a etnografia possui “poder” (PEIRANO, 1995). No ensaio *O poder da etnografia*, Mariza Peirano resenha a obra *Carnaval Carioca: dos Bastidores ao Desfile*, de Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti e demonstra a importância da etnografia para interpretar o Carnaval carioca, as mudanças temporais ocorridas na escolha do enredo e a confecção do samba-enredo, o que inaugura um tempo histórico. Peirano destaca na etnografia o ciclo ritual, que é renovado a cada ano de desfile. Mais que isso, afirma que “‘história’ não é o que os foliões contam como passado, ou o que a pesquisadora encontra nos livros e nos documentos; história é parte do presente, em um fluxo contínuo no qual alguns elementos persistem e se atualizam por meio das tensões sempre atuantes” (PEIRANO, 1985, p. 278). Mariza Peirano destacou a importância do presente que atualiza o passado, assim como minha experiência etnográfica iniciada em 2018 se vinculava às ameaças de despejo trazidas pelo novo governo brasileiro, um desconhecido para o acampado. O momento presente fazia muito mais sentido na vida dos acampados e se sobrepunha às lembranças ligadas ao fluxo migratório para o Paraguai, a mim era reservado o respeito ao que eles queriam narrar.

Ressalto que a etnografia como abordagem teórica-metodológica para compreender as experiências temporais de trabalhadores rurais não é ancorada na eficiência de um etnógrafo por profissão. Sendo assim, arrisco dialogar com as teorias de Geertz quando, no texto *Os usos da diversidade*, ressalta que o papel do etnógrafo está alinhado ao do historiador e do romancista pela sutileza de como trabalham de maneira detalhada e interpretativa cada minúcia que lhes é posta no momento da observação e da aproximação. Nas palavras de Geertz, as semelhanças entre etnógrafos e romancistas se dão por serem “[...] profissionalmente obcecados com mundos situados em outros lugares e como torná-los compreensíveis, primeiro para nós mesmos e, depois, através de recursos conceituais não muito diferentes[...].” (GEERTZ, 2001, p.80).

Esse ofício refere-se ao historiador e ao romancista que também possuem a preocupação da interlocução com os leitores. Nesse sentido, Geertz me instigou a tentar trazer para a tese uma linguagem mais compreensível a um leitor comum; melhor dizendo, “narrativas e enredos que nos tornem visíveis para nós mesmos, representando-nos e a todos os outros jogados no meio de um mundo repleto de estranhezas irremovíveis, que não temos como evitar” (GEERTZ, 2001, p.82).

Posso dizer que a etnografia foi importante para minhas descobertas de limites pessoais na relação com o “outro”. Gradativamente, as conversas com as pessoas foram se desdobrando em proximidades mais intensas. A imersão no campo foi indicando as possibilidades teórico-metodológicas, e alguns abandonos foram necessários para delimitar o enfoque em torno do tempo experienciado e vivenciado pelos acampados que outrora seguiram o fluxo migratório na fronteira. Dessa experiência, surgiram o envolvimento próximo com os protagonistas das próprias histórias e a percepção de que eles vivem o tempo presente e uma cotidianidade latente própria de uma espera permanente.

Devido ao contexto político de 2018, eleições para presidente e governadores de estado do Brasil, e a conjuntura política do MST, perdi várias possibilidades de entrevistas. Segundo os acampados, havia muita tensão dentro do MST e, cientes das experiências com governos, receavam algum tipo de perseguição política e, sobretudo, os que concederam entrevistas não quiseram ser identificados. Não consegui gravar entrevistas com todos os acampados que retornaram do Paraguai, pois havia neles muito receio diante do cenário político e dúvidas sobre possíveis perseguições. No Acampamento Sebastião Camargo, fiz 7 (sete) entrevistas semiestruturadas, quase seis horas de entrevistas foram transcritas após a finalização da primeira etapa da etnografia. No Acampamento Chico Mendes, foram realizadas 12 (doze) entrevistas, e a transcrição de oito horas de entrevistas no total, pois nem todos permitiram a gravação. Cada família apresentava uma pessoa para ser entrevistada, mas, durante a gravação, quem estava na casa acabava contribuindo. Aquilo que um esquecia o outro lembrava. Após as entrevistas, iniciei as transcrições, um momento exaustivo, sobretudo porque transcrever é muito mais que relacionar os símbolos gráficos ao som pronunciado pelo entrevistado. É necessário ouvir a mesma gravação várias, inúmeras vezes para criar intimidade com a narrativa. Não era apenas ouvir, mas também dialogar

com as referências pessoais e analíticas, pois, das palavras de cada entrevistado, podem-se obter algumas perguntas e respostas possíveis. A transcrição das narrativas foi um momento fundamental, pois sinalizou para o encontro de novas abordagens capazes de responder ao problema de pesquisa. Além disso, após cada aproximação, o diário de campo¹³ foi escrito e as observações iniciais ficaram registradas, algo que contribuiu nas transcrições e para as análises posteriores.

As transcrições, na versão do texto para o Exame de Qualificação, tiveram alguns ajustes fonéticos, o que resultou em questionamento sobre o preconceito linguístico em relação ao “falar” do grupo social envolvido. Sendo assim, ficou definido que, na versão final da tese, as transcrições respeitariam a forma fonética dos interlocutores se expressarem, sem correção gramatical, um princípio de respeito ao direito de expressão sem apagamento da identidade social.

Com os interlocutores, decidiu-se pelo anonimato nas entrevistas já que a possível citação de nomes dificultava a coleta de dados. Essa decisão se configurou em um facilitador para a concessão da entrevista. Após as transcrições, elaborei uma estratégia de ocultamento dos entrevistados que seria denominá-los de “Severina” ou “Severino”. Esse recurso trouxe para a composição da tese, em cada abertura de capítulo, algumas epígrafes da obra *Morte e Vida Severina* de João Cabral de Melo Neto. Mas não poderia denominar todos os entrevistados com o mesmo nome, e não vi a necessidade de informar a qual acampamento eles pertenciam, pois, ao ocultar o lugar onde vivem, ficaria menos provável a identificação deles. Para ocultar-lhes os nomes, procedi da seguinte forma: cada entrevistado recebeu o nome de um militante significativo da luta pela terra ou de outras lutas sociais com expressividade política, seguido do sobrenome “Severina”, quando mulher, e “Severino”, quando homem. Os nomes atribuídos ficaram, por exemplo, “Dandara Severina” para uma mulher entrevistada em um dos acampamentos. Nesse formato, está o uso do nome Dandara (guerreira negra que resistiu à escravidão) seguido de Severina.

¹³ O “diário de campo” é uma ferramenta importante durante a pesquisa etnográfica, pois “[...] é no diário de campo que se exerce plenamente a “disciplina” etnográfica: deve-se aí relacionar os eventos observados ou compartilhados e acumular assim os materiais para analisar as práticas, os discursos e as posições dos entrevistados, e também para colocar em dia as relações que foram nutridas entre o etnógrafo e os pesquisados e para objetivar a posição de observador” (WEBER, 2009, p.157)

Na denominação de “Severinos”, não há intenção de reduzir os participantes da pesquisa a um grupo homogêneo, sem individualidades e sem estratégias próprias de sobrevivência. Há a clareza de que não são “todos” iguais; todavia, na coletividade, existe um propósito político de fazer acontecer a reforma agrária e, a partir desse ideal, os acampados vão experienciando várias temporalidades na vida de acampamento que, a princípio, seria provisória.

A interpretação do cotidiano dos acampados, das experiências de cada um para a subsistência, não poderia ser tão dura a ponto de vitimá-los, nem tão inocente a ponto de não colocar o ponto de vista deles em torno deles mesmos e da realidade que vivenciaram. A procura por uma inspiração para contar, interpretar as experiências desses trabalhadores e refletir sobre elas me conduziu à obra de João Cabral de Melo Neto; mais pela temática que pelo efeito que ela suscita em produções discursivas sobre o Severino nordestino.

Com a necessidade de “recitar” a realidade vivida pelos protagonistas de tantas histórias de ganhos e perdas no processo migratório de ir ao Paraguai (a partir de 1970) e retornar ao Brasil (a partir de 2000), *Morte e Vida Severina* foi como um ponto de fuga. Tomo emprestada do poeta a ideia de trajetória de trabalhadores que caminham em busca de trabalho. As realidades são singulares e de regiões diferentes. Entretanto há uma insistente semelhança na tradução da vida do trabalhador rural em um caminhar afincado no desejo pela terra e há a presença do latifúndio, uma realidade nacional e imposta a ele¹⁴. Os trabalhadores paranaenses não seguem o rio Capibaribe até Recife, mas atravessam o rio Paraná, indo e voltando, movidos pelo desejo pela terra e pelo trabalho, sentimento que impulsiona os protagonistas da fronteira. Penso que eles seguem o sentido metafórico do curso do rio usado por Melo Neto para a Vida Severina dos retirantes nordestinos. Nesse sentido, os migrantes do Sul também seguem o curso da vida a partir de situações e práticas que podem auxiliá-los na luta pela manutenção da vida quando atravessam o rio Paraná. A presença das usinas de cana-de-açúcar no Nordeste torna-se sinônimo de meio de produção capitalista, ausência de

¹⁴ Leonilde Sérvolo de Medeiros, na obra *História dos movimentos sociais no campo*, além de identificar a “resistência” como traço comum a todos os movimentos sociais de luta pela terra, destaca que, a partir da década de 70, havia em todo o território nacional “ a luta pela terra de forma aguda” (MEDEIROS, 1989, p.109). Isso fortalece a ideia de que utilizo a obra de Melo Neto independentemente da construção imaginária do “homem nordestino” relacionado à seca, cujo tema considero bastante aproximado ao do trabalhador rural sem trabalho.

trabalho e de condições de manutenção da vida a partir da terra. Melo Neto registra a presença da usina de cana-de-açúcar como símbolo da voracidade capitalista sobre o homem nordestino, confrontado-a com os meios de produção capitalista que invadiam a sua realidade de trabalhador. Vale destacar que não singularizo a realidade nordestina, muito menos tenho a intenção de fazer uma análise comparativa entre a obra de Melo Neto e as narrativas orais de Severinas e Severinos Acampados, ou até mesmo fazer uma discussão política e econômica da obra modernista. O intuito está em perceber a obra *Morte e Vida Severina* como o resultado de uma trajetória histórica de uma realidade social envolvida pelas percepções simbólicas diante de questões nacionais.

No Paraná, a presença marcante do “desenvolvimento e progresso” vincula-se à Usina Hidroelétrica Itaipu Binacional, um projeto vislumbrado pelo presidente Juscelino Kubitschek, que modifica o tempo e o espaço da região oeste do Paraná e afeta vários municípios. Desloca famílias, alaga espaços eivados de histórias submersas pelo afogamento promovido pelo símbolo da “modernidade”¹⁵. Nesses contextos, percebo que a trajetória dos protagonistas da obra cabralina e das narrativas de vida presentes nesta tese, seja no campo (paranaenses) ou na cidade (nordestinos), é composta na luta pela subsistência vinculada ao trabalho, enquanto o curso da vida vai tecendo as estratégias de se manter vivo. O que me atraiu na obra cabralina foi a trajetória, a busca, o latifúndio que ameaça a vida no campo, a ausência de condições de trabalho, enfim, fatores que acionaram o deslocamento do homem do campo. Nesse sentido, volto a ressaltar que não reduzo a condição dos homens e das mulheres paraenses em sombras apáticas de uma obra literária, pois, se assim o fizesse, não teria tanto a ser dito sobre seus protagonismos como experiência de trabalhador rural que permanece lutando pelos seus ideais. Severino de *Morte e Vida Severina* segue seu caminho até Recife, os Severinos Acampados chegam até o Acampamento do MST e iniciam a espera ativa.

¹⁵ Em *Jamais fomos modernos* (1994, p.15), Latour escreve que o significado da modernidade é associado a “uma ruptura”, um “novo regime” ou uma “aceleração” de processos em contínua mudança. O uso das palavras “moderno”, “modernização” e “modernidade” indica também uma polêmica entre vencedores e vencidos (LATOURE, 1994), pois a modernidade é associada à racionalização, à civilização e ao progresso técnico-científico. Não há aqui a pretensão de pensar a “modernidade”, nem a divisão entre natureza e sociedade e todas as associações a ela correspondentes, como Bruno Latour (1994) aborda em sua crítica aos pressupostos nela contidos.

Antes de dar continuidade a este texto, chamo a atenção para a epígrafe inicial de uma trabalhadora do meio rural, mãe de três filhos, sem-terra, acampada e defensora da reforma agrária no Brasil. A fala dela dá significado ao momento presente em relação ao que narra como experienciado em um tempo passado. Sua narrativa mostra a trajetória de migração para o Paraguai após o alagamento das terras arrendadas pela família. O deslocamento pauta-se na busca por um futuro melhor como trabalhadores do campo, o que significava seguir com a travessia nos limites políticos da fronteira Brasil/Paraguai. A alternativa de arrendamento de terras na região oeste do Paraná era muito comum nos anos 1970 até a construção da Usina Itaipu Binacional. Conforme nos descreve Guiomar Germani (2003), havia muitas classes de trabalhadores rurais vivendo nas terras paranaenses, mas uma parcela deles era composta por trabalhadores pobres que negociavam a força de trabalho com os proprietários de terras. Segundo Germani (2003, p.61), “Além de proprietários e posseiros também há arrendatários na região, aqueles que não possuem terra, estão ligados a ela somente através do arrendamento [...] Poucos têm contrato registrado”. A realidade investigada por Germani é a mesma da família dessa acampada da epígrafe, que nos fala da ausência de indenização e da posterior migração para o Paraguai, fatos narrados e vividos por ela e por muitos trabalhadores rurais da região. A interlocutora é a protagonista da própria história, não uma vítima de uma força econômica baseada na modernização.

O grupo social ao qual dedico as análises encontra-se em uma cotidianidade específica, cujas estratégias para a manutenção da condição de trabalhadores rurais vinculam-se às formulações políticas do movimento social dos sem-terra. O espaço ocupado e as práticas do grupo estão repletos de debates sobre a ausência de políticas de reforma agrária, entretanto, na análise que proponho na tese, o MST não é o foco das reflexões teóricas. Mesmo tendo a convicção de que não estudo o MST, não posso ignorar que estudo “no MST”, e o grupo social vive no acampamento. Portanto, tudo que envolve as estratégias de luta nos dois acampamentos (processo judicial, diagnóstico socioeconômico, doações de alimentos durante a pandemia, “trabalhar fora”, plantar soja etc.) será mencionado e analisado, porque está em relação com a manutenção de temporalidades ativas na espera.

Desenhando o texto

Há uma sistematização em capítulos que trarão as formas de experimentação temporal dos trabalhadores rurais retornados, os Severinos que viveram e vivem de forma “densa” a realidade identificada na categoria “tempo”. A ordem dos capítulos é dada pela ideia de construir, progressivamente, a ideia de densidade temporal, isto é, um “tempo denso” que encapsula outras temporalidades ativas na espera em um contexto de Acampamento MST. A organização das ideias argumentativas está relacionada ao objetivo geral da pesquisa, pois esse consiste em “discutir as temporalidades experimentadas e interpretadas por trabalhadores rurais retornados do Paraguai vivendo em acampamentos do MST, assim como suas expectativas nessa condição de acampado”.

A partir do objetivo geral, a etnografia torna-se uma necessidade de pesquisa, e o momento presente dos Severinos Acampados é salientado contundentemente. As memórias do deslocamento passam a ser uma das peças de composição do mosaico que denomino como “tempo denso”. A imersão na pesquisa de campo ampliou as possibilidades de representação do universo pesquisado e contribuiu, pela aproximação, para a procura e o encontro dos princípios teóricos norteadores da compreensão do meu objeto, em um processo reflexivo para a construção dos dados.

A observação do cotidiano e a aproximação de vidas em Acampamentos MST trouxeram não só as memórias, mas também a capacidade de resistência por meio das estratégias de luta que compõem temporalidades dentro de uma experimentação de “tempo” denso. Nesse sentido, as abordagens temporais se misturam, entrecruzam-se e formam a experiência de uma Vida Severina de espera, resistência e sonho. Em síntese, o todo textual será dividido em quatro capítulos com enfoques distintos, entretanto ligados à categoria de análise “tempo”. Todos os capítulos contêm construções temporais edificadas pelas relações estabelecidas na composição de um “tempo denso”, capaz de manter a espera, longa ou curta, pela terra.

No Capítulo I, apresento o campo etnográfico e as pessoas dos acampamentos, os caminhos e as escolhas feitas para construir o objeto de pesquisa. Trago a problematização com o termo “brasiguai”, dialogando com Marcia Anita Sprandel para apresentar os Severinos Acampados (quem foram,

quem são e o que desejam ser). Para isso, faço uma exposição do contexto histórico da região de fronteira bem como dos discursos oficiais e das narrativas de vida de cada entrevistado. É um capítulo que apresenta o grupo social antes do acampamento e sua inserção no movimento MST, um contexto observado por meio de entrevistas, conversas, observação ativa e caderno de campo, auxiliares na estruturação progressiva do objeto de reflexão que permitiram reconstruir e desconstruir as buscas iniciais. Descrevo o campo de pesquisa e as estratégias utilizadas, desde a primeira aproximação nos Acampamentos MST até as últimas visitas. A partir da convivência com os acampados e da análise das entrevistas, algumas categorias como “família”, “pedaço de terra”, “comunidade”, “lote”, “em cima da terra”, “debaixo da lona” foram compondo o repertório de significados específicos entrelaçados às interações estabelecidas entre eles e o contexto dos dois acampamentos do MST. Tais categorias são apresentadas no Capítulo I e estão presentes em vários outros momentos e capítulos. São sinalizadas com aspas por possuírem significados específicos na comunicação entre os membros do grupo social. Por exemplo, a palavra “família”, no contexto convencional, assume o significado de parentesco, grupo de pessoas com ancestralidade comum – pode ser um casal e seus filhos, dois irmãos ou pessoas com algum parentesco distante ou até mesmo uma única pessoa; no espaço de acampamento e entre os acampados, a “família” é também uma unidade de medida quantitativa para distribuição de terra e para identificar o tamanho do acampamento pelo número de “famílias”. As categorias “debaixo da lona” e “em cima da terra” possuem uma relação bastante estreita de significados: indicam a situação de provisoriedade, por viverem em um espaço que não lhes pertence, e, ao mesmo tempo, a resistência em uma constante espera. O “pedaço de terra”, categoria bastante recorrente, além de demonstrar o desejo motivador de permanência em uma situação de acampados, vincula-se também ao pensamento de terra partilhada, dividida, distante da noção de propriedade privada e latifúndio.

O Capítulo II é composto pelas reflexões teóricas acerca do tempo como categoria de análise. Enfoca a noção de “tempo” como resultado da relação social que culmina nas diversas formas de experienciar as temporalidades dentro de um “tempo denso”. O início é baseado na discussão sociológica de Norbert Elias (1998) sobre a presença cronológica do tempo nas unidades de medida construídas e “inventadas” nos contextos de relações

sociais como um processo civilizatório. Tal questionamento é desdobrado por Alfred Gell (2014) que reflete sobre as diversas temporalidades existentes em outras realidades sociais do imaginário ocidental e em povos tradicionais a partir de pesquisas etnográficas e discussões teóricas. Inclui também a tradição histórica da filosofia para entender o percurso da categoria “tempo”, dialogando com filósofos como Platão, Aristóteles e Santo Agostinho, a fim de refletir sobre a temporalidade e sua “aporia” já sinalizada por Aristóteles. Enfim, todas as abordagens contextualizam as discussões de forma interdisciplinar sobre o “tempo”, para apreendê-lo como construção social.

No Capítulo III, são apresentadas as densidades temporais experimentadas e vividas pelos acampados. Há a apresentação do contexto de reforma agrária diante da interpretação que os acampados fazem sobre a situação política atual e anterior à última eleição presidencial. O ritual de ocupação dentro do “tempo de espera” é apresentado, discutido e analisado com base no conceito de “liminaridade” abordado por Van Gennep (2013) e Victor Turner (2013). As narrativas dos interlocutores estão presentes no capítulo e são destacadas como experiência de vida em momentos de lembrança e de atualidade com destaque para o lema “Ocupar, resistir e produzir”, que culmina na valorização do trabalho para merecimento da terra e a construção da permanência por meio do movimento entre a estrutura e a antiestrutura social.

No Capítulo IV, o “agora” é um tempo significativo para pensar as mudanças estratégicas de permanência e da espera, seja por decisões jurídicas de contensão do despejo, seja pela contingência existente na vida das Severinas e dos Severinos Acampados. Nele é evidenciado o valor simbólico da terra que ultrapassa a noção de propriedade privada e inclui outros valores a serem transmitidos e deixados como herança para os filhos. O último capítulo é fechado com a discussão das possíveis formas de pensar o “tempo” em contextos de uma Vida Severina repleta de resistência e de luta atravessada por temporalidades densas.

CAPÍTULO I

1 DO ESPAÇO/TEMPO EXPERIMENTADOS PELAS SEVERINAS E SEVERINOS ACAMPADOS

*Somos muitos Severinos
iguais em tudo e na sina:
a de abrandar estas pedras
suando-se muito em cima,
a de tentar despertar
terra sempre mais extinta,
a de querer arrancar
alguns roçados da cinza.*

*Mas, para que me conheçam
melhor Vossas Senhorias
e melhor possam seguir
a história de minha vida,
passo a ser o Severino
que em vossa presença emigra.*

(Morte e vida Severina – João Cabral de Melo Neto)

O objetivo deste capítulo é descrever a trajetória espaço-temporal percorrida por trabalhadores rurais na região de fronteira entre Brasil e Paraguai a partir do que é lembrado por eles em suas narrativas. Será destacado o caminho experienciado até os Acampamentos do MST, um espaço¹⁶ de construção social e política, que é parte da experiência de trabalhadores rurais. Tal qual o Severino da obra cabralina, os interlocutores da pesquisa, aos quais denominarei “Severinas e Severinos Acampados”¹⁷ como forma de ocultar suas identidades, migraram para o Paraguai quando ainda eram “colonos” no oeste do Paraná; passaram a ser “brasiguaios” nas representações discursivas de jornais e pesquisas acadêmicas; hoje estão inseridos no MST e se autodeclaram

¹⁶ A noção de espaço é utilizada a partir do referencial teórico encontrado em *A invenção do cotidiano* (2011) de Michel de Certeau. Ele entende o “espaço” como a prática do “lugar”, melhor dizendo, são as formas de como os sujeitos transformam o lugar a partir de suas ocupações e vivências. Isso significa que, nos itinerários do dia a dia, aquilo que é definido como posição dos barracos de lona, terrenos dedicados ao plantio e à criação de porcos/galinhas, são formas de organização dentro do acampamento. Certeau acrescenta que os passos moldam os lugares transformando-os em espaços e dando-lhes significados, sendo o espaço um lugar praticado atendendo à necessidade dos corpos que se movimentam. Quando os Severinos e as Severinas tecem as histórias dos acampamentos, trazem elementos e indícios das práticas sobre o lugar. Isso fica claro na reativação da guarita após ameaças de despejo, o que demonstra uma organização social e política do espaço.

¹⁷ O termo “Severinas e Severinos Acampados” é usado como ponto de fuga organizativa do recorte que faço dentro dos Acampamentos MST, pois não uso, nas análises, as narrativas de todos os acampados, mas somente daqueles que migraram para o Paraguai e retornaram ao Brasil.

“sem-terra”. O capítulo é sobre essa ação temporal que estabelece o “ser” e o “estar” na fronteira modificada, invadida por mudanças da modernização e alterada em situações nas quais seres humanos e grupos coletivos ficam em segundo plano nas políticas e nas intenções das instituições públicas.

Como estratégia de organização textual, o capítulo trará, na primeira seção, a descrição da busca pelo grupo de trabalhadores rurais e o uso do termo “brasiguaios” para a localização deles em Acampamentos MST, como também a naturalização desse termo para designar os brasileiros que passaram pela experiência migratória ao país vizinho. Por meio do diálogo com a pesquisa de Marcia Anita Sprandel, há uma nova possibilidade de entender as movimentações de sair do Brasil e a ele retornar em duas épocas distintas: a primeira com a chamada “abertura democrática” e seus efeitos representativos na década de 1980; a segunda com a conjuntura de opressão aos movimentos sociais, nisso inclui o MST, no atual momento político. O percurso chegará à apresentação das Severinas e dos Severinos Acampados como protagonistas da própria história.

A segunda seção terá a descrição dos espaços praticados pelos acampados e mostrará como a pesquisa etnográfica se destaca pela sua importância na condução dos abandonos das perguntas iniciais para a reorientação dos planos teórico-metodológicos. Como fechamento argumentativo, a terceira seção abordará o discurso historiográfico enredado pelas narrativas de vida dos acampados para contextualizar o fluxo migratório para o Paraguai, a presença marcante da Usina Itaipu Binacional nos processos de deslocamentos de famílias e o retorno para o Brasil em torno do desejo pela terra em um engajamento com o MST. Será nessa seção que as vozes dos trabalhadores deslocados vão tomar força para narrar uma história pouco (re) conhecida pelos discursos oficiais e de circulação nacional.

A descrição sobre os diferentes momentos vividos e os espaços praticados pelos trabalhadores rurais é fundamental para também compreender o percurso da pesquisa. Com o movimento de olhar as práticas do passado, fazendo as interpretações necessárias das relações entre o que viveram e vivem, tornou-se possível encontrar o trabalhador sem-terra e entender que, para manter-se com essa identidade, há a necessidade de sobreviver às adversidades impostas a ele, se desejar viver daquilo que é produzido com as práticas recebidas, muitas vezes, como herança da educação familiar. Os

homens e as mulheres que são apresentados neste capítulo estão em uma instigante busca pela terra. Para isso, eles experimentam temporalidades diversas, simultâneas e análogas, fator direcionador do ponto chave da pesquisa: entender a permanência e a espera a partir de uma análise envolvendo o tempo, que é determinado socialmente e construído culturalmente; além disso, o tempo vivido na espera se fragmenta com vários “agoras” que compõem a duração densa.

1.1 “SOMOS MUITOS SEVERINOS”, NEM POR ISSO, “IGUAIS EM TUDO NA VIDA”

Estudar a experimentação do tempo pelos trabalhadores rurais e acampados, a partir das concepções formuladas por estudiosos vinculados às ciências humanas, exige algumas renúncias analíticas, mas alguns apegos vão se formando. Antes de qualquer aprofundamento sobre esse procedimento teórico, há a necessidade de apresentar o grupo de trabalhadores com os quais tive uma relação etnográfica. O primeiro momento de aproximação com eles foi parte de uma reflexão sobre os deslocamentos existentes na fronteira entre Brasil e Paraguai. Essa ênfase inicial da investigação, contudo, foi sendo reelaborada por suscitar uma outra abordagem de interesse maior: o tempo vivido que atravessa a experiência do grupo estudado.

A pesquisa etnográfica tornou-se uma impulsionadora nas mudanças da abordagem analítica que seria dada ao grupo social de meu interesse, pois, a partir da convivência nos acampamentos, o “olhar” foi perdendo o ofuscamento, fazendo-me perceber, com nitidez, que estava diante de algo maior. Os propósitos iniciais tornaram-se uma realidade e um desafio; minhas certezas foram rompidas e surgiram outros procedimentos e interpretações. Durante as primeiras aproximações com os acampados, ficou evidente que eles não se reconheciam como “brasiguaios”, mas eu os havia encontrado indagando sobre o paradeiro dos “brasiguaios”. Estava diante de uma contradição que, para mim, merecia uma interpretação mais aguçada. Esse termo é excessivamente usado como referência àqueles que migram na fronteira entre Brasil e Paraguai

em vários contextos¹⁸, mas não refletia a autoidentificação dos acampados com os quais eu convivía durante a pesquisa de campo.

O termo “brasiguai” e toda sua força semântica, no percurso inicial da pesquisa, iam além da aglutinação entre os adjetivos pátrios brasileiro e paraguaio. Se, no início, referir-me a “brasiguai” para encontrar aquele que retornava ao Brasil fazia sentido, após as primeiras conversas com os trabalhadores acampados, o uso do termo para identificá-los perdeu o sentido, pois eles não se autodeclaravam como “brasiguaios”, aliás, causava-lhes até estranheza. Embora tivessem ouvido falar sobre os “brasiguaios”, esses eram os “outros”, não eles. Quanto mais se estendia o diálogo com os acampados, mais a necessidade de saber sobre a história da fronteira apontava-se como um direcionamento. Nesse contexto, encontro a pesquisa de mestrado (1992) de Marcia Anita Sprandel que explicita o surgimento da identidade “brasiguai”, resultado de mobilização política de trabalhadores rurais em contexto de fronteira seca entre Brasil e Paraguai, no Mato Grosso do Sul.

A pesquisa de Sprandel destaca que o termo “brasiguai” criava uma fronteira étnica identitária não apenas entre brasileiros e paraguaios, mas também entre os retornados e os brasileiros que compunham a luta do MST na região. Segundo a pesquisadora, as “famílias” retornadas se identificavam como “brasiguais” para estabelecer uma identidade que as localizasse no tempo e no espaço. Era uma estratégia de visibilidade proporcionada por esse uso para caracterizar aqueles que retornavam ao Brasil e se inseriam na reivindicação proposta pela reforma agrária. O trecho de Sprandel ilustra o uso da identidade brasiguai em contexto de espaço social após o retorno ao Brasil em 1985.

Para aquele segmento de pequenos produtores rurais brasileiros residentes no Paraguai que voltou organizado politicamente ao Brasil, a utilização de uma identidade diferenciadora – brasiguaios – lhes instrumentalizou na competição por recursos com os demais segmentos do campesinato. É como brasiguaios que eles delimitam as fronteiras de seu espaço de luta. (SPRANDEL, 1992, p.6)

Essa identidade brasiguai era usada inclusive para selecionar “famílias” que não se encontravam em situações de expatriadas, sendo uma forma de escolher quem poderia ou não integrar o acampamento em Novo Mundo, no Mato Grosso do Sul. Sprandel traz para sua discussão de mestrado

¹⁸ Para saber mais sobre os contextos do uso da categoria “brasiguaios”, recorri ao texto de Marcia Anita Sprandel, *Brasileiros na fronteira com o Paraguai* (2006), no qual há uma cartografia do termo na fronteira.

a fronteira étnica de Barth (SPRANDEL, 1992, p.8) ao verificar que, durante os seis meses de acampamento das “famílias” de “brasiguaios”, havia o hasteamento da Bandeira Nacional e o canto do Hino Nacional Brasileiro como símbolos de nacionalidade. A identidade brasiguaiia era usada no lado brasileiro da fronteira e uma forma de diferenciar aqueles que permaneceram no país vizinho, formando-se, assim, um grupo étnico-político diferente do grupo de “brasileiros residentes em território paraguaio” (SPRANDEL, 1992, p.17); a identidade “brasiguaiia” referia-se, portanto, ao grupo de retornados e o identificava.

Na dissertação defendida em 1992, o termo “brasiguaiio” é assinalado como uma categoria importante, como instrumento de luta pela terra durante o retorno ao Brasil. A reflexão da pesquisa de Sprandel condicionou o uso do termo a uma análise com referenciais teóricos que enfocam grupo étnico, por exemplo, aos de Fredrik Barth, pois considerava os “brasiguaios” um grupo social que usava a identidade como categoria política e coletiva, conforme é citado no documento “Carta à população”, de 1985, na qual os trabalhadores em luta pela terra se autodeclaravam da seguinte forma: “nós, brasiguaios”.

A categoria brasiguaiio se delineava como instrumento de luta que poderia ser acionado sempre que segmentos insatisfeitos de pequenos produtores rurais brasileiros residentes no Paraguai apresentassem uma demanda direcionada ao governo brasileiro. (SPRANDEL, 1992, p. xii)

Ao assumir o termo como identificação, os “brasiguaios” também reafirmavam a nacionalidade brasileira em situações de deslocamento pelo território paraguaio.

O estudo de Sprandel relaciona-se ao retorno dos “brasiguaios” ao Brasil, em 1985/1986, em busca de inserção no Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) da Nova República. A autora já havia identificado um fluxo migratório circular, de ida e retorno para trabalhos temporários em colheitas na década de 1990, um deslocamento sazonal de trabalhadores rurais brasileiros. Esses deslocamentos eram efeitos da falta de assistência técnica e de créditos ao pequeno produtor por parte do governo brasileiro. Além disso, as famílias de trabalhadores rurais que cruzaram a fronteira internacional dos dois países desenvolveram estratégias de fixação em território paraguaio. Com essa finalidade, tentaram a legalização de sua condição de imigrantes ou estrangeiros. Quando eram questionados sobre a legalidade da propriedade no país vizinho, acionavam a identidade “brasiguaiia” e reivindicavam a intervenção

do governo brasileiro para a resolução de seus problemas (SPRANDEL, 1992, p. 405).

A identidade “brasiguai”, em um cenário de ida e retorno ao Paraguai, vai ganhando novos usos e significados, distanciando-se do contexto inicial em 1985, quando imigrantes brasileiros no Paraguai se organizaram para o movimento de retorno ao Brasil na fronteira seca de Mato Grosso do Sul. “Brasiguai” tinha o valor de uma identidade política por ser uma forma de recuperação da cidadania brasileira e, principalmente, de se diferenciar de outros grupos que também reivindicavam a posse da terra no país. (SPRANDEL, 1992, p. 103). Além de o cenário político se modificar ao longo do tempo, o uso do termo sofreu alterações e passa a caracterizar também outras situações de aproximação entre brasileiros e paraguaios, bem como a quem se referia. Sprandel cartografa esses vários usos na publicação *Brasiguaios na fronteira com o Paraguai* (2006) e destaca-lhes o caráter polissêmico e atribuído às várias possibilidades de relação transfronteiriça. Os sentidos do termo trazem a ideia de brasileiros com a acepção de trabalhadores rurais injustiçados, grupos étnicos em disputa, sujeitos em situação de interação até chegar a uma diversidade de perspectivas acadêmicas relacionadas ao espaço geográfico, à economia e à linguística. Em todos os usos listados pela antropóloga para se referir àqueles que se deslocam nesta fronteira, “brasiguai” transita em diversos contextos, mas se transforma quando usado por cada lado da fronteira, ou quando há uma classificação do “outro”. Há uma diferença no uso da palavra quando vinda pelo imaginário do paraguaio, pois ela assume representações que restringem e simplificam a presença do estrangeiro no território nacional paraguaio.

Considerando a polissemia destacada por Sprandel, a desconfiança em classificar o grupo social de acampados como “brasiguaios” foi intensificada, pois, seguindo a cartografia por ela desenvolvida, não encontrei proximidade entre aqueles com quem eu dialogava, nem no primeiro e nem no segundo Acampamento do MST, e os que a autora descrevera. Os sujeitos encontrados nesses acampamentos não perderam terras, não eram latifundiários e nem todos eram pequenos produtores. Com a leitura de *Algumas observações sobre fronteiras e imigrações* (SPRANDEL, 2013), foi encontrada uma resposta que amenizava a angústia pessoal entre usar ou não a classificação de “brasiguaios”. Nesse texto, Sprandel analisa a situação de migração de trabalhadores rurais

brasileiros que viviam em acampamentos existentes no Mato Grosso do Sul e se deslocavam para o Paraguai, dependendo da situação econômica de cada país.

A autora enfatiza a impossibilidade de tratar com singularidade as diversas situações, dizendo que “[...] antes de migrantes, brasiguaios, brasileiros, estrangeiros, eu estava estudando indivíduos que buscavam manter sua condição de pequenos produtores rurais cruzando uma fronteira [...]” (SPRANDEL, 2013, p.25). Essa mudança de percepção sobre os sujeitos da pesquisa de Sprandel sugeriu-me a possibilidade de enxergar a particularidade dos meus interlocutores; não seria possível prosseguir as análises em uma única via, colocando-os apenas em grupos específicos de trabalhadores sem lhes abordar as necessidades e os interesses individuais, condição que não me permitiria identificar suas autotranscrições. Em vista disso e como eles, passei a entender de alguma forma que o uso da palavra não se referia mais à realidade posta na situação política e social vivida; além disso, os propósitos da pesquisa de doutorado poderiam ir além de classificá-los a partir de um termo. Os interesses iniciais passavam por mudanças, e o projeto de pesquisa estava sendo redesenhado. Esse retrato histórico e antropológico de Sprandel tornou-se importante para delinear as questões de pesquisa, pois, diferente do grupo social por ela estudado desde 1986, o grupo de retornados encontrados nos acampamentos MST em São Miguel do Iguazu e Matelândia não se identificava como “brasiguaios”. Apesar da rejeição desses trabalhadores, o uso da palavra tornou-se muito comum na fronteira, conforme constatei durante a etnografia em 2018 e 2019.

Em conversas com as Severinas e os Severinos Acampados, discutia-se sobre a experiência de serem eles reconhecidos como “brasiguaios” enquanto moravam no Paraguai ou quando retornaram de lá. Alguns perguntaram o que brasiguaios significava, outros diziam que eram assim denominados apenas quando tinham de recorrer a alguma documentação, enquanto moravam no Paraguai, como relata Antônio Severino:

Não, nunca me chamaram de brasiguai. Assim, nas lei deles eles chamavam de brasiguai, mas entre os povo assim não. Quando você vai fazer um documento eles falam “Você é brasileiro, brasiguai?” Não, não existe isso lá. Existe só nas lei, né? Os vizinho e coisa nunca chama, só brasileiro. (Entrevista concedida em 06 /06/ 2019)

Nas colônias¹⁹ de brasileiros no Paraguai e nas relações sociais entre eles estabelecidas, eram identificados como brasileiros e, quando retornaram ao Brasil, não fizeram uso do termo ou se identificaram como “brasiguaios”. A autoidentificação de Antônio Severino refere-se à nacionalidade brasileira, mesmo sabendo que poderia ser “um brasiguai” quando em contato com agentes institucionais da nação.

A construção do sentido do termo “brasiguai” no Paraguai, bem como seu uso, passou por modificações de sentido de maneira diferente entre os dois países. Liz Carolina Yegros Cuevas em *O brasiguai em la prensa: período de Fernando Lugo Mendéz*, dissertação de mestrado defendida em 2017, pelo PPGSCF (UNIOESTE), apresenta como objeto de estudo as narrativas construídas por “brasiguaios” em dois jornais (*ABC Color e Última Hora*) e restringe-se aos brasileiros que vivem na zona rural no Paraguai. O interessante do texto de Cuevas é mostrado nos diversos sentidos que os jornais dão aos “brasiguaios”. Eles podem ser denominados de “sojeros”, colonizadores, invasores, grandes proprietários de terra, filhos de imigrantes brasileiros, símbolo de progresso, desbravadores, vítimas de invasão entre outras formas de identificação.

A reflexão feita por Cuevas mostra-se interessante na discussão sobre os usos e os abusos do termo “brasiguai” presentes na imprensa paraguaia. Essa autora revela haver uma construção de significado interligada ao desenvolvimento que os brasileiros levaram para a produção agrícola, pois algumas reportagens analisadas enfocam o tema de colonizar e dominar o Paraguai. Liz Karolina destaca que os “brasiguaios” não são apenas as potências latifundiárias produtoras de soja, mas que há também os trabalhadores brasileiros pobres não assistidos pelo governo paraguaio por causa da ausência de documentação e das dificuldades de obtê-la, assim como os *carperos*²⁰ que reivindicam a reforma agrária no território paraguaio (CUEVAS, 2017, p.59). A

¹⁹ São reconhecidas como “colônias” as localidades onde se concentram os brasileiros que migraram para o Paraguai e lá produzem, na maioria dos casos, soja. Lindomar Albuquerque traz essa discussão com mais detalhes: “Nessas regiões se formaram, ao longo das quatro últimas décadas, várias colônias e pequenas cidades, localizadas ao sul e ao norte de Ciudad del Este. Os moradores mantêm variados vínculos comerciais, familiares e de serviços sociais com as cidades de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este. A cidade de Foz do Iguaçu funciona com o lugar privilegiado de acesso a direitos sociais e políticos para essa ampla “comunidade de brasileiros” que vive do outro lado da fronteira política” (ALBUQUERQUE, p. 142, 2009).

²⁰ Os *carperos* são os integrantes do movimento pela Reforma Agrária no Paraguai, os campesinos paraguaios.

pesquisadora evidenciou que, para a imprensa paraguaia, o “brasiguaiio” é brasileiro, não é uma fusão entre duas nacionalidades e deve assumir a nacionalidade paraguaia como única, inclusive assumir a língua oficial do país a partir do abandono do uso da Língua Portuguesa nas “colônias de brasileiros” no Paraguai. O periódico *ABC Color* demonstra uma resistência em relação ao estrangeiro, ao enfatizar os “brasiguaios” pelo passado de guerra com o qual ativa a memória coletiva, ressalta o nacionalismo paraguaio e cria a representação de um paraguaio “puro-legítimo” (CUEVAS, 2017, p. 146). Os textos do jornal *Última Hora* descrevem os “brasiguaios” como produtores ou trabalhadores do meio rural e ampliam a significação para aqueles que também são explorados em grandes fazendas de brasileiros. Nesse sentido, foi possível visualizar, na análise de Cuevas, a presença das “Severinas e dos Severinos Acampados” em um contexto histórico, apesar de respeitar o fato de eles não se sentirem parte dessa identificação. Tornou-se importante entender a plurissignificação do termo “brasiguaiio” com as reflexões de Sprandel tanto diante do surgimento do termo durante o retorno dos brasileiros ainda na década de 1980, quanto pelo recorte temporal, a partir de 2008, feito por Cuevas ao analisar textos da imprensa paraguaia. Com isso, certifiquei-me de que denominar meus interlocutores como “brasiguaios” não seria adequado não só pela não identificação dos entrevistados, mas também pelos processos de autorreconhecimento envolvidos em situações de relação entre duas nacionalidades modificadas com a ação do tempo e atravessadas pela história do grupo social encontrado em Acampamentos do MST.

As Severinas e os Severinos Acampados, portanto, não “são iguais em tudo na vida”, não se reconhecem como “brasiguaios” e, desse modo, descontroem os discursos fronteiriços que os caracterizam. É uma forma de recusar aquilo que não lhes cabe, embora as construções de significados presentes na estrutura social existente na fronteira persistam de forma arbitrária, o que gera uma naturalização do uso do termo (BOURDIEU, 2008). O “senso comum” classifica-os e contribui para a formação de um grupo social “imaginário” ao evidenciar algumas incoerências promovidas pela generalização do termo “brasiguaiio”, principalmente na imprensa, prática discutida em diversas pesquisas sobre o fluxo migratório para o país vizinho e os brasileiros que lá

vivem em colônias, e daqueles que de lá retornaram.²¹ São inúmeras situações nas quais o emprego do termo “brasiguai” é recorrente. Quando se trata da relação entre grupos sociais de nacionalidades diferentes (brasileiros/paraguaios), tornou-se habitual classificar o grupo de brasileiros que viveram ou vivem no Paraguai de “brasiguaios” sem pensar no contexto de seu uso e sem considerar a autoidentificação. Segundo Colognese (2012), autodeclarar-se como “brasiguai” pode ser útil em algumas situações relacionais, ou seja, a naturalização desse uso pode ser descrita a partir de movimentos/estratégias pontuais capazes de constituir privilégios de um grupo em situações relacionais já evidenciadas na pesquisa de Sprandel. A naturalização de classificar quem viveu ou vive no Paraguai como “brasiguai” faz parte de um processo de reprodução para inculcar o uso arbitrário de maneira natural e legítima. Os agentes sociais podem não perceber as implicações envolvidas no conceito do termo “brasiguai” que se transmuda a partir do agente que fala e do agente que pratica a ação. Nessa situação, o propósito pode ser ocultado sem que fique aparente a intenção.

Durante a pesquisa, o primeiro intuito foi o de dar nome ao grupo de interlocutores, classificá-lo, mas, depois, ficou perceptível que estava percorrendo um caminho na contramão, ao não considerar como de fato os agentes são na prática. Estaria constituindo uma arbitrariedade “pelo fato de dizer as coisas com autoridade, ou seja, diante de todos e em nome de todos” (BOURDIEU, 2008, p.109) e, por produzir um discurso científico, estaria criando uma existência “ajustada à natureza das coisas, ‘naturais’” (BOURDIEU, 2008,

²¹ O termo “brasiguai” é recorrente em textos acadêmicos. Como exemplo, Cácia Cortez (1994) ao ver os “brasiguaios” relacionados ao desenvolvimento da monocultura no sul no Brasil; Luiz Carlos Batista (1990) com sua análise do mercado de terras no oeste do Paraná e na fronteira leste do Paraguai; Carlos Wagner (1990) pela abordagem política de luta dos retornados no contexto de abertura democrática no Brasil; João E. Fabrini (2012) pela definição de “brasiguaios” como sendo meio brasileiros e meio paraguaios em contexto de territorialização precária; Leandro Baller (2008) ao definir os “brasiguaios” como grupo social heterogêneo contextualizado em um processo migratório para o Paraguai; José Lindomar Albuquerque (2010) com uma pesquisa relacionada à diversidade de situações da presença de brasileiros na economia rural no Paraguai, sendo eles “[...] os pequenos e médios empresários familiares, os pequenos agricultores, principalmente arrendatários e trabalhadores diaristas, e os trabalhadores agrícolas desarraigados (sem terras) [...]” (ALBUQUERQUE, 2010, p.76); Silvio Antônio Colognese (2012) ao discutir a identidade “brasiguai” e destacar suas constantes mudanças de significado desde seu primeiro uso, pois ela é “construída, reconstruída e desconstruída nesta dinâmica de relações na fronteira, sem que nunca possa ser isolada e definida em termos essenciais” (COLOGNESE, 2012, p.155); e também Silvia Lima de Aquino (2015) quando discute a temática da migração em um projeto de pesquisa desenvolvido no Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP/UNILA) destacando o retorno de trabalhadores rurais brasileiros e, depois, a inserção deles ao MST no pré-assentamento Nelson Mandela, no município de Lindoeste, região oeste do Paraná.

p.109), mas que seria um produto de minha própria criação. Diante disso, acatei o posicionamento dos acampados e descartei a possibilidade de discutir uma variante do uso do termo “brasiguaios”. Acredito que o caminho percorrido pelo grupo social de acampados à procura de terra como fonte de trabalho os aproxima muito mais da classificação de trabalhadores que vivem e sobrevivem em um tempo de espera motivado pelo desejo de ver a terra cumprindo sua função social prevista na Constituição e argumento de luta do MST.

Para evitar mal entendidos, encerro a seção relembrando que denominá-los Severinas e Severinos Acampados não é uma simples substituição do termo “brasiguaios”, mas uma estratégia metodológica de ocultamento das identidades dos interlocutores, bem como um empréstimo da ideia de João Cabral de Melo Neto para narrar trajetórias espaço/temporais de trabalhadores rurais. Não foi objetivo da pesquisa marcar uma identidade específica para os integrantes do grupo social, pois o importante para a discussão vinculava-se à trajetória temporal experienciada pelos trabalhadores que hoje vivem em acampamentos, podendo ser “brasiguaios”, sem-terra, colonos ou qualquer outra classificação possível.

1.2 SEVERINAS/SEVERINOS E ACAMPAMENTOS: DOS PRIMEIROS ENCONTROS, TEMPOS E ESPAÇOS

O encontro com os trabalhadores rurais, os possíveis “brasiguaios” dos jornais, a disponibilidade deles para participar da pesquisa e a permissão de uma aproximação só se concretizaram, de um lado, por eu ter procurado pelos “brasiguaios”; de outro, ao usar essa referência de busca, uma colega de Mestrado do PPGSCF, Sandra Marli da Rocha, ofertou-me auxílio e o contato de uma liderança do Acampamento Chico Mendes. Os primeiros encontros com os interlocutores da pesquisa tiveram início em 2018, como também uma primeira conversa com a jovem pedagoga, Jane Júlia Severina. Inicialmente a conversa foi por telefone, momento em que marcamos a visita para o dia 23 de agosto de 2018.

Por ser o primeiro contato, sentia uma forte ansiedade e me preocupava com o futuro da pesquisa de campo, pois já havia decidido pela etnografia como caminho metodológico. Somada a isso, persistia a sensação de ser considerada como um corpo estranho em uma organização com

engrenagem cotidiana, e a presença do “outro” poderia destoar no ambiente. Não ser do lugar causa um estranhamento a quem está pesquisando. Ao mesmo tempo em que se necessita do “outro”, há o cuidado para interferir na rotina do grupo social pesquisado cujo tempo está definido. Entretanto, para aliviar a insegurança, foi necessário ancorar o pensamento na “antropologia polifônica”, discutida por Roberto Cardoso de Oliveira, segundo a qual todos protagonizam a pesquisa, o que pode quebrar a falsa ideia de superioridade do pesquisador em relação ao pesquisado.

Estar nos acampamentos, conversar com pessoas seria primordial para o início da pesquisa de campo, o ponto central de todo o projeto, pois, sem observar e ouvir os participantes, sem entrevistá-los e ter em mãos as narrativas individuais, não teria como escrever a tese. Mesmo entendendo a importância da atuação da pesquisadora durante o campo, ainda existia muito receio em relação à etnografia. Uma fala de Jane Júlia Severina causou uma intensa inquietação e desconforto: “A Universidade entra no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, mas os sem-terra não entram na Universidade”. Seria preciso pensar e repensar sobre as diversas formas capazes de construir uma imagem de quem não vai até o campo apenas para explorar, mas para fazer parte das relações locais. Esse foi, para mim, o aspecto mais difícil, quando, definitivamente, decidi pela etnografia. Como me inserir sendo de fora?

Ao perceber que a etnografia seria uma nova experiência acadêmica, decidi enfrentá-la e segui a BR 277 no sentido Matelândia até o Distrito Agro Cafeeira, cruzei esse pequeno povoado ao sair da BR 277, à esquerda, e percorri mais quatro quilômetros pela PR 597, sentido Ramilândia. À esquerda, havia uma entrada com pavimentação de poliédrica que me levaria até a entrada do Acampamento Chico Mendes. Dias antes da viagem, agendei com Jane Júlia Severina o primeiro encontro. Havia uma jovem nesse local e, ao ser indagada sobre o acampamento, ficou perceptível a chegada ao destino. Foi um dia inteiro envolvido em justificativas do projeto, questionamentos e informações sobre o local. Nesses momentos de diálogo, o limite entre a pesquisadora e a anfitriã já havia sido ultrapassado e estabelecia-se uma interlocução.

A paisagem era recortada por uma estrada, inicialmente pavimentada com pedras, mas, nas suas margens, havia pequenas estradas de chão e cascalhos. Uma delas levou-nos até a residência de Jane Júlia Severina que fez

o convite para entrar. A arquitetura da casa era compatível com as necessidades e a incerteza de ser ali a morada definitiva, pois as terras ainda estavam sob julgamento judicial com a intervenção do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). A contingência é revelada pela forma quase provisória de viver. Logo na entrada, havia uma área externa, com piso feito em lajotas de cor marrom e uma pequena cerca de madeira para evitar a entrada de animais como galinhas, bem como um pequeno portão estabelecendo o limite entre o que pode ser considerado o “dentro” e o “fora” da casa. Passamos por esse espaço externo para o corpo interno da casa. Entramos em um cômodo conjugado cuja posição dos móveis fazia a divisão em sala e cozinha. A sala possuía um jogo de sofá de dois e três lugares, uma estante e televisão. Havia, embaixo de um dos móveis, bacias de plástico e caixas de papelão contendo alguns grãos como milho e um tipo de feijão miudinho e roxo. Um dos sofás ficava encostado na parede próxima a um dos quartos. Nesse quarto, os móveis foram utilizados para dividi-lo em quarto do filho e do casal. Mais adiante, uma cortina definia outro ambiente que era o banheiro. Uma casa simples e com divisões mínimas para os afazeres cotidianos.

A cobertura da casa era feita de lonas. Não havia telhas de qualquer espécie, nem sinais de infiltração de água, mas nada possibilitava definir a certeza da resistência daquela cobertura. As paredes eram feitas com madeira sem pintura e sem mata-juntas, as janelas sem vidros também acompanhavam o estilo das paredes, com trameças de madeira. No espaço dedicado à cozinha, havia uma geladeira, um fogão a gás e um armário para armazenar louças e um outro com tampo de pia. Na frente do armário, havia uma pequena mesa revestida com fórmica vermelha e seis cadeiras, estabelecendo um limite entre sala e cozinha.

Jane Júlia Severina, como boa anfitriã, ofereceu água, café e chimarrão. Iniciei a conversa explicando-lhe os objetivos e os interesses da pesquisa. Nesse primeiro momento, éramos estranhas uma à outra, mas tentávamos buscar pontos em comum entre a pesquisa e o grupo social do acampamento. Ela, mostrando-se muito receptiva e disposta a ajudar, informou que, por não haver escola no Acampamento, as crianças estudavam em Agro Cafeeira e utilizavam o transporte municipal. Assim, a primeira estratégia de aproximação e estabelecimento na “comunidade”, ou seja, participar das atividades escolares, estava distante de ser concretizada. É conveniente explicar

que, na minha fragilidade com a etnografia, procurava um motivo para me estabelecer na “comunidade”, e nada mais significativo para mim que oferecer meu trabalho como professora de Língua Portuguesa. Essa ideia se dissipou, quando soube da inexistência de escola no Acampamento, pois a Escola Sementes do Amanhã, vinculada ao MST e construída pelos moradores do Acampamento em 2005, foi desativada, após dez anos de atividades, por falta de recursos e pela diminuição do número de alunos. Meu primeiro plano de aproximação se desfez. Estava à deriva novamente.

Foi nessa conversa que Jane Júlia Severina disse ter, aproximadamente, quinze “famílias” que retornaram do Paraguai e algumas delas já possuíam “lote”²² de terra devido ao sorteio e à medição feitos pelos acampados. Para finalizar esse ato, necessitariam da Concessão de Direito Real de Uso (CDRU)²³, cedida pelo Incra, mas estava em lenta tramitação. Segundo Jane Júlia Severina, após a saída do governo Dilma, “as “coisas ficaram mais difíceis e as negociações com o Incra pararam definitivamente”. Foi possível perceber nas palavras dela a sensação de indefinição que influencia de forma marcante a organização das “famílias”, visto que muitas dividem o cotidiano entre o trabalho na Cooperativa Agroindustrial Lar²⁴ e as atividades de plantio. Os núcleos familiares procuram se organizar para sobreviverem, dividindo os trabalhos de plantar e colher e o de trabalhar “fora”, o que me aguçou para saber mais sobre essa prática por suspeitar de que o tempo de espera não é estático, mas em movimento.

Após a longa conversa sobre os aspectos gerais do acampamento e sobre os objetivos de pesquisa, fomos visitar uma das “famílias” de retornados do Paraguai. Seguimos por uma pequena estrada de chão, com um trecho de

²² A palavra “lote” é a forma usada pelos trabalhadores do campo com os quais dialoguei. O Incra também utiliza esse termo, além de “parcela” ou “glebas” para se referir às pequenas propriedades existentes em assentamentos.

²³ A Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) é uma modalidade de documento de uso, sob a forma de contrato, que confere direitos reais ao concessionário-produtor assentado com a transferência do lote por ato inter vivos, ou por sucessão legítima ou testamentária. Após o cumprimento das cláusulas resolutivas, o produtor precisa de uma anuência do Incra para negociar a terra e suas benfeitorias. Ou seja, a CDRU permite a transferência condicionada do lote. Garante, ainda, que o produtor pode transferir terra dele para seus herdeiros. (Informações obtidas no Site Oficial do Incra)

²⁴ A Cooperativa Agroindustrial Lar foi constituída em 19 de março de 1964, com a razão social Cotrefal – Cooperativa Agropecuária Três Fronteiras Ltda, e é a segunda mais antiga cooperativa do oeste do Paraná. Em 1972, a sede, localizada no município de Missal, foi transferida para o município de Medianeira. Atua na Região do Extremo Oeste Paranaense, instalada em 12 municípios. (JUNQUEIRA; GIMENES, 2009, p. 327)

pavimentação poliédrica, margeada por uma extensão de terra para produção de mandioca, milho e verduras. Jane Júlia Severina explicava onde começava e onde terminava cada “lote” e qual família cuidava. Durante essa explicação, fui informada de que algumas “famílias” receberam entre 2 a 4 hectares de terra, o que as transforma em “quase” assentadas. O recebimento da terra pressupõe uma dependência de permanência diante da atividade de produção, ou seja, os sorteados devem produzir na terra como condição de permanência, estratégia estabelecida pelo movimento social.

No primeiro “lote”, havia ao longe um casal em atividade de plantio que, ao perceber visitantes, se aproximou. Eram Tomás Severino e Nilce Severina. Ele, brasileiro, foi ao Paraguai para trabalhar ainda jovem, casou-se com uma brasileira, teve dois filhos. Separado da primeira esposa, conheceu Nilce Severina, paraguaia, também com dois filhos. Casaram-se e tiveram mais sete filhos. Em 2018, completaram quatorze anos no Acampamento Chico Mendes. Apresentei os objetivos da pesquisa e a temática, ao mesmo tempo foi-lhes feito o convite para participarem. Gentilmente se prontificaram a colaborar e a ceder entrevistas. Havia a sensação de que não teria problemas para acompanhá-los no cotidiano, já que o plano de entrar na “comunidade” pela escola fora descartado.

Tomás Severino é um homem grisalho, branco, mas com a pele marcada pelo sol. Olhos azuis e um brilho no olhar comum àqueles que falam do trabalho como uma extensão do sentido de viver. Um homem franzino, vestindo uma roupa simples, camisa manga longa, chapéu de feltro preto para a proteção do sol e botas conhecidas como galochas. Mostrava, em cada traço do rosto, as marcas da experiência de um trabalhador do campo as quais, para os menos avisados, podem caracterizá-lo como velho. Ele explicou como é feita a captação da água e demonstrava um sentimento de orgulho por ter a melhor água, superior à água da cidade. Ficou perceptível nas palavras de seu Tomás Severino o vínculo dele com o lugar onde mora, planta e colhe. Segundo ele, “a vida aqui não é fácil”, mas, ao mesmo tempo, eles conseguem plantar, colher e comer. A simplicidade no viver não é uma ameaça. Na opinião de Tomás Severino, o importante é não passar fome, não ficar na rua mendigando e ser trabalhador rural que ainda conquistará o direito a terra. Informou que sua produção de milho é vendida para a Cooperativa Agroindustrial Lar. Ele a

entrega, recebe algum dinheiro e adquire ração para tratar os animais; assim vai sobrevivendo.

Nilce Severina, mulher e “mãe de muitos filhos”, acompanha o marido nas atividades de plantio e colheita, no dizer dela: “pegar na enxada todos os dias”. Confidenciou-me a irregularidade nos documentos pessoais, pois ainda não possui nacionalidade brasileira devido à falta de tempo para buscar a certidão de nascimento no Paraguai e ao custo necessário para esse empreendimento. Expressava nas palavras uma simpatia, absolutamente, contagiante. Ofereceu café que estava em um bule sobre a chapa do fogão à lenha. A casa onde residem é uma construção provisória, tanto as paredes como a cobertura são compostas pela lona preta. Na linguagem dos acampados, é o que chamam de “barraco de lona”²⁵, com “chão batido”²⁶. A distribuição dos móveis nesse local faz a separação dos cômodos e deixa entrever os quartos onde ficam o casal e seus dois filhos menores. Logo na entrada, há um espaço utilizado tanto como cozinha quanto como varanda, pois não possui paredes, apenas duas estacas de madeira a sustentarem a cobertura. Nesse mesmo “lote”, o casal cria galinhas e porcos para o sustento familiar, além do cultivo de hortaliças apenas para o consumo. Não há energia elétrica e Tomás Severino afirmou que o céu é incrível durante a noite, informação curiosa para quem vive no centro urbano onde a luz apaga as estrelas. Embora, em 2018, estão há quatorze anos acampados, a provisoriedade e o improviso marcam as formas encontradas de mostrar o desejo pela terra e a necessidade da reforma agrária. Esse foi apenas o primeiro contato com o casal, entretanto, durante toda a etnografia, foi uma família muito presente. Após tomarmos café, seguimos em direção a outro “lote”.

Fizemos o caminho pela mesma estrada de pavimentação poliédrica e viramos em uma ruazinha de terra. Lá encontramos outro casal: Raimundo Severino e Mariana Severina. Ele, um homem alto e magro, pele branca e manchada pelo sol, olhos azuis e um sotaque sulista, catarinense, bastante acentuado. Descendente de imigrantes alemães, Raimundo Severino também é um retornado do Paraguai, passou por Diamante do Oeste, quando retornou ao

²⁵ Os “barracos de lona” são marcas simbólicas do MST, um tipo de habitação que transmite o desejo pela terra que está sendo ocupada. (CALDART, 2000)

²⁶ A expressão “chão batido” refere-se a um tipo de construção na qual o piso é feito de terra socada sem nenhum revestimento.

Brasil; em 2004, participou da ocupação da área onde se localiza o Acampamento Chico Mendes e conhece Tomás Severino desde então. Deixou claro em sua fala que não voltaria jamais para o Paraguai, onde trabalhou na extração de erva-mate, logo no início, depois com carvão. Nas palavras dele, “um trabalho escravo”. Visitei a casa deles inúmeras vezes, almocei com eles, andei entre as plantações que cercavam a casa, observei a criação de animais (porcos, galinhas e patos). O conjunto de tudo demonstrava fartura e ao mesmo tempo calma. A casa estava inacabada, diferente das casas construídas no acampamento, pois a estrutura é toda em alvenaria o que anuncia um investimento maior. Seu Raimundo Severino não pensa em sair do “lote”. Ele acredita que, com o plantio e a colheita abundantes, a permanência na terra torna-se uma garantia. Nesse sentido, a resistência se constrói proporcionalmente à produção. A ação de produzir para resistir faz com que o tempo de espera esteja em movimento, não é uma espera estática, sem ação, mas repleta de mudanças as quais denomino estratégias de permanência. Seu Raimundo não quis gravar entrevista, o que não me impediu de saber sobre sua história e seu cotidiano como trabalhador sem-terra, militante e defensor da reforma agrária.

Mariana Severina é a segunda esposa de Raimundo Severino, o casal não teve filhos. Ela, mulher negra, possui estatura baixa e um sorriso marcante no rosto. Quando chegou ao acampamento, há 14 anos, era casada com outro homem, depois conheceu seu Raimundo e deram início a um romance. Como já disse, eles moram em uma casa diferente das demais, a alvenaria se destaca na construção, o espaço interno é amplo, há energia elétrica, o que lhes possibilita o uso de aparelho de televisão e geladeira, fogão a gás e à lenha. A cozinha está conjugada com a sala, espaço onde os móveis se confundem e, ao mesmo tempo, separam os ambientes de sala/cozinha.

A parte externa da casa possui uma varanda com piso em lajotas de cerâmica, o mesmo acabamento dos ambientes internos. As paredes não são rebocadas, nem pintadas, os tijolos estão à vista. A finalização da construção está condicionada ao recebimento da Concessão de Direito Real de Uso. Há uma indefinição nas políticas de reforma agrária do governo federal em 2018, o que causa uma insegurança oscilante entre permanecer na terra e ser despejado a qualquer momento. Essa realidade os acompanha há quatorze anos e os mantém em uma situação incerta e transitória, podendo ser vinculada à

“liminaridade” (TURNER, 2013). Antecipando a discussão, que será melhor abordada nos capítulos finais, chamo a atenção para a formação de uma antiestrutura formada pelos vínculos entre os acampados por estarem em uma condição de “liminaridade” após a ocupação. A partir disso, Turner considera que o agrupamento de sujeitos liminares em *communitas*, termo em latim por opção do antropólogo, está relacionado aos laços sociais dentro de um grupo que muitas vezes se baseiam na solidariedade, um sentimento bastante recorrente entre os acampados.

O assunto abordado por Raimundo Severino relacionava-se ao preço, ao plantio, ao trabalho árduo e à expansão dos ganhos. Ficou bastante explícita a relação dele com a ascensão por meio do trabalho. A arquitetura fugia dos aspectos comuns entre as casas já visitadas, a presença da alvenaria e a ausência de lona preta. A fartura se observa pelo maior número de animais como galinhas, vacas e porcos, carro próprio para locomoção, comercialização de produtos produzidos no “lote” com a Cooperativa Agroindustrial Lar. Nesta primeira visita, percebi que nem todos conseguem a mesma condição financeira, alguns recebem aposentadorias, os mais jovens trabalham fora do acampamento e com remuneração mensal. Quando alguma família se encontra sem renda mensal, há entre os acampados uma consciência coletiva que gera a solidariedade recíproca com ações de trocas/doações de alimentos entre as famílias.

A terceira residência visitada pertence também a um casal, mas apenas a mulher estava em casa. Tratava-se de Rosa Severina. Ao chegarmos, ela nos convidou para entrar. A casa é construída em madeira e coberta com telhas galvanizadas. Diferente das demais, não há um espaço definindo a varanda; logo na entrada já está a porta de acesso à residência. Havia muita simplicidade na composição do ambiente, mas possuía tudo o que fosse necessário para as atividades domésticas. Durante a conversa, ela nos ofereceu água e alguns biscoitos caseiros.

Rosa é uma mulher de 48 anos. Foi morar no Paraguai ainda criança com a família. Casou-se, separou-se e assumiu, sozinha, a criação e a educação dos filhos do primeiro casamento. Uma de suas filhas é graduada, não falou dos outros filhos. Após a separação, foi morar no acampamento. Também está lá há quatorze anos, desde o início. Para sobreviver precisava de uma renda, dessa forma, trabalhou na Cooperativa Agroindustrial Lar por vários anos. A atividade

na empresa causou-lhe problema de saúde, impossibilitando-a de trabalhar em serviços forçados ou repetitivos.

Em sua fala, havia a demonstração de um intenso sofrimento, uma angústia, que não se relacionava diretamente com a causa do Movimento Sem Terra, mas à sua situação familiar, aos seus problemas pessoais. Repetiu diversas vezes ter sofrido muito e caracterizou esse sofrimento como uma constante “batalha”. Falou pouco da sua experiência no Paraguai, resumida a expressões como “sofri muito lá e não quero nunca voltar pra lá, Deus me livre!”

As conversas foram importantes e possibilitaram o ajuste no interesse pelas experiências do grupo ao longo do tempo. As primeiras aproximações indicavam que os interlocutores não participaram de nenhuma luta contra os camponeses paraguaios, não foram expulsos do Paraguai, bem como não se identificavam como “brasiguaios”. Expliquei a Jane Júlia Severina que voltaria para mais uma visita e lhe pedi para agendar uma data após o contato com as “famílias” que ainda não conhecia. Ela sugeriu-me a ida a outro acampamento, o Sebastião Camargo, pois sabia que eles também receberam “famílias” oriundas do Paraguai e que ficaria mais fácil ir a esse local por ser mais próximo de Foz do Iguaçu.

Diante de minha primeira experiência e entrada no campo etnográfico, compreendi a necessidade de estabelecer uma relação dialógica com os acampados, a fim de alcançar a “verdadeira interação” discutida por Roberto Cardoso de Oliveira (2006). Meu exercício mais significativo estava em ouvir aquilo que meus interlocutores tinham a dizer: lembranças do passado, cotidianidades e aspirações futuras daqueles que aprenderam esperar e lutar por um espaço onde seja possível trabalhar e sobreviver.

Após a visita ao Acampamento Chico Mendes, entrei em contato com o Acampamento Sebastião Camargo, próximo ao Posto de Pedágio na BR 277. Seguindo a rodovia, antes do primeiro retorno, avistam-se casas ou “barracos de lona” que formam um povoado. Entretanto, apenas um bom e atento observador consegue perceber essa existência às margens da rodovia, pois fica meio escondida por uma plantação de árvores altas entre o limite das terras e o asfalto. Ao retornar, brevemente, vê-se uma entrada com uma placa informando o nome do acampamento, um símbolo da bandeira do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e uma frase desejando boas-vindas. Na mesma semana, fiz contato com Iraci Salete Severina, mas não foi possível

marcar a primeira visita naquela semana, pois ela não poderia me receber no acampamento. Estava participando, em Brasília, da Marcha em prol da candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Então, agendamos a primeira visita para logo após o retorno dela ao acampamento, e o melhor dia seria três de setembro de 2018.

No dia que segui até São Miguel do Iguaçu para o primeiro encontro, chovia de forma mansa. Sem saber exatamente como chegar até lá, fui observando as placas e as margens da BR 277. Passei pelo Posto de Pedágio, onde há um desvio para os moradores do Assentamento e do Acampamento. Com o tempo consegui, com uma credencial da UNIOESTE, ter a passagem livre, sem o pagamento da tarifa de pedágio.

A primeira construção vista, ao entrar no acampamento, é um barracão em ruínas, à esquerda, que fora utilizado como escola técnica mantida pelo MST com recursos oriundos do Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária). A aproximadamente 30 metros da estrada, encontra-se uma guarita, uma construção quadrada bem pequena e aberta, feita por duas paredes improvisadas pela utilização de folhas de zinco, outra parede com madeira, sem portas nem janelas e uma bandeira do MST exposta. A cobertura é feita por três lâminas de telhas de fibrocimento. Na parte externa, havia duas cadeiras ocupadas por dois moradores responsáveis pela autorização ou não da entrada de estranhos, sendo necessária a identificação antes de entrar. À direita da guarita, encontrava-se uma mulher que supus ser Iraci Salete Severina. Ela solicitou aos moradores/vigias a abertura de uma cancela improvisada, com arame de ponta a ponta, que simbolicamente restringe o acesso a visitantes. Logo na entrada segue uma rua, inicialmente revestida por uma envelhecida pavimentação asfáltica que, depois de alguns metros percorridos, mistura-se com a rua sem pavimentação

Há pequenas construções cobertas com lona e paredes de madeiras reaproveitadas que compõem um todo sem simetria. Essas residências margeiam a estreita rua no lado direito. No lado esquerdo, há algumas casas de madeira que destoam das outras casas do acampamento, com pintura envelhecida pelo tempo, todas com a mesma arquitetura e compostas por uma varanda em cujo interior se veem duas janelas frontais e a porta de acesso para um cômodo que pode ser considerado sala. Por não ter entrado nessas casas, desconheço como estão distribuídos os cômodos. Entre elas, há sempre um

espaço de, aproximadamente, dez metros com grama e árvores que tanto separam quanto o torna único, um quintal entre os vizinhos.

Na companhia de Iraci Salete Severina, chegamos até a residência de outro membro do movimento, um homem jovem, porém com ar desconfiado a quem eu chamo de Luís Carlos Severino. Percebia em seus gestos e palavras o objetivo de entender os propósitos da pesquisa. Durante as conversas, descobri que ele seria um potencial entrevistado, pois morou no Paraguai por muitos anos, depois foi para o Pará e voltou ao Paraná para este acampamento. Uma vida de experiências de ida e retorno e agora de luta em uma temporalidade de espera pela terra.

Expliquei-lhe os objetivos da pesquisa, a metodologia, os propósitos e as intenções e solicitei-lhe a oportunidade para a pesquisa, o que iria requerer minha presença constante no acampamento. Iraci Salete Severina informou que havia duas turmas de alfabetização na EJA, apoiadas pelo programa Paraná Alfabetizado, cujas professoras são membros da “comunidade”. Ofereci-me para acompanhar as aulas, o que para mim significava um motivo para minhas visitas. Conheceria os alunos, estabeleceria uma aproximação e deixaria de ser vista como uma estrangeira que não desperta confiança. Em circunstâncias assim, há sempre uma curiosidade da “comunidade” em saber quem é a pessoa de fora e o que veio fazer no acampamento.

No decorrer da conversa, os dois coordenadores e anfitriões disseram a origem do nome do acampamento que homenageia um trabalhador morto em conflito pela terra, o senhor Sebastião Camargo. Perguntei sobre a organização da “comunidade” e fui informada de que tudo é resolvido de forma coletiva, em reuniões e com lideranças. Ela explicou que a entrada no acampamento é bastante democrática. Resume-se em fazer a inscrição no Incra e não possuir propriedade rural. Contudo a permanência na “comunidade” requer o respeito a algumas normas como ausência de embriaguez e uso de drogas ou envolvimento com tráfico. Segundo os dois coordenadores, pela condição de serem acampados e por sofrerem discriminação social nos municípios de Santa Terezinha e São Miguel do Iguçu, é necessário “andar na linha”, pois qualquer ato pode generalizar uma conduta atribuída a toda a “comunidade”. O senhor Luís Carlos Severino, quando indagado sobre como a “comunidade” de acampados se organiza, respondeu que ninguém entenderia, porque isso acontece de um modo muito diferente daquilo que as pessoas de “fora”

conhecem. Ele sugeriu que decidir coletivamente não é uma constante na sociedade em geral, mas que, naquele espaço ocupado pelo MST, as decisões nunca foram tomadas apenas pelos dirigentes, mas também pelos “núcleos de base”²⁷.

Foi nesse momento que identifiquei a necessidade de saber mais sobre a “intersubjetividade etnográfica” (FABIAN, 2013) e tentar evitar que a temporalidade da pesquisa se impusesse. Portanto seria preciso, principalmente nos momentos práticos do projeto, entender que há um “outro” em seu tempo e a possibilidade de considerar suas formas mais simples de olhar, sem julgamentos ou enquadramentos analíticos prévios. Surgia a necessidade de entender sobre a categoria de análise “tempo” para me relacionar com os sujeitos que vivem no Acampamento, evitar ir até eles com ideias imaginárias e construções pré-definidas por minhas experiências sociais. E mais, encontrara, na conversa com Luís Carlos Severino o “Tempo Político” sobre o qual Fabian faz um alerta em sua obra *O tempo e o Outro* quando destaca que se “[...]é verdade que o tempo pertence à economia política das relações entre indivíduos, classes, nações, então a construção do objeto da antropologia [...] é um ato político; existe uma “Política do Tempo” (FABIAN, 2013, p. 33-34).

Finalizada a conversa com Luís Carlos Severino, o próximo passo estava em conhecer as salas de aula onde funcionam duas turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Lá encontramos a Professora Severina²⁸. Ela nos apresentou as duas salas de aula e mostrou-se empolgada com a presença de uma visitante nas aulas. Explicou-me que aquela turma terminaria as atividades até o final do mês de setembro e que ela me receberia com muito gosto para acompanhar o trabalho desenvolvido. As turmas são de alfabetização inicial, como se fosse um pré-escolar, o que sugere a continuidade em turma de séries iniciais, entretanto a professora insinuou que não há vontade política por parte da SEED – Secretaria Estadual de Educação de investir na escola. A situação dos acampados é de extrema provisoriedade, a incerteza acompanha as

²⁷ O Núcleo de Base (NB) é formado pelas famílias de acampados e organizado numa estrutura participativa e democrática para tomar as decisões no MST. Nos assentamentos e nos acampamentos, as famílias organizam-se em núcleos que discutem as necessidades de cada área. Desses núcleos, saem os coordenadores e as coordenadoras do assentamento ou do acampamento, sempre um homem e uma mulher.

²⁸ Não atribuí nenhum nome específico para a professora, pois ela não era retornada e não concedeu entrevista.

decisões, as vontades e as definições para o tempo que virá. Segundo eles, é preciso “esperar”.

A professora, de maneira muito simpática, comentou sobre as dificuldades enfrentadas para manterem as turmas de alfabetização funcionando e destacou a importância do acesso à leitura e à escrita para as pessoas analfabetas. Explicou os problemas específicos do MST que são tematizados nas aulas a partir de leituras nos materiais didáticos. Ressaltou haver uma diferença entre os acampados e os assentados, sinalizou a existência de uma divisão de classe aparente, pois os assentados, do Assentamento Companheiro Antônio Tavares, localizado ao lado do Acampamento Sebastião Camargo, muitas vezes não se envolvem mais com a luta pela terra e distanciam-se das discussões coletivas e políticas. As relações entre assentados e acampados se dão quando, em casos raros, no tempo de colheita, por exemplo, os assentados buscam mão de obra braçal no acampamento. A professora mencionou um assunto aparentemente melindroso, pois, no mesmo instante, Iraci Salete Severina verbalizou certo desconforto diante dessa opinião na presença de uma pessoa de fora e pouco conhecida pela comunidade. Percebi que eu não representava uma pessoa de confiança para discutir as divergências ideológicas entre acampados e assentados, pelo menos não no momento melindroso que o movimento social vivia no panorama nacional. Para Iraci Salete Severina, o momento de eleição era bastante delicado e qualquer análise que possa prejudicar a imagem dos assentados ou dos acampados poderia vir a atrapalhar a luta que eles vêm enfrentando pelo MST há mais de trinta anos. Tive a sensibilidade na medida certa para entender o posicionamento da coordenadora do Acampamento e para avaliar a fragilidade do momento político que o país atravessava com a eleição presidencial, situação que afetava muito não só este movimento social, mas todos os outros existentes no país. Iraci Salete Severina não sabia que a professora já me conhecia há muito tempo, pois fora minha aluna quando eu lecionava para turmas de Ensino Fundamental no Colégio Estadual Três Fronteiras, em Foz do Iguaçu, no ano de 1994. Uma feliz coincidência que deixou uma fresta aberta, facilitando minha entrada como alguém confiável.

Ao fim dessa conversa que durou uma manhã toda, ficou combinado o início da pesquisa de campo envolvendo as aulas da professora até a finalização do ano letivo, mas que, antes, conheceria a antiga estrutura escolar

usada pelos acampados e o material didático. Com essa entrada, a pretensão era interagir com a “comunidade” e estabelecer uma relação de confiança. Com o passar do tempo, Iraci Salete Severina fazia uma lista com os nomes das famílias de retornados do Paraguai para posteriores visitas seguidas de diálogo e entrevistas.

Após essa primeira abordagem, frequentar o Acampamento e participar das aulas da turma de EJA era uma maneira de assegurar as visitas semanais e, com isso, estabelecer uma relação com os interlocutores da pesquisa. Durante as aulas, foi possível identificar uma mulher que viveu no Paraguai e retornou ao Brasil. Ela demonstrou curiosidade sobre a pesquisa. Foram várias conversas sobre a experiência de viver no Paraguai, e ela me concedeu uma entrevista em sua casa.

Havia um cronograma diário de visitas ao Acampamento, mas surgiam muitas conversas avulsas com as Severinas e os Severinos Acampados, e algumas entrevistas feitas. A estratégia era quase que um modelo, primeiras conversas aleatórias sobre cotidianidades, até a solicitação de uma entrevista gravada sobre a experiência de migrar até o Paraguai, retornar ao Brasil e inserir-se no MST. No desdobramento dessas entrevistas, foi constatado que algo não coincidia com algumas informações obtidas, por exemplo, a de que eles retornaram ao Brasil por causa da luta pela terra contra os *campesinos* paraguaios durante o governo de Fernando Lugo. Não houve, na experiência deles, uma expulsão do lugar que habitavam no Paraguai. Pelo menos no grupo que encontrei no Sebastião Camargo, essa realidade não se aplicava a todas as famílias retornadas do Paraguai. Cada pessoa indicava um motivo de retorno, mas nenhum relacionado ao conflito agrário entre brasileiros e paraguaios. As descobertas dos motivos de retorno e da negação da identificação como “brasiguaios”, como foi mencionado anteriormente, só foram possíveis a partir dessa imersão etnográfica. Ficou claro que a pesquisa de campo exerce um efeito de reorganizar os objetivos, redimensionar a forma de ver e de se relacionar com o tema e as categorias que vão surgindo. Não era mais possível falar sobre “brasiguaios”, nem sobre conflito e expulsão de brasileiros no Paraguai.

Apesar das limitações pessoais, da afinidade insuficiente com a etnografia, do tempo escasso para a dedicação exclusiva à pesquisa de campo, consegui repensar os interesses de pesquisa. Não havia saída, eu não

encontrara os brasiguaios, nem os expulsos do Paraguai, entretanto não poderia simplesmente descartar horas de entrevistas, pois essas não se resumiram apenas a ligar o gravador e seguir um roteiro de perguntas. Elas aconteceram de forma bem mais intensa, pois, antes da gravação, observei, visitei, perguntei, caminhei e conversei com as pessoas dos acampamentos. Enfim, eu me relacionei com elas. Deparei-me com a timidez, a desconfiança, a falta de tempo, as conversas adiadas, interrompidas e incompletas. Mas também fui feliz em outros momentos de acolhimento e de interesse pela pesquisa que foi entendida pelos interlocutores como uma alternativa de visibilidade da experiência de deslocamento na fronteira Brasil/Paraguai. Além disso, havia a vida dos acampados e a necessidade de mostrar uma realidade cotidiana de um grupo de trabalhadores rurais que possuem como certa a “espera” de um “lote” ao experimentarem o tempo passando. Se não estavam nos jornais, nos discursos, esse era o momento de apresentá-los, pois eles possuem existência e fazem parte de uma realidade social e política de importância para a história da fronteira. Os acampados assumiriam o protagonismo reinterpretando e fazendo uso político do passado.

Percebi que a pesquisa não se ligaria apenas ao sentimento de pertencimento e de identidade dos retornados. As teias significativas me conduziam para uma análise mais intensa, outros caminhos abriam-se mais claramente e descortinavam novas abordagens. Foi assim que o “tempo” ocupou, com intensidade, o lugar de categoria de análise, uma alternativa para conseguir dimensionar o “estar” dos trabalhadores nos Acampamentos MST, após a experiência migratória, em um movimento de ida e retorno de mais de três décadas que marcaram a história de vida de cada um deles.

A última visita que fiz em 2018 ao Acampamento Sebastião Camargo foi em novembro, dia 27, quando conversei com Iraci Salete Severina. Durante os meses que frequentei o Acampamento, tive sempre como prática escrever o diário de campo, onde anotava minhas impressões individuais e marcava minhas observações subjetivas. Foi no uso dessa ferramenta na prática de observação que a possibilidade de descrever os espaços físico e social se materializou neste texto. Considerei minha experiência no campo etnográfico em 2018 um pouco frágil, talvez devido ao momento político, talvez por ter sido a primeira experiência, ou porque meu momento pessoal interferia na minha dedicação exclusiva à etnografia.

Mesmo assim, novos rumos foram desenhados após a finalização da pesquisa de campo, em 2018, a fim de tentar entender a multiplicidade de situações no processo migratório na fronteira, bem como a forma de cada experiência estar inserida em um contexto coletivo, na mesma proporção em que as memórias individuais também criavam uma narrativa coletiva.

O exercício de lembrar, vivenciar e projetar um devir é de fato singular, individual. As mulheres e os homens entrevistados, com os quais convivi, pertencerem a um grupo social específico, e fazer parte de um movimento social como o MST vai compondo muitas relações no cotidiano. Nesse sentido, a pesquisa se inspirava nas discussões de Norbert Elias (1994); não pretendia, pois, separar o indivíduo da sociedade, nem supervalorizar um ou outro, o que, de certa forma, significava distanciar cada vez mais as discussões do que se entende por individualismo. Elias menciona também o abismo que pode ser construído entre indivíduo e sociedade nas pesquisas em Ciências Sociais e afirma que “[...] toda sociedade humana consiste em indivíduos distintos e todo indivíduo humano só se humaniza ao aprender a agir, falar e sentir no convívio com os outros [...]” (ELIAS, 1994, p.67). Tinha em minhas mãos uma situação exemplar da teoria de Elias, precisava compreender as situações reais para seguir os caminhos que, dia a dia, se revelavam durante a pesquisa de campo.

Apesar do encontro de um novo grupo de trabalhadores rurais com experiências diferentes daquelas imaginadas no projeto inicial, de ter pensado em novas abordagens, a pesquisa de campo não havia sido concluída, pois latejava a necessidade de retornar ao Acampamento Chico Mendes, em Agro Cafeeira. O retorno nos primeiros meses de 2019 tornou-se inviável por inúmeros motivos de caráter pessoal. Um deles foi a transcrição das entrevistas feitas no Acampamento Sebastião Camargo, o que me ocupou muito tempo, pois aprendi no mestrado, quando trabalhei com História Oral, que a entrevista requer zelo, cuidado e ética. A transcrição deve fidelidade àquilo que o entrevistado quis dizer. Uma vírgula, um ponto, uma palavra a menos ou em lugar inadequado podem provocar outro sentido diferente daquele pretendido pelo entrevistado. No doutorado, estava sendo utilizada uma nova ferramenta de pesquisa que era o diário de campo, um auxiliar nos momentos de transcrições.

Em 2019, retornei à pesquisa de campo no Acampamento Chico Mendes. Retomei o contato com Jane Júlia Severina, mas antes seria necessário encontrar hospedagem em Matelândia, ou em Agro Cafeeira, pois não seria

viável ir e retornar todos os dias para Foz do Iguaçu. Em Agro Cafeeira, em uma farmácia, o atendente do balcão informou sobre um hotel de trânsito próximo à rodoviária. O hotel não disponibilizava internet, não havia limpeza diária, além de não ter banheiros individuais. A pesquisa duraria meses, portanto um mínimo de conforto seria necessário para dar continuidade aos estudos e às leituras teóricas que envolviam a tese. A procura por hospedagem passou a ser em Matelândia, mesmo sabendo que enfrentaria, diariamente, a rodovia BR 277 por 6km até Agro Cafeeira em via não duplicada. Encontrei um hotel simples, com um preço acessível e com um mínimo de conforto para estudar nas horas em que não estaria no acampamento.

O retorno ao acampamento, no dia 5 de março de 2019, foi como um novo início, pois ainda não possuía intimidade com as pessoas e, mais uma vez, teria de buscar estratégias para prosseguir com a pesquisa etnográfica. Na primeira semana, Jane Júlia Severina solicitou ajuda na organização de uma atividade envolvendo as crianças da “comunidade” em uma comemoração cultural. Seria necessário definir as brincadeiras, os materiais necessários e o grupo de execução. Após isso, a proposta foi apresentada a um grupo de mulheres do acampamento e foram feitas algumas alterações de acordo com a realidade local. Particpei da festividade com as mães e as crianças, e isso estabelecia uma relação mínima de confiança. Depois da festividade, minha recepção na “comunidade” progrediu e desenvolveu-se um vínculo de confiança. Deixei de ser vista como um corpo estranho no local, e os interlocutores, no mais amplo sentido da palavra, passaram a me considerar como “quase um membro” da “comunidade” e a quem faziam inúmeros convites para almoços e hospedagem.

A acolhida, nesse momento, foi muito boa e, com o cronograma de visitas elaborado por Jane Júlia Severina, seguia todos os dias até as casas das “famílias”. Fazia essas visitas sempre acompanhada, mesmo porque ia até os “lotes” já parcelados, e esses eram distantes do acampamento, um caminho desconhecido. O agravamento da situação de instabilidade do acampamento facilitou ainda mais minha inserção como uma pessoa de confiança. Jane Júlia Severina explicou que o MST sempre foi um movimento de caráter político, pressionando o Estado a conceder terra aos trabalhadores rurais sem-terra. Entretanto, com a vitória do candidato Jair Bolsonaro, a conjuntura política nacional mudou. Esse fato obrigava o Acampamento a mudar a perspectiva de

luta para o setor jurídico. Seguindo a orientação de um advogado, iniciaram um processo jurídico por meio da Lei de Usucapião. Porque o processo de reintegração de posse estava sendo revisto nos autos processuais, o advogado do Acampamento solicitou à liderança que fizesse um levantamento socioeconômico e cultural da “comunidade”. Minha contribuição foi solicitada para realizar essa tarefa e fiquei dias envolvida nesse trabalho. Para essa nova forma de luta, seria necessário registrar a ocupação do espaço há quinze anos por meio de relatório socioeconômico e de vídeo, a fim de demonstrar que os moradores existem como “comunidade” e desenvolvem atividades de plantio e colheita movimentando a economia local. Um questionário foi elaborado para o levantamento dos dados, cuja análise seria apresentada em formato de relatório. Entre outras questões, eram solicitadas a cada morador informações de escolaridade, faixa etária, renda familiar, religiosidade, atividades de trabalho e condições de atendimento à saúde.

Percebi que havia uma mudança de estratégia de luta, passava de política para jurídica, pois o maior objetivo dos acampados estava em manter-se na terra, sem essencialmente usar articulações já conhecidas dentro do movimento. Esse é um exemplo importante para se pensar a “liminaridade” vivida no acampamento, pois as Severinas e os Severinos Acampados circulam entre duas realidades e “(...) situam-se nos interstícios da estrutura social” (TURNER, 2013, p. 122). Além disso, há a possibilidade de não se inserir em posições sociais existentes e de buscar, de alguma forma, a formulação de arranjos sociais alternativos, como é o caso da abertura do processo baseada na Lei de Usucapião.

A orientação era fazer o levantamento socioeconômico e identificar o acampamento como “comunidade”, sem ressaltar a identidade Sem Terra deles. Eles entrariam com o pedido de usucapião, apresentando-se como moradores irregulares, nos últimos anos, em uma área rural. Nesse contexto, o vínculo com o MST seria secundário, orientação dada pelo advogado. As visitas seguidas de aplicação de questionário foram realizadas em todas as residências. Essa aproximação com todos os acampados foi bastante vantajosa para ampliar a visão sobre o acampamento, além de conquistar a confiança deles em meus propósitos de pesquisa.

Outra estratégia de registro da existência do grupo social foi a produção de um vídeo cujo objetivo estaria vinculado à produção de alimentos,

ao cotidiano e à história do acampamento. A Escola Popular, projeto de extensão da UNILA, organizou uma equipe com professores, estagiários e estudantes de cinema, outros da pós-graduação, para realizar a filmagem. Acompanhei essa equipe no dia da gravação, pois já conhecia os caminhos até os lotes.

De forma imperceptível, a atividade de conhecer o acampamento em sua totalidade, sem me restringir ao grupo de trabalhadores retornados do Paraguai, ampliou a forma de compreender a temporalidade de espera longa. Gradativamente, a imersão no campo etnográfico acontecia de forma tranquila e passava a discutir estratégias de resistência para a permanência deles naquele espaço estabelecido e organizado em atividades cotidianas. Entre todas as atividades políticas que envolviam o MST, também aproveitava para observar os futuros entrevistados e suas maneiras de conviver no local. Com o tempo, não foi mais necessário o auxílio e nem a companhia de Jane Júlia para marcar visitas e entrevistas. Conhecia todos os “lotes” e as casas do acampamento, tanto dos trabalhadores retornados do Paraguai quanto dos que migraram internamente.

O efeito do relatório foi positivo dentro das estratégias jurídicas de permanência das Severinas e dos Severinos do Acampamento Chico Mendes, e Jane Júlia Severina o apresentou a outras realidades ameaçadas de despejo da região. Em setembro de 2020, durante a pandemia, retornei ao Acampamento Sebastião Camargo para realizar o mesmo levantamento e produzir, com o Coletivo de Mulheres, o relatório socioeconômico desse acampamento que também está ameaçado de despejo. Foi um trabalho intenso. Nessa ocasião, o acampamento recebia muitas famílias por causa da pandemia do Covid-19, o que permitiu entender que há uma oscilação constante no número de moradores, como há também aqueles que permanecem acampados, resistindo ao tempo e, talvez por coincidência, esses são os acampados retornados do Paraguai.

Nesse contexto, os dados levantados nos relatórios expressam essa oscilação, pois os acampamentos possuem uma parte da população fixa de 43% no Acampamento Sebastião Camargo e 64% no Acampamento Chico Mendes- (RELATÓRIO, 2020; RELATÓRIO 2019) composta por famílias que participaram da ocupação e permaneceram no local; a parte excedente é composta por famílias inseridas no MST após a ocupação, mas com a intenção de ali permanecer até conseguir um lote, e outras que se movimentam entre o “campo e a cidade”, de forma pendular, conforme as ofertas de emprego e a habitação

fora do acampamento. Por compreender que as duas experiências se completam, será inadequado descartar uma delas, tanto a do Acampamento Chico Mendes, como a do Acampamento Sebastião Camargo.

1.3 DA LUTA PELA TERRA: FRAGMENTOS DE UMA HISTÓRIA VIVIDA

Com os novos caminhos apontados pela etnografia, os propósitos da pesquisa envolveram-se com as experiências dos acampados cujo tempo marcado pela densidade, como será visto à frente, se configurava na espera pela reforma agrária. As Severinas e os Severinos Acampados possuem crenças que podem ser incertas, acreditam poder conquistar a terra, mesmo não sabendo quando ela se tornará uma realidade. Esperam por isso, e o envolvimento com o movimento social em defesa da reforma agrária alimenta esse desejo.

Mesmo na incerteza de conquista, a luta pela terra no Brasil é histórica, e o MST está presente nessa actualidade histórica de luta. Nesse contexto, os dois Acampamentos criam uma dilatação temporal, configurada em um “tempo” denso, cheio de eventos, fatos, rituais e significados estruturantes no contexto de acampamento e de participação coletiva no MST. Nos acampamentos estudados, o tempo é experienciado dessa forma, o que pode não ocorrer em outros acampamentos. Há muitas formas de vivenciar o tempo e experimentadas por Severinas e Severinos, pois há um movimento constante de seus corpos e de suas formas de ver e sentir o mundo. Por entender que o passado é sempre reinterpretado pelo presente, tal como aponta Walter Benjamin em sua tese sobre “um tempo saturado de agoras” (BENJAMIN, 1994, p. 229), o primeiro intuito foi buscar a história da luta pela terra no Brasil, especificamente na região oeste do Paraná, por meio da experiência e da memória dos interlocutores, torná-la visível e melhor compreendida em relação aos discursos públicos e individuais. Esse empreendimento possibilita “escovar a história a contrapelo”, o que significa tirar o passado do seu modo fixo, imóvel e estático a partir da história de Severinos e Severinas, narrada por eles no tempo do agora. Nesse sentido, tornou-se perceptível que os dois acampamentos concentram uma diversidade de histórias, anseios e expectativas que se fazem presentes no espaço e na memória, dando significados e interpretações ao lugar. Trazer o tempo passado e as experiências vividas na história da região foi uma estratégia para entender as movimentações, os deslocamentos impulsionados

na fronteira e direcionados pelas políticas de Estado aos quais se convencionou chamar de “Marcha para o Oeste”²⁹.

A luta pela terra possui raízes profundas na história nacional. Apresentar algumas abordagens históricas permitirá compreender o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra como uma resposta às relações de dominação no que se refere à distribuição de terra no Brasil desde a sua colonização. Torna-se também necessário relatar ao menos alguns conflitos registrados desde a colonização portuguesa, a fim de evidenciar os problemas de divisão de terras.

No Brasil, sempre houve monopólio de terra cuja origem está no século XVI com as Companhia Hereditárias, quando o Rei Dom João III doou terras a nobres de sua confiança (MORISSAWA, 2001). A escravidão serviu como base de sustentação do latifúndio brasileiro, principalmente no nordeste do país, com a exploração da cana-de-açúcar que teve seu auge no século XVI. O sistema de doação das sesmarias manteve a formação das grandes propriedades latifundiárias e não favoreceu à pequena propriedade, constituindo uma unidade econômica básica da colônia. Após a Independência do Brasil em 1822, o sistema de concessão de terras por sesmarias foi abolido com a revogação da legislação imposta por Portugal (STEDILE, 2012). A Lei de Terras no Brasil, criada em 1850, instituía que “qualquer cidadão brasileiro poderia se transformar em proprietário privado de terras”, entretanto era obrigatório fazer o pagamento de “certo” valor à Coroa, o que impossibilitava aos escravos libertos e aos pobres o acesso a terra. “A Lei nº 601, de 1850, foi então o batistério do latifúndio no Brasil. Ela regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil” (STEDILE, 2012, p. 25). A produção de açúcar e café fortaleceu a economia brasileira entre os séculos XVI e XIX e início do século XX, caracterizando o país como de predominância rural. Mas a história latifundiária do Brasil encontrou resistência. Ela foi marcada por conflitos como Canudos, na Bahia; Guerra do Contestado, na região Sul; Cangaço, no sertão, e as ligas camponesas que também foram suprimidas pelas políticas estatais³⁰.

²⁹ O termo “Marcha para o Oeste” é discutido por Eliane Brenneisen quando a pesquisadora afirma que foi “(...) uma política de Estado, em que poderes públicos e privados se uniram para o desenvolvimento de ações visando à ocupação do espaço nas regiões oeste e sudoeste paranaenses” (BRENNEISEN, 2004, p.19).

³⁰ Bernardo Mançano Fernandes faz uma grande contribuição sobre a trajetória camponesa e a luta pela terra no Brasil, quando destaca que “A forma de organização, desde movimentos messiânicos até os grupos de cangaceiros, demarcava os espaços políticos da revolta

José de Souza Martins assinala que a Guerra do Contestado, ocorrida no sul do Brasil (Paraná e Santa Catarina) de 1912 a 1916, foi a maior guerra popular/camponesa do Brasil contemporâneo. Antes dela, registra-se a Guerra de Canudos (1896- 1897), na Bahia, que envolveu metade do exército nacional e terminou com um saldo de, aproximadamente, 5 (cinco) mil mortos (MARTINS, 1981, p.26). Os conflitos no campo não são específicos do tempo presente, pois perpassaram a história nacional e se arrastam, em contextos diferentes, até o século XXI, quando de fato não se identifica uma política voltada para a reforma agrária, determinando a terra como valor social.

Esses processos históricos têm ressonância na colonização do oeste paranaense e na vida de Severinas e Severinos Acampados e suas experiências no tempo. Nas conversas e nas entrevistas, em muitas situações ocorridas durante o campo etnográfico, observei que essas mulheres e esses homens ou tinham vindo de outra região do Brasil, mineiros ou paulistas, ou eram filhos de catarinenses ou gaúchos³¹. Tais constatações exemplificavam as abordagens históricas sobre a região e sua colonização, mais intensa após os anos 30, fato que revelava a política e a ideologia do Estado Novo no estímulo do sentimento nacionalista de ocupação de regiões próximas à fronteira (BRENNEISEN, 2004). Como sinaliza Valdir Gregory sobre a Era Vargas, "(...) em regiões de fronteiras nacionais, como era o caso do Sudoeste e do Oeste Paranaense (...) a atuação do poder público buscava evidenciar e explicitar os sentimentos nacionalistas. Até impô-los, quando necessário" (GREGORY, 2002, p.67). O objetivo da política de Estado era tracejar os caminhos da região em processos de colonização cujos interesses pela estratégia de povoamento envolviam grupos privados como colonizadores. Com isso, estradas foram abertas, povoados constituídos para atrair migrantes de Santa Catarina e Rio Grande do Sul que, quando chegavam, encontravam uma infraestrutura básica (igreja, escola, casas comerciais) semelhante ao que estavam habituados. Era preciso, contudo, envolver as colonizadoras para o desenvolvimento do projeto de colonização da região. Por exemplo: há o registro da "Colonizadora Madeireira Rio Paraná S.A.

camponesa. Embora fossem lutas isoladas, ocorriam em quase todo o território brasileiro (...)" (FERNANDES, 2001. p.32)

³¹ Ao discutir sobre a ocupação do oeste paranaense, Regina Coeli Machado e Silva (2020) faz um levantamento referente às pesquisas acadêmicas relacionadas ao tema. Em sua análise, menciona que muitos agricultores, migraram na década de 1960, dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul para o Paraná e, anos mais tarde, na década de 1970, foram pressionados a deixarem as terras devido à ampliação do Parque Nacional do Iguaçu.

– MARIPÁ” (GREGORY, 2002, p. 69) cuja principal característica era a manutenção da segurança, a fim de evitar conflitos entre posseiros e grileiros ou qualquer outro tipo de ocupantes, baseando suas ações na legalidade das terras. A “Marcha para o Oeste” do governo Vargas criava, com seus processos discursivos, um sentimento de nacionalidade e “(...) propunha que as fronteiras econômicas coincidisse com as fronteiras políticas (...)” (GREGORY, 2002, p. 69). Isso demonstrava que induzir um sentimento nacionalista também implicava ocupar o território por meio da colonização.

A promessa de prosperidade impulsionou as migrações e criou uma fronteira agrícola, especialmente, no Paraná. A vontade de lucrar com terra e madeira comercializadas era propícia para acentuar a formação de um discurso envolvendo, de maneira positiva, a colonização e o povoamento da região durante os governos estaduais de Moisés Lupion (1948-1952; 1957-1961) e Bento Munhoz da Rocha Neto (1953-1957). Os discursos de tais lideranças políticas foram analisados por Valdir Gregory, mas não serão detalhados neste espaço de discussão, entretanto essa estratégia discursiva foi importante para a colonização da região oeste.

Com a agricultura familiar, esses colonos estabeleceram-se na região, e a força de trabalho da família garantia-lhes a sobrevivência. Para Eliane Brenneisen (2004), o cotidiano envolvia a “[...] construção de suas moradias num espaço inicialmente aberto no meio da mata, ao desbravamento desse espaço para torná-lo produtivo, à dedicação às lavouras [...] e à criação de aves e animais de pequeno porte, também para consumo” (BRENNEISEN, 2004, p.21).

No início dos anos 1970, outra realidade se interpõe na vida dessas famílias de agricultores. A modernização agrícola atinge a propriedade rural e, conseqüentemente, modifica as relações de trabalho. A mecanização atinge os proprietários de terra, os trabalhadores arrendatários, meeiros ou assalariados. Simultaneamente, na região oeste, a construção da Usina Binacional de Energia Itaipu expropria muitos agricultores, o que resultou em três grandes mobilizações com repercussão nacional: o MJT – Movimento Justiça e Terra, a mobilização contra o pagamento das Notas Promissórias Rurais (NPRs) e o Movimento do Agricultor Sem Terra do Oeste Paranaense (Mastro). Tais movimentos foram fundamentais ao fortalecerem os movimentos políticos na região oeste e se unirem a outras mobilizações surgidas no Sul do país, resultando na organização do MST (BRENNEISEN, 2004), tendo a participação ativa da CPT (Comissão

Pastoral da Terra). SILVA (2020, p.91) destaca que “[...] esses conflitos fortaleceram a raiz dos movimentos de luta pela terra no Brasil e, no caso do estado do Paraná, foram decisivos para a criação do MST e da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

A expropriação de pequenos agricultores no oeste do Paraná para a formação do Lago de Itaipu coincidiu com estratégias geopolíticas de aproximação entre Brasil e Paraguai, intenção que teve seu início no governo de Juscelino Kubitschek (1955-60), mas se consolidou e caracterizou o grande fluxo migratório de brasileiros para o Paraguai na década de 1970 durante a ditadura militar no Brasil. No lado paraguaio, o grande incentivador da ocupação dos “espaços vazios” foi Alfredo Stroessner, inaugurando o que ele chamava de *Marcha al Este*³² ao reformular o Estatuto Agrário do Paraguai, permitindo a venda de terra a estrangeiros na zona de fronteira. (ALBUQUERQUE, 2010).

Esse contexto está presente nas histórias das Severinas e dos Severinos Acampados. As narrativas mostram experiências de alagamento e de migração comuns entre os entrevistados, principalmente o desejo pela terra para a manutenção da sobrevivência como trabalhador do campo. As lembranças migratórias de Wilson Severino, trabalhador rural, quarenta e nove anos e residente no Acampamento Sebastião Camargo há dois anos, são transcritas abaixo. Antes de ser acampado, morou no Paraguai com a família, retornou ao Brasil, passou pela experiência de viver na cidade de Foz do Iguaçu e trabalhar na construção civil. Após ficar desempregado e sem perspectivas de novo trabalho, inseriu-se no MST. Ele conta sua história iniciando de maneira, significativamente, cronológica:

Naquela altura do campeonato, meu pai tinha um destino de vender o chão que nós tinha em Santa Quitéria e comprar no Paraguai. Na época, quer ver, em 69, 70, dos anos 70 mais ou menos pelo que me falam, dos anos 70 a 75, ou que seja até 80. Até porque daí meu pai vendeu. Essa época eu já tinha uns 4 aninho de idade, eu me lembro muito bem, meu pai vendeu a terra. Na época, se eu não me engano ele vendeu por dois cruzeiros, dois mil cruzeiro e meio. Uma coisa assim! Aí **ele queria comprar terra no Paraguai** e meu tio pôs na cabeça dele que não. Meu tio falava “não vende, não vende, não vai pra lá, não vai, não vai, porque o Paraguai é assim, o Paraguai vai te tomar a sua família, vai tomar sua terra, e não sei o quê...Porque no Paraguai se você comprou uma posse lá e o cara chega lá e leva a sua mulher embora, leva a sua filha”. Então era esse tipo de coisa, meteu um monte de loucura na cabeça do meu pai, meu pai pegou e ficou

³² A *Marcha al Este* visava reassentar os camponeses que viviam na região central do país, foi uma frente de expansão agrícola que privilegiava também os trabalhadores brasileiros.

meio assim, né? Vai, não vai! Bom, o meu pai acabou gastando o dinheiro. (Entrevista concedida em 20/11/2018)

Embora a narrativa de Wilson Severino não fale da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, ele aparece como membro de uma família que, por possuir muitos filhos, necessitava de uma propriedade maior para mantê-los trabalhando e tendo a terra como herança. Fica evidente também que as terras na região de fronteira se popularizavam como possibilidades de ascensão de trabalhador rural a proprietário de terras. Além disso, a narrativa marca a abertura do Paraguai para o recebimento dos brasileiros trabalhadores rurais. Há, nas palavras de Wilson Severino, a necessidade de marcar as datas na tentativa de estabelecer um tom de verdade à sua história de vida. A citação de datas, anos e noção de tempo cronológico, marca a linearidade na concepção temporal daquele que narra.

Refletindo sobre a narrativa de Wilson Severino, a idade dele não coincide, cronologicamente, com a história que ele conta, pois, se tinha quatro anos de idade, não poderia ser 1969 ou 1970. Apesar disso, não é importante nesse instante de análise questionar o narrado, pois a procura não está na objetividade do fato, mas a forma como Wilson Severino o interpreta e o vivencia. Alessandro Portelli (1996) ressalta que acreditar de maneira objetiva em uma narrativa significa negar o ato interpretativo de quem narra, e no momento narrativo é que se dá uma significação para a própria experiência. Isso significa dizer que a narrativa é um ato interpretativo capaz de transformar e de incluir novas maneiras de subjetivar.

Além disso, o calendário, com suas datas, é um instrumento concreto que possibilita a sociedade medir o tempo. Isso faz lembrar que o tempo conhecido socialmente por Wilson Severino é o tempo finito e, talvez por isso, o entrevistado tente buscar uma data precisa, pensando no tempo do calendário, instrumento capaz de atribuir significado, organizar e manifestar sentido às relações entre o tempo da consciência e o da natureza (Paul Ricoeur, 2010). A estratégia narrativa usada pelo entrevistado é uma forma de datar as experiências e ordená-las em uma sequência cronológica mediada pela relação entre o passado e o presente por meio das memórias e das recordações. Quando ele narra as experiências vividas no tempo, embora não seja um movimento cronológico, há sempre a tentativa de organizá-las em uma sequência. Mas não passa de tentativa, porque as lembranças não são

acionadas por datas, mas por importância e significados dentro daquilo que se deseja lembrar e narrar.

O quadro histórico apresentado por Wilson Severino, embora seja fruto de suas lembranças de infância, retrata a situação econômica familiar com pouca disponibilidade de terra no Paraná das décadas de 1970 a 1980. A oferta de terras baratas no Paraguai fez com que o pai de Severino fosse motivado a migrar. O impulso de querer migrar está ligado ao desejo de posse de terra. Wilson Severino narra que seu pai, após ficar sem dinheiro e sem oferta de trabalho no Brasil, resolveu migrar com a família para arrendar terra no Paraguai. Ele passou pela experiência de viver em colônias de brasileiros no Paraguai de criança até a fase adulta, depois do primeiro casamento.

Para Wilson Severino, o viver no Paraguai era repleto de dificuldades e cita a perda de um filho por desnutrição. Na fala dele, fica a presença da dor. A morte do filho foi o ponto mais marcante para a decisão de retornar, pois sabia que o falecimento da criança era uma consequência das condições financeiras da família. Os motivos de ida e retorno são pessoais na memória de Wilson Severino e, definitivamente, ele nunca se sentiu um “brasiguai”, ou seja, o colonizador brasileiro que desbravou o Paraguai. A experiência de migrar em busca de terra não foi o esperado, portanto, sem a terra e explorado, sem acesso à assistência pública de saúde e sem perspectivas de uma realidade melhor, resolve retornar ao Brasil quando adulto.

O contexto de Wilson Severino é um retrato da história de migração na fronteira com objetivos de expansão da agricultura paraguaia. Assim como a família dele, muitas outras foram motivadas a atravessar a fronteira em busca de trabalho e terra, realidade cada vez mais escassa na região. A possibilidade de ir para as colônias de brasileiros no Paraguai não os distanciava geograficamente do Brasil, o que se tornava outro atrativo de interesse.

Aliada a todos os aspectos que impulsionaram a migração na fronteira, a desapropriação de terras produtivas pelo alagamento resultante da construção Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional também foi um indicador do deslocamento. Esse foi o caso de Dorothy Severina quando ainda era criança. Sua narrativa envolve o “desenvolvimento”³³ trazido pela construção da usina e

³³ A palavra “desenvolvimento” está vinculada ao projeto de governo de Juscelino Kubitschek que consistia em avançar “cinquenta anos em cinco” com a modernização também representada pela construção da maior hidrelétrica do mundo.

com ele a impossibilidade de permanecer na região. Havia várias situações envolvendo o trabalhador rural durante a formação do imenso reservatório de Itaipu, “1350 km²” (MAZZAROLLO, 2003, p. 39) ampliado para 1800 km² por incluir a faixa de proteção do lago. No caso da família de Dorothy Severina, a situação era de arrendatários, o que significava não só não ter espaço para viver, como também não ter mais espaço social de trabalhador. A voz de Dorothy Severina traz a história da região em sua experiência:

Primeira vez que eu fui para o Paraguai foi com 7 anos de idade. A gente morava numa cidade que o lago de Itaipu encobriu, que era Itacorá. Naquela época a gente era arrendatário, né, das fazendas. Meus irmãos... meu pai faleceu eu tinha cinco anos e meus irmãos não tinha assim muito a cabeça para, não teve na verdade uma cabeça para pegar na época uma terra do Incra, porque na verdade a gente devia ser indenizado, né, como a gente era arrendatário os patrão pegaram as terra e a Itaipu indenizou eles e nós fomos descartado! Nós tava livre pra onde nós quisesse ir, né? Só que a nossa terra que nós morava os patrão foram indenizado, lógico! Nós não!!! Os arrendatários não foi! Os arrendatários teve que partir! Pra onde achou melhor e os meus irmãos na época eram jovens também, né? O mais velho acho que tinha dezenove anos, que cuidava de nós com a mãe. Daí eles...Um senhor que também tinha sido indenizado pela Itaipu comprou terra no Paraguai e convidou nós **pra arrendar as terra lá**. E por isso que a gente foi pra lá pro Paraguai (Dorothy Severina – Entrevista concedida em 15/10/2018)

Dorothy Severina ressalta a ideia de liberdade “Nós tava livre pra onde nós quisesse ir, né?”, entretanto, após as terras arrendadas serem alagadas e com a escassez de trabalho no meio rural da região, a oferta de trabalho no Paraguai surge como impulsos positivos e alternativas de sobrevivência da família. Dorothy Severina faz uma interpretação da condição da família na época da formação do reservatório de Itaipu. Ela sinaliza a “ausência” de direitos, pois a família dela foi “descartada”, vocábulo indicativo de que o trabalhador arrendatário foi negligenciado nos processos de políticas do Estado entre os anos 1970 e 1980, no Paraná. O “descarte” foi eficiente por algumas décadas, mas, como em uma mesa de jogo, aquilo que se descarta poderá voltar para a mão na próxima rodada. Isso é, exatamente, o que conta a narrativa de Dorothy Severina e de muitos outros ao retornarem do Paraguai. A família não era proprietária das terras e, portanto, não receberia a indenização de Itaipu. Sem perspectivas, migra pela necessidade de manter as condições de sobrevivência a partir do trabalho no campo. Após o alagamento das terras onde moravam, o convite para arrendar terra no Paraguai foi a alternativa encontrada pela mãe viúva e pelo irmão mais velho, pois trabalhar no campo tem significado de manutenção da sobrevivência.

Será nesse contexto de reivindicação das indenizações de Itaipu que surge a necessidade de mobilização dos trabalhadores rurais da região. A luta pela terra faz parte do cenário histórico nacional, entretanto, no final do século XX, surge um movimento social atuante, o MST (Movimento dos Sem Terra). O nascimento do MST é datado em 1984, mas “teve a sua gestação” (MORISSAWA, 2001, p.126) que durou quatro anos. O Paraná serviu de base para as reuniões e as organizações que envolviam os diversos casos de conflitos. Durante esse período, o trabalhador rural paranaense participou ativamente nesses eventos, que demonstravam os efeitos de algumas ações do Estado na vida dele como homem do campo. É sempre conveniente lembrar que o MST “(...) é fruto do processo histórico de resistência do campesinato brasileiro” (FERNANDES, 2001. p.45), portanto ele passa por situações políticas diversificadas e assume estratégias de resistências conforme os contextos. Enfim, o movimento se modifica no tempo e em contextos distintos.

Em contrapartida, as estratégias do Estado também vão se modificando e se adequando para os propósitos de estancar a divisão de terras. Os organismos relativos aos problemas agrários foram criados como SUPRA, IBRA, INDA, GERA e Incra³⁴, que alteravam os nomes, mas não os objetivos e sua essência política. O objetivo da criação de tantos órgãos se vinculava ao controle das lutas camponesas e à abertura de espaço para um modelo de desenvolvimento econômico pautado em grandes produções e latifúndios, o que sufocaria o campesinato. Entretanto, devido à força da repressão política em 1970, nasceu a resistência camponesa. O nascimento do MST tem, contudo, uma data oficial por ter sido fundado pelos trabalhadores durante o Primeiro Encontro Nacional que aconteceu nos dias 21 e 22 de janeiro de 1984, em Cascavel, cidade localizada na região oeste do Paraná. O movimento, portanto, evidencia a necessidade do espaço social pautado em justiça para os trabalhadores do campo.

³⁴ Recorro novamente ao trabalho de Mançano Fernandes para sintetizar essa trajetória dos órgãos e suas significações. A SUPRA (Superintendência da Política Agrária) foi criada durante o governo de João Goulart, mas, na ditadura militar, passou por uma substituição, surgindo então o IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) e o INDA (Instituto Nacional de Reforma Agrária). Além disso, também é criado o Estatuto da Terra, que nunca foi norteador para as ações de reforma agrária durante a ditadura militar, apenas foi usado como argumentos pelos trabalhadores em momentos de conflitos e repressão. Em 1969, foi criado o GERA (Grupo Interministerial de Trabalho sobre a Reforma Agrária) e, em 1970, foram extintos o IBRA e o INDA, surgindo o velho conhecido Incra (FERNANDES, 2001, p.46).

Esse recorte histórico, embora pareça uma pausa textual, faz-se necessário para a compreensão dos caminhos que os trabalhadores rurais enfrentaram ou enfrentam no contexto nacional, quando o que se procura é terra para ser dividida de forma justa e com valor social. Muitos Severinos e Severinas Acampados narraram experiências bastante coincidentes sobre os fluxos migratórios internos para a região oeste do Paraná e sobre a necessidade de reforma agrária para praticarem a agricultura familiar. As narrativas deles falam de um tempo já experimentado que agora costura as lembranças e as memórias na experiência pessoal. São experiências que evidenciam a principal procura dessas pessoas: o direito à posse de terra para trabalhar e sobreviver e, nesse cenário, o MST entra como protagonista, inclusive, como propulsor do retorno ao Brasil dos que foram para o Paraguai em busca de trabalho.

Nem todos os Severinos e as Severinas Acampados migraram para o Paraguai ainda crianças, como é o caso de Olga Severina, uma trabalhadora rural, idosa e aluna da turma de EJA no acampamento, que demonstrou satisfação em conceder a entrevista. Sua história de migração é iniciada na fase adulta, já casada e com filhos, quando decide com o marido ir para o Paraguai para trabalhar no meio rural. Olga Severina não se atém às datas exatas, mas insere uma ideia de temporalidade recente.

Então a gente morava na... morou em vários lugares aqui no Brasil, mas daí a gente morava na Campina da Lagoa, daí tinha uns catarinenses que a gente conheceu lá no, na Campina da Lagoa. A gente conheceu esses catarinense e daí eles foi embora para o Paraguai, era muito conhecido nosso, aí um dia meu cunhado foi lá no Paraguai e eles chamaram para nós ir morar lá com eles que eles precisava de nós pra trabalhar pra eles. Foi pouco, não faz muito tempo não sei em que ano que foi. Daí meu cunhado chegou lá e falou “**ó, os catarinense lá quer que nós vamo morar lá na terra deles e trabalhar pra eles, porque eles têm muito serviço e precisa de nós**”, porque sabia que nós, né, conhecia já. Aí nós foi, como diz o outro “de mala e cuia”. Aí chegamos lá, fomos morar na terra deles, eles ficou muito feliz. (Entrevista concedida em 07/11/2018)

No relato de Olga Severina, inexistente uma ligação com o evento do Lago de Itaipu, pois veio de outra região do Paraná não atingida pela represa, mas a busca pela sobrevivência e a oferta de trabalho fizeram a família dela migrar. Nesse caso, a temporalidade sinalizada por ela só foi de fato identificada no contexto das conversas posteriores à entrevista, pois a entrevistada não lembrava o ano, as datas e a analogia feita se referia à idade dos filhos para se localizar no tempo. O nascimento e a idade dos filhos transformam-se em unidades de medida temporal. Não faz diferença para a análise qual o ano exato

em que o deslocamento e o retorno aconteceram, pois a experiência vivida pela família em torno de uma realidade rural tem mais relação com o desejo pela terra que culmina em espera, resistência e luta dentro de um movimento social. Ela fez questão de ressaltar que os “catarinenses”, além de confiarem muito no trabalho da família, eram os que precisavam de ajuda. Isso demonstra que Olga Severina descreve sua família como de trabalhadores, que não possuem preguiça, uma pré-justificativa não só de serem aceitos na realidade migratória da época, como de amenizar os significados simbólicos construídos como estigmas por estarem inseridos no MST, ou seja, há a necessidade de afirmar pela narrativa de vida que o acampado é trabalhador. Foi compreensível que, naquele momento político nacional de eleições, havia a necessidade de deixar claro o valor do trabalho na história familiar do acampado diante de uma pessoa de “fora” do acampamento.

Dilma Severina também narra sua experiência migratória. Ela, mulher de sessenta e oito anos, acampada há quase quinze anos, narra que sua família decidiu ir para o Paraguai por sugestão do filho mais velho. Eles moravam em terra arrendada onde plantavam algodão. Como manter o sustento da família de onze filhos ficava cada dia mais complicado, o filho mais velho sugeriu a ida e todos a aceitaram.

Então era assim, todo ano uma mudança, todo ano uma mudança, que nem pegava terra arrendada, né? Dava “malemá” pra comer e um calçadinho para um filho e era assim. E foi indo aquela vida! Daí até que a gente morou aqui na Vila Bonita e o meu mais velho já tava grande já, daí ele deu umas “vira volta” no Paraguai e interessou de ir pra lá. Interessou e chegou e enlocou tudo nós. “Ah, pai! Nós vamos pro Paraguai que é isso e isso”, nós pegou e foi. Terminamos uma colheita de algodão, nós plantava algodão e daí nós vendeu tudo as coisa pra nós ir pro Paraguai.

_A senhora tinha terra no Brasil quando foi para o Paraguai? (Cristina)

_Não. Só arrendava. Não tinha. Terra só quando o meu avô lá em Minas. E daí nós fomo pro Paraguai e lá foi na luta. Chegamos lá, começamos a trabalhar, ficamos até na casa de um primo meu por um tempo, daí também ele também mudou e nós mudamos pra Troncal 3, ali no Paraguai. E daí lá nós começamos a trabalhar com o bicho-da-seda, né? Tava toda a família unida que era tudo filharada, começamos a trabalhar ali mesmo. Mas foi duro, menina, foi uma luta! (Entrevista concedida em 01/07/2019)

A história de Dilma Severina vai buscar lembranças de quando ainda era jovem. Morava em Minas Gerais com os avós, pois era órfã de mãe. Após o casamento, migrou para o Paraná com o marido em busca de terra. Essa estratégia de sobrevivência é uma aprendizagem e uma experiência da família de Dilma Severina, pois, por serem arrendatários, estavam sempre mudando a

partir das ofertas de terras para arrendarem. Atualmente Dilma Severina mora com o esposo doente e com os dois filhos que ajudam nos trabalhos de plantar e colher no “lote” sorteado no Acampamento³⁵. Os outros filhos trabalham no meio urbano e não pretendem viver no meio rural, segundo o que ela narrou.

No Paraguai, trabalharam com o bicho-da-seda em uma propriedade de um estrangeiro cuja nacionalidade ela não soube informar: se italiano ou alemão. Para a família se manter, era preciso que todos os filhos maiores dividissem os afazeres rurais com o pai. Ela, com crianças pequenas e mais duas tentativas de gravidez interrompidas por aborto espontâneo, cuidava do quintal da casa, da horta, da alimentação de porcos e galinhas. Hoje o maior desejo de Dilma Severina é regularizar a divisão dos “lotes” no acampamento para que toda a família possa ter segurança de viver “em cima da terra” que escolheram e onde vivem há quinze anos.

Os trechos transcritos, embora tenham diferenças entre si, apresentam em comum o tema que envolve a ida ao Paraguai: a busca pela manutenção da família. A luta é pela sobrevivência como resultado da ilusão de ascensão econômica por meio do trabalho na terra, independentemente se no Brasil ou no Paraguai, sendo que a identidade nacional, nesse momento de decisão, é diluída. Na narrativa de Dilma Severina, há a motivação em migrar para o Paraguai e deixa evidente que é uma decisão da família, pois a posterior atividade de trabalho também terá o envolvimento de todos (pai, mãe, filhos), uma prática familiar ligada ao trabalho no campo, em que todos contribuem com as atividades cotidianas. Assim como as Severinas e os Severinos não são iguais em tudo na vida, também não possuem narrativas com experiências iguais, mas a necessidade de trabalhar no meio rural é a aspiração de todos os entrevistados.

Esse desejo pela terra é impulsionador também para o movimento de retorno e, posteriormente, da inserção do grupo social de trabalhadores ao MST. Embora as narrativas de jornais informem como motivo de retorno a luta camponesa dos *carperos*, as Severinas e os Severinos Acampados afirmam não terem sido expulsos do Paraguai por nenhum conflito agrário.

Algumas considerações referentes ao fluxo migratório de brasileiros para o Paraguai e os conflitos por terra entre produtores de soja e *carperos* foram

³⁵ O lote ao qual me refiro é como um pré-assentamento, entretanto é promovido pelos moradores e não pelo Incra. Esse assunto será melhor trabalhado no próximo Capítulo.

encontradas em uma publicação do *Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios – CERI* e organizada por Ramón Fogel e Marcial Riquelme. As análises de Marcial Riquelme trouxeram uma visão histórica do fluxo migratório de brasileiros, as distribuições de terras no Paraguai e os motivos dos conflitos entre brasileiros agricultores de soja e campesinos paraguaios sem-terra. Nessa abordagem, há a apresentação de dois grupos de brasileiros nas colônias paraguaias: os que possuem terras e são produtores de soja e os que são pobres e vendem a força de trabalho. Os *carperos* são trabalhadores paraguaios que iniciaram um movimento social reivindicando terra ao Estado paraguaio, isso depois de serem excluídos dos processos agrários desde a ditadura militar paraguaia. O conflito com os brasileiros possui, portanto, motivos históricos que reapareceram durante a presidência de Fernando Lugo. Esse dado reforçou as intuições anteriores de que o grupo de trabalhadores rurais dos Acampamentos Sebastião Camargo e Chico Mendes não participou dos conflitos existentes no Paraguai. Consequentemente, o retorno ao Brasil não se relacionava a esse conflito. As histórias narradas trazem justificativas de retorno variadas e bastante pessoais como acesso à educação para os filhos, ausência de assistência médica pública, pobreza e dificuldades em conquistar um “pedaço de terra”.

Dorothy Severina conta as dificuldades que a impeliram a retornar para assegurar os cuidados com a saúde de um dos filhos e como meio de sobrevivência.

O lugar onde a gente morava era de brasileiro. Só que daí eu tive meu filho especial, né? Aí veio a minha luta, o meu martírio. Porque apesar de ele nascer especial, ele tinha que consultar o neurologista todo mês, tinha que passar os remédio, né? No Paraguai não tinha nada disso, lá. tipo assim, médico de graça, remédio. Então eu... fraudava que eu ganhava tudo aqui da prefeitura. Aí a gente morava num lugar longe de ônibus, enquanto ele era pequeno assim pequeno que agente morava na fazenda, eles trazia eu até numa vila mais próxima eu pegava carona assim com o pessoal que vinha, né? Última vez que eu tinha que vir com ele, porque quando dava o dia de vim no médico tinha que vim. E tinha que tá aqui. E foi essa luta e foi ficando assim por cinco anos. Daí eu fiquei grávida de novo nessa luta com menino e acabei descuidando e fiquei grávida do meu outro menino, aí foi mais difícil ainda minha luta porque às vezes eu fazia vinte quilômetros a pé, um na barriga e outro nas costas. Sabe que eu fui pegando uma... um desgosto, mas aí quando vim para ter o menino mais novo eu não queria mais voltar. (Entrevista concedida em 15/10/2018)

A conversa com Dorothy Severina aconteceu no espaço externo de sua casa, a última residência no final da rua principal do acampamento e em frente à “escola” de EJA. Sua trajetória de vida é repleta de dificuldades vividas

da infância até a fase adulta e com o nascimento dos filhos enquanto ainda morava no Paraguai. Os contratempos da mobilidade para atravessar a fronteira à procura de atendimento médico para o filho com problemas de saúde foi decisivo para o retorno ao Brasil. A localização da colônia onde ela morava, embora fosse distante da cidade, possibilitava, precariamente, fazer o movimento pendular de ir e voltar em busca do atendimento em saúde no Brasil. As condições de sobrevivência no Paraguai são um grande impulso para a iniciativa de retorno para Dorothy Severina. A condição de pobreza a faz novamente se deslocar em busca de “algo melhor”, e voltar seria uma opção. Na sequência da entrevista, ela confidencia que sempre quis voltar para o Brasil, pois “viver no Paraguai é muito sacrifício”.

Os motivos do retorno são plurais. No caso de Olga Severina, o mesmo motivo que a levou ao Paraguai a fez retornar ao Brasil: “conseguir um pedaço de chão”.

A vida foi sofrida! Aí a gente morou só em Cedral no Paraguai duas cidade, quer dizer município lá. Moremos em Cedral, Troncal 4, foi de lá que a gente veio daí, aí eu falei assim...daí foi um pessoal do Sem Terra lá do Mato Grosso, foram lá e tavam levando pessoas pra morar lá e se acampar. Mas daí a gente não quis, ficou meio com medo, né, ficamos com medo. Aí foi os daqui, esse pessoal daqui (refere-se aos representantes do MST do Paraná) foro lá, aí meu filho falou assim: “Mãe vamo lá, vamo lá para nós ver como que é”. Nós nunca tinha visto, né? “Vamos lá pra nós se acampar e para nós ver como é que é?” Aí eu falei “Então vamos!” E aí, nós foi. Daí meu filho ficou tempo, meu filho, também a minha nora do outro filho, que mora lá no Troncal. Aí ela ficou tempo também, ela tem uma menina deficiente, ficou tempo também acampada. Eu tive três despejo no acampamento, três despejo feroz! Um foi feroz! (Entrevista concedida em 07/11/2018)

Olga Severina teve uma ampla experiência no Paraguai. Viúva e em comum acordo com os filhos, decide retornar ao Brasil para ser integrante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Esse retorno expressa a estratégia do MST em buscar trabalhadores rurais no Paraguai para aumentar, em número de famílias, a luta pela reforma agrária. Olga Severina mora em uma das casas do lado esquerdo da rua principal do acampamento, construções que pertenciam à direção do ITEPA, mas, com o encerramento das atividades educativas, ela se manteve cuidando do espaço onde hoje está o Acampamento Sebastião Camargo. Ela não fez a inscrição no Incra e não se reconhece como igual aos outros moradores, isso fica claro em sua fala. Mesmo assim, sempre participou de ocupações com o movimento e viveu os despejos também. Olga Severina se refere aos coordenadores do Acampamento Sebastião Camargo como “eles”. Percebe a si mesma em outro lugar social e político, apagando a

possibilidade de estar inserida no MST quando não usa o pronome “nós”. É uma narrativa, como outras, que propõe ser o movimento social o impulsionador para o deslocamento, algo recorrente e que de fato revela as estratégias para ocupação ao se considerar o número de “famílias” envolvidas.

O caso de Wilson Severino é diferente, pois soube do MST depois de uma experiência no meio urbano. Tomou a decisão de voltar para o Brasil e foi ser trabalhador da construção civil. Salientou que, devido às dificuldades financeiras e pelo alto preço do aluguel no meio urbano, morou na favela em Foz do Iguaçu. O retorno dele é motivado pela ausência de subsistência familiar, já que o plano inicial de seu pai, migrar com a família para tentar adquirir terra no Paraguai, não se concretizou. Wilson Severino, vivendo como trabalhador rural diarista em fazendas no Paraguai, ou arrendando terra, não conseguia sustentar a família. A esposa, em sua última gravidez, teve complicações e não teve acesso ao acompanhamento médico no Paraguai, uma das razões de retorno. Segundo a narrativa de Wilson Severino, mais pobre que estava no Paraguai, ele não ficaria no Brasil.

Nós saimo da região do Paraguai por forma de recurso. Seja falta, né? É porque eu mesmo na época, né? Vou até iniciar quase que um novo caso que vai pegar uma beira do que eu comecei antes. Aí meu pai largou pra trás e perdeu o que ele tinha, tá, como eu já disse, fomos pra dentro do Paraguai tentando recuperar o que tinha perdido aqui no Brasil. Fomo pra lá pra tentar conseguir, né, na área agrícola. Não deu! Fomo...Fomo... Fomo...Fomo que cada passo que dava mais nós ia afundando, certo? Então quando chegou um momento eu fui um dos primeiro da minha família que saí de lá e aí vim pro Brasil porque na época a esposa minha tava esperando uma criança que é a Mariele. Aí então devido a dificuldade da gente, financeiramente, tudo, ela tava sentindo muito mal, dores, maus tratos assim de alimentação, certo? Situação muito ruim mesmo e num lugar longe de recurso, pra gente sair até a estrada da rodagem, pegar um ônibus, esse só uma vez por dia, só uma ida pra cidade, pelo Pontal 4 e voltava por Mangatu, ele saía cedinho, sete horas e depois voltava às duas horas da tarde, passava de volta lá. Então é assim, era oito quilômetros para sair naquela rodagem. E de noventa a cem quilômetros pra chegar no ponto de ônibus. (Entrevista concedida em 20/11/2018)

Wilson Severino também revela o nascimento de filhos gêmeos, mas um deles faleceu por desnutrição, uma consequência das dificuldades de sobrevivência no Paraguai. A mobilidade também aparece como fator negativo para a permanência nas colônias paraguaias. Ao voltar, mora na cidade de Foz do Iguaçu por muitos anos, os filhos crescem e começam a estudar. Acontece a separação dele da esposa e a perda do emprego no meio urbano. Resolve entrar no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, pois, segundo ele, seu

maior desejo sempre foi voltar para o campo, e a única forma de ter esperança de conseguir uma terra seria com a reforma agrária.

O caso de João Pedro Severino adiciona um fator novo e relacionado à documentação da terra no Paraguai. Ao perceber que não conseguiria uma terra legalizada com condições para produzir e comercializar, doente e sem garantia de atendimento médico, ele resolveu retornar.

Lá no Paraguai também tava ruim de viver, lá tava péssimo. Pra nós que somo brasileiro e pobre tava ruim. Tava ruim porque mudou lá também. Lá você podia plantar, podia vender e não tinha problema nenhum, daí tá que nem aqui, se você num tiver o CAD/PRO³⁶ você não vende nada. Daí você tem que passar pra outro vender e depois que o cara recebe ele te dá o dinheiro. Mesma coisa que você num tá fazendo nada, tá plantando em vão, né? Daí eu também tinha problema de saúde eu falei eu vou embora não vou ficar aqui não! Lá, porque lá pra saúde é pesado, né? Sofri tanto lá e não sabia o que eu tinha e era pressão alta. Nossa! Cheguei aqui que eu quase morri aqui. Saí morto, daqui de dentro dessa casa. Voltei porque Deus é bom. (Entrevista concedida em 15/05/2019)

João Pedro Severino retorna, mas sabe que sua condição de sobrevivência não vai mudar significativamente ao voltar para o Brasil. Ao ingressar no Movimento Social MST, ainda preserva a esperança de conseguir seu “pedaço de terra”. Mesmo sabendo ser algo incerto, ele continua acampado. Há quase quinze anos espera e resiste até que o assentamento aconteça de fato. Ele destaca muito bem que o Paraguai é ruim para os pobres e se inclui nesse grupo social. Sentia dificuldades em comercializar o que plantava em terras arrendadas. Por não receber assistência médica paraguaia, resolve retornar para o Brasil, seguindo até Diamante do Oeste e depois participa da ocupação da Fazenda Boito, em Agro Cafeeira, onde permanece resistente e produzindo.

O retorno das Severinas e dos Severinos Acampados inclui uma trajetória entre a cidade e o campo, entre o “dentro” e o “fora” do acampamento. Penha Severina sintetiza, cronologicamente, os caminhos percorridos. É interessante lembrar que, no espaço urbano, ela trabalhou como empregada doméstica, em hospital e restaurante em Curitiba. Isso demonstra uma flexibilidade nas ações de sobrevivência e uma adaptação às ofertas de trabalho na cidade. Posteriormente retorna a Foz do Iguaçu e, após se acidentar no ambiente de trabalho na Agroindustrial Lar, integra-se ao acampamento.

E vim primeiro pro Brasil e aí eu trouxe o resto da família tudo atrás de mim, por causa de que eles tava passando muita dificuldade e eu tinha

³⁶ CAD/PRO é o Cadastro de Produtores Rurais, sendo que o objetivo da Inscrição Estadual do Produtor Rural é exclusivamente para efeitos de comercialização da produção.

esse piá, eu esperei pra engravidar desse piá com dezessete ano, dezessete ano de casamento pra ter ele, né? Não engravidava, daí quando eu engravidei dele, ele nasceu, ele tinha nove meses eu separei do pai dele. **Daí eu falei, vou embora pra lá, né, pro Brasil vê se eu mudo de vida.** Aí eu comecei a trabalhar de empregada, daí eu não recebi nada. Trabalhei dezoito anos no Hospital da BR. Depois Curitiba, trabalhei em um restaurante, voltei de novo pra Foz do Iguaçu, aí comecei a trabalhar na Lar, trabalhei na Lar cinco meses e saí de novo por causa que eu caí e me machuquei lá. Fiquei encostada um ano e três meses e daí quando cortou minha (refere-se ao valor pago pela empresa enquanto estava afastada das atividades de trabalho), que tava encostada, que resolvi vim pra cá (refere-se ao acampamento). (Entrevista concedida em 27/11/2018)

Embora nesse trecho da entrevista ela não dê detalhes das dificuldades, em outras situações a narrativa marca todos os problemas que são comuns: acesso à educação, trabalho mal remunerado e sistema público de saúde precário. No caso de Penha Severina, houve a relação parental como indicativo de retorno de outros membros da família. Ela foi a primeira a se deslocar e depois trouxe a mãe e os irmãos. O retorno passa a ser uma possibilidade de “mudar de vida” e aí vai se formando uma rede de retorno parental. A maioria dos interlocutores desta pesquisa comenta que a família toda retornou. Aqueles que permanecem no Paraguai se estabeleceram depois de se casarem com paraguaio ou paraguaia.

No prefácio da obra *A imigração* de Abdelmalek Sayad, Pierre Bourdieu sintetiza com muita lucidez a condição do migrante e o considera *atopos*, termo da filosofia de Sócrates, e que para Bourdieu significa algo fora do lugar, fora do caminho ou deslocado. O brasileiro que viveu nas colônias paraguaias ficou sem “esse lugar” dentro de um Estado que não é o seu. Surgem as diferenças entre os brasileiros e os paraguaios em contextos relacionais, principalmente nos direitos relativos à posse de títulos de terra. Além disso, o fato de estarem “fora do lugar”, em um país estrangeiro, também é um implicativo do não acesso à terra. São homens e mulheres sem um lugar para trabalhar, pois, no Brasil, eles também não possuem esse direito à posse da terra. As Severinas e os Severinos Acampados não conseguiram regularizar a documentação de terras, como foi o caso de Anita Severina, que vendeu a terra, mas eram terras irregulares, na voz dela: “terras nós vendimo e até hoje nós num recebemo. No caso a gente tem vinte e quatro mil dólares e mais nove mil reais pra receber”. O mesmo caso de Dilma Severina: “Daí nós num vendeu lá, nós deixemo lá. Porque num tinha como vendê, num tinha escritura, deixemo lá o suor desses doze anos de suor, trabaiano, deixemo tudo pra trás. Tá lá!”. As

experiências evidenciadas pelas Severinas demonstram apenas um dos aspectos de sentimento desenvolvido como resultado do deslocamento, que, para Bourdieu, é um lugar “bastardo”, ou melhor, a fronteira entre o ser e o não-ser social” (SAYAD, 1998, p.11).

As características das Severinas e dos Severinos que retornaram, sintetizadas por dados de Carvalho (2006)³⁷, indicam que os retornados do Paraguai “[...] continuam, no entanto, a constituir exceção os provenientes do Paraguai, com perfil de escolaridade significativamente pior do que, até mesmo, os chefes de família residentes nas áreas não-metropolitanas do Brasil” (CARVALHO, 2006, p. 22). As exclusões aconteceram no Brasil e atravessaram a fronteira para o Paraguai, país onde “ser estrangeiro” implicava não ter direitos à cidadania, porém não era uma exclusão desconhecida no país de origem. Esses dados são um indicador de que a educação não era uma realidade no cotidiano desses trabalhadores e era obstáculo na disputa por trabalhos com melhor remuneração ou na exigência de formação escolar. Dessa forma, o viver na cidade desafia-lhes a sobrevivência, e eles veem, no trabalho informal ou braçal, uma alternativa, por exemplo, na Cooperativa Agroindustrial Lar, um símbolo de empresa de sucesso na região.

Enfim, a condição do migrante ou do retornado está ligada ao trabalho, cuja presença social é sempre relacionada à sua condição humana de trabalhador. A volta transforma o brasileiro retornado em um imigrante na sua terra de origem. Ele sabe que, no Brasil, estará tão pobre quanto no Paraguai, que as condições como trabalhador rural serão tão difíceis quanto em outro país e que possuir um “lote” para ser produtor rural também é uma estreita e pequena possibilidade. Os acampados, hoje, sabem que não possuíam direitos no Paraguai e que, no Brasil, terão de lutar por isso. É nesse contexto que eles esperam e produzem todos os dias as temporalidades de acampados como parte da resistência. Essas são as perspectivas que emergem das narrativas orais, nos relatos da história de vida de cada um dos acampados que retornaram e integraram-se ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

³⁷A pesquisa de José Alberto Magno Carvalho, **Migrações internacionais do Brasil nas duas últimas décadas do século XX**, traz um levantamento de dados relativos aos retornados e aos aspectos da Previdência Social; destaca sempre que os retornados do Paraguai, os “chefes de família” (termo usado no artigo), retornam em condições inferiores aos que nunca saíram do Brasil.

No pensamento de Abdelmalek Sayad (1998), sociólogo argelino radicado na França, o que incide sobre o retorno é a própria essência da imigração, reflexão necessária para pensar sobre os motivos que fizeram as Severinas e os Severinos retornarem do Paraguai, já que asseguravam não terem sido expulsos. Embora Sayad reflita sobre o movimento migratório de argelinos na França, suas elaborações teóricas trazem debates que podem ser aplicados a outros contextos e, no caso desta pesquisa, ao movimento de retorno dos trabalhadores que hoje estão acampados.

A afirmação de que “a presença do imigrante é uma presença estrangeira ou que é percebida como tal” (SAYAD, 1998) é a relação dos trabalhadores encontrados nos Acampamentos MST, pois alguns deles permaneceram na condição de imigrante e assumiram a identidade de “não nacional” enquanto viviam nas colônias de brasileiros no Paraguai. O não pertencimento a um local significava não possuir direitos e até mesmo representar uma força de trabalho temporária, remetendo-os ao condicionante deslocamento. Sayad também cita as questões econômicas envolvendo a imigração e que elas podem apresentar, em princípio, o caráter objetivo definido em vantagens e desvantagens e o lucro correspondente à permanência do imigrante no país estrangeiro.

Quando o imigrante começa a sentir que não há um verdadeiro acolhimento, que percebe estar sendo explorado e sem direitos, o sentimento de não pertencer ao lugar é fortificado. Os laços com a nacionalidade ficam mais firmes e alinhados como uma espécie de resposta para si, uma forma de não se sentir órfão. Durante sua trajetória, esse imigrante, considerado provisório na sua condição, tenta, pelo viés da memória, aprimorar suas tradições que muitas vezes são traduzidas em solo estrangeiro. É o caso, por exemplo, de Dorothy Severina, que migrou com a família para o Paraguai, mas retornou ao Brasil, já adulta, e foi trabalhar na cidade de São Paulo. Casou-se e retornou ao Paraguai, fazendo um movimento pendular. Depois do nascimento do terceiro filho, ela decide retornar ao Brasil por dificuldades de mobilidade no lugar onde ela vivia. Ou de Dilma Severina que, mesmo morando quatorze anos no Paraguai, não aprendeu a falar o espanhol, nem o guarani. Jane Júlia Severina, filha de pai brasileiro, estudou em escolas paraguaias, mas afirma não saber o espanhol, nem o guarani.

A condição do migrante, segundo Sayad, é inerente ao retorno. Essa condição, por sua vez, atribui sentido e explica as relações que podem ser vistas como complexas diante da ideia de ausência e presença. Assim, a ideia de retorno presente naquele que migra é uma forma de manipular uma resposta à sua ausência. Não está implicado nisso apenas voltar a um espaço físico, mas ao espaço social também, o que pode ser considerado uma impossibilidade, pois não se volta àquilo que foi deixado no passado. No caso das Severinas e dos Severinos com os quais dialoguei, a vontade de retorno se dava pelo fato de não possuírem terra para sobreviver no Paraguai, não serem donos de fazendas. Eles eram arrendatários e trabalhadores de grandes latifúndios, além disso o acesso à educação e à saúde era uma dificuldade enfrentada nos locais onde viviam.

O fato de ter a nacionalidade brasileira, para muitos, era uma oportunidade de conseguir a inserção nos programas de assistência social no Brasil, e poderia ser um fator determinante para o retorno, mesmo que não fosse para o lugar de origem. Muitos foram para o Paraguai ainda crianças e retornaram de lá adultos e sem terem gerado grandes vínculos com o lugar deixado. Na experiência dos adultos, há um poder simbólico nessas movimentações, nascidas na impossibilidade prática de retornar ao que foi deixado no mesmo estado de coisas. Portanto o deslocamento não acontece apenas no espaço físico, mas sobretudo nas relações sociais, refundando novos grupos de sujeitos com novas visões e critérios sociais. Mesmo cientes disso, muitos que se deslocam acreditam num possível retorno para aquilo que deixaram, pensando ser essa é uma decisão puramente individual e, por isso, podem manipular o espaço e o tempo.

As narrativas orais, uma saída para refletir sobre o deslocamento desses trabalhadores, expressam a realidade da inexistência de dados, da forte ausência do Estado nesse contexto. Elas jamais substituirão os dados sociais e os documentos inexistentes. Nesse sentido, houve a preocupação de situar as biografias presentes nas narrativas, nos contextos históricos e sociais dos quais elas nascem, não como indicadores substitutos de dados demográficos ou estatísticos, mas como presenças que são ignoradas. É possível entender a vida nas regiões de fronteira com uma dinâmica própria. Em alguns momentos, ela desafia a ordem nacional e seus mecanismos de controle, fator relativo ao controle migratório e à ausência de dados.

As histórias contadas pelos interlocutores vão tecendo as experiências vivenciadas por muitas Severinas e Severinos em sua condição histórica e social. Eles são parte de uma história ainda não contada e importantes para compreendermos as experimentações das várias temporalidades enquanto esperam pela reforma agrária. Localizar esses Severinos e essas Severinas no tempo e no espaço foi encontrar suas histórias na travessia da fronteira, de maneira silenciosa, saindo do Paraguai e chegando aos acampamentos MST, fazendo novas histórias e vivendo novas experiências. Suas histórias dão corpo ao tempo que lateja em reminiscências de uma história vivida e agora ressignificada pelo tempo carregado de “agoras”, formando com diversas peças um mosaico significativo na realidade da região.

CAPÍTULO II

2 TEMPO, EXPERIÊNCIA E VIDA COLETIVA

*Por onde andará a gente
que tantas canas cultiva?
Feriando: que nesta terra
tão fácil, tão doce e rica,
não é preciso trabalhar
todas as horas do dia,
os dias todos do mês,
os meses todos da vida.*

*Decerto a gente daqui
jamais envelhece aos trinta
nem sabe da morte em vida,
vida em morte, severina
e aquele cemitério ali,
branco de verde colina,
decerto pouco funciona
e poucas covas aninha*

(Morte e vida Severina – João Cabral de Melo Neto)

A epígrafe do Capítulo II inicia instigando a reflexão sobre a categoria de análise “tempo” como parte da experiência cotidiana que, a princípio, parece ser algo natural dividir a vida em horas, dias, semanas, meses, entretanto a cronologia é algo criado culturalmente. A escolha da epígrafe se justifica também por conduzir o texto à necessidade de problematizar a categoria “tempo” a partir de referenciais teóricos de variadas áreas do conhecimento. O “tempo” é uma categoria de análise que exige um encontro de disciplinas para excluir, distanciar, aproximar e/ou aperfeiçoar as discussões científicas que o têm como objeto central.

A primeira seção do Capítulo realiza uma trajetória contextual e histórica sobre o tempo, usando a Mitologia Grega como fundante da noção de tempo por meio da personagem Cronos; passando por Platão e sua visão dualista de corpo /alma e, conseqüentemente, a noção de tempo finito e eternidade; chegando aos tratados filosóficos de Aristóteles por pensar os três tempos (presente, passado e futuro) e entre eles o “instante” que nunca se repetirá, nem acontecerá simultaneamente; por último Santo Agostinho por destacar o “eterno presente” e a noção de “eternidade” divina. Ao finalizar a trajetória contextual, o “tempo” será discutido como resultado da interação social

a partir das perspectivas de Durkheim, dialogando com Alfred Gell, Edmund Leach e Pierre Bourdieu.

Na segunda seção, as análises voltam-se para o tempo que é construído socialmente no espaço do acampamento e vai se formulando entre o rural e o urbano, entre o capital no meio rural e a agricultura familiar; sobretudo nas formas de organização e nas manifestações políticas desenvolvidas em reuniões, assembleias, *místicas* e festas. O tempo experienciado no acampamento é alternante (cíclico, linear) e vai encapsulando outras temporalidades de forma densa.

O tempo, na terceira seção, será objeto de discussão a partir dos dados etnográficos para evidenciar a importância de entender as várias formas de praticá-lo no contexto de acampamento. A organização de referenciais teóricos e dados coletados pela pesquisa etnográfica culminou em pensar a temporalidade dos interlocutores e, sendo assim, a categoria “tempo” assume um papel insistente e preponderante para pensar a experiência das Severinas e dos Severinos Acampados por se movimentarem e praticarem o espaço, enquanto, cronologicamente, o tempo ativo da espera permanece.

2.1 TEMPO COMO PROBLEMATIZAÇÃO SOCIAL E HISTÓRICA

Ao longo da história das ideias, o tempo é apresentado como uma das problemáticas desafiadoras, sendo ele recorrente como objeto de estudo; existe, pois, uma tradição de estudo sobre o tempo no campo das humanidades. A opção de início, antes de qualquer tipo de abordagem, partirá de uma síntese mitológica que apresenta a tentativa de compreender a existência com a percepção de *espaço* e *tempo*.

Os gregos, para explicarem a origem do universo, criaram mitos para preencher as lacunas que insistiam existir. “No início de tudo, o que primeiro existiu foi Abismo: os gregos diziam *Kháos*. O que é o Caos? É um vazio, um vazio escuro onde não se distingue nada.” (VERNANT, 2000, p. 17), mas o universo não ficou só, pois posteriormente apareceu a Terra, que os gregos chamam de *Gaia*, onde deuses, bichos, homens poderiam caminhar seguros. Gaia gera Urano do mesmo tamanho e, sob ela, ele é o Céu que fica deitado e estendido sobre ela, “[...] não tem outra atividade além da sexual [...]” (VERNANT, 2000, p. 21). Deles nascem os Titãs, entretanto permanecem no

ventre da mãe. Gaia propõe aos filhos que a libertem da tirania de Urano. O filho caçula, *Krónos*(Cronos), aceita a súplica da mãe. Gaia fabrica dentro si um instrumento, a *harpe*, semelhante a uma foice. Com isso, Cronos, no ventre da mãe, castra Urano. Ao sentir a dor, Urano urra e se afasta de Gaia “[...] indo se instalar bem no alto do mundo, de onde nunca mais sairá [...]” (VERNANT, 2000, p. 23). Por ser do tamanho de Gaia, Urano continua na mesma proporção, portanto não há um só pedaço de Terra que não seja abaixo do Céu.

Durante o período em que não havia diferenciação entre Céu e Terra, o tempo encontrava-se paralisado e nada acontecia. Após a castração de Urano e seu afastamento, o céu tornou-se a morada dos deuses imortais, da mesma forma que a Terra passou a ser a morada dos mortais. Acima do céu, está a luminosidade do *Éther*; abaixo da Terra, há uma escuridão absoluta do *Érebo*. Desde a separação de Gaia e Urano, no espaço se alternam *Nýxe* e *Hémera*, ou seja, a Noite e o Dia. Essas divindades representam o tempo que corre livremente desde a atitude de Cronos ao afastar Urano de Gaia (BRANDÃO, 1996).

A castração de Urano separou a Terra do Céu e possibilitou o surgimento do espaço e uma condição material de vida por cima de Gaia que passará a ser habitada por mortais. Nessa perspectiva, junto com o espaço, surge o tempo que é a possibilidade de uma vida finita. Cronos inaugura a vida finita, a noção de temporalidade, o que sintetiza a origem mitológica do tempo. A ousadia de Cronos inaugurou o tempo “[...] desbloqueou o universo, criou o espaço, engendrou um mundo diferenciado, organizado [...]” (VERNANT, 2000, p. 28). Será na mitologia que se encontrará a ideia de “dualidade” entre o que é eterno antes de Cronos e o que é temporal depois dele. Sendo assim, eis a base fundamental, fundadora do pensamento filosófico sobre o tempo. É tempo aquilo que não é eternidade. Além disso, tornou-se difícil pensar o tempo separado do espaço.

Esse passo fundador presente na Mitologia Grega é inspirador para o campo da Filosofia. Apresentar um esboço acerca da natureza do tempo através do tempo permaneceu até Platão. Esse filósofo apresenta uma visão dualista, quando se refere ao mundo ou ao homem, afirmando que somos corpo e alma. O corpo está inscrito na temporalidade, envelhece, é fugaz, transitório e finito, o que nos aproxima da animalidade. A alma dialoga com o que é permanente, com a eternidade. O homem é o único ser vivo que possui as duas características: a

temporalidade e a eternidade. Platão também traz a ideia de movimento do tempo e afirma que os astros têm seu tempo próprio, mas, por comodidade, o medimos “[...] pelos tempos padrões do sol e da lua; e que há ainda até o tempo do «grande ano», que se encerrará quando todas as aparências celestes retornarem às suas posições iniciais[...]” (REIS, 1994, p.143) o que seria, segundo esse filósofo, a marca da eternidade.

Será com a teoria de Aristóteles o primeiro grande marco do pensamento sobre o tempo, pois vai além de Platão, mas não descarta a ideia de que tempo é movimento. Ele questiona se o tempo de fato existe e, se existe, qual é a sua natureza. Para o filósofo, o tempo é composto pela ideia daquilo que “já não é” (passado) e pelo “ainda não é” (futuro) e, no limite, há o presente. Além disso, há o instante “[...] que divide o passado e o futuro, e que apesar de não ser parte do tempo é, no entanto, a sua grande realidade, é tal que não pode nem conservar-se como «um e o mesmo» nem ser «sempre novo» [...]” (REIS, 1994, p.144). Dessa explicação, é possível chegar ao que se conhece como “aporía” de Aristóteles, pois existe um problema insolúvel no tempo. A unidade fundamental do tempo, que é o instante, não pode coexistir. O instante é, por definição, solitário. Nunca haverá a repetição de um instante. Ele é excludente de qualquer outro instante, não há dois instantes em um só. “A reflexão sobre o tempo é essencialmente aporética, complexa, múltipla e pouco concludente.” (REIS, 1994, p. 11), mas isso seria algo que deixa o pensamento filosófico sobre o tempo ainda mais instigante. Nos rastros da reflexão de Reis, fica evidente pensar que não há como definir de uma forma única a categoria “tempo”, pois qualquer definição seria insuficiente e, inevitavelmente, a tentativa de definição levaria a problemas teóricos sem solução.

Nessa perspectiva de leitura de autores clássicos e de forma apressada, é possível chegar até as teorias de Santo Agostinho. Não há como falar do tempo sem recorrer às reflexões agostinianas. Todos conhecem a constatação célebre do filósofo, em *As confissões*, de que sentimos o tempo, mas não sabemos falar sobre ele quando isso nos é questionado. Ele pensa sobre o tempo em diálogo com Deus. Há uma certa indignação com a sabedoria divina. Se Deus é um ser superior e criador de tudo, portanto também criou os tempos. Ele vive em qual tempo? Segundo Agostinho, Deus vive na eternidade, em um eterno presente. “O tempo agora é criação de Deus e antes da criação não havia o tempo. No sistema cristão, Deus é a própria eternidade: perpétuo, presente, antes de todo

passado e acima de todo futuro[...]” (REIS, 1994, p.31), por isso Agostinho revela um grande desejo de alcançar a eternidade. Embora considere o tempo difícil de conceituar, ele ressalta que o tempo não pode ser apenas o movimento de corpos e nem apenas a medida desse movimento. Mas o filósofo constata que o homem mede o tempo, pautando-se diretamente no movimento e no percurso da natureza para estabelecer o dia, a noite, as estações, o ano e assim conseguir estabelecer uma medida e uma compreensão do tempo sobre um aspecto.

Agostinho, porém, identifica o tempo diante da vida da alma ou do espírito que perpassa o passado ou o futuro. As reflexões dele vão além da medida de movimento do tempo, e ele propõe a divisão em presente, passado e futuro, mas afirma que só o presente existe, pois o passado “já foi” e o futuro “ainda não é”. Diante desse pensamento filosófico, o passado significa a evocação de uma imagem, enquanto o futuro seria a criação da mente construída no presente. O tempo da alma é medido com “[...] base nas três operações que se realizam: espera, visão, lembrança. A passagem das coisas se faz pela ‘vista’ – presente do presente; da espera – presente do futuro; à lembrança – presente do passado[...]” (REIS, 1994, p. 31) e só no tempo da alma há a retenção de tais impressões. Com isso, Agostinho substitui a ação de medir o tempo por meio dos números e traz uma medida baseada em ética, valores humanos e desejo de eternidade.

As reflexões agostinianas possibilitam novas concepções como a “consciência” que substituiu a “alma” (REIS, 1994), deixando as características teológicas em suspenso. Cria-se, nesse momento, a possibilidade para as concepções ancoradas em aspectos essencialmente filosóficos e psicológicos. Nesse caminhar, o tempo pode ser pensado como uma fluidez da vida interior e das coisas exteriores, e o tempo real é aquele percebido e vivido. A experiência comum da passagem do tempo pode ser individual, mas também consensual quando envolve a opinião coletiva; portanto a necessidade de ressaltar a experiência é uma condição essencial para quem quer discutir o tempo, pois ele é um elemento articulador da narrativa historiográfica como também é o viver de um grupo ou de uma pessoa do mesmo grupo. Há uma noção de Tempo para cada cultura, seja ele cíclico ou linear, presente ou futuro, estático ou em movimento e, na perspectiva ocidental, um ponto de partida para entender a relação entre o homem, a natureza e a sociedade. Para aprimorar essa discussão, Raquel Glezer (2002), na revista *Ciência e Cultura*, em uma edição

multidisciplinar a partir de resultados de um Grupo de Estudos do IEA (Instituto de Estudos Avançados da USP) sobre o Tempo, evidencia em sua análise que há muitas questões a serem respondidas sobre o Tempo, as quais exigem uma interlocução entre os diversos campos do conhecimento. Ressalta que “Do mito à História, do tempo cíclico ao linear progressivo, ao teleológico e ao devir [...]da passagem do tempo da natureza ao tempo social [...] todas estas transformações marcaram as relações dos homens com o passado [...]” (GLEZER, 2002 p.23). Isso não descarta uma ação no presente, nem as formas de perceber o passado e “[...] para os historiadores do contemporâneo, os seres humanos passaram do Tempo dominante da natureza ao Tempo dominado pelo homem[...]” (GLEZER, 2002 p.23).

Norbert Elias, em *Sobre o tempo*, destaca a inconveniência de pensar o tempo apenas na perspectiva de tempo natural ou de tempo social. Talvez o desafio de Elias esteja em não dividir a sociedade da natureza, por possuir igual importância e muitas vezes se completarem. Questionar as “gavetas conceituais” (ELIAS, 1998) sobre o tempo é a proposta de Elias, e assim ele ressalta a “[...] imbricação mútua e a interdependência entre natureza, sociedade e indivíduo [...]” (ELIAS, 1998, p.17), postura conceitual fértil no contexto da pesquisa de doutorado. As análises de Norbert Elias em relação ao Tempo sugeriram tanto um caminho para a formulação argumentativa da pesquisa, quanto apontaram formas de compreensão da experiência de mais de três décadas (entre migração para outro país, no caso o Paraguai, e o retorno ao Brasil) do grupo de trabalhadores rurais que demonstram os efeitos do tempo nas suas construções individuais e coletivas dentro do MST.

O tempo, embora invisível pela sua impossibilidade material, apresenta-se a partir de diversas maneiras, e uma delas é pela natureza: o amanhecer e o entardecer, as estrelas ao anoitecer, o claro e o escuro que permitem ao corpo sensível perceber que algo inicia, passa e termina. Esse tempo físico tem unidades de referência como o movimento do sol, as estações do ano, a manhã, a tarde e a noite. São tais unidades que possibilitam a contagem do tempo por meio dos fenômenos naturais. A observação do mundo natural possibilitou a percepção de que as coisas acontecem sempre e de maneira cíclica. Ao interpretar as temporalidades vividas por Severinas e Severinos Acampados, torna-se inerente estabelecer a relação deles com o tempo citado por Elias, pois a observação da natureza faz parte das práticas do

plantio e da colheita, bem como da organização dos trabalhos diários de cuidado com animais e afazeres domésticos. Durante a pesquisa de campo, ficou perceptível a preferência de horário para conversar ou para a entrevista. Marcava-se sempre o período vespertino, pois era o horário que não coincidia com os trabalhos cotidianos como alimentar os animais ou carpir, atividades praticadas pela manhã ou ao final da tarde na época de verão intenso. O tempo também é um saber sobre a época de plantar milho, feijão, quiabo, abóbora, mandioca e hortaliças. Esse conhecimento foi adquirido ao longo da educação dos trabalhadores que, desde a infância, observaram os avós e os pais a praticarem. Aprenderam a formular práticas de plantio e colheita a partir da observação da natureza, e isso faz com que a produção de alimentos aconteça. Nesse caso, os fenômenos naturais, como as estações do ano, são fatores que interferem na organização do cotidiano do trabalhador rural e estabelecem uma relação direta entre o natural, o social e o individual dentro de um acampamento.

Além disso, diante das variadas significações culturais do tempo como categoria coletiva, como mostrou Durkheim, pode-se pensar o tempo experimentado, na “carruagem do tempo” de E. R. Leach (1974), em *Dois ensaios a respeito da representação simbólica do tempo*, quando expressa a sensação de passagem ou avanço do tempo. Nesse texto, o antropólogo questiona o que seria pensado sobre o tempo, caso não existissem nem relógios, nem astronomia científica. Na sequência, ele mesmo traz uma resposta:

Estou inclinado a pensar que todos os outros aspectos do tempo, duração ou sequência histórica, por exemplo, são apenas simples derivações destas duas experiências básicas:

- a) que certos fenômenos da natureza se repetem;
- b) que as mudanças da vida são irreversíveis. (LEACH, 1974, p.193)

Leach segue responsabilizando as religiões por fixarem a ideia de tempo repetitivo, melhor dizendo, o tempo mais conhecido como cíclico. Esse, para as teorias religiosas, é como um percurso de vida, no qual o “nascimento” e a “morte” são percebidos de maneira semelhante; após o nascimento, inevitavelmente, a morte será uma certeza. Isso causa desconforto, portanto a ideia de tempo em círculo torna atenuante a realidade objetiva da morte. Entretanto é pensando a partir de Leach que fica menos nebuloso o aspecto de que não é apenas observando a natureza e seu processo cíclico que uma sociedade vai compor uma concepção de “tempo”, pois a composição de concepções é uma produção social.

“O que há de mais singular a respeito do tempo é certamente que tenhamos, de algum modo, tal conceito. Experimentamos o tempo, mas não com nossos próprios sentidos” (LEACH, 1974, p. 204). Mas como se dá essa experiência? A primeira está na repetição das coisas, como a festa de Ano Novo que se inicia e abre um intervalo para se esperar o próximo ano, e essas durações sempre começam e terminam com a “mesma coisa” (LEACH, 1974); a segunda experiência se dá no reconhecimento do envelhecimento; é o tempo atuando no corpo, deixando claro que há uma linha de nascimento, envelhecimento e morte; e a terceira experiência está na observação de sentir o tempo passar mais rápido na infância e mais devagar depois dos 40 anos, porque nossas sensações estão ligadas ao processo biológico de, por exemplo, sarar um ferimento com mais rapidez na infância que na velhice. O tempo biológico é observável também na natureza com a germinação de sementes, por exemplo. “Tais fatos mostram-nos que a regularidade do tempo não é uma parte intrínseca da natureza; é uma noção fabricada pelo homem, que nós projetamos em nosso ambiente para os nossos objetivos particulares” (LEACH, 1974, p.205). Para povos sem calendários, “o curso do ano é marcado por uma sucessão de festivais” (LEACH, 1974, 206), uma fabricação do homem. Leach, em sua linha argumentativa, afirma que o homem criou o tempo por meio dos intervalos da vida social (um aniversário ao outro, um ano ao outro) e nisso há o período de espera que geralmente tem nome como “ano”, “semana” e “dia”. Enfim, nessa mesma criação de tempo na vida social, Leach discute o intervalo de tempo do ritual e tem como referência a mitologia grega da qual pede emprestado o elemento Cronos.

Criado pela sociedade humana a partir da observação do tempo cósmico, medição e transformação seguem os aspectos econômicos e culturais disponíveis naquela realidade, pois “O tempo do calendário é totalmente social, mas submetido aos ritmos do universo” (LE GOFF, 2013, p.441). Le Goff, analisando a realidade ocidental, constata que o calendário é também um objeto cultural o que o liga às crenças e aos rituais além da observação da natureza. As ações humanas são organizadas no tempo de maneira social com o uso do calendário criado pela sociedade, “[...] a própria designação de calendário deriva do latim *calendarium* que queria dizer ‘livro de contas’, porque os juros dos empréstimos eram pagos na *calendae*, o primeiro dia dos meses romanos” (LE GOFF, 2013, p. 449). A análise de Le Goff refere-se às sociedades ligadas à

cultura ocidental, destaca que o calendário sofreu mudanças ao longo do tempo e enfoca o protagonismo cristão na decisão de adotar calendários para suprimir as festas consideradas pagãs.

Uma das funções mais importantes da noção de tempo é a ordenação da realidade e, para a contemporaneidade ocidental, é uma ordenação linear muito discutida por Leach. Isso não quer dizer que esse modelo seja aplicado em todas as sociedades. Em *A antropologia do tempo*, Alfred Gell inclui as diferentes maneiras de os grupos humanos sentirem e viverem o tempo na própria realidade cultural, inclusive quando constroem seus instrumentos de medição do tempo. É colocando as objeções ao relativismo dessas concepções do tempo que Alfred Gell expõe sua crítica à postura de pesquisadores em situações etnográficas nas quais o tempo é inserido como categoria de análise.

A importância de Gell está no fato de ligar-se à pretensão de ver as diversas possibilidades de relação de um grupo com o tempo. O antropólogo não só faz sua crítica às posturas teóricas de autores consagrados como Durkheim, Evans-Pritchard, Lévi-Strauss e Leach como também deixa bastante saliente a ideia de que as diversas realidades culturais têm suas próprias formas de pensar, mapear e vivenciar a experiência com o tempo, pois “[...] o tempo é sempre um e o mesmo, uma propriedade dimensional familiar do ambiente que vivenciamos” (GELL, 2014, p.292).

Para Gell, Durkheim conduz todas as suas forças teóricas para a criação da ideia de tempo social e se esquece das percepções metafísicas, ou seja, ele condiciona tudo à criação pelos grupos sociais e se esquece das forças naturais do universo. Ressalta que, em Durkheim, há a circularidade, ou melhor, há uma sociedade que criou o tempo e, simultaneamente, a ele obedece. Nesse ponto, verifica-se um distanciamento da ideia de tempo natural, ou seja, uma forma fechada de ver a temporalidade sem se importar com os aspectos sociais de sua existência. Diante dessa discussão de Gell, é possível pensar a realidade das Severinas e dos Severinos Acampados, os quais, de uma maneira bastante visível, transitam entre o tempo social (aquele recebido como herança pela sociedade, o tempo do relógio e do calendário) e o tempo “natural” (tempo de semear e colher, levantar, ir ao roçado, deitar-se etc.). É possível concordar com Alfred Gell por criticar a classificação do tempo apenas como social, como também pensar no fato de sua existência apenas para nós, porque somos seres sociais. Para as Severinas e os Severinos Acampados, o tempo pode ser vivido

e sentido de duas formas: natural e social, fato que direciona a discussão ancorando-a em Norbert Elias, na obra *Sobre o tempo*, por propor a quebra do tempo universal a partir da ideia da não existência de um tempo só social ou só natural.

O aprofundamento da discussão crítica de Alfred Gell em *A antropologia do tempo* é bastante significativa para o entendimento de que o “tempo” é uma construção social, e a percepção do tempo só se dá porque somos seres sociais inseridos em uma circularidade do tempo com seus instrumentos de controle (relógio, calendário etc.) e, conseqüentemente, passa a obedecer aos próprios reguladores criados por ela. Ficou bastante visível que categorias como “tempo/espço” são obtidas na experiência e na relação social dentro do grupo. Decorrente desse posicionamento teórico de Gell e de sua crítica envolvendo a categoria “tempo”, resumidamente, é possível trazer as variações temporais em diversas culturas relacionadas às diversas pesquisas etnográficas no campo da Antropologia.

Ao mencionar a experiência de análise de Evans-Pritchard, Gell propõe que a abordagem do tempo em *Os Nuer* é uma demonstração da ligação entre fatores sociais e temporalidades, pois eles não se orientam pela natureza (movimentos cíclicos do sol e da lua), mas pelas atividades culturais que estão relacionadas ao gado, à seca, à colheita. Nesse sentido, são as atividades que elaboram a noção de tempo.

Levi-Strauss, para Gell, discute o tempo usando a “diacronia” e a “sincronia” e não “[...] está interessado nem no tempo ‘real’, nem nos conceitos indígenas de tempo, mas sim nos modelos dos tempos antropológicos abstratos” (GELL, 2014, p.30), “[...] é essencialmente um homem “antitempo” (GELL, 2014, p. 31). Em outras palavras, Gell reconhece Levi-Strauss como criador da distinção entre “sociedades quentes” e “sociedades frias”, mas sem se interessar pelo tempo real e pelos conceitos indígenas de tempo. Essa distinção pode gerar uma falsa sensação de imobilidade temporal por fazer comparações entre o tempo dos aborígenes e o tempo da sociedade ocidental, o que resulta em um estruturalismo na busca daquilo que é comum a todos os “homens”.

As diferentes representações dadas ao tempo são vistas também em Geertz no texto *O tempo e a conduta pessoal em Bali* e geram a crítica sobre o relativismo cultural das análises clássicas de Geertz sobre a pessoa e o tempo, colocando-o como legitimador das posições de poder nessa ilha por analisar, de

forma descritiva, apenas as expressões culturais do povo balinês, sem ressaltar que muitos rituais concretizavam uma hierarquia social e, conseqüentemente, econômica. O empenho de Alfred Gell em mapear as diversas discussões sobre o tempo como categoria de análise se articula com a teoria da prática de Pierre Bourdieu. Este considera o dilema das ciências sociais, o rompimento com o objetivismo e o subjetivismo da teoria existencialista. Como Gell, Bourdieu pensa o passado como uma dinâmica de historicidade, um dos legados herdados de Husserl (GELL, 2014, 249), e esse passado é conectado, atualizado pelo presente. “Ele não é uma simples adição de novos eventos (mudanças) à linha de frente temporal demarcada pelo ‘agora’ [...]” (GELL, 2014, p.248).

O alicerce construído por Alfred Gell, referindo-se às inúmeras representações temporais, abre também várias possibilidades de experiência de tempo em diferentes situações nas quais os grupos sociais se relacionam. O antropólogo defende que não há nenhuma contradição em estudar a categoria de análise tempo em muitos contextos culturais e etnográficos diferentes “[...] e possa ser compreendido com a ajuda de muitos arcabouços analíticos diferentes enquanto simultaneamente afirmando que o tempo é sempre um e o mesmo, uma propriedade dimensional familiar do ambiente que vivenciamos” (GELL, 2014, p. 292). Trazendo esse argumento para a pesquisa em foco, as Severinas e os Severinos Acampados vivem o tempo social dentro do tempo “universal”, mas isso não quer dizer que não vivam o tempo de outras formas, , por exemplo, orientando-se pela natureza. Com esse entendimento sobre o tempo na perspectiva antropológica, compreender o cotidiano dos acampamentos não significa ter construído uma coleção de romances sem fio da meada, mas tornar claro o “passar do tempo” dos acampados.

Leach, também mencionado por Gell, descentraliza a visão ocidental moderna de um único tempo dentro de uma estrutura, quando mostra que há outras sociedades diferentes da contemporânea ocidental e há também muitas outras formas de relação com o tempo de maneira eficaz, de acordo com os contextos de cada uma delas. O calendário inventado pelo homem não é a melhor e única opção para marcar o tempo. As diferentes sociedades encontraram também formas diferentes de pensar e dimensionar o tempo. Com isso, temos inúmeros exemplos da diversidade na escolha por escalas próprias, criativas e profundamente instigadas a funcionar e a operar em seu próprio contexto de criação. Nem sempre uma escala de medição de uma sociedade

será útil para outra, ou nem sempre o tempo experimentado por um grupo servirá para outro grupo em outro contexto. As teorias mencionadas anteriormente possibilitam pensar sobre o tempo vivido, experimentado e almejado por Severinas e Severinos em um movimento social que reivindica a reforma agrária como um objetivo de futuro. Em uma linearidade, sabem que há um futuro, mas esperar é a única opção, o “presente do futuro”, parafraseando Santo Agostinho.

2.2 O SENTIDO SOCIAL DO TEMPO EM EXPERIÊNCIAS DE ACAMPAMENTO

As variadas abordagens sobre o tempo em áreas analíticas diversificadas indicam que o ponto de partida está em situações semelhantes que se complementam e se excluem. Com base nas reflexões de Alfred Gell, a indicação de que o “tempo” como categoria é parte da relação entre agentes de um mesmo grupo social como tentarei mostrar.

No trecho de *Morte e Vida Severina*, epígrafe inicial do capítulo, há a noção de dias, horas, vida e morte. A finitude estabelecida em contraposição ao “eterno”, o corpo que segue um tempo linear e chega à finitude temporal para inaugurar outra temporalidade, a da alma. Severino de João Cabral de Melo Neto, ao chegar à Zona da Mata, pensa em interromper a viagem e questiona a ausência de trabalhadores nas plantações. Imagina que a terra esteja vinculada à garantia de uma vida melhor, pensamento comum àquele que migra. Vê a usina, símbolo da modernização, que substitui o trabalho braçal, criando muitos trabalhadores sem trabalho. Assim como o Severino de Melo Neto, as Severinas e os Severinos Acampados também tiveram suas vidas modificadas e seus projetos reelaborados, seja pela construção da Usina de Itaipu, seja pela mecanização do campo no Paraná. Severino, no auto de Natal, havia chegado a um lugar onde o tempo era diferente na forma de passar, as pessoas não “envelhecem aos trinta” e nem morrem cedo no imaginário do protagonista. Os versos do poeta traduzem a relação tempo/espço presentes nas formas de viver no campo/cidade. Nas histórias de vida dos Severinos Acampados, há a presença constante do domínio do próprio tempo, quando se trabalha no campo, como também outras formas de orientação baseadas na natureza a estabelecerem os momentos de ir ao roçado, retornar à residência, semear a cultura, colher e definir as horas de descanso. As Severinas e os Severinos Acampados salientam que, mesmo com a existência de uma regularidade nas

ações de ir ao roçado, capinar, plantar e colher, as atividades são executadas espontaneamente, não há uma obrigação estabelecida por um empregador. Seguindo essa noção de lidar com o tempo no meio rural, os interlocutores desta pesquisa estabelecem diferenças significativas entre o tempo da cidade e o tempo do campo. Para eles, o tempo é sentido, vivido e experienciado de formas diferentes e depende do espaço em que habitam e transitam.

As experiências cotidianas conduzem a um pensamento claro de movimento, elaborando a certeza de tempo físico, a presença de tempo cíclico e a de tempo linear. Mesmo sem poder tocá-lo, respirá-lo e até mesmo não o definir, o “tempo” é uma presença implacável. É possível identificá-lo como uma construção social e, com recorrência, pode-se apresentar de forma individual ou coletiva, abrindo, desse modo, inúmeras possibilidades de senti-lo. Diante de tantas formas, há um longo e sinuoso caminho ao pensar a categoria “tempo” quando relacionado a experiências, cotidiano e perspectivas de trabalhadores e de seus deslocamentos na fronteira Brasil/Paraguai. Há efeitos do tempo para a construção, desconstrução e reconstrução de sentido em relação àquilo que os trabalhadores rurais acampados têm como vivência e sonho. Esses são os desafios para se entender a necessidade de interpretar o tempo em situações de mobilidade humana, sejam elas vistas como fluxos migratórios, como movimento pendular, deslocamentos, diáspora ou refúgio. Como categoria de análise, o “tempo” pode contribuir para a reflexão sobre essas experiências de mobilidade e, posteriormente, espera, pois, até mesmo quando estão fixados em um acampamento, há um tempo agindo. As formas de ver e sentir os acontecimentos são moldadas e ressignificadas no tempo experienciado, remetendo ao “tempo” histórico que se refere à vida humana individual ou coletiva.

Para a compreensão da presença do tempo e seu efeito na história individual e/ou coletiva, durante a trajetória das Severinas e dos Severinos Acampados, é preciso pensar sobre a mobilidade na fronteira, um assunto excessivamente discutido e de um fôlego científico imenso nas Ciências Sociais e Humanas. Sabendo sobre essa mobilidade, que condicionou “famílias” de brasileiros a cruzarem os limites geográficos de uma fronteira imaginária e/ou concreta (indo ao Paraguai e retornando ao Brasil e fixando-se no MST), faz as experiências desse grupo de trabalhadores tornarem-se importantes. A “experiência” no contexto de análise está vinculada ao pensamento de Walter

Benjamin (1994) que a vê como um processo entre o sujeito e a realidade, uma mediação social baseada na comunicação entre os agentes sociais envolvidos no grupo e possuidores de conteúdos individuais e coletivos relacionados. Para Benjamin, a “vivência” é pensada em situações de individualidade, mas, para se tornar experiência, há a necessidade de comunicação coletiva. Nos acampamentos, a experiência de ocupação e despejo é transmitida de forma comunicativa aos demais membros do grupo; há, portanto, uma construção de significados históricos e afirmação de luta e resistência. Dito isso, a atenção é direcionada para o fato de oscilação do grupo social no acampamento, pois há um número significativo de acampados recém-chegados, principalmente, no ano de 2020 por causa da crise sanitária nacional. As experiências daqueles mais antigos servem como modelo de vida em um acampamento em situações comunicativas.

Para Alfred Gell, ao pensar sobre o relativismo transcendental e temporal a partir de Gurvich, o tempo é “[...] assim constituído de um movimento dinâmico, cujos ritmos, expansões, contrações e pulsações irregulares são gerados pelos padrões de eventos que ocorrem no tempo [...]” (GELL, 2014, p.66). Com isso, pode-se deduzir que há variantes temporais dentro de um grupo social e que estão sempre em movimento. Pensando sobre a discussão de Alfred Gell e transpondo-a para uma realidade de acampamento, ficou evidente que, embora as Severinas e os Severinos Acampados estejam há anos esperando pela parcela de terra ou lote, não estão parados. Eles alternam o tempo em rituais específicos do grupo como a “mística”³⁸, por exemplo, que traz os rastros da história vivida e experienciada. Durante a etnografia no Acampamento Chico Mendes, foi possível assistir a essa prática ritual conhecida como “mística” na festa alusiva aos quinze anos de ocupação. Havia churrasco, solenidade de abertura, iniciada com uma apresentação “teatral” performativa da história do lugar e do vínculo com a luta pela reforma agrária.

³⁸ Freda Indursky, no artigo **O ritual da mística no processo de identificação e resistência**, conceitua a mística como uma “prática político-ritualística que acompanha as ações do MST e, através das quais, a Forma-Sujeito Sem Terra interpela os sem-terra, convertendo-os de indivíduos acampados em sujeitos identificados com os saberes e as práticas do MST. E essa captura se realiza pelo viés do sujeito desejante. Por conseguinte, a mística pode ser vista como um instrumento de formação política, ligado tanto à militância quanto ao recrutamento de militantes” (INDURSKY, 2014, p.112).

Nesse dia, havia convidados externos ao acampamento, apoiadores políticos e representações religiosas para proferirem discursos e orações. A comemoração foi aberta por uma “mística”. Os detalhes afastavam o imaginário ligado a valores religiosos da ação de afirmação política envolvendo o direito social a terra. No segundo momento, em outro evento no acampamento, houve a apresentação de outra “mística” o que confirma ser ela um ritual político tanto de expressão dos desejos e dos anseios pela reforma agrária, quanto de um chamado para o ideal político da luta pela terra.

A “mística” como ritual político requer uma preparação anterior à apresentação. Sempre acontece em eventos, na abertura e antes da composição da mesa principal, com a presença de apoiadores do movimento. Nos dois eventos dos quais participei, verifiquei que os acampados usam bastante a exposição de símbolos alusivos ao ato de produzir na terra e ao MST; por exemplo, bandeiras, bandeirolas, ferramentas como enxada e foice, exposição de alimentos produzidos no local como feijão, abóbora, milho e mandioca. O galpão onde aconteceram os eventos é comprido e tem uma elevação que pode ser considerada como palco. A mesa principal fica colocada em frente a esse “palco” e, aos pés da toalha que cobre essa mesa, ficam expostos os objetos e os alimentos simbólicos. As cadeiras para os visitantes e os membros da “comunidade” formam um semicírculo em torno da mesa principal, entretanto as pessoas podem movimentar suas cadeiras, desde que deixem um núcleo livre onde acontecerá a apresentação da “mística”. Há uma escolha de poemas a serem lidos enquanto o apresentador se movimenta para ser ouvido por todos os presentes no semicírculo. A temática dos poemas é desenvolvida a partir da ideia de luta, resistência e conquista da terra. A “mística” age como um chamado, uma convocação para a participação ativa na luta. É um momento em que a voz dos trabalhadores rurais ecoa nos ideais de igualdade de ver a terra sendo dividida para concretizar sua função social. Trata-se de um ritual cujo objetivo é motivar o dia a dia e a luta na qual os acampados estão inseridos, fortalecer a permanência e a vontade de lutar. “Ela é responsável por reduzir a distância entre o presente e o futuro, fazendo-nos viver antecipadamente os objetivos que definimos e queremos alcançar” (MST – A Questão da Mística no MST. São Paulo, abril de 1991, p. 4).

A “mística” encenada no almoço comemorativo dos quinze anos do Acampamento Chico Mendes teve início com a entrada de Jane Júlia Severina

e outro Severino Acampado no salão. Andaram no meio do semicírculo formado por líderes religiosos e apoiadores políticos. Severino faz a leitura de uma síntese da história do lugar, ressaltando as dificuldades e a resistência por permanecerem tantos anos acampados: “Aqui já enfrentamos a polícia, já passamos frio nas ‘guardas’, não é possível nem verdade que seja azar do destino!” (versos declamados pelo Severino). É um chamado que desenvolve o sentimento de desejo pela terra após o sofrimento e a luta como experiência no tempo. Severina Primeira finaliza a “mística” com as seguintes declarações: “Quinze anos se passaram, muita coisa mudou, mas o que não muda é a vontade de continuar lutando nessa terra” e, como despedida, utiliza o lema “Lutar e construir a Reforma Agrária Popular!”. O lema final sintetiza o chamamento à “comunidade” externa para aderir à luta do MST. Com o apoio popular, o enfrentamento torna-se mais forte e os acampamentos menos discriminados.

A segunda “mística” assistida durante a etnografia foi também em um almoço cujo objetivo era fortalecer a resistência na região em evento alusivo aos anos de luta do MST, pois havia ameaças de despejos em vários outros acampamentos. No início da apresentação, quatro participantes pronunciam, em voz alta, as palavras “invasores, terroristas, vagabundos, bandidos”, uma sequência indicativa dos estigmas que desqualificam o movimento e a luta pela terra. Um rapaz declama uma poesia finalizada com o verso “Somos sem-terra e da terra”. Em seguida, uma interpretação da música “Grande Esperança (Reforma Agrária)” é feita, e outros membros da “comunidade” entram no salão com bandeiras, enxadas e foices. Em coro, gritam várias vezes o lema “Ocupar, resistir e produzir” intercalado com as palavras iniciais “invasores, terroristas, vagabundos, bandidos”. Finalizam a apresentação formando um círculo com as enxadas, as foices e as bandeiras. Como últimas palavras, uma voz feminina diz “Pátria livre! Merecemos! MST, essa luta é pra valer!”.

O ritual das “místicas” assistidas durante a pesquisa etnográfica assumiram diferentes formas e procedimentos de encenação. Nesses momentos, estava presente o esforço de construir a identificação dos acampados com a causa do movimento social, bem como uma fonte de saberes e informações carregados de palavras simbólicas. É a construção de ideias de forma simples e sintetizada, expressas em palavras ditas em voz alta durante a encenação, indicadoras de ideais coletivos na história do acampamento. Os acampados são estimulados a permanecer lutando, porque se identificam com

aquela “apresentação” do que é ser sem-terra. A “mística” dá a sustentação à causa da reforma agrária e potencializa a permanência do acampado dentro da luta. Para resistir tantos anos em condições de provisoriedade “embaixo do barraco”, é necessário manter no acampado os desejos de justiça social como um direito de continuar sendo importante como trabalhador do campo que produz alimentos. A “mística” abre a possibilidade de um tempo social, pois “É preciso que os acampados se sintam parte do todo coletivo, reconheçam seus objetivos comuns e, acima de tudo, confiem no movimento” (TURATTI, 2005, p. 108). Ela realça o papel histórico do MST na mudança da sociedade, reveste-se de formas simbólicas para gerar o convencimento e o chamamento para a luta. Nesse aspecto, aquele que participou da ocupação sente-se muito mais parte do processo do que aquele que ingressou no acampamento apenas com a inscrição no Incra. A “mística” serve também para chamar e inserir esse outro agente social com menos experiência na luta.

Sentidos sociais do tempo vão percorrendo o cotidiano das Severinas e dos Severinos Acampados nos dois Acampamentos do MST. No Acampamento Sebastião Camargo, há uma organização em torno do tempo, por exemplo, as escalas de quatro horas para a vigilância e a permanência na guarita a serem cumpridas por um representante das “famílias” que vivem ali, o que é diferente no Acampamento Chico Mendes, pois a guarita está desativada devido ao pré-parcelamento dos lotes. Há também os agendamentos de reuniões, às vezes em formato de assembleia, solicitados pelas “famílias” acampadas para tratarem de questões relativas à organização do acampamento e às atribuições para situações que envolvam viagem, mudança, finança e administração. As festas são organizadas coletivamente, os representantes de cada família vão compondo grupos responsáveis por cada atividade (cozinhar, providenciar as bebidas, coordenar a mística, providenciar o som e a limpeza do galpão).

A partir das relações cotidianas, o tempo no acampamento vai sendo estruturado entre o tempo dentro do acampamento e o tempo fora do acampamento, o da modernização e o da agricultura familiar, surgindo variadas formas de viver e sentir o tempo. Circular entre variadas temporalidades é uma necessidade de manutenção da resistência em condições provisórias, mas estendidas por ausência de políticas de reforma agrária. O acampamento é a expressão da provisoriedade do tempo visível na construção dos “barracos de

lona” e pelas simbologias emitidas no desejo pela terra, o que será melhor discutido no Capítulo III ao analisar as ocupações.

O tempo social é estruturado no acampamento: há regras, há atribuições, há tempo de plantar e de colher. Há plantios coletivos e individuais, trocas de sementes, mudas, grãos e alimentos. Conforme o tempo passa, as famílias vão criando vínculos entre si em momentos bons e ruins, de permanência e de despejo. A espera vai sendo composta por temporalidades que se comunicam e formam a densidade temporal; por exemplo, quando o grupo social de Severinos Acampados faz uso do tempo linear ao se referirem às datas (ocupação, construção de escola, ameaça de despejo, despejo, ações de resistência/enfrentamento com as milícias e/ou polícia) que marcam um passar de tempo linear de cinco anos no Acampamento Sebastião Camargo e quinze anos no Acampamento Chico Mendes; ou quando utilizam o tempo circular que é orientado pela observação da natureza e envolve as atividades de trabalho na agricultura e esse está sujeito ao ciclo da vida de cada espécie de grão e às interferências climáticas, às épocas de frio, seca, sol e chuva. O ciclo da atividade no campo pode ser mais intenso ou mais brando, isso vai depender da situação climática (geada, seca), fato que influencia a busca por trabalhos fora do acampamento.

Nesse sentido, o tempo vivido em um acampamento não é apenas um tipo de tempo, mas são vários tempos que se comunicam e sustentam a espera. Retomando a *Antropologia do Tempo* de Alfred Gell, há “[...] inúmeras maneiras em que o tempo se torna relevante nos negócios humanos” (GELL, 2014, p.294), como também não existem fronteiras fechadas entre as áreas do conhecimento para se entender as temporalidades experienciadas por Severinas e Severinos Acampados, ou por qualquer outro grupo social inserido no espaço/tempo. Os tempos variados na permanência e na espera, no cotidiano e na vida no acampamento são, assim, encapsulados em um tempo denso.

2.3 TEMPORALIDADES E PESQUISA ETNOGRÁFICA

A pesquisa etnográfica é um “despir-se”. Um momento no qual as temporalidades de “um” e do “outro” podem construir significados de aproximação ou distanciamento. O processo etnográfico cauteloso permitiu uma aproximação com as famílias dos dois Acampamentos MST e abriu novas portas

de diálogo que envolviam o tema inicial. Em síntese, o tempo etnográfico é também revestido de sociabilidade. A convivência com os interlocutores descortinou o significado da espera como um tempo denso, composto por movimentos e convivências nos espaços de circulação entre a estrutura e a antiestrutura encontradas nas análises de Victor Turner; é um tempo muito próximo do *Tempo de acampamento*³⁹ discutido por Loera.

O “despir” antes do campo para conhecer o Outro⁴⁰ se deu na leitura da obra *O Tempo e o Outro* de Johannes Fabian. Suas reflexões são de fundamental importância para a percepção das temporalidades, que se afastam e se aproximam, e a percepção das formas oscilantes entre o pesquisador e o pesquisado. Segundo Fabian, muitas vezes o antropólogo constrói seu objeto, o Outro, a partir da negação de compartilhamento do tempo. A problematização de Fabian trouxe à tona a reflexão da experiência etnográfica enquanto a pesquisa de campo estava sendo realizada, tornando claro que “[...] não há conhecimento sobre o Outro que também não seja um ato temporal, histórico, político” (FABIAN, 2013, p. 40) e que um distanciamento interfere na “intersubjetividade” e na relação com Outro.

Os Severinos e as Severinas Acampados são possuidores de experiências com o tempo e pertencentes a um grupo orientado pelas experiências de ida e de retorno (Paraguai/Brasil), de memória e de atualidade, de partir e de ficar, de ocupar e de esperar. Aquele que não viveu a experiência de migrar, retornar e se inserir em um contexto de luta pela terra, talvez não consiga compreender, por exemplo, a espera pela reforma agrária durante quinze anos como é o caso do Acampamento Chico Mendes. Para quem observa de fora, pode ser difícil compreender a forma como as pessoas vivem, normalmente, em condições avaliadas pelo próprio olhar como precárias, sem estar atento ao valor simbólico das habitações em Iona. São realidades diferentes entre pesquisador e pesquisados, o que dificulta alguns enfrentamentos relacionados a esse modo de viver para alguém que tem diante de si a pesquisa etnográfica. Essa dificuldade não é uma condição apenas desta pesquisa, mas uma recorrência que só pode ser amenizada a partir das reflexões

³⁹ O termo *Tempo de acampamento* é discutido por Nashieli Rangel Loera que destaca a possibilidade de encontrar as temporalidades próprias de homens e mulheres acampados. Essa obra é resultado de uma pesquisa etnográfica finalizada em 2005.

⁴⁰ Uso a palavra em maiúscula pelo procedimento de Johannes Fabian, pois a obra está plenamente presente neste momento do texto.

e da aceitação de que “[...] o tempo, no sentido de tempo compartilhado e intersubjetivo, é uma condição necessária à comunicação [...]” (FABIAN, 2013, p.76). A comunicação no contexto etnográfico é muito rica em importância, pois será por meio dela que os detalhes virão à tona.

As pistas teóricas de Fabian foram relevantes para a compreensão de debates importantes sobre o “fazer” etnográfico. Ele critica alguns trabalhos etnográficos por removerem o tempo da realidade da prática cultural em alguns estudos e sugere que a Antropologia saia do estado contemplativo, uma postura relativista, e assuma uma entrada verdadeira no tempo do Outro para que se estabeleça uma interação. Nesse sentido, o argumento levantado por Fabian descreve um papel mais dinâmico e ativo do pesquisador nos trabalhos de campo para, além de adquirir o “sentido” da vida dos grupos pesquisados, também “se colocar dentro desse sentido” (FABIAN, 2013). Um exercício caro ao pesquisador, um “reconstruir-se” contínuo que perpassa toda a experiência em campo e fica como estratégia interpretativa no momento de “escrever”. Trata-se de uma atitude destacada por Roberto Cardoso de Oliveira (2006) e Geertz que amenizam as incertezas de iniciantes no campo etnográfico ao afirmarem que “Situarmos, um negócio enervante que só é bem-sucedido parcialmente, eis no que consiste a pesquisa etnográfica como experiência pessoal” (GEERTZ, 2015, p.10), portanto acalmar os próprios receios de entrar no tempo dos interlocutores poderia ser algo apenas parcial, o que não quer dizer desnecessário.

O “despir-se” de formas de sentir e pensar o Outro no próprio tempo foi uma exigência, pois os pré-julgamentos podem possuir raízes profundas. No desenrolar das relações localizadas na história, a presença de superioridade de “um” sobre o “outro” sempre foi uma discussão bastante instigante. Fabian condena essa postura e traz para o debate o que ele chama de “Tempo Universal” estabelecido de maneira concreta no Renascimento (FABIAN, 2013, p. 40), quando considera que houve progressos decisivos desde a era iluminista. Quando a história universal é escrita sob o ponto de vista cristão para minimizar a multiplicidade de fatos históricos, a busca pelo universal é o início da síntese do “todo” em um único ponto de vista. Essa postura diante das temporalidades insiste em permanecer, quando há uma estrutura de pensamento a servir-lhe como modelo e dele as outras realidades vão sendo analisadas a partir de um ponto de vista, o que converte qualquer outra realidade para o segundo plano. A

noção de universal se apresenta de duas formas: a primeira se refere à totalidade; e a segunda, à generalidade, ou melhor, aquilo que é aplicável a um número elevado de casos. Tais reflexões foram muito importantes em todo o desenvolvimento da pesquisa nos Acampamentos do MST. Ao observar e conviver com dois grupos em acampamentos diferentes, tornaram-se muito evidentes as singularidades e a convicção de que uma aplicação de princípio universal, mesmo sendo feita a um todo, que é o MST, não traria êxito. Há muitas singularidades visíveis e outras camufladas nos cotidianos de cada espaço. Não generalizar e não universalizar passou a ser um ponto importante para observar de fato a realidade do grupo de trabalhadores rurais. Isso significa dizer que a análise dos dois acampamentos específicos, Sebastião Camargo e Chico Mendes, cujo tempo compartilhado entre eles foi entre 2018 e 2019, não pode se enquadrar em todos os acampamentos do MS. Talvez em outros espaços, os arranjos econômicos, as relações sociais e a forma de manter a espera sejam diferentes.

Quando o tempo da etnografia não é compartilhado, a comunicação da presença do Outro produz experiências baseadas em distanciamento temporal, preocupação levantada por Fabian e por ele nomeada de *coetaneidade*. Esse argumento transformou-se em inspiração para o convívio com o interlocutor da pesquisa na relação de desigualdade entre quem pesquisa e os interlocutores.

Para pensar o existir deles, é preciso interpretar essa realidade de Acampamento. Em outras palavras, isso seria interpretar como os Severinos e as Severinas que retornaram, hoje moradores de acampamentos MST, reconstroem, nas variadas situações, suas identidades com a ocupação e a organização do espaço com o passar do tempo, compreensível nas conversas avulsas, entrevistas e observações. Há a crença, entre os que passam pela experiência etnográfica, de ser o momento mais melindroso, porque é quando, após um tempo de imersão no campo, há o retorno para a vida acadêmica com suas responsabilidades, é a volta para o texto que deverá ser escrito. Como bem ressalta Roberto Cardoso de Oliveira, em *O trabalho do antropólogo*, é o momento em que o texto é uma reflexão daquilo que foi ouvido, visto e, posteriormente, escrito, procurando não paralisar os interlocutores no tempo da escrita.

É o momento de retomar as leituras referentes à etnografia, um campo novo e instigante para mim, e de lembrar sobre as possíveis armadilhas no

momento da escrita em uma pesquisa etnográfica. Entretanto não há fuga possível, pois a etnografia está “(...) do começo ao fim, imersa na escrita” (GEERTZ, 2014, p.21) e se transforma em um exercício de “tradução da experiência” para a forma textual o que equivale a um processo autorreflexivo das intersubjetividades próprias da pesquisa de campo. O desafio está em conseguir, no empréstimo feito de Geertz, compor uma “descrição densa” das observações, das anotações, das compreensões e das interpretações referentes aos momentos de campo. Na etnografia, há dois tempos importantes: o de “fazer o campo” acompanhado de “volta do campo”⁴¹, dois desafios essenciais para a escrita da tese, pois, para falar das relações construídas no espaço praticado, foram necessárias a participação e a observação do cotidiano, uma construção de vínculo entre aquele que pesquisa e aquele que aceita participar como interlocutor. A tentativa é alcançar a polifonia, oferecer espaço para aquilo que as Severinas e os Severinos Acampados tinham a dizer, como lembra a discussão de Roberto Cardoso de Oliveira.

A tentativa incansável de despir conceitos pré-concebidos no fazer etnográfico convergia com a “descrição densa” e o “estar lá” como pontos importantes na interpretação e na compreensão etnográfica (GEERTZ, 2015). A procura seguiu teias significativas⁴² construídas pelas Severinas e pelos Severinos Acampados, pois as memórias e o cotidiano dos atores mostraram que significados foram construídos e reconstruídos durante o convívio deles no acampamento. A descrição densa discutida por Geertz se apropriou da discussão de Gilbert Ryle com base em “Pensando e Refletindo” e em “O Pensar dos Pensamentos” (GEERTZ, 2015, p.5) para analisar as piscadelas em três situações de relações sociais. Tal exemplo foi um alerta sobre como observar o cotidiano das pessoas que vivem nos acampamentos e o que dizer sobre aquilo observado. Fica claro que os comportamentos dentro da coletividade, do “todo complexo” (GEERTZ, 2015), possibilitam singularidades ao modo de estar e ser nos Acampamentos. Embora haja um jogo social com base em normas internas que organizam o MST, há a individualidade em diversas situações. A relação de

⁴¹ As duas expressões encontrei-as nos escritos de Anne Marie Lozonczy em **Del enigma recíproco al saber comparativo y al silencio** (LOSONCZY, 2008, p. 75-88).

⁴² Clifford Geertz, inspirado em Weber, nos indica que o homem se amarra em teias de significados tecidas por ele mesmo; da mesma forma, o antropólogo inclui a cultura e a análise dela como essas teias. Com isso, Geertz rejeita a ciência experimental e assume o lado interpretativo e significativo das ciências moles.

cada Severino Acampado com o espaço ocupado, com as práticas diárias e com o tempo vivido possui significados próprios para cada um. Como Geertz sugeriu, recusar esquemas universais em prol da participação do olhar local, na experiência etnográfica, propiciou uma interação melhor na pesquisa de campo, na atenção ao tempo dos Severinos e, no momento da escrita inevitável, não cair nas armadilhas do julgamento e do senso comum em relação ao próprio movimento MST. O “estar lá” foi significativo, mas o “estar aqui” é de certa forma instigante e bastante discutido por Clifford Geertz (2005) ao refletir sobre o antropólogo como autor e ao salientar a difícil atividade dentro da academia para introduzir “a vida deles” (GEERTZ, 2005, p.171) no texto etnográfico. Geertz menciona o nervosismo ao “[...] pretender explicar o outro enigmático sob a alegação de ter convivido com ele [...]” (GEERTZ, 2005, p.171). Na reflexão desse teórico, é possível avaliar a própria condição do pós-campo da pesquisa.

A pesquisa etnográfica levou-me à compreensão do que acontecia no acampamento, pois participei da experiência temporal dos acampados bastante próxima deles. Estava me envolvendo em atividades específicas de permanência na terra, fazendo levantamento social, econômico e cultural das famílias para execução jurídica da Lei de Usucapião no Acampamento Chico Mendes, trabalhando para esse fim com o grupo social e com as lideranças locais. Embora pareça que as interpretações sejam referentes ao MST, reafirmo que não estudo o MST, mas no MST. A categoria de análise que uso é o tempo, cuja densidade impõe sua presença nos diversos momentos vividos e experimentados pelos acampados em uma constante espera.

O tempo experimentado por Severinas e Severinos Acampados é envolvido pela experiência da espera, é no esperar que as mudanças vão entrando em cena. Há atividades que vão tomando outros significados em relação, por exemplo, às alternativas de trabalho na cidade em uma indústria vinculada ao agronegócio, como é o caso da Cooperativa Agroindustrial Lar. Outra forma de esperar esse tempo é estática, imutável, que é o sonhar com a terra conquistada. São apenas possíveis interpretações após o “estar lá”.

O esforço interpretativo foi um fio condutor para a identificação de um tempo maior absorvendo todos os outros, o tempo denso, baseado no cotidiano, no fazer as coisas, no “estar lá”, nas estratégias de permanência, na luta pela terra, nas memórias da vida e nas resistências. Nesse sentido, é possível apontar que a identidade das Severinas e dos Severinos Acampados mostrou-

se organizada na luta social e nos marcadores culturais do conhecimento tradicional no que se refere às práticas de espaço (plantar a semente na época certa, carpir a roça, plantar hortaliças, guiar-se pelos movimentos lunares na hora de plantar e colher), mas a sobrevivência na vida acampada exige circular entre estruturas e antiestructuras (TURNER,2013), e muitos “arriscam” o movimento pendular entre campo e cidade. Em outras palavras, o tempo torna-se denso ao focar na organização do espaço e nas práticas que se consolidam em experiências de resistência e sobrevivência dos Severinos e das Severinas para manterem-se como trabalhadores do meio rural dentro do movimento MST, situação que muitas vezes não acontece em todas as realidades de todos os atores desse processo.

Nesse contexto etnográfico de observação, há a posterior escrita do texto baseado em uma construção de novas formas de interpretação da realidade pesquisada, ato que aproxima a “dispersão de gêneros” (GEERTZ, 2014, p. 27) para uma análise do objeto de pesquisa. Existe uma insistente necessidade de diversificar as formas de pesquisar/decifrar a realidade pesquisada para “adaptar-nos a uma situação ao mesmo tempo fluida, plural, descentralizada e irradicavelmente desorganizada” (GEERTZ, 2014, p. 26). A perspectiva de Geertz, da corrente antropológica interpretativa, entende a cultura como um sistema de símbolos e pode ser variável, com sua própria dinâmica capaz de interagir e moldar as bases externas ou materiais, sobre as quais podem ser feitas interpretações, e, a partir delas, torna-se perceptível a rejeição aos esquemas universais de estudar um grupo social como o de acampados, por exemplo.

Clifford Geertz tem ligação teórica com a Sociologia Compreensiva de Max Weber nas discussões da obra *A interpretação das Culturas* (2015). O antropólogo usa a ideia de teia produzida dentro de um sistema compartilhado pelos agentes sociais de cada grupo. O que representa as concepções culturais de um grupo são os mitos, os rituais e os símbolos. Victor Turner completa a ideia acrescentando que há significados desconhecidos pelos próprios membros do grupo, sem terem eles ao menos consciência desses saberes, sendo possível e até mesmo conveniente uma interpretação externa a esse grupo. Os símbolos podem expressar ideias e pensamentos presentes no cotidiano, na realidade vivida pelo grupo e podem ser polissêmicos, ou seja, muitos significados e diversos sentidos para atores diversificados, provocando reações, intenções e

sentimentos diferentes. Na realidade experimentada e experienciada no acampamento a partir da permanência na espera, Severinas e Severinos constroem seus significados em relação ao valor simbólico do “barraco de lona”.

Ao me deparar com a provisoriedade do “barraco de lona”, a primeira impressão foi a de precariedade e ausência de política social. Durante as entrevistas, havia a pergunta sobre a forma de viver em uma provisoriedade “quase” que permanente e como eles viam e sentiam essa realidade. Foi nesse confronto com uma realidade, à qual prefiro chamar “provisória”, que a pergunta inicial de pesquisa surgiu: Como os trabalhadores rurais retornados do Paraguai e hoje vinculados ao MST interpretam e vivenciam as temporalidades existentes dentro de um acampamento?

Para exemplificar e interpretar essa condição provisória sustentada em um tempo de espera, trago a realidade do Acampamento Sebastião Camargo e uma das entrevistas. Os “barracos de lona” estão dispostos no lado direito da estrada principal, há energia elétrica e água encanada. Iraci Salete Severina disse que não é autorizado fazer piso de cimento, cerâmica ou lajotas, pois todos sabem da provisoriedade de estadia no espaço e, por ser um bosque, não querem danificar o solo com ruínas de construções. Podem, no entanto, fazer paredes e assoalhos de madeira e deve haver a presença da lona preta, uma característica comum em Acampamentos do MST.

Foi impactante saber que as pessoas vivem em condições precárias em casas, que elas chamam de barracos, e com mínimo de conforto. Tendo como referência a habitação urbana em bairros com saneamento, calçadas e esgoto, a dificuldade em habitar uma “casa” improvisada, como é o caso do barraco de lona, já era uma certeza aos olhos de quem é de fora. As dificuldades interligam-se ao clima da região, quando, no verão, o calor é intenso e, no inverno, as temperaturas baixas causam doenças respiratórias. Em resumo, a palavra que dava significado àquela condição era vulnerabilidade. Com a regularidade de visitas e a convivência com as Severinas e os Severinos Acampados, e antes de pré-julgamentos, queria entender a motivação geradora do desejo de estar “em cima da terra”, mantendo a condição de morarem anos “debaixo da lona” que, no caso do Acampamento Chico Mendes, completaria quinze longos anos em 2019.

Foi quando, em conversa gravada com Iraci Salete Severina, apareceu como tema o viver na precariedade. Na história de vida dela, desde

criança, viveu em acampamento com os pais; depois, no primeiro casamento com o marido e filhos e, após a separação, continuou no Acampamento Sebastião Camargo. À minha curiosidade sobre o suas condições de moradia tão precárias, respondeu:

É só falta de conforto! Tu não tem conforto nenhum, não tem! Não tem conforto, né? Mas eu, pessoalmente, não me incomodo! **Pra dizer bem a verdade pra você, eu não me incomodo. Eu me incomodo de a gente viver anos e anos da vida da gente, lutando, e, né?** A autoridade tem, tem, tem, né, várias formas de ajudar a resolver e não ajuda, só atrapalha. Não me incomodo, eu digo de uma forma assim, ó, dizer assim, ó “eu vim ‘debaixo da lona’”, isso me irrita? Não! Isso não me irrita, **porque eu tenho objetivo, eu tenho um sonho para alcançar, que é ter uma vida digna e é por isso que a gente está aqui.** A gente tá aqui pra isso. Porque eu acho que desde que tu coloque teu sonho pra frente, nada é empecilho pra você de conseguir. Porque daí se eu dizer “eu vou me irritar com a lona, eu vou me irritar em dormir debaixo de um barraco?” tu não alcança o que você quer. Eu acho que você tem que buscar algo maior! Tem que colocar algo maior na sua frente, pra você... claro que não é fácil!

Iraci Salete Severina se atém à esperança de conquistar um “lote”, o que impulsiona a espera em condições sem conforto. Ela fala de sonho, da realização dele e, para isso acontecer, deve haver a contrapartida de sacrifício, como se fosse uma recompensa imaterial de caráter subjetivo. O significado do “barraco de lona” é, para Iraci Salete Severina, também uma forma de resistência e luta, mesmo sabendo que há inúmeras dificuldades geradas pelo desconforto. Entretanto o sonho de conseguir conquistar a terra é mais intenso que o desconforto. Sem o sonho, para Severina, não há conquista. O sonho é o que a mantém “debaixo da lona”.

Além disso, o valor simbólico do barraco de lona⁴³ implica transmitir exatamente a necessidade da reforma agrária, e isso se transforma em uma prática, ou seja, revestir a cobertura das casas com lonas. Roseli Caldart (2000) alerta que essas construções, classificadas como “barracos” pelos acampados, são marcas simbólicas do próprio movimento social. E esse tipo de habitação é construído na área que se pretende transformar em assentamento, ou, em outras

⁴³ Foi necessário entender o valor simbólico da ocupação e, conseqüentemente, dos barracos de lona. Para isso, procurei, nos escritos de Lygia Sigaud sobre os acampamentos pernambucanos, algumas respostas para as questões que foram surgindo durante a pesquisa de campo. A análise do artigo **As condições de possibilidades da ocupações de terra (2005)**, evidencia que, ao montar um barraco, o trabalhador do campo (tratado como Severino na nesta pesquisa) mostra-se interessado por aquele espaço, aquela terra, algo que o Incra consegue interpretar; além disso, aqueles que permanecem acampados são os merecedores do parcelamento, caso aconteça, sendo que a barraca com lona “(...) legitima a pretensão a pegar terra; é a prova material do interesse a ser contemplado no momento da redistribuição das terras”. (SIGAUD, 2005, p. 269).

situações, à margem de rodovias que dão acesso à fazenda onde se quer ocupar. A presença dos barracos é como uma linguagem social que visa trazer à tona a luta pela terra, sensibilizar e mobilizar a opinião pública, “[...] uma forma de reivindicar demandas sociais ao Estado, políticas públicas, nesse caso, desapropriação de terras para fins de reforma agrária” (LOERA, 2014, p. 24). Quando o retornado participa das ocupações ligadas ao MST e ergue sua habitação com lonas pretas, melhor dizendo, os seus barracos, ele está confirmando simbolicamente que é um candidato à reforma agrária e, para o grupo em geral, a união dos barracos significa que aquele espaço físico é o que se pretende ocupar. Essa mensagem é comunicada ao Incra, e o Estado sabe que o próximo passo será ou não a desapropriação do imóvel rural. (CALDART, 2000). Muitos acampados utilizam essa prática, mas desconhecem a simbologia da lona preta.

São representações diferentes, e cada agente social atribui um significado, uma representação para as simbologias presentes nesse tempo dentro do acampamento. Há símbolos que são construídos pelo MST, e o acampado recém-chegado deles se apropria para sentir-se inserido no grupo. Há uma organização interna que prevê a militância dos acampados; há a organização das famílias e dos Núcleos de Base que, além de promover uma socialização entre os agentes sociais, também forma uma opinião discursiva em torno da causa da reforma agrária.

No Acampamento Chico Mendes, durante a pesquisa socioeconômica solicitada pelo advogado, ficou muito evidente que há uma diferença de postura em relação à provisoriedade e à própria luta do MST. Ajudar a aplicar o questionário estruturado em cada residência, com as conversas paralelas durante o preenchimento, transformou-se em um momento que possibilitava perguntar sobre a reação e os planos caso houvesse um possível despejo. Ficou evidente que os moradores mais antigos tinham dificuldades em imaginar a possibilidade, respondiam afirmando que na cidade não queriam viver, que não sabiam o que fazer se tivessem de sair do acampamento. Os moradores com pouco tempo de acampamento aceitavam com mais “normalidade” o despejo, pois, se não houvesse outro jeito, iriam para a cidade tentar um trabalho e alugar uma casa. Assim se manifestavam também quando o assunto era o porquê de morar no acampamento. Os mais antigos salientavam o direito pela terra que deve ter a função social e exaltavam a crença em uma reforma agrária, além de

se definirem como trabalhadores do meio rural e não do meio urbano. Os acampados recém-chegados apontavam a falta de oportunidade de trabalho na cidade e o aluguel como implicadores na inserção dentro do movimento.

Quando os diversos significados sobre o “estar” acampado se entrecruzam, o sentido do Acampamento MST vai se formando. A partir disso, a ação social de cada agente vai estruturar e atribuir um significado ao acampamento, e a vida nesse local, ao longo do tempo experienciado, vai construindo a teia de significados.

CAPÍTULO III

3 AS DENSIDADES DO TEMPO EXPERIMENTADAS NA ESPERA

*Na verdade, por uns tempos,
 parar aqui eu bem podia
 e retomar a viagem
 quando vencesse a fadiga.
 Ou será que aqui cortando
 agora minha descida
 já não poderei seguir
 nunca mais em minha vida?
 (será que a água destes poços
 é toda aqui consumida
 pelas roças, pelos bichos,
 pelo sol com suas línguas?
 será que quando chegar
 o rio da nova invernia
 um resto de água no antigo
 sobraré nos poços ainda?)
 Mas isso depois verei:
 tempo há para que decida
 primeiro é preciso achar
 um trabalho de que viva.*

(Morte e vida Severina – João Cabral de Melo Neto)

“O tempo do nosso problema agrário é um tempo longo” (STÉDILE (Org.), 1997, p.11), constatação de José de Souza Martins em entrevista para compor a obra *A reforma agrária e a luta do MST*. Não cabe repetir a linha contextual da questão agrária no Brasil, apresentada antes. Neste capítulo, a apresentação vincular-se-á aos significados dados à reforma agrária e ao MST pelas Severinas e pelos Severinos Acampados e está dividida em quatro seções relativas à densidade temporal experienciada, bem como às estratégias cotidianas para a manutenção do sonho pela terra.

O capítulo trará uma reflexão sobre as “políticas” de reforma agrária na visão das Severinas e dos Severinos e os reflexos das ações do Estado para a manutenção da resistência e das estratégias de luta. Os significados possíveis referem-se à ocupação no universo do pensamento dos interlocutores e do movimento social; à inauguração da “espera” como experimentação temporal; às formas de organização interna dos acampamentos observados com os grupos de família, ao coletivo de mulheres e aos Núcleos de Base. Finaliza com a apresentação da sobrevivência por meio da produção de alimentos e seus significados relacionados ao merecimento da terra, bem como o transitar das Severinas e dos Severinos entre o rural e o urbano como trabalhadores.

O argumento é o de que a ideia de espera incorpora a experiência como provisória e ao mesmo tempo permanente, pois a ação do tempo vai modificando a forma de estar no acampamento e de perceber a ausência de políticas públicas visando à reforma agrária no país. Enquanto esperam, Severinas e Severinos Acampados estão mobilizados pelo trabalho, assim como o Severino de Melo Neto o vê como alternativa expressa nos versos “Mas isso depois verei:/tempo há para que decida/primeiro é preciso achar/um trabalho de que viva”.

3.1 TEMPO DAS DENSIDADES POLÍTICAS

Se o problema agrário é de longa duração, como lembra José de Souza Martins, há nele motivos que devem ser levantados e analisados nesta seção. Antes, porém, de abordar a ausência de políticas públicas, desde 1985 até a atualidade (2021), para a realização da reforma agrária vinculada ao valor social da terra, é importante pensar que as decisões políticas de cada governo interferem no tempo de espera para que seja ativo. Isso significa dizer que, embora vivam um tempo de espera diversificado dentro do acampamento, existe um tempo de longa duração estimulado pelos modelos políticos de cada governo e dentro de cada especificidade de contexto político que ativa ou “paralisa” a luta pela terra.

Nesse sentido, a política envolvendo a reforma agrária no Brasil tem sua história e seus objetivos em cada governo, desde a ditadura até o governo do atual presidente Jair Messias Bolsonaro. Para compreender melhor o posicionamento das Severinas e dos Severinos Acampados diante do momento presente, é preciso rever alguns referenciais que trazem detalhamentos sobre o crescimento e o estancamento das políticas, fazendo um recorte temporal que envolve o primeiro e o segundo Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA em relação ao protagonismo de trabalhadores sem-terra nesse processo.

José de Souza Martins, quando discute *A questão agrária brasileira e o papel do MST* (1997, p.11-76), ressalta que aquela não inicia com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Com o fim da ditadura, o problema não estava resolvido nem mesmo com a publicação do Estatuto da Terra em 1964, pois o usaram como fundamento de opressão do trabalhador do meio rural, além de fortalecer os grandes proprietários de terra, o que não resultou em um processo

político de reinclusão do trabalhador rural expulso do campo. “Trata-se de mera compra de terras e não de reforma, pois não se constituiu num ato de intervenção consequente no circuito de reprodução do processo de produção de excedentes populacionais a partir do campo”. (STÉDILE, 1997, p. 35).

Com a redemocratização, no governo de José Sarney, surge o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), sinônimo de uma abertura política disfarçada diante da pressão populacional e das frentes sindicais. O primeiro PNRA atendeu duas partes, a dos seus fundamentos e a das estratégias, isso como resultado da insegurança do novo governo que queria se legitimar para o bloco de poder na presidência da República. Indiretamente eleito presidente, José Sarney recorreu à aprovação do I PNRA como uma resposta ao aumento de violência no meio rural brasileiro e ao aumento crescente das mobilizações surgidas no campo. O PNRA resgatava os princípios do Estatuto da Terra no que se refere à desapropriação por interesse social e previa a indenização do valor da terra em Títulos da Dívida Agrária (TDA). O MST considerou que a tentativa de José Sarney, diante da demanda existente, apenas tornava evidente a existência da burocracia estatal que considera a reforma agrária como colonização, visto que o Estado estava fortemente comprometido com as premissas dos latifúndios o que inviabilizava o diálogo com os movimentos sociais (MEDEIROS, 2003). Com isso, no final do período compreendido entre 1985 e 1989, foram assentadas apenas 85 mil famílias de trabalhadores rurais (MATTEI, 2012). O cenário da Nova República, mesmo com resultados insatisfatórios, representava a esperança de reforma agrária para muitos trabalhadores rurais, inclusive para aqueles que viviam no Paraguai, como mostrou Sprandel na fronteira do Mato Grosso do Sul. No Brasil, o MST estava se constituindo como movimento social e de luta.

Com a eleição do presidente Fernando Collor de Mello, as metas de assentar 500 mil famílias tornou-se uma ficção. O Ministério da Reforma Agrária foi extinto, e a reforma agrária não fazia parte da agenda política neoliberal. Isso fez com que o programa de assentamentos parasse, e as ações nesse período foram apenas resultado de processos fundiários do governo anterior (MATTEI, 2012). Com o *impeachment* de Collor de Mello, Itamar Franco assumiu o governo de 1993 a 1994, período de retomada de um programa emergencial de reforma agrária com a previsão de assentar oitenta mil famílias, porém foram implantados

apenas 150 projetos de assentamentos atendendo menos de 30 mil famílias. (MATTEI, 2012).

Entre 1995 e 2002, Fernando Henrique Cardoso assumiu a presidência em dois mandatos. No primeiro, o presidente eleito apostou que resolveria a questão agrária nacional ao desenvolver uma ampla política de assentamentos, mas a luta pela terra se manteve. Os mais antigos Severinos e Severinas Acampados possuem lembranças dos anos de 1990 e destacam a ocorrência de muitos conflitos com violência, fatos impulsionadores para o governo assentar, no primeiro mandato, 287.994 famílias; e, no segundo, 252.710 famílias (DATA LUTA, 2017).

A gente não tem nenhuma perspectiva de como vai ser. Não tem como nós ter uma receita e dizer pra você, agora com as promessas desse novo governo, o novo presidente⁴⁴ nosso, nós não é nem pra permanecer, né? Certeza de que isso não assusta a gente, isso não assusta a gente devido, devido a gente já atravessou vários governo que não foi fácil também. O governo do Jaime Lerner, vou te falar que foi um desastre! Eu lembro que ele pegou no pé mesmo! Fernando Henrique Também! O Fernando Henrique assentou muita família, mas porque morreu muita gente! Aí pra minimizar as coisa ele desapropriava área! Porque cada ocupação era uma morte. Na época do Fernando Henrique. Muito conflito! Por que que saiu o assentamento? Devido a isso. Porque daí pra ele poder dá uma passada de mão em cima do que ele mandava fazer, ele desapropriava as áreas. Daí foi assim, né? Então foi assim a vida de assentamento, né? Que eu tenho de experiência até agora, né, de acampamento. (Entrevista concedida em 20/11/2018)

Para Iraci Salete Severina, por causa da violência no campo, Fernando Henrique Cardoso iniciou um projeto de desapropriação e de assentamento à custa da pressão do MST motivada pelas mortes e pela violência no campo. Pesquisas e noticiários da época mostram que, após o *Massacre de Eldorado dos Carajás*⁴⁵, no Pará, a opinião pública foi sensibilizada, e o governo teve de adotar medidas para amenizar a situação durante seu primeiro mandato, assentando mais de 287 mil famílias. Um número expressivo, contudo, para Iraci Salete Severina, está ligado aos conflitos e à violência que

⁴⁴ Refere-se a Jair Messias Bolsonaro, eleito em 2018 pelo PSL.

⁴⁵ Antes do massacre, em 5 de março de 1996, as famílias haviam ocupado a fazenda Macaxeira – em Curionópolis, município vizinho a Eldorado – e buscavam negociação com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para iniciar o processo de desapropriação. Ao não serem contemplados pelo acordo feito durante a negociação, seguem em Marcha, ritual usado pelo MST, até a capital. Dia 17 de abril, à tarde, são surpreendidos por policiais militares, e o conflito resulta em mortes dos trabalhadores. Cesar Barreira (1999) escreve sobre o massacre e destaca a repercussão da violência. Cita a voz do Presidente da República ao pronunciar “que ponham na cadeia, e já, o responsável ou ninguém vai acreditar neste país”; já o governador do estado do Pará afirma que “independentemente de quem seja o culpado, ele será responsabilizado criminalmente” (BARREIRA, 1999, p. 140)

pressionaram um posicionamento do governo, pois as ações de desapropriações e compra de terras são resultado da pressão dos movimentos sociais e respostas localizadas a fim de evitar a propagação de conflitos e violência no campo. Há a memória de Iraci Salete Severina sobre os mandatos de FHC e um posicionamento claro de que a terra deve ser conquistada por ser um direito social. Ela resume o que é uma vida de acampamento; interpreta o governo de Jair Bolsonaro como uma ameaça, entretanto deixa claro que já possui a experiência da repressão e que esse modelo de política não enfraquece a resistência.

Os Massacres de Corumbiara (Rondônia, 1996) e, sobretudo, Eldorado dos Carajás (Pará, 1997) convenceram o governo de FHC da existência de “um problema agrário” no Brasil e, conseqüentemente, não seria possível vinculá-lo à “reforma agrária” como um apêndice assistencialista junto ao programa “Comunidade Solidária” (PEREIRA; SAUER, 2011). Nesse sentido, o segundo mandato de FHC concretizaria o objetivo real que era implantar a “reforma agrária assistida pelo mercado” e com apoio do Banco Mundial (BIRD), o que resultou em empréstimos para o Brasil, iniciado em 1997, e o surgimento do projeto ficou conhecido como Cédula da Terra. Em 2003, no governo Lula, houve a continuidade do programa com a criação e a execução do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PEREIRA; SAUER, 2011).

Na metade do segundo mandato do governo FHC, a Medida Provisória nº 2.027-39/2000 simbolizou para o MST um ato de repressão e intimidação por criminalizar as ocupações realizadas pelos movimentos sociais e por diminuir o número de ocupações feitas desde 1996.

Analisando os registros no Banco de Dados Luta pela Terra de 2016, o índice de ocupações passou de 856, em 1999, para 519; em 2000 e 2001, para 273, uma redução expressiva de 68% após a Medida Provisória. Esse panorama foi bastante salientado pelas Severinas e pelos Severinos Acampados. Ao relembrem a trajetória de vida pessoal dentro do MST, destacaram as dificuldades diante do posicionamento político do governo e a ausência da vontade real de resolver os problemas agrários existentes na época do presidente Fernando Henrique Cardoso. Além disso, segundo eles, mesmo com os assentamentos acontecendo, não havia possibilidades reais de manutenção da terra por causa de fatores como localização, acesso,

infraestrutura, orientação técnica de cultivo e fomentos para compra de grãos e ferramentas. Iraci Salete Severina fala sobre essa experiência:

Quando o meu pai tinha a terra, meu pai só tinha a terra! Era sofrimento, né? Era um sofrimento do cão! Até o governo do Lula entrar, nós não tinha porta aberta pra nada! Pra nada! Ia fazer um financiamento no banco, não conseguia, a burocracia era muito grande, tinha que ter dez avalista, lá, pra conseguir. O Lula entrou, aí que os assentamento foram se estruturar [...] Precisa de dinheiro porque a pessoa já entra sem nada. Porque tudo que tinha come dentro do acampamento. O tempo que fica dentro do acampamento não é fácil. E daí só após que o Lula entrou que a gente conseguiu portas abertas pra recurso, pra assentamento, dinheiro pra pré-assentamento que quando a gente vai pra área e tá nesse meio termo a gente consegue recurso. Pra poder já te dar uma alavancada pra poder ter uma vida mais digna! (Entrevista concedida em 20/11/2018)

As políticas relacionadas à luta agrária no governo FHC são interpretadas pela acampada como incoerentes. A partir da expansão do número de famílias assentadas, houve a manutenção da pobreza no meio rural pela falta de recursos para os assentamentos. Iraci Salete Severina lembra que seu pai morou mais de dez anos sem conseguir energia elétrica no assentamento e as dificuldades enfrentadas para conseguir produzir. Esse cenário descrito por Iraci faz lembrar que a implantação do Banco da Terra previa uma política de crédito para compra de terras, o que beneficiava os “donos de terra”, isso no primeiro mandato. No segundo mandato, o governo destruiu a “política de crédito para a reforma agrária, criada durante o governo Sarney, e a política de assistência técnica prejudicando milhares de famílias assentadas, intensificando o empobrecimento” (FERNANDES, 2003). Para o pesquisador Bernardo Mançano Fernandes, a atuação do governo FHC produziu a precarização dos assentamentos implantados, pois não possuía projetos completos, infraestrutura básica e desprovidos de crédito agrícola e de investimento, fatores conclusivos para ausência de uma política de reforma agrária no governo. Sobretudo, havia uma forte tendência de criminalizar as ocupações de terra, baseada em muitos eventos caracterizados pela violência e pela morte de lideranças do MST.

A posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2003, possibilitou um diálogo com o MST que considerava o governo eleito um aliado. O cenário, no entanto, era composto por ruralistas que se sentiam ameaçados pelo posicionamento político do governo PT. Diante de partes antagônicas, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), foi aprovado o II Plano Nacional de Reforma Agrária. Os mandatos do governo Lula também assentaram um número expressivo de famílias, demonstrando haver uma

esperança concreta dos sem-terra de que a reforma agrária aconteceria pela via institucional. As mobilizações do MST diminuíram. Os acampamentos incharam com famílias à espera de respostas por parte do governo durante o primeiro mandato do PT. O presidente do Partido dos Trabalhadores não adotou uma política de criminalização por parte do Estado, havia a possibilidade de diálogo, entretanto não houve número de assentamentos muito além do esperado. No primeiro mandato, foram assentadas 381.419 famílias; e, no segundo, 232.669 (DATA LUTA, 2017). Muitos acampamentos, no entanto, permaneceram em acampamentos, e a reforma agrária perdeu seu sentido positivo, materializado, por exemplo, na existência do Acampamento Chico Mendes que, em 2019, completou 15 anos de luta.

Mesmo assim, as Severinas e os Severinos Acampados destacam que o governo Lula foi o melhor para quem conseguiu ser assentado, como lembra Iraci Salete Severina no trecho da entrevista.

Como eu te disse , o Lula abriu portas. Os assentamentos se estruturou e ainda mais num espaço como esse aqui⁴⁶. Uma localização boa, perto do comércio. Daí o governo abriu portas e os assentamentos se estruturaram mesmo! Em todos os assentamentos se você for hoje você vai ver que está bem estruturado! É raro um assentamento que tu vai e que o pessoal tem uma situação assim que é precária. É mais assim nessas áreas novas, nessas áreas que não produz, o pessoal ainda sofre, né? Sofre porque não conseguiram se estruturar devido a produção, né? (Entrevista concedida em 20/11/2018)

Iraci Salete Severina destaca que, no período do governo Lula, houve uma estruturação dos assentamentos, dando condições de produção por meio de programas de financiamento. Além disso, ela ressalta a ausência de perseguição ou criminalização dos acampados. Essa nova realidade remete ao afrouxamento da segurança identificado no Acampamento Chico Mendes que desativou o rodízio de guarda na guarita, uma prática recorrente logo após a ocupação da área. Durante a etnografia, aquela construção de uma possível guarita em madeira, com a pintura que insinuava uma bandeira do MST nas paredes, desgastada pela ação do tempo, se sobressaía logo na primeira rua de acesso ao acampamento. Soube que era a antiga guarita, mas, atualmente, estava desativada. Em 2020, no mês de setembro, voltei ao Acampamento Chico Mendes, e a guarita fora reativada por causa das ameaças de despejo. O diálogo

⁴⁶ Iraci Salete Severina refere-se ao Assentamento Companheiro Antônio Tavares, ao lado do Acampamento Sebastião Camargo. A área é considerada privilegiada pela proximidade de dois municípios, Santa Terezinha de Itaipu e São Miguel do Iguazu, de fácil acesso às margens da BR 277.

com o governo Lula, ao mesmo tempo que amenizou a violência motivada pelas perseguições do próprio Estado, também passou a influenciar na aceitação da espera, pois o despejo e o rompimento da aliança com o MST não eram interesse do governo. Isso não impediu que o governo Lula dialogasse com o agronegócio também.

Mesmo com tantos impasses e análises de que o governo Lula fez uma política também voltada para o agronegócio, há nas falas das Severinas e dos Severinos Acampados o reconhecimento de um tempo de paz e de investimento nos assentamentos. Os interlocutores dessa pesquisa, no entanto, não foram beneficiados diretamente, apenas conseguem observar os assentamentos existentes e reconhecem ser esse um caminho para resolver os problemas de terra que os envolvem durante décadas. Eles pouco falaram sobre o governo Dilma, apenas se mostravam indignados com o que eles denominam como “golpe”, referindo-se ao *impeachment*, uma mudança de governo nada benéfica para os que estavam acampados. Entendem que, embora os governos Lula e Dilma não alcançassem as expectativas de ver uma reforma agrária compatível com a necessidade da realidade do meio rural, ainda assim foi o melhor governo para o MST, um governo aliado. O governo Dilma usava como argumento a necessidade de investimento nos assentamentos já existentes dando garantias de produção nas áreas parceladas. Isso revela a expressiva assistência técnica dada pelo Incra nos cinco anos de governo, ficando como secundárias as ações de desapropriação de terra para novos assentamentos. As medidas visíveis do governo Dilma estavam direcionadas ao “Brasil Sem Miséria” com ações que possibilitavam aos acampados e aos assentados o acesso a programas sociais. Entretanto, a reforma agrária não aconteceu de fato. Isso fica bem claro quando se compara o número de assentamentos no primeiro mandato do governo Dilma, 107.354 famílias, com o número dos governos anteriores de Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva.

Com o *impeachment* de Dilma Rousseff, Michel Temer assume a presidência, e o apoio do agronegócio torna-se mais evidente após a saída da presidente. Isso explica a Medida Provisória nº 759/2016, transformada posteriormente na Lei 13.465, em julho de 2017, cujo Artigo 1º trata da “regularização” fundiária rural e urbana e da Amazônia Legal (BRASIL, 2017). Os acampados referiam-se a essa Lei como “lei da grilagem”. Sobretudo, há o corte de recursos destinados aos trabalhadores rurais após a aprovação da Lei

Orçamentária Anual (LOA) de 2018 “que, se comparada com a LOA de 2017, sofreu um corte de R\$ 4,3 bilhões nos recursos destinados às políticas direcionadas aos trabalhadores e trabalhadoras rurais” (MOREIRA; DAL MORO, 2018, p.14), além do Decreto nº 8.780, de 27 de maio de 2016, que transfere a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário para a Casa Civil da Presidência da República. Nenhuma família foi assentada entre 2017 e 2018, um reflexo da LOA e o inevitável congelamento da reforma agrária. Uma inauguração de um tempo político estático, sem mudanças e sem propostas de futuro.

Com a eleição, a vitória e a posse de Jair Messias Bolsonaro, pelo PSL, as perspectivas não foram as melhores para os trabalhadores rurais, pois novas medidas vindas do governo deixavam a situação ainda mais complicada para os acampamentos e os assentamentos do MST. O discurso de Jair Bolsonaro nega todo e qualquer espaço para manifestações e pressão, a articulação de poder do governo fecha as possibilidades de tornarem públicas as demandas do movimento social.

Muitas ameaças foram declaradas pelo atual presidente, Jair Messias Bolsonaro, ao anunciar medidas que afetavam diretamente o MST, tanto nos acampamentos quanto nos assentamentos. Entre elas, citam-se: enfraquecimento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e, conseqüentemente, paralisação dos processos de aquisição, desapropriação ou outras formas de obtenção de terras para o Programa Nacional de Reforma Agrária; edição da Medida Provisória 910/2019 normatizando a legalização de terras públicas griladas na Amazônia Legal por latifundiários; paralisação do Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária); liberação de porte de arma de qualquer calibre em toda a extensão das propriedades rurais. Além disso, Jair Messias Bolsonaro, ainda em campanha, havia ameaçado de "classificar como terrorismo as 'invasões'⁴⁷ de terra – principal mecanismo usado pelo MST para conseguir desapropriações para a reforma agrária."⁴⁸ Essas decisões faziam com que os acampados se sentissem ameaçados e vivessem um tempo de incertezas sobre a reforma agrária almejada. Abrindo um

⁴⁷ O texto do jornal Gazeta do Povo traz a palavra “invasão”, entretanto a palavra usada nos acampamentos, no MST e debates acadêmicos é “ocupação”.

⁴⁸ Leia mais em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/governo-bolsonaro-paralisa-a-reforma-agraria-em-todo-o-pais-1vuqsyh51jxttslbqincjky1h/>

parêntese, lembro que o cenário político em 2018 e 2019 foi determinante para o encaminhamento da pesquisa etnográfica, por atravessar de maneira incisiva minha estada nos acampamentos, afetando nossas conversas, as entrevistas e muitos momentos experimentados com os acampados. Nesse cenário político, a escolha de ocultar a identidade dos interlocutores tornou-se relevante, visto que há muito receio sobre aquilo que pode ou não ser dito, principalmente nas vozes daqueles que possuem a experiência em tempos violentos, como é a de Iraci Salete Severina.

E as famílias estão sempre com garra, tem um sonho, tem uma expectativa de vida e jamais vai desistir por qualquer boato que surja por aí. Não vai! Pelo contrário, a força sempre é maior, né? Com as dificuldades que vem a luta aumenta, a luta aumenta! E com todos esses boatos do presidente hoje, do governo que tá aí, né? Mesmo assim a gente não viu nenhuma família de cabeça baixa dizer que vai desistir do MST. Até porque tem uma confiança no MST. Tem uma luta grande aí, que não tem só quatro anos e também não é assim que vai acabar hoje. Tem raiz! E o sonho da gente é esse, é ter...é poder ter essa opção de dizer “eu vou trabalhar pra mim, eu vou plantar, eu vou colher, eu vou vender, eu vou comer aquilo que eu plantar na terra”, é esse o grande sonho de quem mora na roça. (Entrevista concedida em 20/11/2018)

O sonho mencionado por Iraci Salete é o que a impulsiona a continuar inserida no movimento social, pois confia e acredita na possibilidade de conquistar um espaço político de reconhecimento. Essa entrevista foi gravada em 2018, quando havia o suspense sobre as ações do governo Bolsonaro que finalizaria aquilo que o presidente Temer iniciou. Diante da densidade política em tempos de avaliação conjuntural, em 2019, após a eleição, a etnografia no Acampamento Chico Mendes foi mais intensificada. A presença de alguém de “fora”, ao invés de simbolizar uma ameaça ou desconfiança, significava a presença da Universidade como aliada à luta contra o despejo que pulsava na realidade das famílias acampadas. Assim seguiu a pesquisa e, a partir das ações realizadas com os acampados, desenvolveu-se um relacionamento próximo e estreito entre nós.

3.2 “UM LUGAR MUITO BONITO, BASTANTE TERRA. FALEI, AH! AGORA NÓS PODEMOS PLANTAR!”

Com Dorothy Severina, inicio a segunda seção do capítulo com o fragmento de sua narrativa ao lembrar da experiência de ocupação na Fazenda Santa Maria, em Santa Terezinha de Itaipu. Os trabalhadores rurais envolvidos

no movimento social MST possuem, normalmente, a experiência do ritual de ocupação, pois é a forma como o MST pressiona, com legitimidade, o Estado para a distribuição/divisão de áreas rurais. O ritual antecede o acampamento e envolve estratégias e organização interna para que de fato aconteça. As ocupações⁴⁹, normalmente, são inerentes aos despejos, portanto requer uma organização do espaço para montar não só os “barracos de lona”, mas também para a “resistência”. A ocupação, compreendida como ritual, faz com que o trabalhador rural seja inserido no movimento social e passe a ser “acampado” na terra que deseja para si. Há uma legitimidade no ato de ocupar. Isso se distancia ainda mais da ideia de “invasão” como enunciada pelo senso comum que se posiciona de maneira contrária aos ideais de reforma agrária. Com o reconhecimento da ocupação feito pelo Estado, como uma fase no processo de distribuição de terra e assentamento, a legalidade do ato inicia seu curso. A ocupação produz o acampamento e somam-se a ela outros símbolos e estratégias de sobrevivência no espaço as quais vão condicionando a existência de um tempo denso na experimentação da espera, da vivência e da convivência.

Para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a ocupação deve possuir símbolos importantes para manter da ideia de movimento social como capital fundamental da política e, também, principal recurso de luta e de enfrentamento contra o Estado no que se refere aos (des)interesses de concretização da reforma agrária. O momento do ritual de ocupação está intensamente ligado à visibilidade social. A ocupação demonstra a existência social do grupo além de pressionar um posicionamento político. É nessa linha de pensamento que a “ocupação” pode ser interpretada como um ritual, pois há uma legitimação do ato como ação social cujas atitudes coletivas se voltam para os direitos coletivos. A partir disso, os movimentos criam fatos dentro da ideia de notícias, o que significa o atuar político do MST.

Entender as ocupações vivenciadas por Severinas e Severinos Acampados como um processo ritual se beneficia das teorias antropológicas de Van Gennep e Victor Turner, pois ajudam a mostrar como o Movimento Social

⁴⁹ Lygia Sigaud (2004) sintetiza com clareza essa questão da ocupação e ressalta que é recorrente após os anos 80 do século XX. Isso se tornou a forma mais apropriada para reivindicar a reforma agrária no Brasil e é uma estratégia muito usada pelo MST. O “*Estado brasileiro tem conferido legitimidade à pretensão dos movimentos (como se autodenominam e são denominadas essas organizações), ao desapropriar as fazendas ocupadas e redistribuir as terras entre os que se encontram nos acampamentos*” (SIGAUD, 2004, p.255).

MST e as “famílias” de trabalhadores rurais sem-terra se organizam e definem suas práticas para saírem de uma situação precária de despossuídos, chegarem a uma concessão de posse e, assim, alcançarem a visibilidade social. A noção de “liminaridade” e *communitas* revela os momentos de trocas e de igualdade surgidas em situação de rituais de ocupação, comportamentos distintos daqueles presentes na sociedade capitalista inserida em uma estrutura social organizada.

Da particularidade das ocupações, há as intempéries dos acampados na pós-ocupação. Por exemplo: submeter-se à provisoriedade de morar em “barracos de lona”, não ter condições básicas de saneamento, saúde e educação em um contexto de ausência do Estado. Essa situação social precária, o “estar fora”, na soleira dos direitos sociais, não deve ser maquiada, nem é o propósito da pesquisa desenvolvida, pois há uma realidade social de trabalhadores rurais dependentes de políticas capazes de fazer valer a função social da terra como direito constitucional.

Severinas e Severinos Acampados em sua ação social são produzidos a partir daquilo que os diferencia dentro da estrutura dominante, colocando-os na borda social e, no dizer de Van Gennep, estão na “marginalidade” no sentido de margem. Ao praticarem a ocupação, eles promovem um ritual de passagem, ao saírem de uma posição de um sistema social e político, sendo necessária a criação de outra estrutura para estabilizar e não deixar dissolver a função social da terra em discursos de propriedade privada. Para melhor entender, é preciso reconhecer que a formação do Estado brasileiro esteve vinculada aos interesses de grandes proprietários de terra. Mariza Peirano, ao argumentar sobre as atualidades dos rituais políticos, considera que é na ação que o MST busca realizar concretamente seus interesses. Os rituais servem para conhecer ou projetar o mundo ideal e, no uso deles, podem ocorrer mudanças e transformações. (PEIRANO, 2003). Em outras palavras, a ocupação é uma forma de pressionar o Estado para o cumprimento da reforma agrária, é uma ação política de caráter coletivo, um ritual com capacidade de dar legitimidade à ação perante os envolvidos e à sociedade.

Durante a pesquisa, em 2018, no Acampamento Sebastião Camargo, foi possível perceber que o MST possui critérios definidos para executar uma ocupação. A ocupação tem orientação jurídica e conhecimento de área regular e irregular, legalmente, perante o Estado. Ao pensarem a terra como fim social,

as Severinas e os Severinos seguem ações definidas como primeiro passo para a conquista da concessão de posse, além de criarem visibilidade política. Como bem exemplifica Iraci Salete Severina, uma das coordenadoras do acampamento, que me recebeu na primeira visita e fez os primeiros contatos com os trabalhadores acampados que retornaram do Paraguai.

Quando a gente ocupa a área, a maioria, ela tem “enes” problemas com a justiça. Ela é da União, na maioria das áreas que a gente entra, mais da metade é da União. E que às vezes a gente é despejado devido a trama, política... Mas não quer dizer que aquela área seja... pode ser produtiva, mas ela já tá inteira endividada. **Ela é nossa** já, é do governo! (Entrevista concedida em 20/11/2018)

O argumento fundante da entrevista de Iraci Salete Severina conduz a um pensamento de justiça social, pois a “ocupação”, nas palavras dela, assume um sentido de legalidade. Jamais é vista como uma “invasão” que remete ao significado de crime. Mas também é uma tentativa, para Iraci Salete Severina, de amenizar o olhar discriminatório diante das ações sociais de visibilidade do MST com as ocupações e posterior acampamento. O que ela explica em sua fala não é novidade, quando se discute a questão agrária no Brasil. A história nos conta que a Constituinte de 1946 já sinalizava o valor social da terra nas propostas do Partido Comunista Brasileiro. A proposta do senador Luís Carlos Prestes previa que as terras mal utilizadas ou improdutivas deveriam voltar para o Estado e serem distribuídas como justiça social. Sem êxito, essa proposta deixou um rastro, um indicativo para a desapropriação, isso dentro do texto da Constituição. (STÉDILE, 1997).

Christiane de Alencar Chaves (2002), ao trazer a discussão sobre a Marcha Nacional dos Sem Terra a Brasília, em 1997, e dialogar com teorias antropológicas envolvendo rituais, considera que “(...) a luta por terra converte-se em luta pela cidadania (...)” (CHAVES, 2002, p. 137), pois, desde as primeiras ocupações ocorridas no território nacional na ditadura militar, a necessidade da reforma agrária, provocada pela luta pela terra, foi se tornando também uma forma de pressão para a redemocratização política, quando “(...) acampamentos, considerados área de segurança nacional sofriam intervenção federal” (CHAVES, 2002, p. 137).

Outro aspecto importante na fala de Iraci Salete Severina refere-se à ideia de que as terras endividadas são do Estado, portanto são terras que devem cumprir a função social e são “nossa”, do governo como representante do interesse coletivo. Nesse sentido, o MST é diferenciado de outros movimentos

de revolta camponesa registrados na história nacional como Canudos e Contestado (STÉDILE, 1997). A luta pela terra à qual se refere Severina não é com os grandes latifúndios, mas com o Estado. O MST usa como argumento, para efeitos de reforma agrária, a Constituição Federal de 1988⁵⁰ e segue o texto a partir do Artigo 184 até o 191 que prevê a função social da propriedade rural privada. No caso de descumprimento desse papel, o Estado deve desapropriar a terra e assentar “famílias” que não a possuem, contexto no qual o movimento entra politicamente. (CADERNO 1, p.12-13, 2006)

Dessa forma, o ritual de ocupação é político. Segue orientações da base do MST estabelecidas em muitas reuniões e uma delas, por exemplo, é a organização de numerosas “famílias” para poder pressionar o Estado e fortalecer o movimento de ocupação. Os bens materiais quase não existem para as “famílias” que ocupam as terras, pois a orientação é ter apenas o básico para o dia a dia, ou seja, colchão, lona e panela. No Caderno 1 de Direitos Humanos, uma publicação do Movimento, a ocupação é “(...) uma manifestação política dos trabalhadores que se concretiza na entrada de um imóvel rural para pressionar o governo a desapropriar a área e assentar “famílias” sem terras, sendo o proprietário indenizado.” (CADERNO 1, p. 11, 2006). O processo de ocupação, em sua raiz, é uma luta contra o Estado, entretanto, quando passa a ser um ritual jurídico, a luta é contra o proprietário, como é o caso do Acampamento Chico Mendes. No mesmo caderno, fica claro que o que se questiona para ocupar um imóvel rural não é a legalidade do registro das terras em cartórios, mas a função social que elas deveriam promover como empregar trabalhadores com direitos trabalhistas e respeitar o meio ambiente.

A ocupação como ritual é uma pragmática do lema “Terra não se ganha, se conquista” (MST), pois todo o aparato jurídico na história fundiária nacional não atende à demanda ligada à necessidade de inúmeros Severinos e Severinas que caminham pelo Brasil em busca de sobrevivência pelo trabalho com a terra. O olhar ofuscado para as questões sociais de trabalhadores rurais é o que impulsiona a organização social e política dentro do movimento dos trabalhadores. Nesse momento, o ritual de ocupação é considerado uma ação

⁵⁰ O texto do Art. 184 diz: “Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei”.

social política de enfrentamento e pressão, a qual cria fatos sociais, notícias e visibilidade e põe em evidência a reforma agrária como uma necessidade. Com base na teoria de Victor Turner, é possível pensar o ritual de ocupação como uma forma de negar e de confrontar a estrutura dominante, abrindo, assim, um momento de “liminaridade”, ou seja, antes do ritual de ocupação, os grupos familiares passaram por uma preparação, estratégia de organização a partir de reuniões e assembleias em um espaço que também vive na “liminaridade” temporal. A ocupação faz surgir um novo “tempo”, “momento situado dentro e fora do tempo” (TURNER, 2013, p. 98), dentro do acampamento que pode ser entendido como uma antiestrutura, oposta às estruturas dominantes. Portanto o ato de ocupar, além de ser uma ação prática, é também simbólica, pois comunica a mensagem de que aquela terra ocupada é a terra a ser conquistada. Nesse acontecimento, a espera e a resistência são ingredientes fundamentais para a conquista envolvida e experienciada na espera dentro de uma densidade temporal.

A luta pela terra é revestida de uma forte comunicação simbólica, pois a ocupação é a ação apoiada por uma “ideia-força” (CHAVES, 2002) dos lemas construídos ao longo da história do MST, o mais resistente dos movimentos de luta. Para contextualizar melhor esse argumento, será necessário trazer uma síntese histórica do MST cujos lemas são mudados de acordo com o cenário político em relação à reforma agrária. O movimento foi criado de maneira formal em 1984; em 1985 aconteceu o I Congresso Nacional do MST, no qual definiram os lemas “Terra não se ganha, se conquista.” e “Ocupação é a única solução.”. Na sequência, como estratégia organizativa do movimento, outros lemas surgiram como “Ocupar, Resistir, Produzir.” e “Reforma agrária, essa luta é nossa.”. É interessante verificar que os lemas mostram uma trajetória do próprio movimento e mantêm uma sequência de ações que resultarão na resistência em uma situação de entre-lugar. Ao mesmo tempo, convocam todos os integrantes do movimento para se incluírem nos processos necessários para a conquista da terra. A fim de atingir ainda mais o impacto gerado pelas ocupações e evidenciar as reivindicações do MST, observa-se que durante o III Congresso Nacional, em 1995, o lema passa a ter maior abrangência persuasiva: “Reforma agrária, uma luta de todos.”. Além da consolidação do movimento ao longo de sua história, ele também almeja a legitimação quando convoca “todos” para se inserirem em uma nova proposta de desenvolvimento econômico e social (CHAVES, 2002;

CALDART, 2001). Nesse caminhar de tantos Severinos e Severinas na luta, torna-se perceptível que a ocupação é o primeiro passo de visibilidade para a conquista e um ato político necessário e imprescindível para a concretização da reforma agrária. O ritual de ocupação está no mesmo campo de significado do “ritual político” discutido por Peirano.

Esse ritual faz surgir um “novo tempo” situado fora e dentro do “tempo” experimentado pelo grupo social depois de instalado o espaço de acampamento. Durante a experiência etnográfica nos dois Acampamentos do MST, a observação de como o tempo surge como experiência passou a ser um ponto sensível, mudando algumas certezas iniciais e criando alguns questionamentos concomitantes à etnografia. Decorre daí que, se a etnografia aconteceu em dois acampamentos, pode-se sugerir uma comparação entre eles por apresentarem experiências de ocupação diferentes, mas não é objetivo desta tese fazer análises comparativas. Estar nos dois espaços de acampamentos foi acontecendo de forma não planejada. Como já foi descrito, antes da pesquisa de campo, os rastros dos “brasiguaios” eram o que impulsionava a busca, e isso propiciou o contato com duas possibilidades/realidades; entretanto um acampamento não anula o outro. Em muitos aspectos se assemelham e em outros não. Isso não define que devam ser comparados, pois um completa o outro dentro da análise.

No caso do Acampamento Sebastião Camargo, a terra ocupada pelas Severinas e pelos Severinos não é a que eles possuem intenção de conquistar. Embora o ritual de entrada não tenha sido uma ocupação de acordo com os rituais praticados pelo MST, os sem-terra vivem um momento de espera de forma densa, transitando entre campo e cidade, criando animais como galinhas, porcos e bovinos e organizando seus espaços com a construção de “barracos de lona”. Esse grupo de trabalhadores vive uma “liminaridade” que promove sentimento de estar à margem da estrutura social dominante. O sentimento de “liminaridade” não se deu em relação ao espaço, mas em relação ao “ser” no mundo. Nos livros discussões e pesquisas acadêmicas, é muito comum associar a ocupação ao espaço desejado, mas o Acampamento Sebastião Camargo ocupa um pequeno espaço cedido pelo ITEPA, devido a uma demanda de procura pelo MST, como dito em capítulo anterior. Essa cessão de terra é um elemento destoante das práticas usuais durante a ocupação de áreas desejadas.

Apesar de o nascimento do acampamento Sebastião Camargo não ter sido resultado de uma ocupação submetida ao interesse pela terra, as Severinas e os Severinos do Acampamento Sebastião Camargo tiveram, sim, a experiência de ocupação, em outro lugar próximo, quando foram até a fazenda Santa Maria⁵¹, localizada no município de Santa Terezinha de Itaipu. Esse é o momento de experiência dos acampados envolvendo a ocupação, não do espaço onde vivem atualmente, mas de outro que apresentava irregularidades fundiárias.

Dorothy Severina conta um pouco da experiência de sua participação na ocupação da Fazenda Santa Maria:

Eu fui! Eu fui lá e tem mais essa também! Nós fomos pra Santa Maria, nós saímos daqui e eu acho que era umas três mil famílias, que nós saímos daqui! Tava chegando já, porque nós fomos aqui por dentro, chegaram lá pelos fundos, chegaram em Santa Maria, os caminhão ainda tava aqui dentro, saindo ainda daqui ainda na BR, fechada! Saímos daqui às duas horas da manhã, às sete horas da manhã tava chegando lá e os caminhão tava saindo daqui ainda. De tanta gente que tinha, Mas no final de conta, depois na hora lá, na luta mesmo, se foi... Foi dum jeito que a gente nunca mais esquece, né? Quando nós chegamos lá, tudo feliz a gente falou, agora sim tamo num lugar limpo, que vai ser nosso, né? **Um lugar muito bonito, bastante terra. Falei, ah! Agora nós podemos plantar...**(Entrevista concedida em 15/10/2018)

Seguindo um ritual clássico do Movimento MST, a quantidade de “famílias” é importante para causar a pressão política e, ao mesmo tempo, transformar o ritual de ocupação em um fato. Muitas “famílias” participaram desse ato político. A fazenda ocupada estava com problemas judiciais, pois entrara nas investigações da Operação Lava Jato⁵². O prefeito do município fora citado nos depoimentos. Isso causou uma pressão política para o despejo dos acampados, ocorrido depois de dois meses de ocupação. As “famílias” retornam ao Acampamento Sebastião Camargo e, por causa da violência da ação de

⁵¹ A fazenda Santa Maria, localizada no município de Santa Terezinha do Iguaçu, foi ocupada em março de 2016. Na ocasião, pertencia aos irmãos Licínio de Oliveira Machado Filho, presidente da Etesco, e Sérgio Luiz Cabral de Oliveira Machado, ex-presidente da Transpetro, ambos envolvidos no desvio de dinheiro público na Petrobrás, citados nas delações do doleiro Alberto Youssef e do lobista Fernando Moura, durante as investigações da Operação Lava Jato. Algumas famílias que estavam acampadas no Acampamento Sebastião Camargo ocuparam a fazenda esperando uma negociação do Incra, já que havia irregularidades na propriedade. No dia 18 de maio de 2016, houve o despejo das famílias com a presença de policiais e bastante violência.

⁵² A Operação Lava Jato se constitui por conjunto de investigações pela Polícia Federal, iniciada em 17 de março de 2014, com o objetivo de apurar um esquema de lavagem de dinheiro. O nome Lava Jato surgiu por fazer referência a uma rede de lavanderias e um posto de combustíveis de Brasília usados para movimentar o dinheiro ilícito.

despejo , muitas abandonaram o MST. Se o ritual de ocupação simboliza uma pressão diante do Estado e das estruturas dominantes, o despejo é um ato com objetivos de tensão, violência e enfraquecimento do movimento social. Para muitas Severinas e Severinos, é o contrário. O despejo fortalece o vínculo deles com a luta. É o momento no qual o grupo reestabelece força para continuar lutando, e os mais resistentes persistem almejando a conquista.

No Acampamento Chico Mendes, o ritual de ocupação passou por um processo diferente, pois as “famílias” que ocuparam as terras tinham o objetivo de consegui-las na divisão de “lotes”. Das conversas paralelas e das entrevistas, observei que alguns deles vivem há quinze anos no acampamento, desde a ocupação até o momento atual, e aí permanecem com o objetivo de conseguir regularizar a situação e “parcelar”⁵³ a fazenda onde estão acampados. Muitas “famílias”, porém, seguiram outros caminhos em outros lugares. Nessa movimentação, o acampamento foi criando significados.

A melhor forma de apresentar os elementos que compuseram o ritual de ocupação é partir das memórias de Severinas e Severinos participantes desse fato social que marcou o nascimento do Acampamento Chico Mendes. Conversei com os moradores mais antigos que retornaram do Paraguai e entraram no movimento como alternativa para dar significado e continuidade ao desejo de ser trabalhador do campo. De arrendatários no Paraná, passaram a arrendatários no Paraguai e, posteriormente, acampados no Brasil.

O momento de análise requer uma síntese da história de vida de João Pedro Severino, um senhor que, na juventude, morou no Paraguai, onde se casou pela primeira vez e teve filhos. Retornou ao Brasil no ano de 2004, indo para o município de Diamante do Oeste, cidade próxima a Foz do Iguaçu, residir no Acampamento Roselito, que era formado por muitas “famílias” consideradas “brasiguaias” por terem vivido no Paraguai. No dia 30 de julho do mesmo ano, foi realizada uma assembleia com os moradores da “comunidade” cuja pauta era a possível ocupação da Fazenda Boito. Apoiadas por decisão coletiva tomada no dia 31 de julho, chegaram as primeiras “famílias” à área de ocupação (ANDRADE, 2008).

Nesse processo narrativo, surgem as vozes dos atores participantes do ritual de ocupação. Na sequência, é necessário interpretar essa participação

⁵³ Parcelar é o nome dado ao ato de dividir a área ocupada em lotes, normalmente uma ação do Incra.

e o alcance dela ao longo do tempo que, no caso desse acampamento, fez aniversário de quinze anos em 2019. O narrador Tomás Severino soube do MST por uma rádio, quando ainda morava no Paraguai. Devido às dificuldades que encontrara para manter o sustento de sete filhos, resolveu, com sua esposa, lutar por uma parcela de terra no Brasil.

A mulher escutou no rádio. Ela escutou no rádio lá em casa. Eu tava fazendo uma cerca pro meu patrão, eu e o irmão dela, daí ela falou pra mim “Vai lá olhar aqueles SemTerra, lá”, eu falei: “**Eu não vou mulher, nós temos tudo documento do Paraguai**, tudo, aí eu ter que arrumar tudo aqui de novo, Deus o livre!”, falei “Não vou!” Ela ficou “Vai!, Vai! Vai!”, daí eu garrei e vim. Pegamos um acolchoado, dois travesseiro, duas muda de roupa, uma bota e ponhei naquela bolsa e me mandei. Eu ajudei a ocupar aqui. (Entrevista concedida em 17/04/2019)

Uma característica que marca o ritual de ocupação é a bagagem mínima. Quando ocupam um espaço, as “famílias” trazem o mínimo de bens materiais, atitude que simboliza a provisoriedade e demonstra que os integrantes do movimento são despossuídos de bens materiais. A princípio, quando ingressam no MST, as Severinas e os Severinos acreditam em “ganhar uma terra”. Durante a permanência e a convivência com o movimento, eles vão formando uma visão ideológica sobre a situação fundiária no Brasil e sentem-se parte dos processos históricos a partir da união popular que lhes dá visibilidade política.

O ritual de ocupação se concretiza no ato, mas depende de organização prévia para o deslocamento das “famílias”. Os relatos e o planejamento, nesse meio, adquirem relevância ao motivar os atores do rito a concretizarem a ocupação. O ritual envolve dois tempos importantes: o primeiro é o engajamento assumido a partir dos discursos persuasivos, e o segundo é o ato em si com suas normas e determinações a seguir. Será nesse contexto que as histórias individuais vão criando significados na memória coletiva. Na preparação para que a decisão de ocupar seja concluída, reuniões e assembleias são realizadas, como lembra João Pedro Severino:

Aí cheguei lá (refere-se à Diamante do Oeste) tinha umas vinte família, quando eu cheguei começou a vim toda semana três, quatro, cinco, seis, dez mudança e aí foi enchendo, foi enchendo. Daí nós foi pra Curitiba, numa reunião lá no Incra, eles pediram pra ir, foi uma turma, foi ônibus cheio, sei que nós fiquemos três dia lá e voltemos. Eles falaram “Ó, vai ter que ocupar uma terra aí que tá vazia e nós vai ter que ocupar”. Eu num sabia de nada disso daí, a gente num era acostumado, né? Aí naquele meio de tempo eu fiquei três mês. Passou um pouco de três mês morando lá. Eu sei que nós tava com setecentas família, já nesse acampamento. Tinha uma comunidade e fechou tudo a comunidade assim de acampamento aqui. Aí eles fizeram lá os negócio deles, as reunião, tudo, direito tudo, aí nós viemos pra cá. Um

dia frio!! Frio, frio, frio, caiu até neve naquele dia! Uns voltou, otros ficou e daí ficuemo aqui. Encheu de gente aqui dentro. daí vem direto pra cá. **Isso aí foi em 2004 e nós tamo até hoje aí. Até hoje nós tamo aqui** (Silêncio). (Entrevista concedida em 15/05/2019)

A entrevista com João Pedro Severino aconteceu alguns meses antes do aniversário de quinze anos do acampamento, em 2019. Hoje, esse senhor de quase setenta anos é uma memória viva da ocupação e materializa o lema “Ocupar, resistir, produzir.”, palavras que incorporam a resistência como ato necessário para a espera em um “tempo denso”. Evidencia-se no relato de João Pedro Severino que várias reuniões foram feitas antes da ocupação e, a partir de discussões coletivas, a decisão de ocupar se materializa. Ao mesmo tempo, Severino, implicitamente, diz que ainda não se sentia parte do movimento, quando se refere a “eles” que fizeram o “negócio deles”. Ressalto esse detalhe porque defendo a ideia de que o ritual de ocupação assume grande importância para o engajamento político em defesa da reforma agrária. Quando participa da luta em um ritual de ocupação, o trabalhador se descobre como mais um sem-terra envolvido em um grupo social com objetivos comuns.

Nesse sentido, o ritual de ocupação, além de pretender algo prático, construído pela linguagem e dirigido aos participantes, reestrutura e integra a forma de pensar a reforma agrária e motiva o engajamento ao movimento social, porque aguça as emoções de cada membro da “comunidade” organizada. Aqueles que ingressam em um acampamento sem passar pela experiência da ocupação ou do despejo apresentam um distanciamento, uma negação do caráter simbólico de carregar a denominação “Sem Terra”.

Outro aspecto importante inserido no discurso de motivação para ocupar um imóvel rural é a esperança de que aquele espaço, futuramente, poderá ser dividido entre os membros do acampamento. Tomás Severino, retornado do Paraguai, hoje vive no acampamento após ter passado pelo ritual de ocupação em 2004. Segundo ele,

Vimos acampar no acampamento Roselito, no município de Diamante do Oeste, daí de lá se mudemos em cima da fazenda aqui. Porque o Movimento descobriu que essa fazenda tinha terra sem documento, daí nós viemos ocupar aqui. **E tamo até hoje, quinze anos vai fazer.** (Entrevista concedida em 17/04/2019)

A casa de Tomás Severino foi uma das que eu mais visitei durante a pesquisa. Ele havia adoecido e perdido alguns movimentos e habilidade de fala. Algumas vezes o acompanhei até Matelândia para consulta médica, já que a mobilidade da zona rural à cidade vizinha é complicada para as “famílias”

moradoras no acampamento. Nesse momento, além de querer ajudar de forma prática, também construía laços afetivos com a família que sempre foi muito receptiva. A impossibilidade de trabalhar frustrava muito Tomás Severino, pois produzir fazia parte do significado da permanência no espaço depois do ritual de ocupação, fazendo valer o lema “Ocupar, resistir, produzir.”. Com as sequelas do acidente vascular cerebral, o plantio e a colheita ficaram atrasados, algo preocupante para a família e, nas poucas palavras balbuciadas por Severino, a ideia principal era de que a roça estava meio abandonada por causa da doença dele.

Os rituais de ocupação nos dois acampamentos, como se observa, são atos políticos que impulsionam uma produção coletiva do desejo por um parcelamento de terra. A ocupação entendida como um ritual, além de dar uma identificação social aos trabalhadores participantes, também reafirma suas convicções e seus pertencimentos ao movimento social, e a busca esperançosa de serem assentados passa por um novo processo, agora de caráter jurídico. Portanto, no “tempo denso”, além da ocupação, muitas estratégias de permanência são construídas após a inauguração da espera.

Retomando Van Gennep e fechando a seção, é possível entender que, ao passar pelo rito de ocupação, os trabalhadores rurais retornados entram em uma condição de “liminaridade”, mas haverá sempre novos liminares a atravessar. Há um contínuo desagregar-se e reconstituir-se que implica uma nova passagem quando o assentamento e/ou o despejo acontecerem. A história das Severinas e dos Severinos é composta por passagens de uma posição social a outra por meio de ritos construídos coletivamente dentro de um tempo e de um espaço. A trajetória deles caracteriza-se, portanto, na necessidade de movimentar-se organizando os valores, os interesses e os ideias. Manter-se nessa “liminaridade” é a própria resistência revestida de espera.

3.3 O TEMPO (D) “ESSAS COISAS ASSIM DE ACAMPAMENTO”

A trajetória das Severinas e das Severinos Acampados encontra um caminho que os leva à luta pela sobrevivência de uma maneira diferente daquela que experimentaram no Paraguai. Após a ocupação do espaço e a inserção no MST, surgem novas estratégias e relações. Diante disso, não poderia desconsiderar a reflexão sobre a reforma agrária e as concepções do MST, pois

os retornados passam a fazer parte dessa realidade política que reflete na maneira de eles viverem, organizarem-se no grupo e inserirem-se na constante reivindicação pelo direito de ter o seu trabalho vinculado a terra. A relação entre os Severinos e o MST é estendida de acordo com o tempo de existência de cada acampamento e das estratégias coletivas experienciadas, enquanto a espera se materializa com densidade.

A chegada deles aos acampamentos pode ser considerada um momento de ruptura com o que eles eram antes dela. Isso acontece com os retornados cujas experiências vividas no Paraguai estão guardadas no baú de memórias e cujo retorno passa a fazer parte de uma nova forma de se relacionar socialmente, pois a organização no acampamento requer o respeito às normas de convivência que, de certa forma, é coletiva. Há uma organização própria para que cada “família” cumpra a sua função dentro de um projeto coletivo. No Acampamento Sebastião Camargo, há atividades destinadas à participação dos membros da “família” após estarem eles inseridos no espaço coletivo. Nas entrevistas e nas conversas, foi muito comum os acampados mencionarem a existência de escala de quatro horas por pessoa para cuidar da entrada do acampamento, seguindo um cronograma definido pela coletividade. Isso já não era mais uma prática utilizada no Acampamento Chico Mendes, pois a longa duração do acampamento causou um afrouxamento de algumas regras.

Ser membro do MST e, conseqüentemente, do acampamento depende de critérios que, segundo Iraci Salete Severina, são básicos e baseados no perfil da pessoa que se inscreve com o pedido de entrada. Severina explica que, como o Movimento é bastante perseguido politicamente, qualquer pessoa que tenha problemas com a justiça por atos ilegais pode ser uma ameaça e gerar acusações que prejudiquem a imagem do Acampamento. Outro quesito que garante a permanência de um novo ou de antigo morador nesse espaço é o comportamento respeitoso às normas disciplinares. Não se admite, por exemplo, violência doméstica, violência sexual (abuso infantil, pedofilia). Há o grupo disciplinar que pode ser acionado se ocorrerem esses casos. Tais normas são para a convivência pacífica de todos.

Também há o que eles chamam de disciplina, o que pode ser descrito como normas de convivência entre as “famílias”. Essa estratégia disciplinar só acontece porque há uma divisão em “grupos de família”, conforme explicou Iraci Salete Severina sobre a organização das “famílias” no acampamento.

Aqui no acampamento temos nove grupos de família, que cada grupo de família tem de sete a doze pessoas no grupo de família. E daí o que que é distribuído? Cada uma dessas famílias, componente desse grupo, tem uma responsabilidade. Tem uma responsabilidade que ele vai atingir essa equipe, ou ele é da educação, ou é de higiene, ou de saúde, assim por diante. É infra, por exemplo, arrumar a luz, tem o coletivo da infra que faz, né, que as pessoas não cobram. Cada um tem um trabalho! Que eles não cobram o trabalho, né? Pessoal mesmo é que não tem essas condições de estar pagando tudo, né? Então, cada um se vira pra si o básico no barraco e ainda muita gente se ajuda. Espontaneamente, se ajuda a arrumar o barraco! Mas pra tudo tem a equipe. Então, a gente se organiza como... tem as equipes, né? Tem as equipes. Tem a equipe de saúde, a equipe de educação, tem equipes de higiene, “enes” equipes! Cada um de nós temo uma função e temo uma equipe. Que essa equipe se tem um problema de saúde com você, essa equipe corre atrás. Se tem um problema de educação, corre atrás. E assim vai...É assim que a gente se organiza enquanto acampamento. (Entrevista concedida em 20/11/2018)

Essa estrutura organizacional é uma forma de respeitar as características individuais dos moradores do acampamento e há um número máximo de participantes em cada grupo. Trata-se de um “modelo” do MST seguido em cada acampamento, respeitando as realidades e as peculiaridades de cada local. Há reuniões quinzenais nas quais são discutidos temas referentes ao acampamento local, bem como assuntos do Movimento Nacional. Não participei de nenhuma reunião. Como disse antes, minha aproximação durante a pesquisa etnográfica passou por dificuldades devido ao momento político que o cenário nacional produzia com a campanha eleitoral em 2018. Havia uma leve desconfiança com minha presença dentro do acampamento. Muitos boatos corriam sobre “aquela” que vivia conversando com moradores, gravando entrevistas e frequentando as aulas da escola de EJA.

Foi da persistência e das inúmeras idas ao acampamento que se abriram as possibilidades de perguntar, conversar e entrevistar. Após ter marcado, desmarcado e remarcado um encontro com Berta Severina, foi possível gravar uma entrevista que resultou na narrativa de sua experiência em uma equipe disciplinar e da necessidade de seguir as normas para permanecer no acampamento.

Mas a gente como membro da... eu sou, por exemplo, eu sou dirigente de disciplina do acampamento aqui. Tomo conta dos outros, nesse setor. Então tem mais um companheiro meu aqui que são desse setor da disciplina. Então se acontecer uma coisa assim de briga, discussão aqui e ali, a gente se junta assim uns três, quatro e vai lá e acalma o camarada, conversa com ele e fica tudo de boa de novo, entendeu? Então essas briguinhas a gente acalma. Porque se isso acontecer não tem que ficar, se as pessoas brigarem mais e se estiver algum tipo de violência é até ruim, vão falar que aqui é um lugar de bêbado de baderneiro (Entrevista concedida em 08/10/2018)

Cada grupo é constituído por um homem e uma mulher como coordenadores. É notório que existe uma preocupação em manter a imagem simbólica de “pessoas de bem”, pois os moradores de sítios, fazendas e cidades no entorno do acampamento podem tornar discurso difamatório qualquer problema ou irregularidade que vire notícia ou boato. Há no acampamento o cuidado com a imagem “moral” dos moradores, uma grande necessidade de passar a impressão de que não são violentos, bandidos, baderneiros, invasores ou qualquer outra classificação pejorativa. Eles são discriminados na cidade vizinha que é Santa Terezinha de Itaipu, não são aceitos por alguns moradores do município.

Iraci Salete Severina também comentou que, atualmente, o MST é organizado em brigadas; essas, por sua vez, são divididas por partes envolvendo os Núcleos de Base. Procurando por significados dos termos incomuns para quem é uma “visitante” no acampamento, encontrei no site do MST uma biblioteca disponível. Nela estão publicações de cartilhas e cadernos de estudos que trouxeram informações sobre a organização interna do MST. Além disso, desde 1994, o MST, por detectar uma ausência de comunicação em nível nacional, procurou um “[...] modelo organizativo capaz de repercutir tanto nas estruturas de comando de caráter político, como também nas produtivas e pedagógicas” (GIRIBET BERNAT, 2012, p. 122) na tentativa de articular, no mesmo nível de decisão, todas as “famílias” envolvidas no movimento. Isso resultaria em uma Nova Organicidade.

Na pesquisa de Isaac Giribet Bernat, há uma explicação sobre a Nova Organicidade do MST bem como a abordagem histórica dessa decisão cujas raízes se firmaram no crescimento do número de “famílias” que ingressaram no movimento, sendo necessária, por isso, uma nova estrutura de organização. Dela surgiu um organograma composto por: Núcleo de Base formado por mais ou menos dez “famílias” e coordenado por um homem e uma mulher, é a primeira instância política do movimento e garante a participação contínua das pessoas acampadas. A Brigada é o agrupamento de um conjunto de, aproximadamente, 500 (quinhentas) “famílias” de uma região e pode ser estruturada pela Brigada dos 50, contendo representantes de cada setor, ou seja, espaços de atuação dos acampados, local de planejamento de trabalhos de cada setor (educação, saúde, segurança etc.). É uma demanda provocada pelo crescimento do MST

que necessitava de pessoas com conhecimentos específicos, de acordo a exigência de cada setor.

Não foi possível a minha participação em reuniões, portanto não posso afirmar que, no cotidiano, as decisões são sempre tomadas em conjunto. Apenas das conversas entre as coordenadoras e os outros acampados, ouviam-se deles comentários sobre a reunião ou a assembleia ocorrida. Entretanto percebia que havia uma organização interna, e cada pessoa tinha uma função, por exemplo, na organização dos eventos como almoços e festas.

A organização do espaço do Acampamento Chico Mendes tem algumas diferenças em relação ao Sebastião Camargo, por exemplo, a ausência da guarita de entrada que isenta os moradores da escala familiar. Mas existe a guarita como espaço materializado, uma pequena casinha com o símbolo da bandeira do MST pintado nas paredes de madeira. É a primeira imagem que se vê ao entrar em uma pequena estrada de chão com um cascalho tímido. Apesar da existência física, a entrada é livre. Já no Acampamento Sebastião Camargo há a guarita, a escala e uma cancela improvisada. O controle de entrada feito na guarita é uma espécie de barreira, inclusive como forma de impedir ou avisar um despejo repentino.

Logo depois da ocupação do Acampamento Chico Mendes, segundo contam as Severinas e os Severinos, o cotidiano era diferente, pois cada família tinha seu horário no cronograma para cuidar da guarita. João Pedro Severino, um morador que está lá desde a ocupação do terreno, faz uma síntese das mudanças com o passar dos anos.

Quase quinze anos, vai ficando muito velho o acampamento e cortaram as terra⁵⁴, vai entrando gente e também mudou as lei também, né? Assim, se o cara fizer uma coisa errada, assim, já aconteceu, já aconteceu aqui dentro. Fez coisa errada, tiraram daqui de dentro, aí ele foi e denunciou pra polícia dizendo que o acampamento expulsou ele por causa disso, disso e disso. Então vão ficando assim meio esperto, né? Porque dizem que não existe lei pra tirar uma pessoa mais. Eu ouvi falar que diz que não existe lei pra tirar uma pessoa. E antes não, antes por exemplo se eu brigasse, fizesse uma coisa errada, eles pegava minhas coisa aqui pnhava num caminhão e levava e soltava em qualquer lugar aí, não tinha lugar, porque eu não respeitei aqui dentro. Daí nós tinha guarda, nós tinha contribuição de todo tipo. Por exemplo, eu vinha do serviço da roça, seis hora era a minha guarda, eu ficava até meia noite, daí meia noite eu vinha dormir e entrava outro, ou entrava meia noite e saía às seis horas da manhã. Era assim... Ou eu, ou minha mulher tinha que tirar guarda, ou um filho meu. Ou trocava com outro também, só não podia pagar, né? Mas aí começou um pagar o outro, foi indo e foi mudando. Foi mudando

⁵⁴ Refere-se ao pré-parcelamento dos lotes feito por iniciativa dos acampados e com recursos próprios, sem a presença do Incra.

devagarzinho, né? Ai também entra também muita gente perigoso aqui dentro, sabe? E daí, como que um pai de família, uma mãe de família... eu mesmo fui criado na roça, criei meu filho, tenho sessenta e três ano eu não sei o que é ser preso, até hoje nunca fui preso. **A polícia já veio aqui atrás de nós, mas não porque eu fiz coisa errada. Foi por tá aqui [...]** (Entrevista concedida em 15/05/2019)

João Pedro Severino fala da necessidade de “tirar a guarda”, isso ocupava seis horas do dia das “famílias” escaladas para aquela data, fazendo uma rotatividade até que todas participassem. Por ser um dos moradores mais antigos, um dos primeiros, ele relata que hoje não se organiza mais da forma antiga. A interpretação de João Pedro Severino o leva a entender que, por ser um acampamento muito antigo, já há uma assimilação maior das regras pelos moradores também antigos e que, ao entrarem novos moradores, eles ainda não entendem as normas, provocando, portanto, o afrouxamento delas. Por terem providenciado, com recursos próprios, o parcelamento dos “lotes” com medição técnica e sorteio em assembleia, os moradores têm a sensação de já estarem assentados e começam a se dedicar mais aos “lotes” que ao acampamento, porque possuem uma quantidade de terra capaz de fazer o plantio e a colheita para uma possível comercialização. Além disso, os “lotes” são distantes do acampamento, fazendo com que muitos tenham levado os barracos para lá, a fim de facilitar a mobilidade diária e abrir novos espaços para novas “famílias”. O pré-parcelamento não foi feito pelo Incra, mas seguiu todos os passos necessários e utilizados pelo órgão federal. Esse parcelamento de lotes, feito por eles mesmos, causa um efeito de conquista e mantém a certeza de que conseguirão a terra; portanto o espaço do acampamento fica em segundo plano, e as regras de convivência se modificam.

O tempo exerceu, nesse acampamento, uma força muito significativa, ao mudar regras e comportamentos desde a ocupação. João Pedro Severino, ao retornar do Paraguai, passou por Diamante do Oeste e, posteriormente, seguiu com as outras “famílias” até a Fazenda Boito para o ritual de ocupação. Após a construção dos barracos, narra que trabalhava dentro do acampamento cumprindo as regras, pois era uma exigência organizacional para a convivência coletiva. Como a família dele havia permanecido no Paraguai, retornava quinzenalmente para visitá-la. Ele demorou cerca de um ano para trazer a esposa e os filhos para o Brasil. Além de apontar a ausência da guarita e das escalas de guarda, ele também se refere a outras formas de praticar as regras internas que foram se modificando com o passar do tempo.

Eu fiquei a base de um, não deu um ano. Deu um ano, um ano e pouquinho, se deu. Eu ia fazer um servicinho lá e vinha pra cá, ficava quinze dias aqui. Porque tinha uma regra aqui dentro. Quinze dias você tinha que ficar aqui dentro e quinze dias você podia sair pra trabalhar. Porque aqui tinha que ajudar a organizar aqui dentro, daí quinze dias você ficava por aqui. Plantava, carpia, plantava feijão, arroz, mandioca, plantava essas coisa que dava pra plantar. Tinha um pedacinho que dava pra plantar. E daí ajuda, tirar guarda, **essas coisas, assim de acampamento**. E daí quinze dias você trabalhava pra fora. Quinze dias você tinha que tá aqui dentro de novo. E voltar de novo e ficar aqui. Então daí eu ia pra casa ou ficava trabalhando aqui mesmo, né? Então quando dava certo eu ia pra lá. Acho que ficou um ano, um ano e pouquinho eles ficou lá. Daí eles veio embora pra cá. Daí eu peguei, arrumemos tudo e a gente veio embora. (entrevista concedida em 15/05/2019)

João Pedro Severino descreve uma prática que observei enquanto fazia o levantamento socioeconômico e cultural. Havia algumas habitações fechadas pertencentes a moradores que não ficam a semana toda no acampamento. Eles se deslocam para trabalhar no meio urbano e só ficam no acampamento no final de semana. Pelo que narra João Pedro, esse comportamento não era permitido no início do acampamento. Existiam regras para não se ausentar mais de quinze dias, entretanto, com o tempo, houve uma flexibilização nas regras. Isso pode ser resultado da sensação de segurança nos acampamentos durante os governos Lula/Dilma, informação reiterada nas falas das Severinas e dos Severinos Acampados para os quais a violência no campo diminuiu bastante. Eles se sentiram mais seguros sem as ameaças de despejo após o governo Lula ter assumido a presidência. Com isso, não houve mais a necessidade da guarita, e a regra de ter de permanecer no acampamento durante quinze dias foi afrouxando. Por quinze anos, a ausência de resposta sobre a reforma agrária (desapropriação, parcelamento e assentamento das “famílias”) e de ameaça de despejo fez com que as Severinas e os Severinos ficassem mais confiantes e esperançosos de a reforma agrária se concretizar, mesmo que demorasse. Desenvolveram vínculos com o espaço do acampamento e, passados quinze anos, acreditam que não serão despejados. Contudo, com o resultado da eleição de 2018 para presidente, o retrato de políticas sobre a reforma agrária não atende ao que se conhece como função social da terra, pois as ameaças de despejo retornaram. Contra elas, algumas estratégias de resistências foram lembradas e tomadas como práticas cotidianas, e outras surgiram como alternativa de manutenção da espera.

O Acampamento Chico Mendes apresenta um grupo formado por trabalhadores rurais que passaram por experiências diversificadas. Há “famílias”

que retornaram do Paraguai para ingressar no MST e foram para Diamante do Oeste com o objetivo de reunir um número expressivo de participantes e, posteriormente, ocupar a Fazenda Boito, em 2004, desde então vivem no local ocupado; há também “famílias” vindas depois da ocupação, mas vivem no local há pelo menos uma década; e há “famílias” recém-chegadas. Segundo Jane Júlia Severina, há sempre “famílias” chegando, bem como saindo, desistindo. Muitas pessoas não resistem à espera e desistem do acampamento quando se empregam no meio urbano. O inverso disso também acontece. Muitos dos que vão para o meio urbano, onde não conseguem sobreviver, retornam ao acampamento ainda mais despossuídos de bens materiais. Mas há também aqueles que sempre estiveram no acampamento; embora desempenhem algumas atividades “fora” como meio de sobrevivência, persistem na ideia de reforma agrária e integram-se cada vez mais aos ideais do MST. Hoje, aqueles que construíram seus “barracos de lona” nos “lotes” outrora sorteados, caso haja um despejo inesperado, serão avisados por rojões, pois as habitações ficam distantes do acampamento e espalhadas. Contudo, Jane Júlia Severina não acredita que haja um despejo nos moldes clássicos de violência, pois os despejos serão quase que individualizados e por “lotes” dada a distância entre eles. Mesmo assim, a possibilidade de serem despejados é real, principalmente com a mudança de governo a partir de 2016 e com as medidas ameaçadoras tomadas como política.

Os Acampamentos Chico Mendes e Sebastião Camargo foram sofrendo mudanças, e as perspectivas de reforma agrária estão bastante distantes. Os dois acampamentos tiveram escolas funcionando, mas atualmente estão desativadas por ausência de recursos, o que condiciona as crianças e os jovens em idade escolar a frequentarem escolas no meio urbano no período diurno. Em 2018, havia duas turmas de EJA no Acampamento Sebastião Camargo, mas foram as últimas. No Acampamento Chico Mendes, logo após a ocupação, os moradores criaram a escola itinerante Sementes do Amanhã, mas a desativaram em 2015. Nota-se bastante nostalgia na voz dos moradores mais antigos quando se lembram da escola, e o orgulho de terem iniciado um projeto educativo. Falam dos acampados que se formaram nessa escola e continuaram até a graduação.

Não há templos religiosos nos acampamentos, no entanto pastores visitam esses locais e celebram cultos. Pelos relatos, a presença de pastores é

mais comum que a de padres. Nas conversas, há sempre uma referência de caráter religioso/cristão. Os acampados acreditam que Deus está presente no cotidiano deles e estará nas possíveis conquistas, “se Deus quiser”. A ausência de templo não compromete a religiosidade das Severinas e das Severinos.

No Acampamento Chico Mendes, participei de eventos nos quais houve uma comemoração coletiva. A primeira festa, em celebração à Páscoa, foi dedicada às crianças do acampamento às quais serviram doces, bolos e sucos. Contribuí com a organização e a elaboração de brincadeiras para as crianças. O evento aconteceu em uma tarde de sábado, a partir das 13h30, momento em que observei a participação das mães na realização das atividades. Elas acompanhavam e ajudavam a organizar as crianças. A faixa etária era variada, desde bebês até pré-adolescentes. Nessa festa, Jane Júlia Severina havia viajado e foram as mulheres/mães que providenciaram as comidas e a distribuição de doces às crianças, desempenhando as atribuições do grupo ao qual fazem parte. Não houve a participação masculina no evento, apenas mulheres e crianças, indicando que há uma divisão de tarefas familiares entre homens e mulheres, uma reprodução de papéis sociais comuns fora do movimento. Isso não significa que a discussão de gênero não faça parte da pauta do MST.

A participação feminina no Acampamento Sebastião Camargo, desde 2016, amadureceu o Coletivo Mulheres Guerreiras, grupo composto por acampadas envolvidas na luta pela terra. Elas discutem as políticas da questão agrária situadas historicamente, além de se apropriarem do conceito de gênero⁵⁵. Nesse sentido, as mulheres que formam o coletivo sabem diferenciar uma fazendeira/latifundiária de uma mulher sem-terra. Desenvolvem o entendimento de que uma classe pode concentrar a maior parte da riqueza, sobretudo, a social. Lutar pela igualdade de gênero é também derrubar a hierarquia de poder e questionar a ordem econômica reprodutora de desigualdades que as mulheres, não só elas, sentem no cotidiano do acampamento e na condição de ser sem-terra. Se a vida no acampamento não é fácil, a da mulher no acampamento é bem mais complicada.

⁵⁵ O MST possui a preocupação com a atuação feminina no movimento. Para Ademar Bogo, a discussão sobre gênero é “de responsabilidade política da organização encontrar formas de desbloquear as questões culturais e morais, para tornar a mulher força viva de participação política e social” (BOGO, 2003, p. 12).

No Acampamento Sebastião Camargo, o Coletivo Mulheres Guerreiras desenvolve esse debate durante as reuniões quinzenais, e todos os anos, no dia 8 de março, organiza uma feira no município de São Miguel do Iguaçu. Além disso, desenvolve atividades de lazer e festas. O propósito das discussões entre as acampadas inseridas no grupo é pensar a violência contra a mulher, a saúde feminina e a educação. Há nelas o objetivo de construir, com mais intensidade, a presença das mulheres na luta pela terra em discussões políticas dentro do acampamento e dentro do MST. Esse grupo de mulheres participou da coleta de dados para o levantamento socioeconômico do acampamento em 2020. Foram quinze dias de trabalho indo aos barracos e preenchendo questionários. Um grupo de quatro mulheres, todas do coletivo e algumas com baixa escolaridade, necessitou de orientação mais detalhada, entretanto todas participaram ativamente de todo o processo. Essa união deu significado à resistência e à possibilidade de lutar no momento pandêmico.

São “essas coisas, assim, de acampamento” que elaboram e reelaboram o tempo experienciado em um espaço de “provisoriedade” mantido pelo sonho de conseguir a terra. Enquanto há a espera pela reforma agrária, as Severinas e os Severinos Acampados vão construindo inúmeras formas de manterem-se no movimento social, nisso a persistência e a esperança tomam a cena e elaboram as histórias de vida de cada um e do grupo. Além disso, nas ações de cada um e do próprio grupo, há uma simultaneidade temporal que forma um processo de construção social. Não querendo fechar as possibilidades de análise e reflexão, finalizo recorrendo a Norbert Elias(1988) pela sua adoção de uma característica primordial para se entender o tempo como categoria: “a experiência”. A vida no acampamento, atravessada pelo tempo é, na sua essência, um transbordamento de experiências.

3.4 “TRABALHANDO JÁ É DIFÍCIL, IMAGINA SE PARAR”

Dandara Severina foi quem pronunciou a frase que titula esta seção. De forma análoga, vinculo sua narrativa à de Severino de João Cabral de Melo Neto quando seu narrador diz que “primeiro é preciso achar um trabalho de que se viva”. Dandara Severina é uma senhora de sorriso largo no rosto e enorme receptividade, sempre com café para oferecer e convites para almoço. Aparentemente, ela e o marido, retornados do Paraguai, têm uma vida cheia de

fatura em um contexto rural. Produzem muitas hortaliças, criam porcos e galinhas e nunca lhes falta alimento. Com a renda da aposentadoria dela, conseguem manter uma vida tranquila no acampamento. Após o parcelamento dos “lotes” feito por iniciativa dos acampados, ela e o marido estão em fase de mudança, pois estão construindo uma casa no “lote” onde passam o dia em afazeres entre plantar e colher. Ela concedeu a entrevista, o marido não teve interesse, talvez pela timidez. Dandara Severina morou no Paraguai até adulta e de lá retornou casada e com filhos. Separou-se do primeiro marido e casou-se pela segunda vez. Eles se conheceram no Paraguai, casaram-se, tiveram mais três filhos e, quando retornaram ao Brasil, ingressaram no MST, mas Dandara Severina sempre esteve entre o campo e a cidade, até se aposentar e ficar definitivamente no acampamento. Ela trabalhava de cozinheira em Foz do Iguaçu durante a semana e, nos finais de semana, voltava para o acampamento. O marido ficava sempre no acampamento desempenhando as atividades e cumprindo as obrigações com a comunidade. O sonho dela e do marido sempre foi o de conseguir uma terra para plantar e sobreviver. Severina intensifica o valor do trabalho como tantos outros dos acampamentos.

O trabalho é um tema constante nas falas das Severinas e dos Severinos Acampados. Para eles, viver é inerente ao trabalho. No primeiro momento das análises, o trabalho ficou como pano de fundo nas histórias, depois o “trabalho” se mostrou relevante pela importância dada a ele pelos interlocutores. São duas situações que o envolvem: a primeira é a condição de trabalhador e merecedor da terra, uma referência ao lema do MST “Ocupar, resistir, produzir.”. No imaginário das Severinas e dos Severinos, quanto mais se trabalha mais se garante a permanência no espaço, porque a produção de alimentos materializa o valor do Severino como merecedor da terra; a segunda condição é a de “trabalhar fora”, categoria recorrente para identificar meios de complementar a renda e motivada pela condição econômica das “famílias”, em síntese, um membro da família trabalha no campo, cuidando da plantação, e o outro trabalha na cidade ou nos frigoríficos vizinhos ou em propriedades dos sitiantes vizinhos.

Para entender o valor do trabalho nos acampamentos e nas concepções dos acampados, foi necessário buscar referências que interpretassem as Severinas e os Severinos em uma perspectiva além da lógica econômica, com maior destaque na ordem moral. Para isso, as construções

analíticas de Klaas Woortmann, pesquisador que discute o campesinato com abordagem antropológica no texto *Com parente não se neguceia* (1990), contribuíram para a interpretação do trabalho em contextos de acampamento. Foi possível, então, pensar que o valor da terra para Severinas e Severinos Acampados é moral e não econômico; que a terra é um patrimônio familiar e vai além de ser projetada como uma superfície sobre a qual se trabalha no cotidiano. “Como patrimônio, ou como dádiva, a terra não é simples coisa ou mercadoria” (WOORTMANN, 1990, p.12). O valor econômico da terra pode até ser admitido pelo Severino Acampado, mas não é capaz de organizá-lo inteiramente. O trabalho com a terra, para os moradores do acampamento, é um valor que deverá ser transmitido aos filhos. Isso envolve uma concepção familiar do valor da terra que produzirá a subsistência econômica para a manutenção da família (WOORTMANN, 1990, p 13). Na análise empreendida por Woortmann, a terra é considerada um patrimônio que é responsável pelo fruto do trabalho como garantia do sustento da família e de seus descendentes. O trabalho familiar garante a sobrevivência de todos os integrantes da família e uma unidade na produção, o que permite a socialização e a condição de não trabalhar para outros. Isto é, possuir um “pedaço de terra” significa não ser assalariado, sujeitado ou humilhado. Isso seria aplicado, mas não de forma completa, na realidade dos acampados, pois eles ainda não possuem a terra e circulam entre duas alternativas possíveis para manterem a sobrevivência e a espera, e uma delas é o “trabalhar fora”.

Dilma Severina é uma trabalhadora orgulhosa da relação contínua de experiência com o trabalho. É o seu alimento subjetivo, nunca deixou de trabalhar e sempre morou no campo. Sobre os filhos crescidos, ela informa que dois moram com os pais mesmo depois de adultos, fazem os trabalhos mais pesados, pois o marido dela está com problemas de saúde, e ela já está cansada para serviços pesados.

Eu tenho sessenta e oito anos e o meu alimento é trabalhar! Eu falo pros meus filhos, eu quero até carpir. Eu já carpi muito aqui com o velho, nós dois puxava lenha lá debaixo na cabeça, menina! Eu e ele. Nós sofremos, já. Buscava tudo nas costas, tudo, tudo nas costas. Agora maneirou um pouco porque tem eles que faz pra gente, né? (refere-se aos filhos) Mas era nós dois que fazia! Agora ele adoeceu, coitado! (Entrevista concedida em 04/07/2019)

Na realidade da família de Dilma Severina, o trabalho na terra é feito pelos moradores da casa. Os filhos, nem todos, dão continuidade ao trabalho desenvolvido pelos pais. O vínculo com a terra é manifestado no dia a dia quando

os filhos de Severina plantam, criam animais, colhem e comercializam alguns produtos. Segundo ela, o “lote” sorteado, após ser regularizado, vai ficar para os filhos, e eles darão continuidade. A terra, nesse contexto de fala de Severina, passa a ser o patrimônio da família. A comercialização é a manutenção do triângulo família, trabalho e terra. A ação de comercializar a produção para o mercado pode ser vista como uma forma de “modernização de valores” (WOORTMANN, 1990), mas também obtenção de dinheiro para adquirir mercadorias que não produzem no Acampamento. No caso da família acampada, é uma condição para poder continuar mantendo a plantação “em cima da terra” como um patrimônio familiar, de modo que vender a colheita não é simplesmente uma rendição aos valores capitalistas de produção, mas a impossibilidade de ser independente desse circuito econômico.

O valor do trabalho honrado, para as Severinas e as Severinos Acampados, vai também conduzindo os comportamentos entre eles dentro do acampamento, há o respeito ao “homem trabalhador”. Isso foi observado durante as conversas avulsas e não gravadas. Era comum um Severino se referir a outro Severino como “aquele é trabalhador”. Essa referência ao trabalho para caracterizar aquele que é “do bem”, confiável e merecedor da terra, também era uma relação usada para se autocaracterizar. Produzir na terra é uma forma de resistência às ameaças de despejo.

O trabalho pode ter relação com o significado de uma vida sofrida. Trabalhar bastante é o ponto central do fragmento da narrativa de Dandara Severina. Nele se destaca a necessidade de trabalhar associada ao sofrimento. Ao mesmo tempo em que o trabalho está muito próximo de palavras como luta e sofrimento, também está ligado ao merecimento, pois “nada cai do céu”.

Nossa! Eu começo a tremer por dentro! Esse trajeto que eu fiz aí, meu Deus do Céu! Quanto sofrimento que eu passei, teve dia de eu não aguentar, com aquela barriga chegando na boca e quinze dias da dieta já tinha que trabalhar de novo. (...) Depois que eu aposentei melhorou muito! Só que eu também não aguento ficar parada, eu não aguento vê muita gente parada eu falo assim: **“trabalhando já é difícil, imagina se parar!”**. Nada cai do céu, num senta na escada e espera que não vem, né? (Entrevista concedida em 09/07/2019)

Dandara Severina sempre hesitou entre o trabalho no campo e o trabalho no meio urbano. Isso não a torna menos merecedora do “lote”, pois o que ela fazia no mundo externo ao acampamento, ao trabalhar em outras atividades, não a excluía do mundo rural. Ela circulava entre os modos de vida urbano e rural para manter a vida familiar no acampamento. A história dela se

assemelha a outras histórias ouvidas e gravadas, pois nelas subentende-se que o trabalho é um valor moral para cada Severino e a garantia de serem pessoas confiáveis. Somada a esse valor, há uma história de mais de três décadas repleta de luta e trabalho, uma associação basilar da Vida Severina.

No Acampamento Sebastião Camargo, Olga Severina, uma das moradoras mais antigas, pois já estava na casa onde mora antes de montarem o acampamento, narrou que o responsável da Brigada só a deixou permanecer pela dedicação dela ao trabalho, ou seja, “não tirou a gente porque a gente trabalhou bastante, aí, né? Então, quando eles levaram “minha filha, o gerente dessas Brigadas lá de Cascavel me chamou e falou “a filha da senhora vai para lá e a senhora vai ficar aqui”. Olga Severina não possui inscrição no Incra⁵⁶, entretanto mora na faixa de terra do acampamento com outros acampados inscritos. A situação política dela com o MST é bastante singular. Para ela, é o resultado do próprio esforço e de muito trabalho dedicado ao MST. Sente-se merecedora disso e acredita que será beneficiada por um “pedaço de terra”.

O tema trabalho é frequente nas falas dos entrevistados, quando expressam o valor dado à atividade de plantar, colher e sobreviver; é a subjetividade criada pelo vínculo do Severino com a terra, a família e o trabalho. Trata-se de uma tríade de dependência mútua e interligada bastante presente na sociedade camponesa (WOORTMANN, 1990, p. 23). Isso não significa que as Severinas e os Severinos não possam trabalhar em outras realidades fora do acampamento. Quando o fazem, chamam de “trabalhar fora”⁵⁷.

Nos acampamentos, o que há de mais comum nas “famílias” é essa divisão de trabalho com o “trabalhar fora”. Um membro da família encarrega-se das atividades do campo (alimentar os animais; cuidar da horta e do plantio/colheita no “lote”), enquanto um outro “trabalha fora” (diaristas em propriedades vizinhas, empregada doméstica, auxiliar de produção/serviços gerais na Cooperativa Agroindustrial Lar⁵⁸). A divisão do trabalho entre eles, em

⁵⁶ Olga Severina vive no espaço do acampamento, mas não se inscreveu no Incra para receber uma parcela de terra, caso aconteça um parcelamento. Ela mora como agregada e acredita que sua permanência tem relação com sua história de trabalho realizado quando o ITEPA ainda desenvolvia atividades educativas.

⁵⁷ Expressão utilizada pelos entrevistados para se referirem ao trabalho remunerado, como “diárias”, que envolvem o trabalho braçal em pequenas propriedades na vizinhança, ou na Agroindustrial Lar que possui contrato de trabalho e salário mensal. Segundo os entrevistados, é uma forma de sobrevivência à qual são submetidos enquanto esperam pela terra no acampamento.

⁵⁸ Os Severinos Acampados, devido à situação irregular dos “lotes”, necessitam de uma fonte de renda para a manutenção das necessidades básicas da família, portanto trabalham como

contextos interno e externo ao acampamento, não significa que aconteceu uma quebra de vínculo com a economia baseada na produção do campo; além disso, constitui elementos positivos na economia interna da família para a manutenção do tempo de espera dentro de um acampamento. Estar acampado é como um momento necessário antes do assentamento, mas, quando é estendido por anos, a sobrevivência requer estratégias capazes de mantê-los no acampamento. “Trabalhar fora” não desvincula o Severino Acampado da luta do MST, apenas serve como estratégia de espera para o próximo ritual que será o de assentamento.

No Acampamento Chico Mendes, as “famílias” vivenciam as seguintes situações: casais mais jovens os quais se dividem entre o trabalho externo assalariado e o trabalho interno no acampamento; e casais com um dos membros da família envolvido em algum programa de assistência social ou aposentadoria. Quando um dos membros é aposentado ou recebe algum auxílio acidente/saúde, a dedicação da família é exclusiva para as atividades com a terra. No caso de casais mais jovens, um membro da família possui alguma atividade remunerada fora do espaço rural, normalmente desenvolvida pelo homem da família ou pelos filhos maiores de dezoito anos. Nesse caso, as mulheres mantêm as atividades cotidianas durante a semana e, no final de semana, a família, de maneira coletiva, executa as atividades de roçar, plantar e colher.

Durante o Diagnóstico Socioeconômico feito em 2019 no Acampamento Chico Mendes, os dados apresentaram que 65% da população dos acampados trabalhavam “fora” e 35% não desenvolviam outras atividades, sendo que 22% recebem aposentadoria ou estão inseridos em algum programa de assistência do governo (RELATÓRIO, 2019). No Acampamento Sebastião Camargo, é também recorrente os acampados desenvolverem atividades no meio urbano ou trabalharem por diárias. O diagnóstico foi feito em 2020, em momento de pandemia, fator que pode ter afetado o resultado, mesmo assim 59% da população estava desenvolvendo atividades de trabalho fora do acampamento.

“diaristas”, executam trabalhos braçais de plantio/colheita nos sítios vizinhos e são remunerados por dia sem contrato de trabalho; outras acampadas trabalham no meio urbano como empregada doméstica; também há os que trabalham na Cooperativa Agroindustrial Lar no setor de produção ou em atividades de faxina.

Aqueles que plantam apenas na área coletiva, por não possuírem “lotes” no Acampamento Chico Mendes, comentam sobre as diversas dificuldades encontradas para a manutenção da economia familiar e sobre o resultado de comercialização da produção. Luís Carlos Severino demonstra essa questão com clareza.

E a gente tem que correr atrás porque pra viver de plantação, aí não temos a condição e não temos a terra pra produção que dê pra você sobreviver. Porque um alqueire e meio de terra dá só pra plantar pra criar os bichinho, pra comercializar não tem jeito. Você vai plantar soja, você vai ficar devendo. É muito veneno, é muito caro a semente. Maquinário é caro pra você pagar pra fazer. Você planta milho, pra comercializar também não compensa, porque se você colher duzentos e cinquenta bolsa de milho, vai quase cem bolsa pra pagar a semente e veneno que tem que passar, daí mais cem em serviço de maquinário, vai te sobrar cinquenta bolsa, com cinquenta bolsa você não consegue tirar um pouco pra criação e vender um pouco pra você sobreviver. Então, não tem, então você tem que se virar pra **trabalhar pra fora**. (Entrevista concedida em 18/07/2019)

Luís Carlos Severino entende que a atividade de “trabalho fora” do acampamento não é uma simples escolha, mas uma necessidade imposta pelo momento no qual vive, pois o fato de estar acampado impõe algumas limitações de sobrevivência. Para manterem-se no acampamento, os acampados necessitam diversificar as atividades dentro da “família” sem nunca se esquecerem da resistência no acampamento, uma atitude que eleva o valor da família e da terra. Com o elevado custo de produção, não se arriscam na monocultura, um indicador que define o plantio de alimentos, sobretudo justifica a necessidade de prestar serviços fora do acampamento.

Nos acampamentos Sebastião Camargo e Chico Mendes, o trabalho concentra-se na produção de gêneros agrícolas para o autoconsumo, e os excedentes são trocados entre os vizinhos. Os principais produtos cultivados são: hortaliças, milho e mandioca. Realizam a divisão de pequenas parcelas de terra entre todos os acampados com o objetivo de cultivar alimentos e, em muitos casos, buscar trabalho fora do acampamento para manter o tempo de espera em fase de luta pela terra. Há também a criação de pequenos animais para consumo familiar e raras situações de comercialização de galinhas. Paralelamente a tudo isso, há uma relação colaborativa entre vizinhos para alguns trabalhos e a troca de alimentos cultivados. As trocas são, aparentemente, recorrentes e fazem parte da manutenção de bons relacionamentos entre os vizinhos.

No interior das famílias, a divisão do trabalho está relacionada com o número de pessoas que vivem na moradia. Quando há filhos jovens,

normalmente trabalham fora; quando há apenas dois adultos (mulher/homem), um “trabalha fora” e outro na roça. Esse ponto é importante para ser interpretado, pois esse “trabalhar fora” das Severinas e dos Severinos é uma complementação da economia da família, não por almejar um lugar de trabalho urbano, mas para manter-se acampado. Além disso, os acampados estão “no mundo”, não são isolados dos processos produtivos de um mundo social mais amplo. São estratégias presentes na condição de acampado, pois permitem o trânsito entre o rural e o urbano, sem que se rompa a relação com os ideais do MST.

Se o trabalhador não possui escolaridade para exercer uma atividade no meio urbano, e sua experiência de trabalho está relacionada às atividades no campo, como é o caso de Antônio Severino, ser identificado como um “homem trabalhador” faz grande diferença para conseguir atividades remuneradas conhecidas por “diárias”. Mais uma vez a moral do trabalho possui força argumentativa na realidade do acampado.

Eu trabalho pra fora. Só da roça a gente não se mantém aqui não. Os vizinhos aqui que me conhecem, direto tem serviço, limpeza de aviário, essas coisas assim. Tem uns que pagam o preço bom, mas tem outros que nem quer pagar. Mas eu trabalho igual, quando ganha bem, quando ganha mal também. Que têm uns aí que paga cem real por dia, né? Mas têm uns que não quer pagar e paga oitenta num pau brabo. É como diz o outro: “Ganha o ouro, mas deixa o corol!” (Entrevista concedida 06/06/2019)

A história de Antônio Severino evidencia outro aspecto importante na interpretação do trabalho dentro do acampamento. Existe uma relação dos acampados com os sitiantes vizinhos para os quais trabalham e, na interpretação de Antônio Severino, muitas vezes significa uma relação de exploração devido ao valor das diárias. Há uma imagem de homem trabalhador a ser mantida, e ela faz com que o Severino se submeta a desenvolver atividades para os sitiantes vizinhos. Manter-se na condição de homem trabalhador passa a ser um comportamento recorrente para justificar a permanência como acampado.

As realidades envolvendo as experiências com o trabalho são heterogêneas, e cada Severino narra a própria história. Muitos sempre viveram no meio rural, outros tentaram a manutenção da vida no meio urbano; entretanto, sem êxito, conseguiram entrar no acampamento como última possibilidade de manter o sustento da família e a esperança de conquistar um pedaço terra, como é o caso de Dorothy Severina.

Apesar de eu estar assim nessas lutas assim trabalhando, trabalhei de tudo quanto é coisa, mas hoje eu não me vejo sem estar em uma terra. Porque assim, ter uma terra para mim já não é mais uma necessidade,

já é um sonho entendeu? Apesar de eu morar assim em São Paulo, de eu morar em várias cidades, meu maior sonho é ter um canto assim numa zona rural. Aonde eu posso assim...eu sou assim amante de qualquer tipo de criação, só que não cria assim aqui, porque a gente pode ter assim galinhazinha, eu tenho um porco! Não me vejo, assim, hoje já faz um bom tempo que eu não me vejo mais assim morando numa cidade. (Entrevista concedida em 15/10/2018)

Dorothy Severina é aquela menina que foi para o Paraguai ainda criança e que morava em Itacorá, lugar alagado pela represa de Itaipu. Percorreu muitos caminhos, e o acampamento foi a última alternativa para que conseguisse manter a família, pois é divorciada, cuida de um filho com deficiência cognitiva e é a única responsável por ele. Quando na conversa apareceu o tema de um possível despejo do acampamento, demonstrou a aflição e a falta de perspectiva no futuro, caso perca a única possibilidade de visibilidade social por meio do MST. O que mantém Dorothy Severina à espera de um “pedaço de terra” é o sonho de um dia poder viver e sobreviver daquilo que produz. A vida no acampamento é, portanto, repleta de possibilidades e estratégias na manutenção da resistência, luta e espera em uma densidade temporal que faz da espera um tempo em movimento.

CAPÍTULO IV

4 O DESEJO PELA TERRA E A (RE) SIGNIFICAÇÃO DO TEMPO

*Severino, retirante,
deixe agora que lhe diga:
eu não sei bem a resposta
da pergunta que fazia,
se não vale mais saltar
fora da ponte e da vida
nem conheço essa resposta,
se quer mesmo que lhe diga
é difícil defender,
só com palavras, a vida,
ainda mais quando ela é
esta que vê, severina
mas se responder não pude
à pergunta que fazia,
ela, a vida, a respondeu
com sua presença viva.*

*E não há melhor resposta
que o espetáculo da vida:
vê-la desfiar seu fio,
que também se chama vida,
ver a fábrica que ela mesma,
teimosamente, se fabrica,
vê-la brotar como há pouco
em nova vida explodida
mesmo quando é assim pequena
a explosão, como a ocorrida
como a de há pouco, franzina
mesmo quando é a explosão
de uma vida Severina*

(Morte e Vida Severina – João Cabral de Melo Neto)

A realidade das Severinas e dos Severinos Acampados é transitória quando avaliada a partir dos processos históricos existentes em torno do acesso a terra, pois, a partir do sucesso ou da derrota, a situação do grupo sofre mudanças. A cotidianidade dos acampamentos encontra-se em situação de “liminaridade”, entre a perspectiva anterior de uma passagem de um momento social/temporal para outro. A existência de um acampamento do MST é inscrita nessa relação significativa entre rito e passagem, que torna a “liminaridade” constante. É sobre o estado transitório e ao mesmo tempo permanente que trato neste capítulo. Os acampamentos estudados permanecem no estado de “liminaridade”, enquanto elaboram e reelaboram as formas densas em uma situação de espera.

O capítulo trará três seções ligadas às ações do tempo que modificam e reelaboram as formas de pensar sobre as experiências ressignificadas no passado e as aspirações no tempo que virá.

A primeira seção buscará as narrativas de experiências em situações de despejo em tempos passados e os novos caminhos seguidos pelos acampados para se manterem no espaço em conjunturas políticas atuais. Na segunda seção, abordo a manutenção do desejo pela terra na realidade de vida familiar e a integração dos filhos com a luta do MST, pressionadas pelo desejo de titularidade das terras em contraposição ao pensamento simbólico de terra como herança imaterial. Na terceira seção, apresento a contingência de acesso a terra e as dificuldades para sobreviver no meio urbano, pois muitas coisas mudam, na concepção dos Severinos e das Severinas, menos o desejo pela terra.

4.1 TEMPO DE EXPERIÊNCIA CONTRA O DESPEJO NO PASSADO E NO PRESENTE

A Vida Severina dos Acampados possui muitas experiências compostas pela violência. Tanto o Acampamento Sebastião Camargo quanto o Chico Mendes passaram pela experiência do despejo e de constantes ameaças de despejo. A ocupação precede o despejo, quase como uma regra a ser seguida como estratégia de repressão. Comentando essa ordem cronológica, emerge a ideia da naturalização do despejo, ou seja, todo acampado sabe que pode ser despejado.

No MST, há uma quantidade significativa de trabalhadores rurais que não aceitam o caminho de viver nas periferias pobres nos centros urbanos e também não concordam com o modelo agrário/exportador executado pelos latifúndios. Em consequência desse posicionamento político, esses trabalhadores são estigmatizados. Soma-se a isso, o poder do Estado, muitas vezes aliado a setores conservadores, emprega a violência juntamente com formas invisíveis de poder simbólico, produzindo princípios de legitimidade que criminalizam e estigmatizam os sem-terra. Entende-se o Estado como aquele que detém o monopólio de violência física e simbólica, como definiu Bourdieu a partir de Weber.

O aparato jurídico pertence a uma sociedade com leis equivalentes a armas com as quais preserva privilégios e materializa a opressão da classe de trabalhadores que defendem a reforma agrária. Além disso, existe um forte empenho em legitimar as ações violentas, construindo subjetividades que aceitam a discriminação do grupo social composto por trabalhadores sem-terra, o que se pode chamar de opinião pública. Cria-se o estigma de “terroristas”, “invasores” atribuído ao sem-terra, isto é, aquele que, ao invés de trabalhar para “comprar” sua terra, precisa “invadir” a propriedade privada de outro para “ganhar” a terra. É o pensamento que liga o trabalho à virtude.

Em sua trajetória histórica, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra define, como uma de suas estratégias de luta, as ocupações de terras e posterior formação de acampamentos. Ações que dão visibilidade à luta transformando-a em fato social, o que legitima o MST e seus objetivos. Essa é a pressão que o movimento pratica contra os órgãos responsáveis pela política agrária no Brasil cuja meta deveria ser a democratização do acesso a terra, mas encontra sempre uma força contrária aos ideais de divisão de latifúndios, o que resulta em despejos acompanhados pela violência.

Ao longo do percurso do MST, muitos fatos marcaram a história do movimento social como o Massacre de Corumbiara⁵⁹, ocorrido em Rondônia no ano de 1995, que causou a morte de uma criança e de onze trabalhadores pela polícia; e o Massacre do Eldorado dos Carajás, ocorrido na rodovia estadual PA 150, estado do Pará, em 1996. Os dois massacres ficaram impunes, mas insuficientes para o enfraquecimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ao serem transformados em fatos políticos com significado de resistência. A experiência da maioria dos acampados, quando participam de um conflito com violência policial, os vincula mais à luta pela terra e aos ideais de reforma agrária debatidos dentro do MST.

A violência no campo também foi uma estratégia do Estado e das milícias no Paraná. Sebastião Camargo, nome de um dos acampamentos, era trabalhador rural, foi assassinado aos 65 anos durante um despejo ilegal da Fazenda Santo Ângelo realizado por uma milícia privada vinculada à UDR (União Democrática Ruralista), no dia 7 de fevereiro de 1998, no município de Marilena,

⁵⁹ Na página da CPT, há detalhes do massacre registrado no capítulo do livro *Corumbiara: caso encerrado*, de João Peres. Disponível em www.cptnacional.org.br/noticias/acervo/massacres-no-campo

noroeste do Paraná. No mesmo despejo, dezessete trabalhadores ficaram feridos. O assassinato de Sebastião Camargo é um exemplo diante de muitos outros praticados no Paraná, todos em situações de despejos. Cito em ordem cronológica: Sétimo Garibaldi (1998), Sebastião da Maia (1999), Eduardo Anghinoni (1999) e Elias Gonçalves Meura (2004)⁶⁰.

As trabalhadoras e os trabalhadores envolvidos nesta pesquisa também tiveram experiências de conflitos e sabem que o despejo é inerente ao acampamento e que a violência pode ou não acontecer. A espera, emparelhada com a luta pela terra, foi caracterizada pela experiência de despejo nos dois acampamentos, fato vinculador da espera no tempo e de suas densidades. Esse tempo vivido envolve narrativas que buscam na memória as diferentes e as semelhantes experiências de Severinas e Severinos Acampados ao experimentarem a contrapartida do Estado, normalmente composta por violência. Nos relatos de cada um, a experiência do despejo estava associada à permanência na luta. Segundo o que foi narrado, aqueles que permanecem ligados ao MST após o despejo são símbolos de resistência e merecedores da terra.

Dialogando com os acampados do Acampamento Sebastião Camargo, veio à tona a experiência de despejo de uma fazenda no município de Santa Terezinha do Iguaçu. As “famílias” que, em 2016, estavam acampadas em São Miguel do Iguaçu, deslocaram-se para a ocupação da Fazenda Santa Maria em março de 2016 e foram despejadas em maio do mesmo ano. As Severinas (os) do Acampamento Sebastião Camargo, quando se lembram do despejo, estão construindo uma narrativa da qual faz surgir a memória coletiva com bastante ênfase; suas conclusões sobre a experiência se diferem, pois cada memória pessoal é um ponto de vista referente à memória coletiva. Dorothy Severina lembra-se dos detalhes mais traumáticos na sua experiência de despejo, considerando a presença da violência dos policiais:

Ai, ali foi uma experiência horrível, foi uma experiência assim, ele falou assim... Eu tava subindo, né, ele disse pra nós, pros piá⁶¹ que tava junto “Vocês põe tudo a mochila no chão e põe a mão para trás”. Eu pensei: eles vão metralhar, né? Daí tava meu filho, tava sobrinha do meu ex-marido, tava minha ex-cunhada, nós tava nuns oito, assim. Aí eu não, porque eu estava com meu filho deficiente, né? Meio que entenderam, aí ele falou: “A senhora fica aí”. Aí eu falei: “Policial você vai matar o meu filho?” Ele não respondeu. Daí eu falei assim: “Se o

⁶⁰ Informações encontradas na página do MST. Disponível em: mst.org.br/2016/12/16/mais-de-18-anos-depois-estado-do-parana-se-retrata-pela-morte-de-trabalhador-rural-sem-terra

⁶¹ Variante Linguística regional paranaense que significa menino, garoto.

senhor vai matar, o senhor me avisa porque daí eu quero virar as costas, eu não quero ver”. Aí ele não respondeu e eu falei assim: “Vai matar eles? Vai fazer que nem fizeram lá com o Camargo?”, que é o Sebastião Camargo, né? (Entrevista concedida em 15/10/2018)

É uma lembrança bastante individual na qual ela ressalta seus medos, suas angústias e seu desespero. Mas a narrativa é composta por outras pessoas que ela cita, é uma descrição de um evento coletivo. Além disso, Doroty estabelece não só um julgamento de valor à experiência, qualificada como “horrível” pela violência sofrida por ela, mas também pelo que lembrou de outros conflitos em outros acampamentos. Esse acontecimento revivido a fez lembrar de outro do qual ela não participou, mas foi construído pela memória coletiva por meio das narrativas que os grupos vão formulando. Todo acampado sabe que o despejo é um acontecimento possível de vivenciar quando o ingresso ao MST acontece. A construção de barracos também adquire sentido quando se pensa em despejo; há uma orientação da organização do MST para que as habitações sejam provisórias antecipando a possibilidade de serem despejados.

Cada Severino assimila as lembranças de despejo de maneira diferente dentro um grupo social que passou pela mesma experiência. Penha Severina fala do mesmo evento descrito pela Dorothy Severina.

Dentro de dois meses, fora de lá de novo! Chegamos aqui, fiquemos, nossa! Foi muito sofrimento! E era ainda num dia chuvoso! Chuva, chuva! E o pessoal com as coisa molhando! Tudo na chuva e os policial escoltando o pessoal daqui.

_Mas foi violento ou não? (Cristina)

_Não, não foi violento por causa de que nós saimo de lá. Se nós tivesse ficado dentro das casa... Por causa de que quando falou que a polícia já tinha entrado por cima na sede, nós tinha saído pra BR. Daí a polícia entrou lá e não encontrou ninguém, mas se eles encontrasse lá nós, seria violento, eles ia bater mesmo! Mas o pessoal já sabia, já! O pessoal que levou nós, porque eles pegaro e sairo tudo, sairo na frente. (Entrevista concedida em 27/11/2018)

Penha Severina salienta o ponto de vista dela sobre a violência dos policiais, diferente do ponto de vista da narrativa de Severina Quinta. A experiência descrita no segundo fragmento mostra que a ação de despejo não gerou trauma como a da anterior. Nesse trecho de entrevista, o sofrimento aparece como característica pós-despejo, quando as “famílias” retornaram ao Acampamento Sebastião Camargo e ficaram juntas em um mesmo espaço, sem suas residências, muitos sem os pertences pessoais e todos sem a terra que almejavam conquistar. Segundo as histórias que as Severinas e os Severinos narraram, todos ficaram no barracão, amontoados e vivendo coletivamente por vários meses, pois, com os barracos destruídos pela ação de despejo, não

conseguiram salvaguardar muitas coisas além de roupas, documentos e painéis. Necessitaram de meses para iniciarem a montagem de novos barracos no local.

O despejo ocorrido em Santa Maria é narrado por Iraci Salete Severina com ênfase na violência e com detalhes próximos às imagens dos arquivos pessoais de alguns acampados e publicados no Relatório feito em 2020. Na ocasião do despejo, a estratégia dos acampados foi fugir até a BR 277. Como relata Iraci, havia poucas pessoas no momento do despejo “surpresa”, pois a maioria estava em atividades de trabalho fora da ocupação.

E como a gente foi para Santa Maria e foi um despejo trágico, não sei se você viu! Se nós não tivesse saído pra BR, nós tinha sido queimado lá dentro, eu não sei o que acontecia. Nós saímos, né, assim que a gente soube veio o batalhão de choque em peso! É uma coisa como se fosse uma guerra! Pra despejar nós! Aí viemos pra BR encontrar eles, eles na BR, ali no portão de Santa Maria. Eles não tavam deixando ninguém entrar, reportagem nenhuma. Eu não sei o que que eles iam fazer com nós ali, não sei qual era a estratégia. Como eles foram surpreendidos com nós tudo na BR, mudou né? O meu filho mais novo foi um que caiu por causa de gás, né? Spray e gás de pimenta! Sete criança desmaiou na beira da BR. Muita bomba de gás, o meu filho foi um que caiu. Muita bomba de gás e pimenta, muita covardia e tinha pouca gente na época. A gente acampou lá com mil e quinhentas pessoas, durante três meses chegou a quase três mil. No dia do despejo como a gente foi pego desprevenido, tinha muita pouca gente. O povo saía trabalhar, né? Trabalhar e se virar, já tava mais tranquilo assim. Foi muito assim, foi do golpe, quando aconteceu o golpe com a Dilma, o despejo veio junto. Então permanecemos na área de fevereiro até maio, até maio quando veio o golpe da Dilma e o brinde foi pra nós. Porque veio o despejo junto! (Entrevista concedida em 20/11/2018)

A interpretação de Iraci Salete Severina baseia-se no argumento referente à força política que se iniciava após o *impeachment* de Dilma Rousseff e àquilo que a fazenda, citada durante a investigação Lava Jato, representava. Além disso, com a mudança de governo, as políticas também mudariam as estratégias, e o despejo passaria a ser uma realidade.

A violência cometida contra as Severinas e os Severinos Acampados não se restringe apenas a agressões física e/ou verbal e mortes que entram em estatísticas. A ordem de despejo nunca será tranquila, pois é um deslocamento forçado não só de um espaço geográfico, mas de um espaço onde se constroem relações entre os vizinhos, do cultivo no quintal, organização da vida dos filhos, reestruturação das mobilidades e o significado dado à possibilidade de ser assentado. A desconstrução do vivido e experienciado é também muito violenta.

O receio do despejo se justificava nas falas das Severinas e dos Severinos Acampados. No ano de 2018, aconteceram 1124 conflitos no campo,

conforme dados do relatório da CPT– Caderno Conflitos no Campo/2018, o que justificava o receio deles sobre os rumos que um novo governo poderia tomar. Com a posse de Jair Bolsonaro, em 2019, o número de conflitos no campo aumentou para 1254, acompanhados de 28 assassinatos, mas ainda não há dados levantados e publicados referentes a 2020, um ano marcado pela pandemia do Covid-19.

Em 2018, durante a etnografia, um dos pontos interessantes nas narrativas das Severinas e dos Severinos do Acampamento Sebastião Camargo é que todos que falaram da ida à Fazenda Santa Maria no ritual de ocupação exaltaram o número expressivo de “famílias”, uma grande romaria, o que traduz uma das estratégias de ocupação do MST. Além disso, tais narrativas de caminhada das “famílias” até a fazenda destacam as lembranças semelhantes entre os membros do mesmo grupo. A forma de interpretar o despejo é um tanto individual, mas juntando as peças forma-se uma coletividade. No caso de Penha Severina, houve um adiantamento de desocupação do barraco; ela não participou de enfrentamento, o que pode estar relacionado com sua experiência de vida e com o envolvimento dela com o MST. Recém-chegada ao acampamento, o despejo não possuía o mesmo significado dado por Dorothy Severina, pois esta tem mais experiência em tais situações por haver morado em acampamento no Mato Grosso antes de retornar ao Paraná. O envolvimento de Doroty com o MST é duradouro, é um ideal, representa um sonho de conseguir uma terra para trabalhar. Isso demonstra que as recordações possuem aspectos tanto pessoais como coletivos e se articulam, entretanto a dimensão social da memória faz dos entrevistados os verdadeiros protagonistas da própria história.

Michael Pollak, em *Memória, história, silêncio* (1989) problematiza a compreensão das memórias coletivas trazendo os trabalhos e as discussões de Maurice Halbwachs e Durkheim. Pollak destaca que ao “definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais” (POLLAK, 1989, p.3), melhor dizendo, a memória é construída entre o aspecto individual e coletivo. Para a memória individual se aproveitar da memória dos outros, não é suficiente a apresentação de testemunhos, pois deve existir uma concordância mútua sobre o que aconteceu. Essas memórias devem ser concebidas em uma mesma base cujos suportes se assentem na memória individual e respeitem as percepções

existentes na memória do grupo e na memória histórica. Será a convivência em um grupo social que construirá a memória não só coletiva, mas a individual também. As memórias são latejantes enquanto as Severinas e os Severinos Acampados vivem na “liminaridade”. Experimentar o tempo de despejo relaciona-se com a experiência vivida e rememorada para elaboração de resistência. Em síntese, o Severino que passa pela experiência de ocupação e despejo desenvolve uma identificação maior com a luta pela terra enquanto espera conquistá-la. É durante a espera que as histórias de um tempo vivido são contadas aos novos integrantes e aos filhos, marcando na memória um fato político utilizado como argumento de visibilidade do MST. Nesse contexto, o lembrar é um ato político de resistência e luta.

Esse “esperar” não significa parar, é um esperar em movimento e, a partir das experiências do grupo, as estratégias de permanência e resistência vão se materializando em ações anteriores e posteriores ao despejo. No Acampamento Chico Mendes, o despejo aconteceu logo após a ocupação, entretanto as estratégias de resistência atingiram êxito, e as Severinas e os Severinos permaneceram no local. Os relatos transcritos são compostos de orgulho por vencer a luta. Enquanto narravam a história acontecida há quinze anos, era possível entender os motivos do vínculo de cada um com aquele “pedaço de chão” e, sobretudo, com o MST. O movimento social, com mais de trinta anos de história, teve expansão e conquistas como resultados das lutas, das resistências e das violências contra lideranças e integrantes do movimento. Essa trajetória faz com que o MST insira na agenda política a questão da reforma agrária, tornando a luta e a resistência o caminho para um tipo de desenvolvimento diferente do agronegócio. Em 2019, completam-se quinze anos, quase a metade da existência do MST, que os acampados do Chico Mendes estão vivendo no mesmo espaço, sobrevivendo às ameaças de despejo intensificadas a partir de 2017. Antes disso, logo depois da ocupação, as Severinas e os Severinos Acampados foram vitoriosos no enfrentamento com a ameaça de despejo.

Sim, naquele tempo o Movimento tinha muita pessoa. Daí veio ali a polícia para tirar nós, mas não chegou ali no acampamento. Ficou, ficou assim, pra lá assim que vai pra Matelândia não tem uns pé de eucalipto?

_Sim. (Cristina)

_Então, lá nós derrubamos eucalipto na estrada e não deixemo eles passar. (Entrevista concedida em 17/04/2019)

Tomás Severino narra a sua experiência de enfrentamento para manter-se acampado. Antecipadamente à chegada da polícia, os acampados fizeram uma barreira na rodovia estadual, PR 597, antes da estrada de pavimentação poliédrica que dá acesso ao Acampamento Chico Mendes. Tomás Severino relatou que, nesse dia, ficou sabendo do despejo por um sitiante vizinho, compadre da proprietária da fazenda, para o qual ele trabalhava como diarista. Com o intuito de resistir ao despejo, Tomás Severino vai até o acampamento e com outros acampados derrubam troncos de eucaliptos que serviram como bloqueio. Durante os quinze anos de acampamento, foi apenas essa a tentativa de despejo envolvendo policiais. Depois disso, só recebem ameaças da proprietária da fazenda e visitas inesperadas de homens desempenhando o papel de “seguranças” da proprietária. Atualmente, o processo de ocupação está na via judicial, um novo caminho que seguem para tentar a Lei de Usucapião, pois o Incra está bastante moroso para definir questões de desapropriações, e a reforma agrária está em segundo plano no contexto político.

A presença feminina foi marcante no episódio de despejo do acampamento Chico Mendes. Nilce Severina relata detalhadamente a presença das mulheres na linha de frente do confronto armado com o aparato repressivo estatal, a organização das mulheres em fila, enfrentando os policiais e tentando sensibilizá-los, ao mesmo tempo em que dissimulavam a fragilidade feminina para impedir o despejo.

Lá nós derrubamo eucalipto e nós sentamo tudo em cima e não passou nenhum. Nós ficuemo tudo lá. E daí ficuemo lá, quinze dia “guardiando” e a polícia veio e aí eu escutei assim... Eu era a “doutora da saúde” deles de acampamento, aí eu tinha setenta e cinco mulher pançuda (grávidas) que eu tava levando e trazendo no médico, leva e traz. **Aí nós temo criança pequena, nós temo, não sei acho que tinha umas duzentos e quarenta criança, assim, tudo assim (aponta para o filho dela de 8 anos), aí nós fizemo a fila.** Ai essa mulher que atendia, eu media a pressão, mulher passa mal, direto a ambulância já tava ali pra levar pra controlar pra lá. Aí tinha setenta e cinco mulher, uma fila; duas fila de criança, outra fila de piá. Daí eu escutei, que naquele tempo **quem mandava em nós era o Seu Luís**, um senhor ele, aí eu escutei, eu tava acompanhando as mulher pançuda na frente, daí eu escutei a polícia, atravessou e chamou aquele senhor lá, assim e daí foram lá, foram lá, eu fui bem na frente, aí a polícia falou assim, um bem grandão, meio velho já, ele falou: “Meu Deus do céu, hoje eu não posso fazer nada, eu não vou fazer nada, olha a situação das criança, a situação dessas senhora”, ele falava assim “Que que nós vamo fazer, nós vamo surrar? Nós não pode!” Ele falou assim. E se retiraram. Foram tudo embora a polícia e limpou tudo aquilo de lá. Em meia hora não via mais nada! Daí eles saiu, saiu tudo, daí o homem falou assim “Hoje nós ganhemo”, aquele homem falou pra nós “Hoje nós ganhemo porque hoje não vai mais acontecer nada!” (refere-se ao dirigente do

MST). Eu falei que escutei tudo, se matar uma mulher pançuda vai pra cadeia, ele falou. A polícia falou gritado, todo mundo escutou. Daí nós ficamos com nosso chefe, lá, mais quinze dia de guarda por aí. Aí todo dia nós só guardiava, mas depois, outro dia nós já tiramos aquele pau que ponhamo lá, né? (Entrevista concedida em 17/04/2019)

A estratégia de colocar as gestantes e as crianças como linha de frente, naquele momento, estancou a ação policial e, segundo o relato, sensibilizou o policial que comandava a ação de despejo. A narrativa de Nilce Severina demonstra também uma hierarquia dentro do MST, quando comenta sobre um senhor chamado Luís como alguém que “mandava” nos demais. É preciso ressaltar que Nilce Severina, embora tenha nascido no Brasil, viveu no Paraguai por muito tempo e tem dificuldades de se expressar em português, talvez, por isso, o uso do verbo mandar possa ter sido mal empregado, ou talvez seja a forma de ela interpretar as hierarquias internas do movimento. A tentativa, real e aparelhada, de despejo aconteceu em 2004, após cenário de violência nos anos anteriores, com massacres pelo país, o que pode ter sido um impeditivo na decisão de repressão policial mais branda, como também pode ser que a barreira de mulheres e crianças tenha sido um implicativo para não gerar o “fato” que costumeiramente mexe com a opinião pública. Quanto mais o Estado ou as milícias privadas reprimem, mais fatos políticos são criados e mais vínculo do acampado com o MST vai sendo construído enquanto a espera pela terra continua de forma diversificada e densa.

Um dos legados dos acampados está relacionado à união de todos de maneira organizada em busca de resistência e conquista. Eles entendem que um MST forte se relaciona com histórias de luta a serem contadas aos filhos e aos novos inscritos. Lembrar dessas histórias é um ato que os torna parte do MST. A experiência de despejo os transforma em trabalhadores rurais militantes mais fortes e legitimados na realidade interna do acampamento. O tempo composto de lembranças vai dando significados à luta e à resistência.

O “estar inserido” na luta e na resistência é uma alternativa para a conquista de cidadania e, sobretudo, os espaços de luta são caminhos possíveis de integrar os trabalhadores rurais acampados aos direitos de grupos sociais dos quais sempre foram excluídos. O acampado protagoniza a própria história enquanto espera. A vida dele no acampamento constitui-se num longo e demorado processo envolvido por várias lutas que deixam as experiências como sementes para germinar novas estratégias de resistência.

As experiências que rondam as construções de significados dos acampados servem como exemplo para o momento político atual. O MST relembra o lema “Ocupar, resistir, produzir.” e acrescenta que essa produção é de alimentos saudáveis, sem veneno. Isso faz com que assentamentos existentes em várias regiões do Brasil produzam toneladas de alimentos orgânicos. Hoje, no entanto, os acampados discutem se devem ou não usar veneno nas plantações, o que muitas vezes se torna um complicador para muitos que precisaram reaprender novas práticas de plantio sem assistência técnica agroecológica disponível nos acampamentos estudados. Durante o levantamento de produção nos dois acampamentos, o de Chico Mendes em 2019 e o de Sebastião Camargo em 2020, ficou claro que muitos acampados recorrem ao uso de defensivos por não saberem fazer de outra forma. Em contrapartida, também há a troca de sementes crioulas entre mulheres que semeiam milho e hortaliças sem veneno algum, apenas usam as práticas de plantio trocadas entre si como experiência.

Não há como dar um único significado à realidade dinâmica do acampamento, visto que uma parcela dos integrantes está mais envolvida com o MST, pelas experiências construídas dentro do movimento, mas há também uma rotatividade constante de famílias. A rotatividade as diferencia dos assentamentos, pois as Severinas e os Severinos Acampados passam pelo parcelamento e Concessão Real de Uso. Depois disso, conseguem assistência de programas de financiamento e regularização do acesso a terra. Mesmo diante de tanta dificuldade, os acampamentos conseguem produzir um volume considerável de alimentos em pequenos espaços de plantio. Em 2020, durante a pandemia, houve doação de alimentos produzidos nos Acampamentos Sebastião Camargo e Chico Mendes para populações em situação de vulnerabilidade durante o isolamento social.

A ação solidária estava ligada à “Campanha Despejo Zero”, lançada dia 23 de julho de 2020, representando a luta pela vida no campo e na cidade durante a crise sanitária no Brasil. A campanha é uma ação nacional e conta com apoio internacional. Seu objetivo é suspender os despejos ou as remoções forçadas durante a pandemia, sejam elas de caráter privado ou público, mesmo se houver respaldo judicial. Nesse cenário pandêmico, o ano de 2020 foi significativo para o MST divulgar a quantidade de alimentos produzidos nos

acampamentos, uma realidade que poucos conhecem, ou até mesmo recusam-se a conhecer.

A ação solidária promove a ideia de a reforma agrária ser a solução para produção de alimentos saudáveis no Brasil, ideário divulgado nos discursos do MST, resultado da sua nova proposta para a Reforma Agrária Popular. Nessa proposta, todas as demandas e todos os esforços para uma produção de alimentos estão ligados às discussões voltadas para a Agroecologia que se apresenta em curva ascendente nos discursos promovidos pelo MST. Essa é a nova perspectiva seguida pelos integrantes nos acampamentos e assentamentos, mesmo que muitas vezes o saber que o acampado recém-chegado possui esbarre em práticas convencionais de plantio. Portanto, além de grande produção de alimentos saudáveis, há também a preocupação em divulgar para os próprios integrantes do movimento a mudança de caminho, ainda que as propostas políticas atuais estejam mais próximas do agronegócio.

Embora o movimento tenha provado que é capaz de produzir toneladas de alimentos saudáveis, o governo Bolsonaro vetou pontos do projeto de Lei 735/2020 que previa pagamento de auxílio emergencial durante a pandemia aos trabalhadores integrantes da agricultura familiar, ao mesmo tempo em que favoreceu grandes produtores rurais ao facilitar-lhes o acesso ao crédito e ao financiamento de dívidas com a Medida Provisória 897/2020, mais conhecida como “Lei do Agro”.

4.2 A HERANÇA DOS ACAMPADOS, O VALOR DA TERRA, DA LUTA E DO MEIO DE VIDA SEVERINA

Discutir a terra como herança requer entender que, além dos bens materiais, há outros tipos de bens que são simbólicos e transmitidos de uma geração a outra. Além disso, é também relevante entender qual o contexto histórico, econômico e institucional que envolve essa transmissão de conhecimentos dentro da realidade de famílias acampadas. A herança pode não ser o título da terra, mas o valor dela como resultado de luta pela reforma agrária.

Na condição de acampados, Severinos e Severinas não podem traçar metas sobre a herança e a sucessão de propriedade, pois ainda não possuem a terra. Mesmo nessa condição, procuram inserir os filhos no ideário do MST e ressaltam o valor da terra e da vida no meio rural como um diferencial daqueles

que vivem na cidade. Na condição de trabalhador rural, eles podem passar formas de ver o mundo para os filhos e estes podem ou não seguir na mesma condição de acampados dos pais. A sucessão, no caso das Severinas e dos Severinos Acampados, está relacionada aos saberes familiares, aos valores, ao conjunto de princípios norteadores da ação e do pensamento em momentos de vivência e experiência.

O ambiente dos acampamentos possibilita que as decisões sejam mais democráticas, pois são sempre pensadas na coletividade. Por exemplo: ter um local reservado para a criação de porcos e afastado dos barracos a fim de evitar o odor exalado dos chiqueiros. Foi uma decisão para o bem-estar de todos, entretanto, se fosse um espaço de assentamento, cada um decidiria onde construir o galinheiro e o chiqueiro na sua parcela de terra. Decidir coletivamente requer posturas democráticas adotadas para melhorar as atitudes de convivência em um espaço único para todos. Essas relações estabelecem o sentido de cooperação, algo que os acampados passam para os filhos.

As entrevistas das Severinas e dos Severinos Acampados demonstraram que deixam como herança para os filhos o ensinamento de que, para conquistar um pedaço de terra, é preciso resistir a situações de desconforto e provisoriedade. As experiências são importantes como um testemunho de engajamento na luta, modo pelo qual as histórias do passado são fontes de valor para os filhos.

Durante a pesquisa etnográfica nos dois Acampamentos do MST, muitos ressaltaram a importância de passar para os filhos as experiências não só latentes na memória, como também as práticas no trabalho e a importância que a terra possui no contexto familiar e cotidiano, ou seja, a posse de um “lote” para plantar e colher assume significado de sobrevivência e vai além do que se possa interpretar; é também a manutenção de luta social e de existência como sujeito histórico marcado por um contexto de luta pela terra. Entretanto, na incerteza de a reforma agrária acontecer, muitos jovens optam por trabalhar no meio urbano para a manutenção e a sobrevivência da família no Acampamento, condição sempre vista como temporária, isto é, até que consigam a terra. Novamente o tempo entra nas expectativas, mas o ato de narrar aparece aqui como uma forma de “estar no mundo”. As práticas de espaço serão passadas às gerações mais jovens dando significado ao ciclo familiar. Essas práticas consistem em saber trabalhar a terra com o plantio e a colheita de feijão, milho,

arroz, batata, mandioca, hortaliças e leguminosas; em um segundo momento, saber viver e sobreviver em um “barraco de lona”, participar das atividades do Movimento MST e valorizar a luta pela terra que será da família.

Diferente do tempo cronológico vivido no meio urbano, há, no cotidiano do Acampamento, um tempo sincronizado com conhecimentos adquiridos ao longo da vida no campo. Mesmo que haja transformações com o passar dos anos, esses saberes acompanham as gerações e se resumem em tempo de plantar, de colher, de preparar a roça e de carpir. Assim o tempo é organizado e também medido pela natureza e se liga às tarefas cotidianas em uma construção cultural presente no espaço habitado. Mas toda essa herança entra em contradição com as dificuldades dos jovens de se manterem nos acampamentos.

Muitas famílias de acampados não conseguem sobreviver apenas daquilo que plantam, pois há a necessidade de bens de consumo produzidos no meio urbano. Uma das maiores empregadoras de jovens acampados é a Agroindustrial Lar, principalmente no Acampamento Chico Mendes. A situação se repete no Acampamento Sebastião Camargo, onde muitos jovens chegam a morar na cidade e retornar apenas no fim de semana para o acampamento. Há casos de jovens que não possuem os mesmos desejos dos pais de permanecerem no campo, pois a incerteza de conseguir terra para trabalhar os desvia da condição de acampados. Sem alternativas, muitos deles migram para o meio urbano em busca de empregos e salários. Penha Severina comenta sobre o caso vivido por sua família.

Devido a falta de recurso, que nem aqui, a média é quatro alqueires e meio. Não sobrevive duas famílias. Não sobrevive! Os jovens crescem e vão fazer o quê na vida? Ele vai querer arrumar uma família! E como ele não sobrevive em cima do que não é do pai, não é que às vezes ele tem vontade de sair, meu filho mesmo, trabalha na cidade, mas ele diz “ Mãe, eu não vou ficar o resto da minha vida trabalhando aqui nessa empresa, eu não vou, eu quero trabalhar pra mim, eu quero trabalhar em cima da terra”, mas ele teve que ir porque a situação obrigou ele ir. Por que ele ia ficar aqui vivendo do quê? Então geralmente acontece isso. A gente não tem como manter todos os jovens. Tem alguns já que ficam, que o pai entrou aqui melhor de situação. Daí já tem uma situação melhor! Trabalha fora, mas mora aqui junto com o pai. Mas a maioria sai devido a isso, devido as condições de sobrevivência. (Entrevista concedida em 27/11/2018)

No Acampamento Sebastião Camargo, por não ser um local que resultou de uma ocupação, há um espaço pequeno para que todos plantem o mínimo para o sustento dos animais (porcos e galinhas) e para o consumo da família, mas não há como viver economicamente do resultado desse trabalho.

Fica difícil manter a tríade “família, trabalho e terra”, quando os jovens buscam alternativas de sobrevivência no meio urbano. Mesmo assim, na fala de Penha Severina, fica explícito que o filho manifesta a vontade de trabalhar com a família no campo, mesmo que, na prática, não se consiga concretizar o sonho da produção familiar por ausência do espaço. É a esperança de que a reforma agrária aconteça que mantém a resistência de permanecer acampado

Estando em um contexto de acampamento, as Severinas e os Severinos vão construindo crenças baseadas em objetivos que consolidem o propósito de uma sobrevivência em família. A resistência em um espaço de acampamento é alimentada pela esperança de que os filhos continuem o projeto de agricultura familiar almejado pelos pais. Iraci Salete Severina fala sobre os valores passados aos filhos.

Se eu não consigo lidar com o “lote”, meu filho quem sabe vai conseguir...e a luta vai continuar, porque ele vai saber da onde veio, porque eu lutei pra ele ter. E ele vai ter que lutar ali se ele quiser alguma coisa, não vai conseguir de graça. Mesmo ele pegando “lote” que eu passei pra ele, mas quem sabe ele se criou junto comigo. **Ele acompanhou meus passos até conseguir a conquistar aquele “pedaço de terra”**. Porque a gente não tá ganhando esse “pedaço de terra”. (Entrevista concedida em 20/11/2018)

Iraci Salete Severina narra sobre a necessidade do envolvimento dos filhos com os ideais do MST. Se a terra for resultado da conquista que envolveu todos os familiares, o vínculo dos filhos com a luta será maior e, conseqüentemente, a terra representará uma conquista. A família, para Iraci, passa esses valores para os filhos, inserindo-os nos contextos políticos dentro do acampamento.

Ao mencionar a conquista da terra, Iraci Salete Severina repete o lema do MST “Terra não se ganha, se conquista.”. O valor dado ao “lote” conquistado não é monetário, mas ideológico. A partir do envolvimento de luta dos pais, os filhos acompanharão os mesmos ideais de conquista, mesmo quando precisem trabalhar “fora”, no meio urbano, temporariamente. Esse trabalho passa a ser uma estratégia de manutenção da espera no acampamento.

No Acampamento Chico Mendes, por ser mais antigo, muitas Severinas e Severinos Acampados chegaram com filhos pequenos e hoje são adultos e casados. A família de João Pedro Severino é um exemplo disso. Dos sete filhos, apenas dois migraram para o meio urbano, os demais mantêm o vínculo com o meio rural e com o movimento MST.

Tem dois que moram na cidade. Um mora em Três Barra e outro tá morando aqui na Cafeeira. Mas tá sempre aqui dentro. Ele só foi

porque tinha uns probleminha com a mulher dele que era muito problemática e daí foi lá pra vila. Então ele tá morando ali, mas o resto mora aqui. E daí tem duas falecida e a irmão delas que mora em Três Barra. Daí dos outros três um mora na Cafeeira e os outros mora aqui dentro. Daí mora a menina e o piá. Mora aqui no acampamento. (Entrevista concedida em 15/05/2019)

Uma das filhas de João Pedro Severino, já casada, mora no Acampamento e trabalha “fora”, na Agroindustrial Lar, e seu marido se dedica à plantação no “lote”. Conseguem dividir o tempo entre as atividades rurais e urbanas e, segundo ela, estão conseguindo viver de maneira tranquila e sem necessidade. Os filhos de João Pedro Severino, quando retornaram do Paraguai eram crianças, sempre viveram no meio rural e passaram a reproduzir os conhecimentos dos pais nas atividades de plantio e criação de animais.

Os filhos de Dilma Severina também acompanharam os pais na primeira decisão de ir para o Paraguai e na iniciativa da mãe de retornar ao Brasil. As filhas, já maiores, começaram a trabalhar na Agroindustrial Lar e hoje moram no meio urbano. O filho caçula também mora no Distrito Agro Cafeeira, mas dois filhos já adultos e maiores de quarenta anos, um solteiro e outro divorciado, moram com os pais.

Eles foram pra escola, lá. Mas só que não valeu nada porque... eles estudaro, eles estudaro lá, só que num valeu nada! Até esses dias eu achei um boletim deles do Paraguai, né, aí eu peguei e pichei, tava tudo os boletim deles, de tudo eles que estudou lá. Joguei tudo fora. É isso a minha história, né? Eu tô aqui, tô aqui, que nem se Deus abençoar que a gente for pra lá (refere-se ao lote que foi sorteado) esse ano, aquela expectativa de plantá, só plantá e o meu piá tá muito, muito (...) ele não vê que hora que ele vai pra lá, eles quer meter o braço! O que tá estrovando nós é esse gado, porque nós quer levar as muda de banana, levar as coisa pra plantar e num pode por causa do gado deles, né? (refere-se ao gado do vizinho que não colocou cerca no lote). Ele tá com muita boa vontade, nossa! O meu Joel, vixi, ele tá com muita boa vontade! Ele disse “Mãe, parece que aquele lugar foi reservado pra nós, mãe do céu aquilo ali é o paraíso! Aquele lugar foi reservado pra nós!” Gostou demais! Porque esse lotinho tava lá e não tinha ninguém, né? É só eles tirá o gado e esquentar o tempo, nós vamo fazê um barracão pra gente levar as coisa. (Entrevista concedida em 04/07/2019)

A vida escolar dos filhos no Paraguai não teve validade legal no Brasil, por isso as filhas resolveram retornar os estudos e hoje uma delas está no curso superior e mora no meio urbano. Dois filhos de Dilma Severina vivem com ela e o marido no acampamento. São eles que desempenham os trabalhos mais pesados, pois tanto ela quanto o marido, já idosos, não possuem condições físicas para trabalhos que exijam esforço físico. Esses filhos possuem vínculo com as atividades do campo e desejam plantar e colher no “lote” da família. Em 2020, quando retornei ao acampamento, a família de Dilma Severina já estava

morando no “lote” e cuidando da plantação. Os dois filhos do casal estão continuando o trajeto dos pais e, caso seja regularizada a situação dos lotes pelo Incra, um deles será o sucessor no Contrato de Direito Real de Uso – CDRU.

A CRU está em discussão no MST, pois a proposta da Lei nº 13.465/2017 é outorgar o título definitivo aos assentamentos, independentemente de estarem com infraestrutura produtiva e em condições de sobrevivência das famílias assentadas. A interpretação do MST é que o Estado visa reacender o mercado de terras e favorecer o grande capital nacional e as empresas de agronegócio. A titulação definitiva é de fato uma privatização de terras públicas conquistadas pelo MST. O resultado disso é a negação de políticas para reforma agrária, as constantes ameaças de latifundiários de não só despejar os acampados, como também retomar as terras dos assentados. Para o MST, as terras das áreas de assentamentos rurais devem permanecer sob o domínio da União, e aos assentados seja transferido apenas o direito de posse e uso da terra pelo Contrato de Direito Real de Uso (CDRU). Nessa proposta, há uma garantia de políticas públicas para os assentamentos e evitaria a comercialização de terras ou a “privatização da reforma agrária”. O Artigo 189 da Constituição Federal estabelece aos assentados a garantia dos títulos de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos, de caráter provisório. O direito é permanente e transferido às famílias, com isso, ocorre a desvinculação da tutela do Estado brasileiro (BRASIL, 1988). Isso demonstra que o direito de propriedade como herança não é uma realidade para os acampados, pois ainda não possuem a CDRU.

Para Fernando Mançano Fernandes (2020), a política de criação de assentamentos pode ser ameaçada pelo capital fundiário, pois a titularização aumentou significativamente a partir do governo Temer e tornou-se uma estratégia política do governo Bolsonaro. Segundo a análise de Fernandes no *Dossiê Temático*, a concessão dos títulos alcançou o pico “[...] em 2017 quando foram expedidos 26.523 Títulos de Domínio e 97.030 Contratos de Concessão de Uso, o que supera a soma dos últimos dez anos” (FERNANDES, 2020, p.345). A partir de ações políticas como essa, haverá o aprofundamento da disputa territorial, e a compra de terras tornar-se-á uma prática, fazendo com que as famílias não mais assistidas pelo Estado possam ceder à pressão do latifúndio e do agronegócio e, conseqüentemente, venderem os seus lotes, caso recebam titulação.

Para Jane Júlia Severina, a relação deles com a terra não é vinculada ao sentido de propriedade privada. O significado da terra tem vínculos de valores e de identidade do trabalhador rural. Ter a terra é plantar nela, não ser expulso dela, é criar raízes no local. Os trâmites legais de venda da produção e financiamentos são resolvidos com a Concessão do Direito Real de Uso, um contrato assinado entre o assentado e a União.

Mas é assim Cristina, na verdade com Concessão de Uso Real nos governos mais populares, eles tinham uma segurança, porque o Estado num pode despejar. Porque é uma terra da União, então a União num pode tirar. A pessoa num vai sair, então ela tem uma segurança. Já nesse caso não, porque com esse governo que tá, tipo o Estado num quer garantir nada. Então é um risco que você corre. Então fica entre a cruz e a espada, você titulariza ou não. Você titulariza, nesse caso você sai desse governo e a terra é sua. Se você vai usar, beleza! Se você vai vender, também. Só que se você vai comercializar pode ser que entram os aproveitador por aí, Transforma em agronegócio novamente. Ainda que há caso em que vende e compra uma casa, mas e os que perde tudo? (Entrevista concedida em 03/07/2020)

A preocupação demonstrada nas palavras de Jane Júlia Severina vai além do valor comercial da terra, pois ela defende o uso da terra para famílias pobres que vivem no campo. Entretanto o governo Bolsonaro os deixa vulneráveis e temerosos e, em uma análise de conjuntura no interior do movimento, sinaliza para uma política contra a reforma agrária e a favor da propriedade fundiária como objeto de mercado.

Na perspectiva dos acampados, a herança material é uma projeção de futuro, pois não há como saber se um dia vão ser assentados para, pelo menos, decidirem sobre o título ou a CDRU. Diante disso, o que os acampados podem deixar como herança para os filhos são os significados simbólicos da terra, o que muitos deles consideram como maior patrimônio.

Para as Severinas e os Severinos Acampados, o significado da terra é de vida e de afeto. Depois de quinze anos passados no acampamento Chico Mendes, eles se sentem pertencentes ao lugar e ali plantaram árvores frutíferas, organizaram os espaços, reflorestaram as margens do rio que corre no espaço, protegeram a mina de água que abastece o acampamento, plantaram e colheram nos espaços coletivos e resistiram lutando para que o sonho deles se materialize.

São trabalhadores que não sabem e não querem viver no meio urbano, portanto passam para os filhos a importância da terra para a manutenção da sobrevivência. Muitos afirmam que não possuem dinheiro, mas fome não

passam no acampamento. Além disso, a terra se torna também a identidade do trabalhador rural e importante por marcar a existência no espaço e a construção de afeto e vínculo. Ela é aquela capaz de prover a sobrevivência e, para eles, esse conceito imaterial é um grande legado que podem deixar para os filhos.

Enfim, a herança que os Severinos e as Severinas transmitem para os filhos são as experiências latentes na memória, as histórias das famílias, como também os saberes e as práticas relacionadas ao trabalho e o valor da terra para aquele que vive no meio rural. A posse da terra possui no contexto familiar uma herança imaterial, pois é revestida de significados aliados à manutenção da luta social e de existência como sujeito histórico marcado por um contexto de conquista e luta. A existência do tempo é visível nesses processos construídos com o ato de narrar e transmitir conhecimento, valores e aprendizagens aos filhos. As práticas de espaço serão passadas às gerações mais jovens dando significado ao ciclo familiar.

4.3 NARRATIVAS DE ESPERA E SONHOS

As Severinas e os Severinos Acampados estão envolvidos em crenças contingentes, ou seja, podem ou não ser assentados um dia, todavia esperam por essa conquista, e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra possui um papel preponderante na manutenção desse desejo. O valor simbólico do MST imprime confiabilidade e combustível para que os acampados não desistam, é um movimento que possui a luta histórica como experiência, um potencial de peso nas decisões envolvidas pelo sonho e pela espera.

As narrativas de espera serão interpretadas a partir de dois referenciais científicos, já mencionados anteriormente quando a análise envolvia o ritual de ocupação. O primeiro está ligado ao antropólogo alemão Arnold Van Gennep que trata o ritual de maneira abrangente e enfatiza aquilo que o antecede e o sucede, não somente o momento da passagem, portanto o foco está no tempo de pós-ocupação. O segundo antropólogo destacado é Victor W. Turner que refinou a noção de “liminaridade” e, estimulado pela leitura de *Ritos de passagem* de Van Gennep, elaborou o conceito de *communitas*. Ele concebe a “liminaridade” como uma condição social transitória quando a condição anterior é destituída e há a exposição dos agentes sociais em um “entre-lugar”. Após a ocupação, um novo sentido temporal é inserido no contexto de acampamento,

não são os anos e as estações que marcam a vida de acampado, nem mesmo são as colheitas, os plantios, a seca ou a geada. O tempo no acampamento deixa de ser instalado em um novo ciclo, o da espera em um espaço de “liminaridade”.

Após o ritual de ocupação, os atuais Severinos e Severinas Acampados iniciam a experiência no cotidiano do acampamento e encontram novos desafios para a manutenção da resistência dentro do movimento de luta pela terra. É o começo de um “tempo” ativo na espera, uma “liminaridade” (TURNER, 2008). Isso não significa que as Severinas e os Severinos Acampados ficam suspensos, sem relação espaço/temporal. Não há imobilidade nessa situação, pois é preciso planejar estratégias de sobrevivência enquanto esperam pela reforma agrária. São momentos de construção de histórias que envolvem absorção de ideais vinculados ao MST, de se organizar como grupo e praticar o espaço ocupado. Os antigos trabalhadores rurais, colonos, “brasiguaios”, após o ritual de ocupação, fazem a passagem para outra posição social com outras regras, outra estrutura dentro de uma coletividade. Pode não ser definitiva, caso ocorra a nova passagem para o assentamento. Isso implica dizer que a Severina e o Severino Acampados passam pelo primeiro ritual (ocupação) e inauguram a “liminaridade” e, como diz Turner, é um momento intermediário do “transitante” (TURNER, 2008, p.97), é o momento das identidades dos acampados se organizarem pelas marcas da luta social.

A “liminaridade” vivida nos acampamentos está condicionada à espera pela terra. O momento de espera interpretado nesta seção indicará as ações cotidianas que assumem uma enorme importância para a permanência de Severinas e Severinos Acampados na soleira. Essas ações serão aplicadas como um agudo esperar nos Acampamentos Sebastião Camargo e Chico Mendes, cada um com suas peculiaridades e também semelhanças. A espera é esperança, é fragilidade, é fé, atuação política, atuação jurídica, em resumo, é o vivenciar a relação espaço/tempo no sentido subjetivo nos dois acampamentos em uma estrutura social enredada na condição de cada Severino.

As Severinas e os Severinos Acampados, despossuídos de condições materiais necessárias para a subsistência, vão criando alternativas e circulando entre a estrutura social dominante ao mesmo tempo em que criam uma antiestrutura (TURNER, 2008) para a manutenção dos ideais ligados à reforma agrária. Esse interstício no qual se encontram vai originando possibilidades de manutenção da vida as quais circulam em uma antiestrutura

com o intuito de conseguir permanecer acampados. O esperar é um vão entre dois mundos, e duas possibilidades gerando uma densidade temporal.

Refletir sobre o tempo ativo na espera é entender seus efeitos que materializam as ações práticas com o passar dos anos dentro de um acampamento. São duas realidades: o Acampamento Sebastião Camargo é um recém-nascido, um infante; e o Acampamento Chico Mendes é um ancião a oferecer mais narrativas, mais práticas e mais espera como experiência.

Há ambiguidades vividas pelas Severinas e pelos Severinos Acampados, pois a “liminaridade” pode ser entendida como o não estar “aqui, nem lá” (TURNER, 2013, p.98); é quando se está no meio “entre posições atribuídas e ordenadas pela lei, pelos costumes, convenções e cerimonial” (TURNER, 2013, p.98).

Com as histórias das Severinas e dos Severinos Acampados e a reflexão a partir delas, fui compreendendo que o tempo deles possui uma complexidade, pois ao local físico se somam os efeitos causados pelo tempo de espera materializado na arquitetura improvisada das casas, por exemplo. Esse tempo vivido foi observado tanto no Acampamento Sebastião Camargo quanto no Chico Mendes. Os retornados passaram a acampados e, para isso, fizeram essa *passagem* absorvendo alguns símbolos que os vinculam ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Isto é, construíram seus “barracos de lona”, participaram das atividades coletivas no acampamento, desenvolveram tarefas disciplinares com o grupo e mantiveram-se na discussão política do movimento social. Todas essas ações os legitimam como acampados, o que pode ser considerado um momento intersticial, pois, com a concretização da reforma agrária, poderiam ser novas pessoas e com outras organizações sociais dentro de um assentamento e do mesmo movimento social. A temporalidade circunscrita na espera é composta pelo envolvimento com o MST, com as estratégias de permanecer “em cima da terra” e com o “sonho” que alimenta os objetivos de um futuro melhor.

Para que esse tempo de “liminaridade” seja sustentado e ampliado ao longo dos anos vivendo “embaixo da lona”⁶² e após o ritual de ocupação, as Severinas e os Severinos Acampados, que estão na “soleira”, buscam

⁶² Esse termo foi muito ouvido durante as aproximações etnográficas e, no Acampamento Chico Mendes, tive a oportunidade de frequentar casas com essa arquitetura. Os termos “embaixo da lona” e “barraco de lona” são muito usados pelos moradores do acampamento.

comunicar, de maneira simbólica, esse estágio provisório e de passagem. Na provisoriedade de quinze anos do Acampamento Chico Mendes, o tempo vivido no espaço não garante a posse da terra, pois não foram assentados. No Acampamento Sebastião Camargo, a espera é menor, em 2020 fez cinco anos. Diferentes em idade, os dois locais possuem organização semelhante, pois seguem uma “organicidade” interna do MST, como também há as habitações “provisórias”, o plantio de hortas, a criação de animais, a plantação de milho, mandioca e feijão para o consumo de cada família acampada, atividades de trabalho vinculadas a uma temporalidade rural e presentes nos dois acampamentos.

Há um saber essencial aos que se encontram acampados: aprender a esperar. Dorothy Severina, uma das primeiras moradoras do Acampamento Sebastião Camargo, faz um alerta sobre isso. Para ela, a resistência é o que fortalece a espera. Ressalta que o processo de conquistar um “lote” pode ser mais demorado do que muitos integrantes pensam quando entram no movimento. Destaca que é necessário entender que existe na condição de acampado uma provisoriedade de longa duração enredada na constante espera.

(...) e você vai sabendo quando você faz um cadastro no MST, na reforma agrária, **você tem que saber que é esperar**. E tem tudo na luta para você conseguir, não adianta você entrar no lugar assim no espaço da reforma agrária que você vai acampar para ganhar terra do Incra porque você vai entrar lá e um ano, um ano ou dois você vai ganhar terra, se ganhar é milagre! É de cinco, seis, doze anos. Às vezes você demora até mais, tem que ter paciência, né? Tem que ter paciência, se não tiver paciência não fica. Eu tenho paciência, eu tenho paciência se for o caso de eu ficar aqui se puder ficar aqui eu não vou sair daqui, não vou sair tão cedo. Eu não vou sair tão cedo, não! Ih não vou bater minha cabeça na cidade. Pra quê? Agora se for o caso que nós tiver que sair, vamos sair, logicamente, né? Logicamente a gente não vai querer. (Entrevista concedida em 15/10/2018)

Dorothy Severina vive o tempo de espera. Comenta que muitas pessoas ingressam no movimento social sem ter a compreensão clara de que não existe uma distribuição de terra em larga escala. Há uma demora muito grande e pode consumir anos. Para Dorothy Severina, lutar é resistir, é permanecer, é esperar em um processo de muita paciência. Isso para ela é lutar! Ela não pretende desistir por saber que não consegue espaço na cidade onde a subsistência ficaria mais complicada por ter de assumir alguns gastos que, no meio rural, não assumiria como a alimentação da família e o aluguel. A vida na cidade é uma das ameaças para as Severinas e os Severinos Acampados. “Saber esperar”, nas palavras de Severina, implica envolver-se com a causa da

reforma agrária e acreditar que, por meio do MST, existe a possibilidade de conseguir a terra, é também não desistir do sonho que motiva a espera.

O Acampamento Sebastião Camargo não é o resultado de um ritual de ocupação, portanto Iraci Salete Severina narra que é preciso orientar os moradores recém-chegados, uma estratégia para vinculá-los às discussões políticas sobre reforma agrária, o sentido da luta e da terra para o trabalhador vinculado ao MST. Na transcrição abaixo, ela ressalta as explicações dadas às “famílias” que entram por meio de inscrição, pessoas que não passaram pelo ritual de ocupação, mas estão vivendo e sobrevivendo no espaço de acampamento.

Mas antes tu andava só com uma lona nas costas! Os acampamentos era tudo com lona preta por causa que tu perde. Porque ó, lá na Santa Maria o pessoal tinha tudo casinha assim feito a *Severina*, perdeu tudo! Aí sabe o que acontece? Tudo que tu tem vai por água abaixo! Tu trabalha, investe, tu trabalha, investe...E assim por isso a gente aconselha o pessoal a não investir muito. Se tivesse as condições, a gente não vai atrapalhar também. Se a pessoa dizer “Não! Eu vou fazer uma casa de madeira!”, a gente deixa que faz, como tem gente que fez. Nós não temos nada com isso, só que a gente aconselha a não fazer isso. Compra madeira já usada pra você não investir, por causa que amanhã ou depois a gente pode tá saindo daqui, pode mudar né? As coisas podem mudar e a gente pode sair daqui de mudança de novo... (Entrevista concedida em 20/11/2018)

O “barraco de lona” é uma representação da provisoriedade, do incerto, do inacabado. Além disso, a presença da lona preta também está relacionada à condição social das “famílias”, ou seja, “famílias” pobres sem recurso financeiro para construir uma casa. Iraci Salete Severina completa a narrativa citando a orientação inicial dada aos recém-chegados que consiste em não investir na habitação, visto que, com o constante movimento feito pelas “famílias” entre as ocupações na região, é mais prudente fazer uma habitação provisória.

Quando há ocupação, nunca é com poucas famílias. A participação deve ser com número elevado de famílias para dar mais visibilidade, e a quantidade garante-lhes um forte e justificável argumento. Vários acampados usam a mesma narrativa: “Eles fizeram reunião e fomos ocupar” (JOÃO PEDRO SEVERINO – Entrevista). Por causa do grande trânsito entre os lugares, as melhorias tornam-se inviáveis, o que agrega outro valor ao barraco. Montar um barraco de lona pode significar praticidade, diferente do valor simbólico de

“desejar a terra que ocupa” discutido por Lygia Sigaud (2005, p.269). Talvez pareça um paradoxo a união das duas formas de permanência na espera: atender os propósitos políticos de visibilidade e a precariedade de recursos dos Severinos. Além disso, há sempre a possibilidade do despejo. Em muitas ocasiões, a força policial não possibilita que os acampados levem consigo todos os pertences. A lembrança do despejo da fazenda Santa Maria, vivido pelos Severinos e pelas Severinas do Acampamento Sebastião Camargo, é um retrato clássico da força repressora vinda da Polícia Militar. Ao retornarem para o espaço anterior cedido pelo ITEPA, estavam sem móveis, sem barraco e sem recursos. Iraci Salete Severina relatou que as atividades eram todas coletivas inclusive as refeições.

O viver a espera requer muita resistência. Na constituição de um acampamento do MST, estão presentes vários Severinos e Severinas com seus projetos de vida, formas pessoais de viver, conhecimentos culturais e formas de se relacionar com o trabalho no campo, e todos podem ser contraponto da proposta voltada para a agroecologia. Após o ritual de ocupação, o objetivo das “famílias” está em conquistar uma maneira de viver melhor do que se vivia antes, mas, para isso, a conquista da terra torna-se imprescindível. Dentro do acampamento, há a possibilidade de produzir o próprio alimento. Leila Severina ressalta esse aspecto na sua entrevista.

Não tem dinheiro, mas tem comida, tem a mistura, tem a comida graças a Deus! Então é muito bom por isso, por isso é importante morar na zona rural, porque na cidade, se nós tivesse na cidade com quatro criança, né? Menina, eu vou falar uma coisa pro cê, nós mal podia comprar a mistura, a verdura. Aqui não! Quando a verdura sobra nós damos pros porquinho. (Entrevista concedida em 06/06/2019)

O modo de vida experienciado por Leila Severina, que sempre morou no campo, é uma realidade comum a outros Severinos e Severinas entrevistados. Eles criaram vínculos com o espaço que praticam, e o sentimento em relação ao modo de vida urbana lhes faz crer que a terra é a única possibilidade de trabalho e de vida.

Longe dos valores daqueles que vivem na cidade, os Severinos e as Severinas Acampados assumem uma identidade de homem do campo e sem-terra. Resistente e insistente quanto à legitimação do direito a terra, faz-se necessário unir forças e reunir esforços para a permanência. Por isso, uma das estruturas legais do MST prevê apenas a Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), como já foi discutido antes, porque a terra, nas discussões políticas do

MST, não deve ser comprada, muito menos vendida. Essa abordagem fortifica a ideia de que a terra é de todos; a terra não será dada, será conquistada.

Não existindo garantias da conquista em uma constante espera, o sonho é o que resta para manter a vontade de ficar e de resistir à ameaça de sair. Iraci Salete Severina destaca, em sua narrativa, o enfrentamento com a possibilidade de ter de mudar de condição social, caso seja despejada do acampamento. Para ela, a permanência na terra possibilita a sobrevivência da família, algo que na cidade fica inviável. No acampamento, mesmo sem luxo, a comida é garantida, pelo menos parte dela.

Mas o primeiro passo nosso é a terra! Se eu quisesse só uma casa eu ia pra cidade. Ficava dentro de uma casa e tinha uma vida mais... Imagina, eu vivi desde os seis anos, os seis anos da minha vida até hoje, eu tenho quarenta anos, eu vou ir pra cidade eu não tenho chance nenhuma na cidade. De ter um emprego, de ter...eu não tenho estudos. Nem o Ensino Médio eu não consegui fazer! Eu não consegui estudar e hoje tu vai pra cidade fazer o quê? Eu vou trabalhar o resto da minha vida e eu não vou comprar uma casa. Pode ter certeza! E outra: meu sonho não é ir pra cidade, meu sonho não é ir pra cidade! **Eu sou agricultora desde que nasci! Meu sonho é ter um espaço meu, um sítio, uma terra onde eu possa plantar, eu possa comer do que eu tô plantando, eu possa, né, oferecer aos que vem na minha casa, né, uma alimentação saudável.** (Entrevista concedida em 20/11/2018)

Na história de vida de Iraci Salete Severina, o vínculo com a terra é ressaltado, e a interpretação dela sobre si mesma contém toda a sua história; ao se autodeclarar agricultora e se manter nessa condição, necessita de terra. O desejo de permanecer em um modo de vida rural alimenta não só o desejo de posse da terra, mas também o apreço pelo modo de viver no espaço rural ligado à possibilidade de manter-se como trabalhador rural. Iraci Salete Severina carrega significados de viver no campo; os laços familiares com pai, irmãos e mãe estão atados a uma ideia simples de que será pela terra a manutenção da identidade de trabalhador rural. Todos os Severinos e as Severinas demonstraram que não tinham interesse em morar no meio urbano e, sobretudo, não possuíam ideia do que fazer caso fossem despejados. A única possibilidade que imaginam é conseguir a terra pelo MST.

Nesse sentido, as falas das Severinas e dos Severinos entrevistados são carregadas de anseios e desejos, povoam uma memória coletiva que sustenta a resistência em um tempo de espera. Da mesma forma, ao pensarem a terra como sinônimo de aconchego e fecundidade, conseguem nutrir os sonhos que mantêm os projetos de futuro capazes de mudar a condição de despossuídos.

Nos projetos de futuro está inserido o tempo em afazeres ligados ao tempo físico, como Dorothy Severina que nos relata a organização do seu tempo com a roça “[...] eu não tenho coragem de tá andando no solão e daí nós aproveita cedo e da noitinha para trabalhar. Eu e minha filha, né? Porque daí é a horinha fresca, horinha boa! [...]” (DOROTHY SEVERINA, Entrevista). É possível perceber, nessa fala e na de outros entrevistados, as percepções temporais oferecidas pela natureza para a organização do cotidiano, marcando a hora de roçar e a hora de descansar. Esse relacionamento é resultado de um extenso processo de assimilação, de aprendizagens e de saberes já praticados e conhecidos pelas gerações anteriores presentes na memória. Tais conhecimentos fazem surgir formas de expressão e práticas que conduzem o cotidiano no Acampamento e que, de certa forma, são deixados como herança para filhos e netos. Nesse caso, o tempo torna-se uma aprendizagem e está ligado à capacidade simbólica do homem de sintetizar as coisas, inclusive em relação aos conceitos de passado, presente e futuro que “[...]dependem das gerações vivas do momento” (ELIAS, 1998, p.63) para que as tradições e as socializações existam. Isso implica, inclusive, manter algumas estruturas sociais com as quais conduzem os “fazeres” dos grupos familiares que dividem espaço em um acampamento. Diferente do tempo cronológico vivido no meio urbano, há um tempo sincronizado com conhecimentos adquiridos ao longo da vida no cotidiano do Acampamento. Mesmo que haja transformações com o passar dos anos, eles acompanham as gerações e se resumem em tempo de plantar, de colher, de preparar a roça e de carpir. Assim o tempo é organizado e medido pela natureza e estabelece uma ligação com as tarefas cotidianas em uma construção cultural presente no espaço habitado. São os tempos encapsulados em uma densidade pulsante e ativa na espera.

A escolaridade acompanhada de formação acadêmica também não descarta o sonho de alguns Severinos e Severinas com formação em Ensino Superior. Fica evidente que não é falta de formação que mantém as pessoas vivendo no acampamento, há motivos subjetivos como o vínculo com a terra aprendido com a família. Durante o tempo de pesquisa no Acampamento Chico Mendes, conversei com Osvailinda Severina, uma jovem pedagoga com formação dentro do MST. Ela veio do Paraguai e aprendeu a Língua Portuguesa, frequentou a escola para regularizar sua situação escolar e seus documentos. É filha de mãe brasileira e pai paraguaio, foi sem-teto e atualmente vive no

Acampamento MST, lutando pela reforma agrária ao lado do marido e dos dois filhos pequenos. O vínculo dela com o campo foge à ideia clássica da mãe terra, fecunda e produtora de alimentos. Para essa jovem Severina, ele vai além do olhar simbólico, religioso ou mítico.

A questão da produção, a gente conseguir se autossustentar, conseguir uma renda através do campo. Que os nossos filhos fiquem aqui e também estudem, né, aqui perto e tenham a condição de ficar no campo. **Que participem também das lutas, não tenham esse espírito de se acomodar com as coisas.** (Entrevista concedida em 17/07/2019)

Oswalinda Severina quer permanecer engajada no movimento social por acreditar ser uma forma não só de sobrevivência, mas também de luta. Trata-se de uma pessoa com formação universitária conquistada dentro do MST, uma apropriação que quebra a ideia de que o homem do campo não necessita de formação escolar/acadêmica. Diferencia-se de outros comentários, porque Oswalinda Severina não vê a permanência no MST como consequência da escolaridade baixa, mas acredita nos objetivos de conquista da reforma agrária que devem corresponder ao valor da terra como instrumento de função social, reafirmando os vínculos estreitos entre “terra, família e trabalho” (WOORTMANN,1990).

No Acampamento Chico Mendes, Antônio Severino menciona outro elemento que ressalta a indefinição que atua nas formas de organizar o espaço familiar. O investimento na habitação é um exemplo.

Antes de fazer aquela lá, nós morava aqui dentro. (Refere-se ao barraco de lona) Não passa vento, não chove dentro, na época do frio, antes de nós deitar, nós mete lenha no fogão, fecha a porta e aquilo esquenta lá dentro que fica que nem um ar condicionado. No verão mesmo, tem que abrir tudo, só é feia! A regra do acampamento é essa, tem que ser lona preta. (Entrevista concedida em 06/06/2019)

A lona preta é uma regra, mas Antônio Severino construiu no lote uma pequena casa de madeira e telhas, composta de apenas dormitórios, pois a cozinha e a dispensa estão no “barraco de lona”. O quintal da família é composto por galinheiro, chiqueiro e horta cercada. Ao fundo do terreno da casa, há uma nascente que fornece a água para o consumo. Mesmo sabendo da provisoriedade, Antônio Severino arrisca um tímido investimento “é que a gente não tem certeza de nada. A gente não pode construir uma coisa que presta. Eu fiz ainda uns “piquetinho”, ali. A casinha ali não é grande coisa, mas se tiver que arrancar estraga tudo de novo, né?” O incerto é o que há de real, mas por outro lado fortifica a resistência e a paciência, algo que torna a provisoriedade na

habitação uma forma simbólica de mostrar o desejo por uma parcela de terra. Além da paciência, da persistência que lhes fortificam o sonho, os Severinos e as Severinas mantêm o desejo vivo com a opção de circular entre dois mundos em busca de subsistência como antes mencionado.

João Pedro Severino circula entre os dois mundos para conseguir a manutenção dele e da esposa. Quando ele se refere à possibilidade de assentamento, sua preocupação está em poder negociar aquilo que ele produz. Segundo ele, há questões legais como o CAD/PRO, um registro necessário para poder escoar a produção com nota fiscal. Entretanto o Incra não está mais atuando nesse sentido, o que deixa muitos acampados sem condições de negociar aquilo que produzem. Para contextualizar essa situação, é preciso lembrar que o Acampamento Chico Mendes iniciou o parcelamento dos lotes, e isso representa o acesso a um espaço fora do espaço coletivo de produção que é pequeno. As Severinas e os Severinos desse acampamento conseguem produzir nos lotes uma variedade de alimentos e há aqueles que arriscam o plantio de monocultura como soja e milho para comercializar com a Agroindustrial Lar. Ao perguntar sobre o CAD/PRO e a necessidade de ser assentado para isso, João Pedro Severino responde:

Não, isso aí você consegue se você arrendar, se você arrendar um alqueire, dois alqueire do cara, eu faço, é meio difícil mas faz (. Que nem, esse que nós tem, esse é o Incra que deu. O Incra que mandou pra nós, né? Ele deu a DAP ⁶³e daí da DAP nós fomo em Matelândia e fizemos tudo certinho, aí ele deu o CAD/PRO, daí nós pega nota fiscal, né? E o que nós vende, eu tenho bastante nota fiscal das coisa, do milho, feijão, soja, essas coisa assim, né, mandioca, tudo eu tenho. Então daí você pega nota, né? E daí, então pra nós eles não financia ainda, porque nós não tem nada, não tem contrato de terra, nada. Então pra mim plantar é assim, ó: se eu for pegar na Cooperativa, tem que arrumar qualquer um vizinho sitiante aqui em roda, porque eles gosta e sabe do jeito que a gente é, né? Então eles vai lá e avaliza pra gente, aí pega o financiamento, pega semente, veneno pra passar, pra limpar a roça, né? O trator, tudo isso aí. (Entrevista concedida em 15/05/2019)

Nas palavras de João Pedro, é perceptível que, para permanecer no acampamento, é necessário muito mais que paciência e espera, há a ação prática que possibilite a permanência. Partindo dessa perspectiva, embora esses grupos sociais de acampados estejam experienciando um tempo ativo na espera, não quer dizer que isso os deixa estáticos, pois a movimentação

⁶³ DAP é um instrumento identificador das famílias da agricultura familiar que garante o acesso às políticas públicas do Governo Federal, como o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

pendular entre as normas e as regras do acampamento e as normas e as regras externas é o que possibilita a existência da “liminaridade”, ou melhor, a condição de manter essa “liminaridade”, isso enquanto o assentamento não for um objetivo político conquistado pelo grupo. Negociar aquilo que é produzido, nestes quinze anos de espera pela reforma agrária, não descaracteriza a luta, nem ofusca o desejo pelo parcelamento de terra. É, então, uma estratégia de sobrevivência dentro da “liminaridade” constituída, pois esses sujeitos que transitam entre dois mundos distintos são os mesmos que permanecem na soleira e à espera de um ritual de assentamento.

O Acampamento Chico Mendes merece um destaque mais acentuado, pois, após a ocupação em 2004, a provisoriedade transformou-se em uma permanência de quinze anos em 2019. Isso significa dizer que as Severinas e os Severinos Acampados continuam na soleira e sem perspectiva de passar pelo ritual de assentamento, embora haja muita resistência presente na forma de falar, de ser e de viver das famílias. Eles continuam na mesma situação e, com a mudança de Presidente após o *impeachment* e a eleição em 2018, houve uma pressão muito forte sobre os acampamentos, ocorrendo vários despejos na região paranaense, discussão feita no capítulo anterior. Isso fez com que os moradores do Acampamento Chico Mendes criassem outras estratégias para conseguirem, no primeiro momento, permanecer, e, no segundo momento, tentar fazer a passagem para o assentamento. Constatei que o MST mudou a percepção diante dos despejos e manter as famílias acampadas passou a ser o objetivo principal, pois, se as estratégias de luta pela via da força política está passando por dificuldades de atuação durante o governo de Bolsonaro, o posicionamento diante do despejo também deve se transformar em força jurídica. Foi nesse contexto de ameaça de despejo que surgiu a necessidade de fazer o levantamento socioeconômico da comunidade para anexar ao processo jurídico que versa sobre a Lei de Usucapião.

Lutar pela terra por meio de um processo jurídico trouxe a ideia de merecimento como elemento novo. No Acampamento Chico Mendes, quinze anos vividos na “liminaridade” fizeram com que, no imaginário de muitos moradores, esse tempo conceda o direito a terra. Em princípio, é uma questão de merecimento. Entretanto, esse merecimento subjetivo é efêmero. Há a necessidade de se pautar em arranjos concretos pertencentes à realidade fora do acampamento, o que significa transitar entre a estrutura e a antiestrutura

social (TURNER, 2008), isto é, hoje, lutar judicialmente recorrendo à Lei de Usucapião. Uma nova forma de lutar é inaugurada entre as Severinas e os Severinos do Acampamento Chico Mendes.

Antes de utilizar a estratégia jurídica, as Severinas e os Severinos Acampados buscaram alternativas dentro do grupo a fim de dar início ao rito de passagem para o assentamento. Contrataram um agrimensor para medir e calcular a área de ocupação com o objetivo de dividir a área da fazenda e iniciar o parcelamento. Isso foi o que narrou Tomás Severino, ao lembrar que, em 2017, os moradores do acampamento decidiram, em assembleia, pela medição e pelo sorteio dos “lotes”.

Um pouco saiu pra lá, outros ficou aqui. Fiquemo aqui e a velha não vende, não vende e não acerta. O Incra não acerta, ficou o rolo. Aí dois anos atrás a turma se atentaro e falou “Vamos medir essa fazenda e vamos entrar pro “lote”.” Aí peguemo um agrimensor de Medianeira e mandemo cortar e ele fez tudo pelo IBGE (refere-se aos mapas territoriais coletados na instituição oficial), fez tudo certinho, onde a terra é plaina, né, quatro alqueire, na ladeira é sete, é oito. Onde é plaino é quatro alqueire. Aqui é quatro alqueire, esses “lote” daqui é tudo quatro alqueire. Aqui é tudo quatro alqueire, tudo é plaino. O nosso é o número seis, é tudo quatro alqueire, tudo eles. Daí foi feito o sorteio, daí caímos aqui nesse “lote”. Sorteado. Daí a Direção fez o sorteio, daí peguemo esse “lote”. (Entrevista concedida em 17/04/2019)

O momento vivido pelas Severinas e pelos Severinos do Acampamento Chico Mendes, após uma decisão coletiva, é como uma preparação para o rito de passagem para o assentamento. Mesmo forjando um sistema clássico definido pelo Incra (órgão responsável pela desapropriação e posterior medição/divisão da fazenda em parcelas), a situação indefinida do acampamento levou à estratégia jurídica de recorrer à Lei de Usucapião em 2019. Essa é uma parte da história política mais recente do Acampamento Chico Mendes, resultado da mudança de governos federal e estadual. A situação, que envolvia outros acampamentos e assentamentos do MST na região oeste do Paraná, condicionou-os a procurar outros caminhos para permanecerem na terra. A princípio era apenas para dividir os “lotes” e nutrir a esperança de cada família, mas, após um tempo e com a ameaça de despejo, as “famílias” foram mudando do acampamento e construindo barracos, casas, galinheiros e chiqueiros no “lote” que foi sorteado.

Quando dialoguei com os moradores dos “lotes”, entendi que eles se mudaram do acampamento para o pré-assentamento por vislumbrarem a garantia de permanecer na terra. Para eles, estar em barracos no acampamento

significa muito mais vulnerabilidade, porém, se estiverem “em cima da terra” esperada, produzindo e morando lá, automaticamente terão o direito de permanecer. É, portanto, quase uma crença. Os moradores mais antigos, que estavam no acampamento em 2016, época do sorteio, hoje possuem um “lote” onde produzem alimentos variados como mandioca, hortaliças, feijão, batata, cebola e muitos outros. Eles são os mesmos trabalhadores rurais que retornaram do Paraguai para encontrar uma vida melhor no Brasil.

Na conversa com Tomás Severino, ele disse que a estratégia jurídica circulou entre os moradores e havia uma agitação e uma comunicação surpreendentes entre os acampados.

Agora dia primeiro de julho vai completar quinze anos e vai inteirar usucapião⁶⁴, os advogados falou, nós vamos abraçar aquelas terra com usucapião, essa velhinha⁶⁵ vai dançar na nossa mão. Mas até julho ainda falta dois mês, ainda, três mês. Ah, vai mudar tudo! Porque daí eu vou, eu vou trabalhar mais melhor e terminar essa casa mais faceiro, vou fazer meus arvoredos aí, já tem pêssego dando pêssego, já comi pêssego que eu plantei aqui, quando nós viemos no sorteio do “lote” eu já vim e já plantei ali, agora tá tudo florescido os pé. (Entrevista concedida em 17/04/2019)

Sensibilizados pelas notícias de frequente violência em outros acampamentos e até assentamentos despejados nos municípios vizinhos⁶⁶, a alternativa estava na ação judicial de usucapião. No fragmento de fala de Tomás Severino, há a impressão de que a contagem do tempo estava com a ampulheta virada, pois, no imaginário dele, era preciso entrar com a documentação jurídica logo, embora o aniversário de quinze anos do acampamento ainda demorasse dois ou três meses para acontecer. Em 2020, retornei ao Acampamento Chico Mendes, os acampados que se mudaram para os “lotes” fizeram investimentos na infraestrutura, construíram casas de madeira, chiqueiro, galinheiro e paiol, tudo com recursos próprios, pois, como não são assentados, não usufruem do

⁶⁴A usucapião rural, também denominada *pro labore*, tem como requisitos a posse como sua por cinco anos ininterruptos e sem oposição, de área rural não superior a cinquenta hectares, desde que já não seja possuidor de qualquer outro imóvel, seja esse rural ou urbano. Ainda apresenta como requisito o dever de tornar a terra produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/>

⁶⁵ Francisco Severino refere-se à senhora Maria Lourdes Locks Boito, proprietária da Fazenda Boito que foi ocupada em 2004.

⁶⁶ Os Bispos do Paraná, integrantes da CNBB, em 23 de setembro, três dias após o sétimo despejo de famílias Sem Terra no Paraná, emitiram uma nota que versava sobre os inúmeros despejos ocorridos. O ano de 2019 foi marcado por inúmeros despejos, desde maio do corrente ano qual o ano: 2019 ou 2021? Melhor dizer : desde maio de 20121, se for 2021,; se for 2019 : até maio desse ano, 457 famílias passaram pela destruição das comunidades onde viviam. Na nota, os Bispos solicitam ações do governo estadual, ao mesmo tempo em que apontam ser este o contexto de sete mil famílias, vinte e cinco mil pessoas. Disponível em: <https://mst.org.br/>

apoio inicial nem de fomento.⁶⁷ Tomás Severino demonstra com clareza que o vínculo com a terra é resultado da resistência de quinze anos. Ele é um dos que, mesmo sabendo que o processo jurídico (Lei de Usucapião) possa não resultar a seu favor, em 2019, ele já se adiantou plantando e iniciando a construção de uma casa, sem lona, com telhas e paredes de madeira. As iniciativas de construir no “lote” estão relacionadas à falsa certeza de que, fazendo isso, ele garantirá a terra para si e sua família.

As tensões existentes no acampamento refletem a inexistência de ações políticas que concretizem a reforma agrária. Passar pelo ritual de assentamento torna-se uma utopia na experiência temporal das Severinas e dos Severinos Acampados e, dessa forma, a fronteira da “liminaridade” é cada vez mais concreta. Nesse momento específico, a persistência em usar estratégias jurídicas vai mantendo as “famílias” em dois mundos, pois desistir é uma palavra pouco usada nas falas de cada interlocutor desta pesquisa. A ação na justiça a partir da ideia de usucapião é um fato isolado, não é uma prática usual do movimento social. É uma tentativa que não estabelece certeza de sucesso.

Luís Carlos Severino traduz a resistência em palavras. Com poucas alternativas e após um longo tempo de acampamento, é necessário insistir no objetivo de conquistar a terra.

Aqui mesmo tinha um confinamento de boi por aí e daí um pouco eles plantava o pasto pros boi. A maior parte era quiçaça, era pouca coisa que eles plantava milho, assim. Aí nós fumo repartindo, cada um plantando um pouco, um pouco pra cada um. Aqui tinha setecentas família aqui. Uma boa parte saiu, foi embora, uma boa parte já foi pra cima de “lote” pra outros assentamentos. A maior parte foi embora, né? E nós tamo aguentando, até onde der nós vamos ir. **Não vamos desistir fácil daqui não porque é a única alternativa nossa.** A ideia é aguentar até ver o que dá pra poder conseguir esse espaço, né? Sem espaço não tem jeito. (Silêncio) (Entrevista concedida em 19/07/2019)

⁶⁷ **Apoio inicial** – para apoiar a instalação no assentamento e a aquisição de itens de primeira necessidade, de bens duráveis de uso doméstico e equipamentos produtivos. Valor de até R\$ 5,2 mil (cinco mil e duzentos reais) por família assentada; **Fomento** – para viabilizar projetos produtivos de promoção da segurança alimentar e nutricional e de estímulo à geração de trabalho e renda. Valor de até R\$ 6,4 mil (seis mil e quatrocentos reais), que pode ser dividido em duas operações de até R\$ 3,2 mil (três mil e duzentos reais) por família assentada. Informações coletadas no site do Inca, disponível em <http://antigo.inca.gov.br/pt/credito.html>

Quando a ideia de desistir não existe na realidade “limiar”⁶⁸ dos acampados, resta-lhes encontrar alternativas que é da ideia inicial do MST de pressionar o Estado a partir da ocupação. A conversa com Luís Carlos Severino aconteceu, paralelamente, durante o levantamento sociocultural do acampamento e, nessa ocasião, a notícia do processo da usucapião já circulava entre os moradores. Todos sabiam que meu trabalho contribuiria nesse momento, o que fez muitas portas se abrirem para a pesquisa. Luís Carlos Severino deixou claro que conseguir o “lote” é a única alternativa, não há como sobreviver sem a terra para trabalhar. Parece um discurso repetitivo, mas é o que edifica e torna concreta a espera depois de tantos anos. A espera também é a única alternativa, mas não significa ficar esperando sem estratégias que possam, no mínimo, salvaguardar a permanência.

Durante o convívio etnográfico em um momento muito tenso para os Severinos e as Severinas do Acampamento Chico Mendes, os moradores criavam narrativas para garantir a permanência deles nos “lotes”. Isso acontecia nas conversas isoladas com os moradores, quando contavam casos, para não só me convencerem, mas também convencerem a si mesmos do merecimento da terra. Isso envolvia histórias sobre a proprietária da fazenda, que usava a fazenda como rota de contrabando, que a terra não tinha dono e era do Estado e que órgãos fiscalizadores os consideraram como proprietários, porque moravam nos “lotes”. O tempo ativo na espera vai possibilitando a criação de narrativas de convencimento que alimentam a esperança de conquistar a terra desejada. Tomás Severino repetiu várias vezes a história de que a “mulher do IBGE” havia garantido a permanência deles no “lote”.

Eu calculo que é por aí, porque veio a mulher do IBGE, a senhora sabe o IBGE? Então, veio a mulher lá de Maringá, ela nem conhecia aqui, trouxeram uma mulher estranha pra fazer o IBGE aqui dessa região. Daí eu tava trabalhando ali, tava terminando de fazer aquele barraco e ela chegou ali. Daí falou “O senhor tá morando aqui?” eu falei “Não!”, “Aqui é seu?”, eu falei “Também não, aqui é da fazenda!”, ela disse “Não, por que o senhor tá fazendo barraco?”, eu falei “Porque eu quero plantar”, daí ela falou: “Então é seu, o senhor tem espaço pra trabalhar, mediram já?” Eu falei “Já!”. Então ela disse que esse espaço é meu, a dona da fazenda não apita mais nada aqui. Porque eles tão fazendo esse IBGE, é por causa disso aí. Daí eu falei “Eu quero é morar aqui!”. Ela falou “Vai, vai morar aí sim!” Ela falou “O senhor vai morar porque ninguém tira mais vocês daí. **Quem tá em cima do “lote” é dono do “lote”**.” (Entrevista concedida em 17/04/2019)

⁶⁸ Expressão usada por Victor Turner para indicar a fase que, durante o rito de passagem, significa um período intermediário ou “[...] margem (ou *limen*, significando limiar em latim) [...]”. (TURNER, 2013, p.97)

Quando Tomás Severino fala, ele abre um mistério sobre a “mulher do IBGE” (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), como se ela tivesse sido enviada misteriosamente, depois coloca na voz dela aquilo que ele mesmo gostaria de acreditar ser verdade. Esse tipo de narrativa também formula possibilidades de permanência, mas não são decisivas, apenas ajudam a manter no imaginário o merecimento do “lote”. As histórias criadas pelos acampados possibilitam crenças que amenizam as incertezas e a realidade de um despejo. São narrativas formuladas pela necessidade de acreditar que o sonho pode se transformar em realidade.

Pensar o tempo constituído pela espera indica o caminho para a interpretação das transformações e das articulações que as Severinas e os Severinos experimentam ao longo dos anos ao se relacionarem e se comunicarem. Dessa forma, eles vão produzindo uma existência em suas realidades individuais e coletivas para se manterem com o objetivo de comunicar o desejo pela terra. O tempo passado no acampamento lhes deixa conscientes da própria condição perante si mesmos e perante os outros. Subjetivamente expressam, assim, uma identidade social sob a mediação da linguagem e do trabalho.

Osvailinda Severina traz uma temática importante em sua entrevista, o vínculo das Severinas e dos Severinos Acampados com o MST, bem como a necessidade desse envolvimento e a importância da relação acampado/movimento para a construção identitária de sem-terra.

É tudo uma experiência, eu digo mesmo com nossos entraves, as nossas discussões, às vezes alguns retrocessos, a gente continua construindo um caminho e a gente aprende o tempo todo. Dentro do movimento, com as pessoas do movimento, as tradições, com a cultura. Com a forma de produzir e o jeito de ser. A gente aprende o tempo todo. Então se a gente tiver fora, muita coisa a gente acaba perdendo, porque uma é que a gente sente falta e outra é que a gente não tá o tempo todo informado, a gente perde muita coisa. **Se a gente não tá na luta, a gente perde praticamente o nosso jeito de ser. Pra que que a gente tá nesse mundo, né? Então é isso! Eu não me vejo fora do movimento, sabe?** Por mais que lá fora tenha um monte de questões, um monte de coisa, estando dentro de uma causa pra lutar a gente ganha muito mais, seja individualmente, seja coletivamente falando. Então é isso! Tô até emocionada. (Entrevista concedida em 17/07/2019)

Osvailinda Severina sabe que a participação nas decisões e nos atos do movimento social vai constituindo o viver que é repleto de reescrita da própria realidade histórica. Isso seria a reconstituição de si mesmo com movimentos contínuos entre repouso e ação, mas com dinâmicas diferentes. Nesse contexto,

a nova forma de as Severinas e os Severinos Acampados buscarem uma alternativa de conquista da terra por meio da justiça e usucapião é também uma movimentação para sair do tempo da espera. Seria uma tentativa de ritualizar e atravessar a fronteira entre um estado anterior para o posterior, pois, quando o rito não acontece, pode haver a possibilidade de permanecerem em uma “eterna” espera. A participação ativa do acampado é o engajamento no ideal de reforma agrária. A informação e a formação dos acampados garantirão a resistência e a mudança na forma de trabalhar com a terra, cultivando alimentos orgânicos com práticas de plantio agroecológicas, muitas vezes desconhecidas pelos trabalhadores.

O tempo repleto de espera, portanto, é movido pelo cotidiano e pelos significados que as Severinas e os Severinos vão construindo com a luta pela permanência e pela conquista da terra. Mas essa temporalidade de espera se sustenta pelos sonhos que os alimentam. Dorothy Severina ressalta isso quando pergunto se, caso houvesse um despejo, quais seriam os planos dela.

Se eu tiver que sair daqui, eu vou muito triste! Porque eu tenho um sonho de ter um canto assim onde eu possa olhar o meu terreiro e tá cheio de galinha, cheio de leitãozinho, um pasto cheio de vaca, essas coisas, essas coisas assim, sabe? Esse é meu sonho! **Antes era uma necessidade agora já é um sonho, entendeu? Eu não me vejo assim fora desse sonho. Eu nem parei para pensar, ainda. Eu não quero nem pensar por enquanto! Nem sei o que vai ser de nós do MST.** (Entrevista concedida em 15/10/2018)

Vale ressaltar que essa entrevista aconteceu antes do segundo turno da eleição de 2018, quando os acampados se sentiam ameaçados pelo posicionamento do candidato Jair Messias Bolsonaro sobre a reforma agrária e a criminalização dos integrantes do MST. Havia uma grande incerteza movendo a cotidianidade dos acampados que mantêm o sonho de conquistar uma terra para trabalhar. Dorothy Severina compartilha a mesma ideia de Osvailinda Severina, de que, quando os trabalhadores ingressam no movimento social, os motivos estão sempre relacionados à pura sobrevivência, mas viver no acampamento, relacionando com todos e participando das discussões em torno dos ideais de reforma agrária, deixa de ser necessidade para ser um sonho a ser conquistado. Nesse contexto, a luta pela terra, no plano subjetivo, constrói o significado de sonho e, concomitantemente, alimenta a própria luta.

Iraci Salete Severina sintetizou seu sonho falando não só da expectativa individual, mas do movimento social e de seu significado para a continuidade da reivindicação pela reforma agrária.

É ter uma tranquilidade. É tá no campo ali tranquilo. De poder matar um porco, ali, tu vai matar e tu ter o alimento saudável. É isso que o Movimento prega. Que a gente produza alimentação saudável porque hoje o veneno tomou conta. E o movimento é o maior produtor de arroz. Não sei se você já viu isso daí. Tem muita produção, né? Não vou dizer que aqui tenha, mas se você ver o movimento como um todo, tem! Tem muita produção de alimento. Todo ano tem a feira aqui de alimento orgânico, em São Paulo tem, no Rio de Janeiro tem. Todo ano tem! E é muito alimento! Então é por esse objetivo que a gente tá aí na luta. Porque eu falando de mim não me abala viver assim no barraco por um período. Claro que a luta da gente...não vou dizer que eu vou gostar, a gente tem um sonho e eu acho que todo mundo merece ter uma vida digna, merece ter conforto, merece ter uma casa, merece ter condições de sobrevivência. Não é dizer que a gente vai viver o resto da vida aqui e não se importa, claro que não! Não é por isso que a gente tá lutando, pra viver o resto da vida assim. A gente tá lutando pra ter uma vida digna. Não me incomoda hoje porque eu sei o sonho que eu tenho. Mas não é que eu vou gostar de viver assim. Ninguém gosta!(Entrevista concedida em 20/11/2018)

Finalizo o capítulo com as palavras de Iraci Salete Severina. Além da de poder produzir os alimentos, ela acrescenta que que devem ser saudáveis. Isso demonstra a trajetória do movimento social no qual ela está inserida desde criança e torna obrigatório o entendimento de que o MST, desde seu nascimento, luta pela reforma agrária para fazer cumprir a função social da terra. Além disso, sempre houve dentro do movimento a pauta de transformações sociais e políticas. Nesse caminhar histórico de luta, houve a incorporação da discussão sobre uma relação produtiva que harmonize homem e natureza, incorporando a conscientização socioambiental (FERNANDES, 2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considero este momento de finalizar a tese algo despretensioso por entender que a reflexão sobre a categoria de análise “tempo” não se esgota. Espero que as análises dos modos de vida durante esta pesquisa etnográfica possam ser úteis para outras abordagens de estudos sobre a experiência temporal de trabalhadores rurais, inseridos no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, tanto do estado do Paraná quanto de outros locais do país. A organização da linha argumentativa esteve pautada no objetivo geral da pesquisa: analisar e refletir sobre as temporalidades existentes em uma vida de acampamento, a qual possui um “tempo” ativo na espera pela terra. Para isso, cada capítulo fez a conexão com os objetivos específicos no desenvolvimento da tese, e esses desenharam a presença de várias temporalidades surgidas a partir de estratégias norteadoras das Severinas e dos Severinos Acampados aos modos de resistência dentro do MST.

O título “Das Severinas e Severinos no oeste do Paraná: o tempo ativo na espera (d) ‘essas coisas assim de acampamento’” é uma analogia literária que, a princípio, parece não remeter diretamente ao objeto da tese. Contudo o objetivo dessa escolha é instigar a curiosidade com o uso da palavra “Severinos”. Na busca de sentidos sobre esse uso, serão encontrados os Severinos, mulheres e homens, com experiências de deslocamento na fronteira, inserção e permanência em Acampamentos do MST a partir da relação que estabelecem com a luta pela reforma agrária em um tempo ativo na espera.

Encontrar os Severinos e as Severinas, sem-terra possibilitou-me obter algumas respostas para muitas questões, mas elas fizeram vacilar as possíveis certezas. O resultado da pesquisa de campo para entender o “tempo” como experiência marcante na espera foi ressignificando a forma de “ser” e “estar” das Severinas e dos Severinos em um espaço/tempo de acampamento. Além disso, entendi que o “tempo” permite compreender a vida social de um grupo, pois ele é constituído dentro das peculiaridades e das necessidades construídas social e culturalmente a partir das relações estabelecidas. Há, portanto, muitas formas de viver o “tempo” como experiência, algo perceptível durante a etnografia. Da mesma forma, a memória, nesse contexto, também é um trabalho do tempo. Cada Severino dá significado ao experienciado antes do acampamento e dimensiona a relação dele com a terra, com a luta e com a resistência. É também

nas experiências de um tempo passado que as Severinas e os Severinos se identificam com os ideais de luta e com as práticas cotidianas em uma realidade rural e os traduzem nos modos de sentirem-se integrados ao movimento social como a alternativa que possibilita a posse de terra.

Seguindo esse caminho, trouxe as histórias de vida das Severinas e dos Severinos que, ao se autoidentificarem como sem-terra e inseridos no MST, acreditam na necessidade da reforma agrária. Desses relatos e dos modos de viver, compreendi que o tempo havia agido em suas formas de ser e estar no mundo como trabalhadores sem a posse de terra para trabalhar. As Severinas e os Severinos que conheci não nasceram dentro do Acampamento. Eles já possuíam experiências familiares de deslocamento em busca de terra ao longo de décadas, portanto o “deslocar-se” era uma forma de viver. Mas ao se inserirem em um movimento social de luta pela terra, permanecem na espera, experimentam e criam outras temporalidades para a manutenção da resistência. Fica evidente que as estratégias de sobrevivência fazem o tempo se movimentar, ou seja, não é uma espera estática, mas em movimento como em um presente duradouro.

As narrativas da trajetória dos trabalhadores rurais paranaenses, desde a experiência migratória até a permanência no acampamento, estão em destaque no primeiro capítulo. O ato de narrar os fatos acontecidos na fronteira, como experiência pessoal de cada um, teve como objetivo mostrar o tempo agindo nas percepções de autorreconhecimento como trabalhadores do meio rural que não possuem acesso a terra para trabalhar. Isso foi possível devido à escolha da etnografia para a pesquisa de campo. No envolvimento e na interlocução entre eles e com eles, ficou visível que a história de vida deles não se assemelhava aos relatos de textos de jornais que circulavam na fronteira. Eles não se autoidentificavam como brasiguaios, e o retorno ao Brasil não tinha relação com conflitos entre *carperos* e brasileiros no Paraguai. Nesse conjunto de dados coletados, entendi que as Severinas e os Severinos Acampados não se reconhecem como “brasiguaios” por uma necessidade de intensificar a nacionalidade brasileira, de ressaltar o vínculo com o país de origem e por entenderem que, sendo “brasileiros”, podem usufruir dos direitos constitucionais de acesso a terra por meio da reforma agrária. O tempo, nesse contexto, mostra-se atualizado e submete os acampados à realidade atual que passaram a viver retornando ao Brasil. Isso lhes faz reconhecer a si mesmos como trabalhadores

do campo sem a terra para trabalhar, realidade presente em toda a trajetória de vida deles e intensificada no MST que ativa a possibilidade de conquistar aquilo que sempre procuraram, isto é, justiça social.

As narrativas das Severinas e dos Severinos Acampados evidenciaram uma história, até então desconhecida, de experiências na região de fronteira e da condição histórica e social de cada um deles. Quando o MST surge em suas vidas como possibilidade de sobrevivência e manutenção da condição de trabalhador, esses antigos colonos/ arrendatários retornam do Paraguai como “lutadores” em torno de sonhos, valorizados pelas relações dentro do acampamento. Nessa condição de Severino Acampado e engajado ao movimento social, o tempo é ativado na espera pela terra, e cada experiência nova de luta fortalece ainda mais essa espera.

As Severinas e os Severinos possuem experiências que tanto marcam a vida pessoal e familiar, quanto deslocam as representações feitas sobre eles em contextos de fronteira. Naturalizá-los como “brasiguaios”, em textos de jornais, por exemplo, foi uma forma de negar-lhes a existência em processos históricos da região fronteira e, portanto, ouvir a experiência histórica deles no tempo e no espaço foi apreender como a protagonizaram, colocada aqui em evidência. A colonização do oeste do Paraná ecoa na vida de cada Severino. O fluxo migratório vivido a partir de 1970 e o alagamento de terras para a construção da represa da Usina Hidrelétrica, experiência de algumas famílias entrevistadas, são questões importantes para compreender a luta contra a repressão no campo e o nascimento do MST. De maneira indireta, as Severinas e os Severinos Acampados já possuíam razões para se inserirem no movimento social, pois a história de vida deles possibilita-lhes esse vínculo. Enfim, imprimir significados à existência das Severinas e dos Severinos Acampados por meio de suas histórias passadas e de suas estratégias de sobrevivência atuais, ou melhor, dar formato e evidência ao vivido e experienciado até o momento de espera reforçado por lutas e experiências dentro do MST, é um objetivo concretizado.

Ao buscar entender mais claramente a categoria de análise tempo, no segundo capítulo, aproximo as abordagens de referenciais teóricos das diversas áreas do conhecimento à realidade de acampamento. Na argumentação, demonstro como o tempo é vivenciado no acampamento e como ele se apresenta em diversos entendimentos, pois havia várias manifestações de temporalidade. Elas não poderiam ser interpretadas somente a partir das

narrativas de vida sobre a experiência passada no fluxo migratório para o país vizinho, mas também na presença dessas memórias nas práticas do modo de vida no acampamento. As estratégias tanto de sobrevivência como de permanência nos acampamentos não são “naturais”, ou seja, são resultado das relações dentro do grupo.

No cotidiano do acampamento, as Severinas e os Severinos têm diversas formas de “experienciar” e sentir o “tempo” e transitam entre essas temporalidades para manterem-se acampados. As várias possibilidades de o grupo se relacionar com o tempo, como argumentou Alfred Gell, evidenciam que cada realidade social poderá desenvolver a experiência com o tempo de maneira específica, ou até mesmo de várias maneiras construídas pelo grupo. Isso significa que, em um acampamento, os Acampados vivem o tempo de formas distintas, que identifiquei como o tempo social, o tempo natural, o tempo linear e o cíclico. Nesse contexto, muitos outros tempos no acampamento também são formulados pelos Severinos e pelas Severinas como o tempo de “trabalhar fora”, de ocupar, de morar “embaixo da lona”, enfim, de resistir.

Destaco, nesse contexto de temporalidades distintas presentes no acampamento, o “trabalhar fora”. Circular no meio urbano não é um ato contrário ao que as Severinas e os Severinos Acampados têm como ideal de luta. Não significa desistir da luta, mas manter a subsistência para continuar a lutar. Isso descontrói a ideia de que o acampamento possa ser apenas uma fuga das dificuldades de viver na cidade. “Trabalhar fora” é uma categoria simbólica que expressa um dos meios de as Severinas e os Severinos se manterem na espera da terra.

Fica evidente que as temporalidades experienciadas se comunicam construindo uma densidade dentro da espera, algo possível de apreender pela etnografia. Estando com as Severinas e os Severinos Acampados, acompanhei como eles fazem uso do tempo linear ao situarem os fatos e os acontecimentos em uma cronologia (quando falam sobre a ocupação, o despejo, construção de escola etc.) ou mencionam o tempo de plantar cada cultura agrícola, o que requer uma observação do tempo da natureza. A sobreposição desses tempos permite compreender o tempo relacional dentro de um grupo e concluir que não há apenas um tempo vivido dentro dos acampamentos onde todas as temporalidades se comunicam como alternativas para resistir e permanecer no tempo ativo da espera.

Retomo Santo Agostinho que afirma a incapacidade de saber responder sobre o tempo quando se é questionado, ou seja, no contexto do acampamento, as Severinas e os Severinos também não sentem o tempo a passar e nem os tempos por eles construídos durante a espera. Foi a observação etnográfica que conseguiu traduzir as variadas formas de tempo encapsuladas em uma densidade temporal. Esse processo de pesquisa e posterior análise requer alguns cuidados referentes à relação pesquisadora e pesquisados. Além do tempo envolvido na pesquisa de campo, também entendi minhas formas de viver e sentir o tempo, mas nem sempre coincidentes com o tempo das Severinas e dos Severinos. Digo isso porque, mesmo buscando uma interlocução com os acampados, no processo de análise dos dados, o distanciamento do campo foi inevitável. Lembrei-me do “congelamento” no tempo ao qual Jhoannes Fabian (2013) faz referência, em outras palavras, seria a transformação da presença empírica na ausência teórica, deixando os participantes da pesquisa em um “lá”.

Seguindo por esse pensamento de Fabian, procurei resolver esse impasse no momento de análise com as formulações de Roberto Cardoso de Oliveira que indica a necessidade de “olhar, ouvir e escrever” na etnografia; bem como o *being here, being there* de Clifford Geertz se mostrou evidente quando afirma ser o afastamento uma necessidade, em algum momento, para a escrita da tese. Portanto a solução viável foi amenizar os efeitos desse processo. Dessa forma, trouxe, para as análises, o contexto atual e o tempo do “agora” os quais envolvem toda uma formulação de luta política dentro do MST.

Diante disso, intensifiquei a análise sobre o momento político atual das Severinas e dos Severinos ao relacioná-lo com as raízes históricas da reforma agrária no Brasil e os conflitos sobre a luta pela terra. A análise referente às temporalidades experienciadas nos dois Acampamentos do MST forneceu dados para compreender os interesses em disputa no cenário nacional. A abordagem histórica desses movimentos e de suas lutas fez surgir algo além do visto e ouvido durante a etnografia. Consegui, desse modo, relacionar aquilo que eles vivem dentro de um acampamento com a política agrária praticada pelos governos ao longo do tempo como uma influência externa que condiciona estratégias.

Esse enfoque é bastante ressaltado no terceiro capítulo da tese, quando há a contextualização das Severinas e dos Severinos Acampados no tempo e no espaço, envolvidos em conflitos e lutas para acionar as possibilidades de

execução de políticas de reforma agrária. Essa tensa realidade é vivida pelos acampados desde o fim da Ditadura Militar até o governo eleito em 2018. Ao situar, historicamente, a relação dos governos com o MST me senti impelida a sair do campo “confortável e avesso”, antes delimitado por mim, e trazer à discussão o atual momento político brasileiro com ameaças autoritárias a movimentos sociais como o MST. Tornou-se impossível não problematizar o contexto político e a direta relação dele com as experiências dos acampados, pois eles estão inseridos no contexto mais abrangente e podem influenciar de várias maneiras a permanência da espera. O tempo com densidade política vivido pelos acampados os torna mais envolvidos com o MST e os encoraja a manter a resistência, o que evidencia o tempo da espera.

As Severinas e os Severinos Acampados são inseridos no contexto político a partir do “ritual” de ocupação, ato fundante da “liminaridade”. A condição “limiar” está vinculada à noção de *communitas*, à qual Victor Turner atribuiu um lugar de importância, entendida como uma antiestrutura. Um dos aspectos importantes da “liminaridade” é a noção de “entre-lugar” e, enquanto se vive nessa condição indefinida, os Acampamentos MST constroem o sentido de *communitas* capaz de gerar laços entre seus integrantes de forma espontânea e imediata, definindo um pertencimento a um determinado grupo e, no caso das Severinas e dos Severinos Acampados, isso acontece na situação de uma longa espera repleta de estratégias de sobrevivência, luta e resistência.

Os trabalhadores rurais, antes identificados como “agricultores”, “brasiguaios” e “colonos”, ao participarem da ocupação de uma área rural, fundam na “liminaridade” o pertencimento a um grupo social reconhecido como Sem Terra cuja existência se constitui em torno de objetivos comuns determinados pela experiência e pela interação. É fundamental insistir na ligação existente entre “liminaridade” e *communitas*, que não possuem o mesmo sentido, mas uma determina a emergência da outra. As Severinas e os Severinos estão em um tempo de passagem e “limiar”. Enquanto esperam pela reforma agrária, vai sendo criado, nessa situação, o sentido de *communitas* com objetivos comuns e compartilhamento de um modo de vida dentro do acampamento,

Manterem-se acampados é um desafio diário. As moradias improvisadas, a ausência de políticas de reforma agrária, as ameaças de despejo, as novas leis e medidas provisórias do governo (ampliação de posse de terras em propriedades rurais pela Lei nº 13.870 /2019, a regularização fundiária com a

Medida Provisória nº 759/ 2016 e a Medida Provisória nº 910/ 2019), os pronunciamentos do Presidente do Brasil em veículos de comunicação simbolizam que o momento político é preocupante para quem está inserido no MST, incluindo acampados e assentados. Para as Severinas e os Severinos Acampados, as ameaças são muito claras, incisivas, constantes e remetem às experiências vividas durante o governo FHC, quando a violência no campo foi bastante intensa, mas abrandada nos governos do PT.

A política de reforma agrária, nas duas fases do governo Lula, não foi expressiva, dada a pequena diferença observada nas estatísticas de assentamentos desse governo em relação ao anterior. Mas havia um diálogo ameno e conciliador entre o governo e os sem-terra. Ao mesmo tempo que o presidente Lula afirmava que ninguém faria “Reforma Agrária na marra”, também declarava que ninguém “impediria na marra” que fosse feita. Essa relação entre a base do MST e o governo excluiu a ameaça da repressão do Estado e proporcionou aos acampados uma certa tranquilidade que fortaleceu a espera. É o que ocorreu no Acampamento Chico Mendes, resultado de uma ocupação em 2004, no início do governo Lula, que continua na mesma situação indefinida causada pela ausência total de ações do Incra. A confiança de não serem despejados durante os governos do Partido dos Trabalhadores modificou algumas regras internas como a escala na guarita que, até 2018, estava desativada. Outro elemento importante foram as políticas compensatórias para a baixa distribuição de renda, advindas desse governo, que lhes possibilitou a manutenção por meio de programas assistenciais. A reforma agrária, discutida e almejada pelo MST, não aconteceu no governo Lula, nem no governo Dilma e se tornou inexpressiva nas estatísticas de criação de assentamentos. Enfim, a influência dos mandatos do PT possui uma relação com a manutenção do tempo ativo em uma espera debilitada e desvinculada das estratégias de luta.

A espera é evocada no quarto capítulo quando apresento as últimas possibilidades de análise e atualizo as experiências temporais de espera como símbolo de resistência dentro de uma forma de viver a “liminaridade”. Contextualizar a luta pela terra vivida durante a espera em um período “limiar” descortina a existência de um tempo vivido na provisoriedade e de longa duração. Um tempo cheio de experiências trazidas com o retorno ao Brasil, estratégias de ocupação e estancamento de despejos e, por fim, a manutenção de um modo de vida em um sistema de *communitas* no qual a relação entre seus

participantes dentro de um contexto político influencia as decisões e as estratégias do grupo.

O valor simbólico da terra para as Severinas e os Severinos Acampados não se restringe à noção de propriedade privada, pois está vinculada aos ideais de reforma agrária, à luta do MST e ao desejo de manutenção da vida com o trabalho no campo. A herança que os Severinos e as Severinas querem deixar para os filhos são as experiências de uma vida de luta, as histórias de cada família e os saberes próprios de um trabalhador rural. Nesse sentido, obter o título da terra não é de interesse dos acampados. Eles querem que o acesso a terra aconteça e se transforme em um direito de seus herdeiros. A posse da terra possui, no contexto familiar, uma herança imaterial, pois é revestida de significados aliados à manutenção da luta social e ao seu registro como sujeito histórico de conquista e luta. A existência do tempo é visível nesses processos construídos no ato de narrar e na transmissão de conhecimento, valores e aprendizagens aos filhos. As práticas de espaço são passadas às gerações mais jovens dando significado ao ciclo familiar e valorização da resistência em um contexto de acampamento.

Quando as Severinas e os Severinos do Acampamento Chico Mendes parcelam os “lotes” com recursos próprios, intensificam a produção de alimentos e constroem suas casas nesses espaços. Eles querem de alguma forma mostrar que são possuidores do “direito” de permanecer trabalhando e praticando aquele espaço. O desejo não está baseado na noção de propriedade privada e na obtenção do título, mas na reflexão sobre o futuro dos acampamentos e, principalmente, dos Assentamentos do MST. Esse desejo é contrastado com a Medida Provisória 759, publicada em 2016, que desonera o Incra da responsabilidade com os projetos de assentamentos e tornam as terras negociáveis. Essa medida atende o mercado especulativo de terras, a expansão e o desenvolvimento do agronegócio, resultando em mais concentração fundiária e expropriação de trabalhadores rurais pobres do campo. Diante das ameaças de despejo, tendo como base os inúmeros despejos ocorridos no território nacional, a discussão sobre a titularização recebe importância dentro da realidade dos acampamentos. As ações do governo Bolsonaro, utilizando-se de instrumentos legislativos, podem não só reprimir os integrantes do MST, como também desconsiderar o valor social da terra. As ameaças da política atual vão além da repressão e das mensagens ameaçadoras de despejos, é uma política

contra a história já construída por meio da luta pela terra. Os problemas gerados pela tensão entre aceitar ou não aceitar a titularização da terra está, no momento, em andamento, e seus efeitos ainda não estão visualizados. Novas possibilidades de reflexão estão em aberto e outras abordagens teórico-metodológicas poderão intensificar ou alterar o que não foi possível nesta pesquisa, finalizada nesse momento importante de mudanças da relação do MST com o governo atual .

Retomo a importância da categoria tempo na pesquisa desenvolvida e, ao assumir o uso de uma dimensão “interpretativa” baseada em Clifford Geertz (2015), destaco o quanto foi importante ver as temporalidades em um recorte pequeno da experiência de espera pela terra em realidades de Acampamentos do MST. Como evidenciou Geertz (2015, p.17), “[...] fatos pequenos podem relacionar-se a grandes temas”, e isso demonstra que a realidade temporal vivida pelas Severinas e pelos Severinos em suas histórias de vida, cotidianidades e envolvimento com a luta pela terra, experiências descritas na tese, são importantes para o entendimento de como a espera pela reforma agrária se mostra presente mesmo após os conflitos e a repressão ao longo do tempo.

Sendo assim, o tempo, que esteve como um elemento central nas interpretações, é de extrema importância nessas vidas acampadas, e o interesse pela temática foi condutor para a chegada a diversas cápsulas temporais envolvidas em um tempo mais amplo. Desse modo, não há a possibilidade de reconhecer as mudanças e as permanências de uma vida Severina fora do contexto temporal generalizado, mas é possível percebê-las nas diversas formas de viver o tempo. Esse passa a assumir algumas características marcantes e significativas configurando-se em “limiar”, “histórico”, “de trabalho”, “de ocupação”, “de despejo” e “de espera”. Todas essas características formam uma temporalidade ampliada que se configura no que designei como tempo denso e ativo na espera. Refletir sobre o modo de vida nos acampamentos do MST a partir da categoria tempo é uma forma de entender os pontos antagônicos presentes no olhar de quem não vive a realidade de acampado e, por isso, estabelece julgamentos de valor ao indicar a incoerência entre viver os ideais do MST e ser “trabalhador” na Cooperativa Agroindustrial Lar. Isto é, ser membro do MST e negociar a colheita de soja com a mesma cooperativa, e ainda mais, plantar monocultura para negociá-la. Esses questionamentos podem descaracterizar o movimento social, desqualificar a luta e resumir a vida dos

acampados em uma perspectiva unilateral de relação com os bens materiais. É nesse aspecto que a observação sobre o tempo experienciado pelos acampados traz a compreensão das estratégias de sobrevivência para manter a luta e a espera como processos de conquista.

Ao pensar em finalizar, posso dizer que a tese apresentada é instigante assim como o “tempo” como categoria de análise. Isso significa dizer que não há uma única forma, uma única visão capaz de encontrar respostas, pois a interdisciplinaridade é inerente e exige lentes atentas na forma de ver e interpretar as reflexões pertinentes à categoria tempo. Sendo assim, posso dizer que as experiências temporais vividas por Severinas e Severinos Acampados possuem formas específicas e condutoras do modo de vida dentro do acampamento como estratégias de subsistência, de resistência e de sonho. Elas são acompanhadas de indefinição e incerteza. Nas condições atuais do problema agrário, o tempo ativo na espera se estende, inquietante e sem trégua, em novas faces da luta pela reforma agrária.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, José Lindomar C. **A dinâmica das fronteiras: os “brasiguaios” na fronteira entre o Brasil e o Paraguai.** São Paulo: Annablume, 2010.
- ALBUQUERQUE, José Lindomar C. **A dinâmica das fronteiras: deslocamento e circulação dos “brasiguaios” entre os limites nacionais.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 15, nº 31, p. 137-166, 2009.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do nordeste e outras artes.** São Paulo: Cortez, 2011.
- ALLEGRETTI, Mary. **A construção social de políticas públicas: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros.** *In: Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 18, p. 39-59, jul./dez. 2008. Editora UFPR
- ALVES, J. L. **Brasiguaios: destino incerto.** São Paulo: Global, 1990.
- ANDRADE, Adriane de. **Escola Itinerante “Sementes do Amanhã”:** uma história de lutas e conquistas. *In: Escola Itinerante do MST: História, Projeto e Experiência.* Cadernos da Escola Itinerante. Ano I, nº 2, 2008.
- AQUINO, Sílvia Limo de. **A caminho do campo: as relações entre reforma agrária e migrações rural-urbano-rural e urbano-rural.** Um estudo de caso em Campos dos Goytacazes-RJ. 2008, 182 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento da Agricultura) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- AQUINO, Sílvia Limo de. **A trajetória migratória de agricultores brasileiros que se deslocaram para o Paraguai e retornaram ao Brasil.** Anais do VII Congresso da Associação Latino-Americana da População (ALAP) e do XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP), 2016.
- BALLER, Leandro: **Cultura, Identidade e Fronteira: Transitoriedade Brasil/Paraguai (1980-2005).** 2008. 186 p. Dissertação (Mestrado em História)- Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2008.
- BATISTA, Luís Carlos. **Brasiguaios na fronteira: caminhos e lutas pela liberdade.** São Paulo, 1990. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura história da cultura.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERNAT, Isaac Birinet. **Um novo jeito de organizar**. A nova organicidade em/do Movimento: Luta pela terra, Luta na terra e identidade Sem Terra na área de influência da Brigada Salvador Allende - MST (Paraná-Brasil). Tese de Doutorado apresentada a Universitat de Lleida, Catalunha, Departamento de História, 2012.

BOGO, Ademar. **A organicidade como parte da cultura**. Texto para debate sobre a organicidade do MST na reunião da Coordenação Nacional de 13 a 17 de agosto, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

BOURDIEU, Pierre (Org.). **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**. Campinas, SP: Papyrus, 2011.

BRASIL. Decreto nº 8.780, de 27 de maio de 2016, Brasília, 2016.

BRASIL. Decreto 8780, de 27 de maio de 2016. Brasília, 2016.

BRASIL. Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. Brasília, 2017.

BRASIL. Lei nº 13.870, de 17 de setembro de 2019, Brasília, 2019.

BRASIL. Medida Provisória nº 2.027-39, de 01 de junho de 2000. Brasília, 2000.

BRASIL. Medida Provisória nº 759, de 22 de dezembro de 2016. Brasília, 2016.

BRASIL. Medida Provisória nº 897, de 01 de outubro de 2019. Brasília, 2019.

BRASIL. Medida Provisória nº 910, de 10 de dezembro de 2019. Brasília, 2019.

BRENNEISEN, Eliane. **Da luta pela terra à luta pela vida: entre os fragmentos do presente e as perspectivas do futuro**, São Paulo: Annablume, 2004.

CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. Tradução de Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.

CANDAU, Jöel. **Antropologia da memória**. Tradução de Miriam Lopes. Lisboa, Portugal: Instituto Piaget, 2013. p. 123-201 (Capítulo de Livro)

CANDAU, Jöel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2018.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **A presença do autor e a pós-modernidade na Antropologia**. Novos estudos – CEBRAP, São Paulo, v.21, p. 133-157, 1988.

CALDART, Roseli Salete. **Dicionário da Educação do Campo**. (org). Roseli Iraci Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CALDART, Roseli Salete. **O MST e a formação dos sem terra** :o movimento social como princípio educativo. Estudos Avançados, v.15, nº43, São Paulo, 2001.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais do que escola. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CARVALHO, José Alberto Magno. **Migrações internacionais do Brasil nas duas últimas décadas do século XX**: algumas facetas de um processo complexo amplamente desconhecido. Coleção Previdência Social. Série Estudos; v. 25.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Unesp, 2006.

CATTA, Luiz Eduardo Pena. **O cotidiano de uma fronteira**: a perversidade da modernidade. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CHAVES, Christiane de Alencar. **A Marcha Nacional dos Sem Terra**: estudo de um ritual político. *In*: PEIRANO, Mariza (org.). **O dito e o feito**: ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002. p. 133-148.

COLOGNESE, Silvio Antônio. **Brasiguaios**: uma identidade na fronteira Brasil/Paraguai. Revista Tempo Ciência, v.19, nº 38

CORTÊZ, Cácia. **Brasiguaios: os refugiados desconhecidos**. s. l.. Brasil Agora, 1994.

CUEVAS, Liz Karolina Yegros. **O brasiguaião en la prensa**: período de Fernando Lugo Mendéz (2008- 2012). Dissertação de Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras, Universidades Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Foz do Iguaçu, 2017.

DATALUTA – **Banco de Dados da Luta pela Terra**: Relatório Brasil 2016. NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP Coordenação: GIRARDI. E. P.; - Presidente Prudente, São Paulo. Dezembro de 2017.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. **Boletim do Museu Nacional**. Nova Série, Antropologia, v. 41, 1983, p. 26-38.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. **Bruxaria, Oráculo e Magia entre os Azande**. Tradução: Eduardo Viveiro de Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

FABIAN, Jhoannes. **O tempo e o outro**: como a antropologia estabeleceu seu objeto. Tradução de Denise Jardim Duarte. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FABRINI, João E. **Camponeses e agronegócio brasileiro na fronteira entre Brasil e Paraguai**. *Anais do VII Congresso de Geógrafos Brasileiros*, 2014.

FERRARI, Carlos Alberto. **Os brasiguaios na fronteira: luta pela terra, violência e precarização do trabalho no campo e na cidade**. *Pegada*, v. 8 n° 2, 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Reforma Agrária no Governo Lula**: a esperança Faculdade de Ciências e Tecnologia – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA, Universidade Estadual Paulista – UNESP/ Campus de Presidente Prudente, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano *et al.* **A questão agrária no governo Bolsonaro: pós-fascismo e resistência**. Dossiê Temático “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência”, n° 42, v. 4, p. 333-362, dez, 2020.

FIORENTIN, Marta Izabel. **A experiência da imigração de agricultores brasileiros no Paraguai (1970-2010)**. 2010, 112f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

GELL, Alfred. **A antropologia do tempo**: construções culturais de mapas e imagens temporais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: RTC, 2015.

GEERTZ, Clifford. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Tradução de Vera Joscelyne, Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GENNEP, Arnold Van. **Os ritos de passagem**. Tradução de Mariano Ferreira, Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GERMANI, Guiomar. **Expropriados, terra e água**: o conflito de Itaipu. Salvador: EDUFBA: ULBRA, 2003.

GLEZER, Raquel. **Tempo e História**. *Revista Ciência e Cultura*, v.54 n° 2 São Paulo, out./dez., 2002

GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. **Da lavoura às biotecnologias**: agricultura industrial no sistema internacional. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 1990.

GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial**: migrações no oeste do Paraná (1940/70), Cascavel, Editora da Unioeste, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

INDURKY, Freda. **O ritual da mística no processo de identificação e resistência**. In: RUA [online]. 2014, Edição Especial

JUNQUEIRA, Clarice Pereira; GIMENES, Régio Márcio Toesca. **Cooperativa Agroindustrial Lar**: conciliando a doutrina cooperativista e a competitividade de mercado. Revista Ciência Empresarial, UNIPAR, Umuarama, v. 10, nº 2, p. 315-345, 2009.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaios de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LEACH, E. R. **Dois ensaios a respeito da representação simbólica do tempo**. In: Repensando a antropologia. São Paulo, Perspectiva, 1974. p. 191-209.

LOERA, Nashieli Rangel. **Tempo de acampamento**. São Paulo: Editora da Unesp Digital, 2014.

LOZONCZY, Anne Marie. **Del enigma recíproco al saber compartido y al silencio**. In: De la etnografía a la antropología, nuevas apuestas. Buenos Aires: Del Sol, 2008, p. 75-88.

MATTEI, Lauro Francisco. **A reforma agrária brasileira**: evolução do número de famílias assentadas no período pós-redemocratização do país. Estudos Sociedade e Agricultura, abril de 2012, v. 20, nº 1, p. 301-325.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu processo político. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. **A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso**. Tempo Social. v.15 no.2 São Paulo, 2003.

MAZZAROLLO, Juvêncio. **A taipa da injustiça**: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. **Reforma Agrária no Brasil**: História e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Perseu Abramo, 2003. (Coleção Brasil Urgente).

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MESSINA, Marcelo. **Atraso**. In: **Uwakürü**: dicionário analítico / Organizado por: Gerson Rodrigues de Albuquerque, Agenor Sarraf Pacheco. – Rio Branco: Nepan Editora, 2016.

MIRANDA, R. S; CUNHA L.H.H. **A estrutura organizacional do MST**: lógica política e lógica prática. Caderno CRH, Salvador, v. 6, nº 68, 2013, p. 365.

MOREIRA, Eliane Martins; DAL MORO, Maristela. **Da carta aos brasileiros à ponte para o futuro**: das promessas não cumpridas ao golpe de morte na Reforma Agrária. *Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*, 2 a 7 de dezembro de 2018.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – PR. **Cartilha de subsídios para estudo. Keno Vive: Reforma Agrária por justiça social e soberania popular**. Caderno nº 8. Curitiba: MST, 2007.

NETO, João Cabral de Melo. **Morte e vida Severina**. NEAD - Núcleo de educação à distância. Disponível em <http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-ooks/Joao%20Cabral%20de%20Melo%20Neto.pdf> Acesso em 22 de março de 2019.

PEIRANO, Mariza. (2018). **Além da “Descrição densa”**. Anuário Antropológico nº51, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro ,1981.

PEIRANO, Mariza. (2018). **A pluralidade singular da antropologia**. Anuário Antropológico, 12(1), p. 77-91.

PEIRANO, Mariza. (2018). **Etnografia e rituais: relato de um percurso**. Anuário Antropológico, 41(1), p. 237-248.

PEIRANO, Mariza G. S (Orgs.) **O dito e o feito**: ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da política/UFRJ, 2002.

PEIRANO, Mariza. **O encontro etnográfico e o diálogo teórico**. Anuário Antropológico nº 85, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995, p.273-280.

PEIRANO, Mariza. **O poder da etnografia**. Anuário Antropológico nº 94, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995

PEIRANO, Mariza. **Rituais ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

PEIRANO, Mariza **Uma antropologia no plural**: três experiências contemporâneas. Brasília - DF: Editora Universidade de Brasília, 1992.

PEREIRA, João Márcio; SAUER, Sérgio. **A “reforma agrária assistida pelo mercado” do Banco Mundial no Brasil**: dimensões políticas, implantação e resultados. *Revista Sociedade e Estado* – v. 26, nº 3 Setembro/Dezembro 2011, p. 587-612.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.5, nº10, 1992.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro: v. 2, nº 3, 1989.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Tradução de Cláudia Berliner; revisão da tradução Marcia Valéria Martinez de Aguiar. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. Tomo I, II, III

REIS, José Carlos. **Tempo, História e Evasão**. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

REIS, José Carlos. **O conceito de Tempo Histórico em Ricoeur, Koselleck e "Annales"**: uma articulação possível. Síntese Nova Fase, Belo Horizonte, ., nº 73, 1996, p. 229-252.

RELATÓRIO Técnico da Comunidade Chico Mendes. Foz do Iguaçu: Escola Popular - UNILA, 2019.

RELATÓRIO Técnico da Comunidade Sebastião Camargo. Foz do Iguaçu: Escola Popular - UNILA, 2020.

RIQUELME, Marcial. **Notas para El estudio de las causas y efectos de las migraciones brasileñas en el Paraguay**. In: **Enclave sojero, merma de soberanía y pobreza**. CERI, Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios, 2005, p. 118-146

RIQUELME, Marcial. **Los sin tierra en Paraguay. Conflictos agrarios y movimiento campesino**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2003.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp. 1998.

SAYAD, Abdelmalek. **O retorno**: elemento constitutivo da condição do migrante. Revista Travessia. Edição Especial, janeiro de 2000.

SIGAUD, Lygia. **As condições de possibilidades da ocupação da terra**. Tempo Social – Revista de Sociologia da USP, v. 17, nº 1, 2005.

SILVA, R. C. Machado e. **Como Experimentamos e Entendemos, do Lado Brasileiro, as Fronteiras com a Argentina e com o Paraguai**. Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, Rio de Janeiro, v. 10, nº1, p. 83-98, 2020.

SILVA, R. C. Machado e. **Vidas, Nações e Estados se fazendo nas fronteiras entre Brasil, Paraguai, Argentina**. Ideação – Revista do Centro de Educação Letras e Saúde, v. 15, nº 2, p. 10-32, 2013.

- SPRANDEL, Marcia Anita. **Algumas observações sobre fronteiras e migrações**. Revista Ciência e Cultura, v. 65, nº1, São Paulo, p. 24-26, 2013.
- SPRANDEL, Marcia Anita. "**Aqui não é como na casa da gente...**" - comparando agricultores brasileiros na Argentina e no Paraguai. In: RIBEIRO, Gustavo Lins Ribeiro. (Orgs.). **Argentinos e brasileiros** – Encontros, imagens e estereótipos. Petrópolis: Vozes, 2002, p.187-207.
- SPRANDEL, Marcia Anita. **Brasiguaios**: conflito e identidade em fronteiras internacionais. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.
- SPRANDEL, Marcia Anita. **Brasileiros na fronteira com o Paraguai**. Estudos Avançados, v. 57, p. 137-156, 2006.
- STEDILE, João Pedro (Orgs.). **A questão agrária no Brasil**: O debate na esquerda – 1960-1980. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- STEDILE, João Pedro. **O MST e a luta pela terra**. In: Teoria e Debate. nº 24, 1994. p. 51-53.
- STEDILE, João Pedro; FERNANDES, B. M. **Brava gente**. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- TURNER, Victor. **Dramas, campos e metáforas**: ação simbólica na sociedade humana. Tradução de Fabiano de Moraes. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.
- TURNER, Victor. **O processo ritual**: estrutura e antiestrutura. Tradução de Nancy Campi de Castro e Ricardo A. Rosenbusch. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- VERNANT, Jean Pierre. **O Universo, os Deuses e os Homens**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- WAGNER, Carlos. **Brasiguaios**: homens sem pátria. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.
- WEBER, Florence. **A entrevista, a pesquisa e o íntimo**, ou: por que censurar seu diário de campo? Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 15, nº 32, p. 157-170, 2009.
- WILLAIME, Jean-Paul. As reformas e a valorização religiosa do trabalho. In: MERCURE, D.; SPURK, J. (Orgs.). **O trabalho na história do pensamento ocidental**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2005, p. 63-87.
- WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- WHITAKER, D. C. A. (*et al.*) **A transcrição da fala do homem rural**: fidelidade ou caricatura? WHITAKER, D. C. A. Sociologia rural: questões metodológicas emergentes. São Paulo: Letras à margem, 2002.

Fontes de jornais

PARO, Denise. **Quien son los “brasiguaios”?** GAZETA DO POVO, Curitiba, 14/05/2010. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/cadernog/quien-son-los-brasiguaios>>. Acesso em 08/08/2017

PARO, Denise. **Brasiguaios vão às estradas protestar contra invasões.** GAZETA DO POVO, Curitiba, 13/07/2011. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/brasiguaios-em-alerta-no-paraguai>>. Acesso em 21/08/2017

PORTELA, Miguel. **Brasiguaios voltam para casa e se abrigam no MST.** GAZETA DO POVO, Curitiba, 19/07/2006. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/brasiguaios-voltam-para-casa-e-se-abrigam-no-mst-a4lyazfxrsdr2q8r87ucbrp72>>. Acesso em 08/08/2017

RODRIGUES, Abilene. **Lugo desapropriará 8 milhões de hectares:** terra será repassada para 300 mil famílias pobres no Paraguai, todas sem-terra. GAZETA DO IGUAÇU, Foz do Iguaçu, p.15, 22/08/2008.

WURMEISTER, Fabíola. **Brasiguaios em alerta no Paraguai.** GAZETA DO POVO, Curitiba, 12/07/2011. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/brasiguaios-em-alerta-no-paraguai>>. Acesso em 21/08/2017

WURMEISTER, Fabíola. **Brasiguaios fecham rodovia no Paraguai em litígio por terras.** GAZETA DO POVO, Curitiba, 08/08/2008. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/brasiguaios-fecham-rodovia-no-paraguai-em-litigio-por-terras-b4a99um3tkrfurctax427m5am/>> Acesso em 16/09/2017

Brasileiros representam 90% da população de Estado paraguaio. *Jornal do Brasil*. 16 de abril de 2008. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/pais/noticias/2008/04/16/brasileiros-representam-90-da-populacao-de-estad0-paraguaio/>> Acesso em 10/08/2017

Drama no Paraguai: brasileiros estão comendo o pão que o diabo amassou. *Jornal Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, p. 6, 03 a 10 de dezembro de 1980.

Lugo promete segurança no conflito entre colonos e sem-terra. *Jornal do Brasil*, 06/02/2012. Disponível em: <<https://www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/4694/Lugo-promete-seguranca-no-conflito-entre-brasiguaios-e-sem-terra/>> Acesso em 10/08/2017

Paraguai se compromete a garantir segurança a brasiguaios. *Jornal do Brasil*. 01 de fevereiro de 2012. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/internacional/noticias/2012/02/01/paraguai-se-compromete-a-garantir-seguranca-a-brasiguaios/>> Acesso em 10/08/2017